


ADRIANA SOUZA DA COSTA - ANA CLARA DE SOUZA MONTE DE ALMEIDA
AMANDA PATRICIO DOS SANTOS - ANA PATRÍCIA PEREIRA DE SOUZA
BRUNA THAYNA P. SOARES - CAIO COUTINHO DA SILVA - CARLA DA SILVA MOREIRA
CAROLINA ROLA MIRA - CAROLINE DENIUR LAMEIRA RAMOS
DANILO AUGUSTO OLIVEIRA BARROS - EDMUNDO LIMA BARRETO

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL




EM TEMPOS DE PANDEMIA

DESEJAMOS UM MUNDO MELHOR PARA 2030



ELDER CESAR BARBOSA COSTA
ERICK VINÍCIUS DOS SANTOS SOUZA
FERNANDA DE MELO SOARES - FERNANDA DIAS ALCANTARA DE OLIVEIRA
FERNANDA MELO DE AZEVEDO - GABRIELA ALVES CAVALCANTE
HANNA THAMIS PICAÇO COUTINHO - JACKELINE NASCIMENTO DOS SANTOS
JADE QUINTELA DOS SANTOS - JEAN FRANCISCO DE OLIVEIRA CARVALHO RIBEIRO
JOÃO VITOR VIEIRA PEREIRA - JULIANA AMARAL QUADROS



KARINA BARBOSA XAVIER
LAURA POLLYANNA RODRIGUES INAJOSA
LETÍCIA DE JESUS SILVA DIAS - MATEUS CLEBER MELO GARCIA
MARCUS VINÍCIUS SILVA VALENTE - PATRICK LUIZ GALVÃO DO CARMO
RAVENA RODRIGUES DE SOUSA - REBECA MENEZES PIMENTEL PEREIRA
SILVANA CRISTINA DE SENA DO NASCIMENTO
SILVIA ARAÚJO DA SILVA - VINÍCIUS COSTA MILHOMEM SANTOS

Organizadores
BIANCA MORO DE CARVALHO
JOÃO DIAS DE CARVALHO JUNIOR

Appris
editora

**OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL EM TEMPOS DE PANDEMIA**
DESEJAMOS UM MUNDO MELHOR PARA 2030

Editora Appris Ltda.

1ª Edição - Copyright© 2021 dos autores

Direitos de Edição Reservados à Editora Appris Ltda.

Nenhuma parte desta obra poderá ser utilizada indevidamente, sem estar de acordo com a Lei nº 9.610/98. Se incorreções forem encontradas, serão de exclusiva responsabilidade de seus organizadores. Foi realizado o Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional, de acordo com as Leis nos 10.994, de 14/12/2004, e 12.192, de 14/01/2010.

Catálogo na Fonte

Elaborado por: Josefina A. S. Guedes

Bibliotecária CRB 9/870

O128o Objetivos de desenvolvimento sustentável em tempos de
2021 pandemia: desejamos um mundo melhor para 2030 / Bianca Moro de
Carvalho, João Dias de Carvalho Junior (orgs.). - 1. ed. - Curitiba:
Appris, 2021.

251 p. ; 23 cm. - (Ciências sociais).

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-250-1712-9

1. Desenvolvimento sustentável - Amazônia. 2. Educação. I.
Carvalho, Bianca Moro de, II. Carvalho Junior, João Dias de. III. Título.
IV. Série.

CDD - 363.7.

Livro de acordo com a normalização técnica da ABNT

Appris
editora

Editora e Livraria Appris Ltda.
Av. Manoel Ribas, 2265 - Mercês
Curitiba/PR - CEP: 80810-002
Tel. (41) 3156 - 4731
www.editoraappris.com.br

Printed in Brazil
Impresso no Brasil

Bianca Moro de Carvalho
João Dias de Carvalho Junior
(org.)

**OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL EM TEMPOS DE PANDEMIA**
DESEJAMOS UM MUNDO MELHOR PARA 2030

Appris
editora

FICHA TÉCNICA

EDITORIAL	Augusto V. de A. Coelho Marli Caetano Sara C. de Andrade Coelho
COMITÊ EDITORIAL	Andréa Barbosa Gouveia - UFPR Edmeire C. Pereira - UFPR Ireneide da Silva - UFC Jacques de Lima Ferreira - UP
ASSESSORIA EDITORIAL	Evelin Louise Kolb
REVISÃO	Andrea Bassoto Gatto
PRODUÇÃO EDITORIAL	
DIAGRAMAÇÃO	Danielle Paulino
CAPA	
COMUNICAÇÃO	Carlos Eduardo Pereira Débora Nazário Karla Pipolo Olegário
LIVRARIAS E EVENTOS	Estevão Misael
GERÊNCIA DE FINANÇAS	Selma Maria Fernandes do Valle

COMITÊ CIENTÍFICO DA COLEÇÃO CIÊNCIAS SOCIAIS

DIREÇÃO CIENTÍFICA Fabiano Santos (UERJ-IESP)

CONSULTORES	Alicia Ferreira Gonçalves (UFPB)	Jordão Horta Nunes (UFG)
	Artur Perrusi (UFPB)	José Henrique Artigas de Godoy (UFPB)
	Carlos Xavier de Azevedo Netto (UFPB)	Josilene Pinheiro Mariz (UFCG)
	Charles Pessanha (UFRJ)	Leticia Andrade (UEMS)
	Flávio Munhoz Sofiati (UFG)	Luiz Gonzaga Teixeira (USP)
	Elisandro Pires Frigo (UFPR-Palotina)	Marcelo Almeida Peloggio (UFC)
	Gabriel Augusto Miranda Setti (UnB)	Maurício Novaes Souza (IF Sudeste-MG)
	Helcimara de Souza Telles (UFMG)	Michelle Sato Frigo (UFPR-Palotina)
	Ireneide Soares da Silva (UFC-UFPI)	Revalino Freitas (UFG)
	João Feres Junior (Uerj)	Simone Wolff (UEL)

Este livro é dedicado às vítimas da Covid-19

Esta publicação insere-se no projeto “Cidade, Projeto e Equidade: das Linguagens e Apropriações às formas de Regulação”, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, que é uma bolsa de pós-doutorado, com apoio da Capes Print.

AGRADECIMENTOS

Os estudos realizados nas universidades são resultados de anos de pesquisa e apoio de múltiplas redes de estudos que se ajudam mutuamente e, como a natureza, nascem, crescem e transformam-se em um universo infinito de inúmeras descobertas e possibilidades.

Este livro foi inspirado nas ações e ensinamentos de profissionais e instituições de ensino que têm contribuído para o aprimoramento e enriquecimento de pesquisas na região amazônica, pois o mundo do conhecimento é construído por meio de processos participativos, inclusivos e de redes de apoio e solidariedade.

Agradecimento especial às seguintes instituições: Universidade Federal do Amapá; Architectural Association School of Architecture, Inglaterra; Universidad Autónoma de México; The New School, Estados Unidos; Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo/Brasil; Universidad Nacional de San Martín, Argentina.

Agradecimento especial ao apoio na construção de estudos internacionais: Prof.^a Dr.^a Alicia Ziccardi Contigianni; Prof.^a Dr.^a Angélica Benatti Alvim; Prof. Dr. Jorge Fiori, Prof.^a Dr.^a Patrícia Helena Turola Takamatsu e Prof. Dr. Peter Lucas.

Agradecimento ao apoio local: André da Costa Leite; Cleber Barbosa; Prof. Dra. Elda Gomes Araújo; Prof. Humberto Mauro Cruz; Procuradora Geral de Justiça Dra. Ivana Lucia Franco Cei; Prof. Dr. Jodival Maurício da Costa; Prof. Dr. José Alberto Tostes; Prof. Dr. José Marcelo Medeiros; Prof. Dr. Júlio César Sá de Oliveira; Prof. Me. Oscarito Antunes do Nascimento; Prof. Dr. Pedro Mergulhão; Prof. Dr. Rafael Pontes Lima e Prof. Dra. Rosemary Ferreira de Andrade.

Não deixem morrer em vocês “o jovem”: os jovens que vocês estão sendo, e os meninos e as meninas que vocês foram. Não permitam que matem em vocês a curiosidade permanente diante do mundo.

(Paulo Freire)

PREFÁCIO

A educação como instrumento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

É com enorme alegria que aceitei ao convite da Prof.^a Dr.^a Bianca Moro de Carvalho para escrever o prefácio desta publicação, que aborda um tema estratégico da contemporaneidade: os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que constam no documento “Transformando o nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (ONU, 2015). A publicação apresenta, por meio de um olhar atento de um conjunto de estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá (Unifap), a Agenda 2030 da ONU, o debate e proposições de caminhos sustentáveis para a resolução de problemas e desafios que a cidade e a sociedade de Macapá e região enfrentam.

Vivemos tempos de crises e de transição. Historicamente, as cidades brasileiras têm sido marcadas por um processo de urbanização com níveis elevados de desigualdades socioespaciais, ausência de serviços públicos essenciais, ocupações de espaços ambientalmente vulneráveis e degradação ambiental. Paralelamente, os velhos temas urbanos se entrelaçam aos novos problemas e às demandas emergentes da sociedade ligadas especialmente aos efeitos adversos da mudança climática, ao acesso desigual à tecnologia, à intensificação dos movimentos migratórios, aos preconceitos de gênero e raça, ao envelhecimento da população e à ausência de educação desde a primeira infância.

Na região Amazônica, onde se situa o Amapá, a preservação dos biomas, dos cursos d’água e das tradições vernaculares das populações ribeirinhas é de extrema relevância para a sustentabilidade global, mas se defronta com a urbanização predatória promovida pelo capital e pelo aumento da pobreza.

A atual crise sanitária provocada pela pandemia da Covid-19 evidencia as condições críticas de vida nos assentamentos precários de diversas cidades brasileiras, especialmente nas cidades da Amazônia, exigindo políticas públicas integradas que requalifiquem o habitat de modo pleno, que ressignifiquem espaços e serviços públicos e que promovam o direito à cidade, ao meio e à saúde. O contexto exige ampliar as bases democráticas e dar voz aos diferentes agentes da sociedade.

O conceito de desenvolvimento sustentável surge em meados da década de 1980, em resposta a uma crise da visão tradicional de crescimento e desenvolvimento (SACHS, 1981), e avança, ao longo do tempo, para a compressão dos problemas da sociedade a partir da compreensão da sistêmica relação homem, natureza e território (SACHS, 1993).

Estamos ingressando na terceira década do século XXI e os desafios para o desenvolvimento sustentável nunca foram tão grandes e tão urgentes de serem superados, uma vez que as consequências negativas estão sendo sentidas cotidianamente. A Agenda 2030 da ONU propõe olharmos para os cinco temas em que se organizam os ODS – pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias (ONU, 2015) –, de forma integrada e indivisível para, então, avançarmos em direção ao desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, a universidade possui as ferramentas necessárias para que os distintos agentes que atuam no território mudem seus comportamentos e adotem um modo de vida mais sustentável. A promoção e a disseminação do conhecimento por meio da educação contribuem para tomadas de decisões mais conscientes, tanto por parte da sociedade quanto por parte das instâncias públicas e privadas. O desafio que se coloca é formular uma educação ambiental que seja crítica e inovadora a partir de uma perspectiva de ação holística que relaciona o homem, a natureza e o universo, tendo como referência que os recursos naturais se esgotam e que o principal responsável pela sua degradação é o ser humano (JACOBI, 2003).

A iniciativa promovida na origem desta publicação possibilitou aos estudantes não apenas a transmissão do conhecimento, mas atitudes reflexivas e propositivas capazes de contribuir para uma sociedade mais consciente, justa e equitativa. Grande parte das proposições que constam nesta obra, além da informação da importância do tema, pode contribuir para promover uma reorientação nos padrões de vida e de consumo da sociedade. Observa-se um potencial transformador das relações sociais que representam a análise da Agenda 2030 estreitamente vinculado ao processo de fortalecimento da democracia e da construção da cidadania.

Nas palavras de Jacobi (2003, p. 203-204):

A sustentabilidade traz uma visão de desenvolvimento que busca superar o reducionismo e estimula um pensar e fazer sobre o meio ambiente diretamente vinculado ao diálogo entre saberes, à participação, aos valores éticos como valores fundamentais para fortalecer a complexa interação entre

sociedade e natureza. Nesse sentido, o papel dos professores(as) é essencial para impulsionar as transformações de uma educação que assume um compromisso com a formação de valores de sustentabilidade, como parte de um processo coletivo.

Ao observar o papel que a educação tem em promover um desenvolvimento mais sustentável, defende-se que as instituições de ensino, seus professores e alunos sejam protagonistas da mudança necessária para o alcance das metas dos objetivos do desenvolvimento sustentável.

Oxalá que iniciativas como essas fossem replicadas em outras instituições de ensino, em diferentes níveis da educação brasileira.

Prof.^a Dr.^a Angélica Benatti Alvim

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Presbiteriana Mackenzie
Bolsista Produtividade (CNPq)

Referências

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cad. Pesqui**, n. 118, Studio Nobel: Fundap, 1993. p. 189-205, mar. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742003000100008>. Acesso em: 29 jun. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1981.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI - Desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel/Fundap, 1993.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
<i>Prof.ª Dr.ª Bianca Moro de Carvalho</i>	
PROJETO PLANEJANDO COM A COMUNIDADE 12 ANOS DE ATIVIDADES: O FUTURO É O QUE CONSTRUIMOS NO PRESENTE.....	27
<i>Prof.ª Dr.ª Bianca Moro de Carvalho</i>	
ACESSO GRATUITO ÀS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA PROMOÇÃO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL .	35
<i>Carla da Silva Moreira e Vinicius Costa Milhomem</i>	
NÓS SOMOS O AMANHÃ: ESCOLINHA DE FUTEBOL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	53
<i>Silvana Cristina de Sena do Nascimento</i>	
DO LIXO AO ADUBO ORGÂNICO: PROJETO DE COMPOSTEIRAS PÚBLICAS EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE MACAPÁ	65
<i>Amanda Patricio dos Santos, Edmundo Lima Barreto e João Vitor Vieira Pereira</i>	
IMPLANTAÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA NA CIDADE DE MACAPÁ.....	75
<i>Ana Clara de Souza Monte de Almeida</i>	
CURSINHOS PREPARATÓRIOS PARA PRÉ-VESTIBULAR E ENEM: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE ODS 4	85
<i>Caio Coutinho da Silva</i>	
LIDERA MULHER: DIREITOS HUMANOS NA CIDADE.....	93
<i>Jean Francisco de Oliveira Carvalho Ribeiro e Rebeca Menezes Pimentel Perez</i>	
HORTAS COMUNITÁRIAS NO CONJUNTO HABITACIONAL DO MACAPABA	103
<i>Carolina Deniur Lameira Ramos, Jade Quintela, dos Santos e Natalia do Nascimento Fernandes</i>	

VULNERABILIDADE SOCIAL EM PERIFERIAS: A IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL PÓS-PANDEMIA	121
<i>Erick Vinicius dos Santos de Souza, Fernanda de Melo Soares, e Jackeline Nascimento dos Santos</i>	
DIREITO AO ADEUS: IMPLEMENTAÇÃO DE UMA CAPELA NO BAIRRO NOVA ESPERANÇA DA CIDADE DE MACAPÁ.....	133
<i>Patrick Luiz Galvão do Carmo</i>	
PROJETO VER PARA LER.....	147
<i>Carolina Rola Mira, Juliana Amaral Quadros e Silvia Araújo da Silva</i>	
PRAÇA PET – PROJETO DE APOIO A CÃES EM SITUAÇÃO DE RUA. 167	
<i>Elder Cesar Barbosa Costa, Letícia de Jesus Silva Dias e Marcus Vinicius Silva Valente.</i>	
PROJETO CAUPE: FURGÃO SOCIAL COM CURSOS PROFISSIONALIZANTES PARA SALÃO DE BELEZA.....	179
<i>Adriana Souza da Costa, Laura Pollyanna Rodrigues Inajosa e Matheus Cleber Melo Garcia</i>	
MARIAS NAS OBRAS: MULHERES NO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL.....	193
<i>Fernanda Dias</i>	
TÁ NA MÃO: INTRODUÇÃO AO SMARTPHONE PARA A TERCEIRA IDADE	201
<i>Danilo Augusto Oliveira Barros</i>	
PROJETO BERIMBAU: ARTE, CULTURA E MOVIMENTO PELA CIDADE.....	215
<i>Ana Patrícia Pereira de Souza, Gabriela Alves Cavalcante e Karina Barbosa Xavier</i>	
CORPO E MOVIMENTO: INCENTIVO À ATIVIDADE FÍSICA PARA A TERCEIRA IDADE	225
<i>Fernanda Melo Azevedo e Ravena Rodrigues de Sousa</i>	
CONSUMO CONSCIENTE: CURSO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, RECICLAGEM E REUTILIZAÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS PARA A COMUNIDADE DO BAIRRO REMÉDIOS EM SANTANA - AP	225
<i>Bruna Thayna Palheta Soares e Hanna Thamís Picanço Coutinho</i>	
SOBRE OS AUTORES	244

INTRODUÇÃO

Prof.^a Dr.^a Bianca Moro de Carvalho

Como podemos pensar em um mundo melhor para 2030? Que tipo de projeto você faria para ser incorporado às políticas públicas para alcançar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030?

Essas perguntas foram feitas a 48 alunos participantes da disciplina Gestão e Políticas Públicas da Universidade Federal do Amapá (Unifap) em janeiro de 2021. Durante um semestre atípico, repleto de dúvidas e dor, os alunos foram orientados a escreverem mensagens para diversos setores da sociedade. Essas mensagens estão nos artigos apresentados nesta coletânea de ideias.

A pandemia trouxe muita tristeza e revelou que a maneira como a humanidade vive é insustentável. O consumismo, a destruição de ecossistemas, a criação de tecnologias de destruição em massa, a falta de empatia e solidariedade têm colocado em risco o planeta.

Este livro contém mensagens que surgiram de conversas e debates em uma sala de aula virtual. Os artigos foram escritos como cartas a serem colocadas dentro de uma garrafa lançada no oceano em busca de resgate. Trata-se de uma iniciativa coletiva e local para contribuir para o esforço global da Agenda 2030.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é uma jornada coletiva. É um plano de ação adotado por todos os Estados-Membros das Nações Unidas em 2015, que busca proporcionar um plano compartilhado para gerar paz e prosperidade às pessoas e ao planeta, no momento presente e no futuro. Em sua essência estão os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são um convite para a realização de uma parceria em escala global na esperança de um mundo mais justo, inclusivo e engajado na preservação de oceano e florestas (ONU, 2021).

Essa agenda é resultado de décadas de trabalho, como demonstra a trajetória descrita pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU:

- Em junho de 1992, na Cúpula da Terra no Rio de Janeiro, Brasil, mais de 178 países adotaram a Agenda 21, um plano de ação

abrangente para construir uma parceria global para o desenvolvimento sustentável para melhorar a vida humana e proteger o meio ambiente.

- Os Estados-Membros adotaram por unanimidade a Declaração do Milênio na Cúpula do Milênio em setembro de 2000 na Sede da ONU em Nova York. A Cúpula levou à elaboração de oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para reduzir a pobreza extrema até 2015.
- A Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável e o Plano de Implementação, adotado na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável na África do Sul em 2002, reafirmou os compromissos da comunidade global com a erradicação da pobreza e o meio ambiente, e se baseou na Agenda 21 e na Declaração do Milênio, incluindo mais ênfase em parcerias multilaterais.
- Na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20) no Rio de Janeiro, Brasil, em junho de 2012, os Estados-Membros adotaram o documento final “O Futuro que Queremos”, no qual decidiram, entre outros, lançar um processo de desenvolvimento um conjunto de ODS para construir sobre os ODM e estabelecer o Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável da ONU. O resultado da Rio + 20 também continha outras medidas para implementar o desenvolvimento sustentável, incluindo mandatos para futuros programas de trabalho no financiamento do desenvolvimento, pequenos estados insulares em desenvolvimento e muito mais.
- Em 2013, a Assembleia Geral criou um Grupo de Trabalho Aberto de 30 membros para desenvolver uma proposta sobre os ODS. Em janeiro de 2015, a Assembleia Geral iniciou o processo de negociação da agenda de desenvolvimento pós-2015. O processo culminou na adoção subsequente da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com 17 ODS em seu núcleo, na Cúpula do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas em setembro de 2015.
- 2015 foi um ano marcante para o multilateralismo e a formulação de políticas internacionais, com a adoção de vários acordos importantes:
 - Estrutura Sendai para redução de risco de desastres (março de 2015)

- Agenda de Ação de Adis Abeba sobre Financiamento para o Desenvolvimento (julho de 2015)
- Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável com seus 17 ODS foi adotada na Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da ONU em Nova York.
- O Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável anual serve como a plataforma central da ONU para o acompanhamento e revisão dos ODS. (ONU, 2021, s/p, tradução minha).

Como pode ser observado, o ano de 2015 foi de grande relevância, pois 193 Estados-Membros da ONU estabeleceram juntos, na cidade de Nova York, a adoção do documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, que busca erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões a partir daquele ano, ou seja, todos os países presentes comprometeram-se a adotar medidas transformadoras no período de 15 anos, com a proposta desafiadora de erradicar a pobreza em todas as suas dimensões (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2016).

Os 17 ODS buscam atender aos apelos fundamentais para o processo de desenvolvimento. É um esforço global e participativo, cuja implementação teve início em janeiro de 2016. Os problemas são multidimensionais e exigem a ação coletiva em vários níveis de atuação e participação.

A Agenda 2030 aborda questionamentos importantes sobre os problemas que ameaçam o planeta, tais como as mudanças climáticas, a desigualdade de renda, a fome, de gênero etc.

Segundo dados da página oficial do ODS no Brasil, Plataforma Agenda 2030, eles são compreendidos em cinco dimensões: pessoas, prosperidade, planeta, paz e *partnership* (que em português pode ser traduzido como aliança).

Na primeira dimensão social – pessoas – destacam-se as seguintes ODS: 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

- Objetivo 1: Erradicação da pobreza (Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares).
- Objetivo 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável (Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável).

- Objetivo 3: Saúde e Bem-Estar (Assegura uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades).
- Objetivo 4: Educação de Qualidade (Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos).
- Objetivo 5: Igualdade de Gênero (Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas).
- Objetivo 6: Água Potável e Saneamento (Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos). (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2016, s/p).

A segunda dimensão relaciona-se com a prosperidade e destacam-se os seguintes ODS: 8, 9, 10, 11 e 12.

- Objetivo 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico (Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos).
- Objetivo 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura (Construir infraestrutura resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação).
- Objetivo 10: Redução da Desigualdade (Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles).
- Objetivo 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis (Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis).
- Objetivo 12: Consumo e Produção Responsáveis (Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis). (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2016, s/p).

A terceira dimensão relaciona-se com o planeta e destacam-se os seguintes ODS: 7, 13, 14 e 15.

- Objetivo 7: Energia Acessível e Limpa (Assegura o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível a energia para todos).
- Objetivo 13: Ação Contra a Mudança Climática Global (Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos).

- Objetivo 14: Vida na água (conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável).
- Objetivo 15: Vida Terrestre (proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda). (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2016, s/p).

A quarta dimensão, a política, relaciona-se com a paz e destaca-se o ODS 16: “Objetivo 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes (Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis)” (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2016, s/p).

Na quinta dimensão destaca-se o ODS 17: “Objetivo 17: Parcerias e Meios de Implementação (Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável)” (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2016, s/p).

Desejo uma boa leitura desta coletânea e que essa experiência possa servir como um instrumento para reflexão sobre o presente e o futuro de nossas cidades, que precisam de propostas solidárias e inclusivas para que as próximas gerações não sofram as trágicas consequências do mundo desigual em que hoje vivemos.

Referências

PLATAFORMA AGENDA 2030. **Os Conheça a Agenda 2030**. Conheça o plano de ação global para mudar o mundo até 2030. 2016. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/sobre/>. Acesso em: 27 abr. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Departamento de assuntos econômicos e sociais. **The 17 goals History**. 2021. Disponível em: <https://sdgs.un.org/goals>. Acesso em: 27 abr. 2021.

PROJETO PLANEJANDO COM A COMUNIDADE 12 ANOS DE ATIVIDADES: O FUTURO É O QUE CONSTRUIMOS NO PRESENTE

Prof.^a Dr.^a Bianca Moro de Carvalho

Resumo

Este artigo tem o propósito de realizar uma síntese das atividades do Projeto de Extensão Planejando com a Comunidade. No ano de 2021 completou 12 anos de existência e por meio dele tem sido possível realizar atividades multidisciplinares e processos participativos que envolvem o ensino, pesquisa, prática e extensão em áreas de fragilidade ambiental e onde predominam assentamentos precários do tipo palafita, e populações em estado de vulnerabilidade social. Esta coletânea também é parte dessa história e relaciona-se com o ODS número 4: educação de qualidade.

1. As dificuldades do presente: macapá na Amazônia

A Amazônia é uma região de grande interesse internacional, muito é falado sobre sua imensa floresta, processos de devastação, porém grande parte dessa população é urbana, e são nas capitais dessa imensa região que ocorre grandes conflitos de desigualdade. Em 2010, último Censo no país¹, viviam cerca de 25 milhões de pessoas na Amazônia Legal distribuídas em 775 municípios (IBGE, 2011), representando 67% das florestas tropicais do mundo (IMAZON, 2009).

Segundo estimativas do IBGE, a população do município de Macapá no ano de 2020 era de 512.902 habitantes, em que um total de 25.520 domicílios subnormais foram identificados no município. Se comparado ao último censo, o número de domicílios subnormais praticamente dobrou, que era de 13.801 domicílios. São dados preocupantes e que demonstram a importância da priorização do tema da moradia, a qual envolve o enfrentamento de situações multidimensionais que exigem políticas sociais complexas. São

¹ O censo de 2020 foi impossibilitado pela pandemia do COVID-19.

os setores mais vulneráveis, como a população de baixa renda, que mais sofre com as consequências de um modelo de desenvolvimento em que predominam os baixos salários no mercado de trabalho, a informalidade e a precariedade profissional (ZICCARDI, 2020, p. 209).

No Amapá, são as áreas de fragilidade ambiental, denominadas localmente de ressacas², onde populações de baixa renda constroem suas casas de palafita, que nada mais é do que a reprodução do modo de vida que os ribeirinhos levam ao longo do Rio Amazonas e de seus afluentes. Porém, nas cidades, essas condições apresentam-se muitas vezes inadequadas, pois os espaços são menores e têm particularidades em que predominam a lógica do mercado.

A falta de políticas públicas voltadas para as áreas de urbanização popular no município de Macapá tem contribuído para o aumento dos assentamentos precários e, conseqüentemente, para o aumento da pobreza urbana e processos de exclusão social. Os assentamentos precários têm sido a alternativa para as populações de baixa renda no enfrentamento à falta de moradia, sendo esse um dos maiores desafios dos profissionais da área de Planejamento Urbano (CARVALHO, 2020).

A população ergue suas habitações mediante o processo de autoprodução e autoconstrução sem ajuda do setor público, e onde predominam espaços sem infraestrutura para se realizar atividades básicas, como acesso a água potável, educação e condições de habitabilidade adequadas sem padrões de vida mínimos para sua subsistência.

Outra situação grave no município são as práticas clientelistas, de cooptação, paternalismo, aliados a falta de critérios na aplicação e estabelecimento de políticas públicas e utilização de recursos sem a consulta da população. A ausência de canais de participação social abertos à cidadania nos processos de tomada de decisões tem sido característica recorrente na gestão urbana (ZICCARDI; SALTALAMACCHIA, 2005, p. 35).

Porém, o Brasil, há várias décadas, tem construído experiências de governo inovadoras, Macapá demonstra-se um caso *sui generis*, pois o país é reconhecido internacionalmente pela força e atuação dos seus movimentos sociais que garantiram o direito à cidade na Constituição Brasileira de 1988, nos termos dos artigos 182 e 183, que levaram, em

² A ressaca é uma denominação local dado às zonas úmidas, a qual representa uma realidade urbana para referir-se tanto às áreas úmidas quanto às moradias do tipo palafita que são resultante de invasões nesse tipo de ecossistema (CARVALHO, 2020).

2001, à criação do Estatuto das Cidades, “que diz respeito ao direito à moradia, na promoção da democratização” (HARVEY, 2012, p. 14).

2. Ensino, prática e extensão

A ausência de pesquisas que demonstrassem o perfil das populações em assentamentos vulneráveis foi um dos elementos motivadores da criação do projeto de extensão em questão.

O projeto de extensão “Planejando com a Comunidade” iniciou-se em 2009 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá, por meio da prática do planejamento urbano em que estudantes, professores e convidados deslocam-se até as comunidades de ressaca para realizarem pesquisas, exercícios projetuais e, mais recentemente, elaboram documentários juntamente às comunidades locais.

O projeto busca responder algumas perguntas que são importantes para o processo de aprendizagem do aluno, e também para criar processos de inclusão social. Dentre essas perguntas, podemos destacar algumas: 1) Seria possível o design participativo produzir maior inclusão social?; 2) Qual o perfil das comunidades das áreas de ressacas?; 3) Podemos construir melhores habitações sociais?; 4) Qual o estágio de critical housing hoje?; 5) Como dar voz a comunidade?

O primeiro ano de atuação foi 2009, na área de ressaca do bairro do Perpétuo Socorro, antigo Igarapé das Mulheres. Na sede da comunidade foi possível contatar os líderes do bairro, em que foi estabelecida uma agenda de reuniões que incluía visitas nas pontes e casas de palafita. O resultado foi muito positivo, porque os alunos, além de praticarem o conhecimento fora da sala de aula, superaram os preconceitos e criaram um diálogo com a comunidade, que levou à criação de propostas voltadas para a realidade local. Foram aplicados questionário em 480 casas. Os trabalhos foram reunidos em uma única proposta e doados para a Secretaria de Infraestrutura do Estado do Amapá, e teve sua metodologia debatida no evento Projetar 2009, realizado na Universidade Presbiteriana Mackenzie, na cidade de São Paulo.

No ano de 2010, o Ministério Público do Estado do Amapá, juntamente ao IEPA³, pioneiros nos estudos das áreas de ressacas, solicitaram o apoio do projeto de extensão para investigar essas áreas. Foram meses de trabalho que resultaram na publicação de um relatório técnico intitulado

³ Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá

“Zoneamento Ecológico e Econômico da Zonas de Ressacas de Macapá e Santana”. O estudo identificou um grande crescimento demográfico nas áreas de ressacas, além da falta de execução de políticas públicas, e o aumento do número de famílias que viviam em condições subumanas. A pesquisa foi uma tentativa de implantar um instrumento para zonear essas áreas de ressacas, que já haviam sido estabelecidas como responsabilidade do Estado do Amapá na promulgação da Constituição Estadual no art. 311.

Para que o relatório se tornasse uma realidade, foi criada uma metodologia que implicava na aplicação de questionários socioambientais em todas as ressacas dos dois maiores municípios do Amapá: Macapá e Santana. A aplicação dos questionários ocorreu nos meses de abril, maio e junho de 2010. Dessa forma, foi possível conhecer dados importantes sobre a população das áreas informais: renda dos moradores, características da população, moradia, infraestrutura habitacional, saneamento, condições de infraestrutura. O estudo concluiu que os problemas atuais, nessas áreas, eram resultantes da falta de iniciativa do poder público, incluindo a não execução do Plano Diretor do Município e suas leis complementares (TAKYAMA *et al.*, 2012, p. 60).

Apesar de serem áreas ocupadas ilegalmente, 91% dos entrevistados se consideravam proprietários dos imóveis, sendo 4% alugados e 3% cedidos. Um dado bastante importante está relacionado com a construção do imóvel: 46% dos entrevistados contratou mão de obra para a construção de suas casas, 39% utilizaram o mutirão familiar para construir suas moradias. A contratação de mão de obra para a construção dessas casas demonstrou existir um mercado de trabalhadores autônomos especializados para construir as palafitas, gerando trabalho informal nessas áreas (TAKYAMA *et al.*, 2012, p. 61).

No ano de 2011, o “Planejando com a Comunidade” foi inscrito e selecionado para o programa PROEXT⁴, obtendo recursos financeiros para dar continuidade às pesquisas, pois a experiência do ano anterior havia permitido o acúmulo de conhecimento sobre as reais condições da população das áreas de ressacas; o projeto de extensão foi levado a outras cidades da Amazônia, as quais haviam sido mencionadas nos questionários como a origem da população entrevistada no ano de 2010.

⁴ “O Programa de Extensão Universitária (ProExt) tem o objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021, s/p).

A visita ao arquipélago do Marajó, pertencente ao estado do Pará, em 2011, trouxe o entendimento de que nessa área da Amazônia a infraestrutura das cidades são mais precárias que em Macapá — faltam universidades, escolas, hospitais e trabalho para a população. Para o morador dessas áreas é mais fácil mudar-se para Macapá do que para Belém, devido às grandes distâncias que existem na região Amazônica. Em Macapá, o mesmo tipo de habitação — casas do tipo palafita — são construídas nas ressacas, porém, na cidade o estilo de vida do campo acaba criando conflito com os pequenos espaços que os moradores disputam na cidade, como o lixo que é jogado diretamente nas áreas alagadas, trazendo problema de drenagem e inundação. A capital do Amapá tornou-se receptora de população de baixa renda do Pará.

Entre 2012 e final de 2015 o projeto de extensão tornou-se parte da minha investigação de doutorado na Universidade Autônoma do México. Durante a pesquisa de campo, que incluiu a aplicação de 187 questionários em quatro ressacas, foi detectada a mesma realidade das pesquisas do ano de 2010, porém outras variáveis foram incluídas como questões de habitabilidade e lideranças comunitárias. Nas quatro áreas investigadas, somente uma possuía mobilização comunitária, porém bastante desorganizada. Esse indicador revelou que a falta de líderes traz enormes dificuldades para essas populações terem direito à cidade, porque dificulta o exercício da cidadania e reduz as possibilidades de debate com os governos locais. As mobilizações comunitárias no Brasil têm servido de modelo para outros países da América Latina, porém no Amapá o comportamento também é *sui generis*.

No ano de 2016, o projeto de extensão foi retomado. A existência de desorganização ou inexistência de lideranças comunitárias levou à inclusão de outras atividades que vão além do projeto urbanístico. Passaram a ser realizadas palestras educativas que incluíram temas variados ministrados pelos próprios alunos. Foi de grande importância compartilhar conhecimento com a comunidade e despertar o interesse pelo exercício da cidadania. Porém, a retomada dos projetos urbanísticos não foi fácil, pois o índice de criminalidade nessas áreas aumentou, a própria área do Congós, que havia sido selecionada para a pesquisa, exigiu uma nova estratégia de segurança: um micro-ônibus foi alugado para transportar alguns membros da comunidade, colaboradores do projeto, para finalizar a atividade do semestre na própria universidade.

Em 2017, o “Planejando com a Comunidade” foi apresentado para acadêmicos, políticos e atores sociais da cidade de Nova York, na Universidade The New School. Também, como resultado dessa experiência, foi possível ter a participação de professores da The New School no projeto de extensão na área do Elesbão, no município de Santana, onde foi realizado o primeiro documentário sobre as ressacas, além de estudos urbanísticos, os quais foram apresentados para a Prefeitura de Santana.

Em 2018, 2019 e 2020 foram realizados mais três documentários sobre assentamentos populares, por meio da metodologia da mídia participativa, que estão disponíveis no YouTube. O último documentário, de 2020, faz parte de um projeto internacional denominado Housing Problems, da Universidade de Nova York, que consiste em fazer diferentes versões pelo mundo do primeiro filme que retrata as classes trabalhadoras em seu ambiente de moradia. A versão amazônica tem o nome de Housing Problems Macapá, a área selecionada foi o bairro do Congós, que desde 2017 abriga os alunos desse projeto de extensão.

3. O projeto de extensão e o ods 4: educação de qualidade

O projeto foi transformando-se, pois a velocidade com que a cidade cresce requer adaptações, mas a essência permanece: integrar os alunos com a comunidade, projetar a partir de uma realidade existente, transformar os espaços, criar debates, exercitar a imaginação. O grande desafio é realizar processos de trocas de conhecimento permitindo que a inclusão social seja um verdadeiro instrumento de crescimento pessoal e coletivo.

Promover educação de qualidade por meio de experiências que transformam a cidade em um imenso laboratório de pesquisa é uma atividade desafiadora. Existe uma rede de apoio de profissionais e instituições que mutualmente desenvolvem atividades de interesse público e motivados pelo alcance de metas de benefícios coletivos.

A universidade representa um espaço de oportunidades que mesmo em momentos difíceis é possível a produção de trabalhos coletivos e de interesse público.

Cumprir com as metas do objetivo 4 é dar continuidade às experiências que já foram iniciadas e representa ir além das fronteiras delimitadas pelo espaço físico das instituições, é pensar no que pode ser melhor para o local e alcançar avanços globais, é contribuir para garantir que todos

[...] adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável (PLATAFORMA 2030, 2016, s/p).

4. Conclusões

A Amazônia possui uma enorme reserva de recursos naturais, contudo, nas capitais dessa importante região brasileira, predominam imensas desigualdades sociais. São cidades fragmentadas, marcadas pelo subdesenvolvimento e segregação social. No Amapá, a irregularidade, informalidade e o fracasso das políticas públicas estão representados materialmente nas invasões das áreas úmidas para a construção de casas. O crescimento desordenado das áreas úmidas do município de Macapá tem sido a solução para as famílias de baixa renda que necessitam de moradia na cidade.

São comunidades de origem ribeirinha que reproduzem, nas ressacas, o mesmo tipo de habitação construídas nas áreas rurais: palafitas de madeira. A falta de políticas públicas voltadas para atender essa população tem sido um dos grandes entraves para a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas.

A Universidade Federal do Amapá tem gerado novas oportunidades de debates e reflexões por meio do projeto de extensão “Planejando com a Comunidade”. As comunidades que participam do trabalho sabem que se trata de um exercício acadêmico, porém os projetos estão à disposição da comunidade, podendo ser um instrumento de reivindicação frente aos governos locais.

A prática do design participativo e da mídia participativa tem proporcionado bons resultados, contudo, mostra-se necessário que outros agentes estejam envolvidos nesse processo de construção de novas ideias e possibilidades. Infelizmente, as comunidades das áreas de ressacas estão fracamente mobilizadas, o nível de escolaridade é muito baixo e grande parte desconhece ferramentas básicas de reivindicação social como o Estatuto da Cidade e os Direitos Humanos.

A construção de uma cultura cidadã e participativa requer décadas para ser consolidada, todavia, o futuro das novas gerações depende das ações implementadas no presente. A universidade pode deixar plantada uma semente, entretanto ela precisa ser cultivada em um terreno fértil e em condições favoráveis para que se possa colher os melhores frutos desse valioso investimento. Por isso, o Amapá precisa acompanhar e inserir-se na dinâmica da mobilização social e processos participativos de decisões públicas, em cuja área o Brasil já se impõe como uma referência mundial.

Referências

CARVALHO, Bianca. **Habitação popular na Amazônia:** O caso das ressacas na cidade de Macapá. Curitiba: Appris, 2020.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes:** do Direito à cidade à Revolução Urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). “**Geoestatísticas**” **revelam patrimônio ambiental da Amazônia Legal.** 2011. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias=-censo?busca1=&id1=&idnoticia1887=&t-geoestadisticas-revelan-patrimonio-ambiental-la-amazonia-legal&view=noticia>. Acesso em: 27 mar. 2021.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA (IMAZON). **A Amazônia em números.** 2009. Disponível em: <https://imazon.org.br/imprensa/a-amazonia-em-numeros/>. Acesso em: 27 mar. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **ProEXT-Apresentação.** 2021. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12241&ativo=488&Itemid=487. Acesso em: 14 jul. 2021.

PLATAFORMA AGENDA 2030. **Os Conheça a Agenda 2030.** Conheça o plano de ação global para mudar o mundo até 2030. 2016. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/sobre/>. Acesso em: 27 abr. 2021.

TAKYAMA, Luis Roberto; SILVA; Uédio; JIMENEZ, Erika; PEREIRA; Ronaldo; ZACARDI; Diego; FERNANDES, Erlyson; SOUTO, Flávio; SILVA; Luis; SILVA, Márcio; SANTOS, Maria; NETO, Salustiano; SANTOS, Valdenira. **Projeto Zoneamento Ecológico Econômico Urbano de Ressacas de Macapá e Santana Relatório Técnico Final.** Macapá: IEPA, 2012. Disponível em: <https://www.mpap.mp.br/images/PRODEMAC/livros/Livro%20Ressacas.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2021.

ZICCARDI, Alicia. **Ciudades Latinoamericanas.**: la cuestión social y la gobernanza local. Compilado por María Mercedes Di Virgilio; prólogo de Manuel Castells. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020. Disponible en: <https://www.clacso.org/alicia-ziccardi/>. Acceso en: 15 jul. 2021.

ZICCARDI, Alicia; SALTALAMACCHIA, Homero. Las ciudades mexicanas y el buen gobierno local: una metodología para su evaluación. **Revista Mexicana de Sociología, México**, v. 1, 2005.

ACESSO GRATUITO ÀS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA PROMOÇÃO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL

Carla da Silva Moreira

Vinicius Costa Milhomem

Resumo

O avanço do uso da tecnologia da informação na educação é algo que se mostra irreversível nas sociedades atuais, pois é cada vez mais exigida para inserção do indivíduo nas escolas e universidades. No Brasil, a exigências de inscrições de alunos em processos seletivos, de forma on-line, para ingressarem nas universidades, deixa evidente a exclusão social e a falta de oportunidades para todos. Sendo assim, este artigo traz uma proposta que visa a contribuir para o acesso gratuito à internet, além de oferecer auxílio para manusear tais tecnologias, proporcionando a inclusão educacional para as pessoas que não dispõem de tais meios em casa ou na escola. Dessa forma, pretende-se assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, além de atender o ODS 4: Educação de Qualidade.

1. Tecnologias da informação e comunicação e exclusão

A exclusão digital (oposto de inclusão digital) é um tema importante, que merece a atenção dos governos na elaboração de políticas públicas. É uma exigência na Declaração Universal dos Direitos Humanos e uma realidade na sociedade contemporânea que merece prioridade para a geração de sociedades mais justas e inclusivas.

A exclusão digital é um conceito que trata da desigualdade econômica e social no que diz respeito ao acesso, uso ou impacto da informação e das tecnologias de comunicação. Também chamado de brecha ou de fissura digital, o conceito analisa o abismo que separa as camadas das sociedades que ficaram à

margem da chamada sociedade da informação e da expansão das redes digitais. (SANTOS, 2017, s/p).

Para Bucci (1997, p. 90) a função estatal de “coordenar as ações públicas (serviços públicos) e privadas para a realização de direitos dos cidadãos – à saúde, à habitação, à previdência, à educação – legitima-se pelo convencimento da sociedade quanto à necessidade de realização desses direitos sociais”.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) têm trazido mudanças positivas para a vida das pessoas, pois permite a troca e difusão do conhecimento em escala global, que transforma e enriquece a vida econômica, social e cultural da sociedade mundial. No entanto, quando um indivíduo não dispõe de nenhum acesso a esses recursos, esses avanços científicos tornam-se um entrave para o seu crescimento intelectual e material.

A inclusão digital se torna pauta de política pública na medida em que estar devidamente conectado se transforma em uma parte importante do acesso pleno à cidadania. Na atual fase do desenvolvimento tecnológico, promover a apropriação pelos cidadãos das Tecnologias da informação e Comunicação (TICs) é corresponder a anseios populares garantidos na ordem constitucional há décadas. (GOMES *et al.*, 2020, p. 7).

Para Bernardo Sorj, a exclusão digital representa uma dimensão da desigualdade social, porque permite verificar a distância relativa do acesso a produtos, serviços e benefícios das novas tecnologias da informação e comunicação entre diferentes classes da sociedade. Dessa forma, a exclusão digital no Brasil é um problema majoritariamente social e não tanto tecnológico (SORJ, 2003 *apud* SOUZA, 2006).

Portanto, saber utilizar a informática e estar inserido no mundo digital tornou-se tão importante quanto saber ler e escrever, visto que o indivíduo sem estes saberes está de certa forma “condenado” a serviços pouco remunerados (vale ressaltar a importância do correio eletrônico, que está presente em muitas profissões, mesmo as que não exploram ou dependem da tecnologia), (SOUZA, 2006, s/p, grifo do autor).

No panorama mundial do acesso à internet, o continente europeu, por exemplo, tem 85% de sua população on-line e 15% off-line, enquanto no continente africano essa equação está invertida, 15% on-line e 85% off-line, “a variação evidencia a persistência de desigualdades regionais no acesso a essa tecnologia” (VEJA, 2019, s/p).

Esses dados tornam-se mais graves na África, como demonstra Patrícia Peiró (2017) em seu artigo publicado no jornal *El País*: 60% das pessoas entre 15 e 24 anos não têm acesso à internet; na Europa, essa porcentagem cai para 4%. Isso significa dizer que os países do continente africano são os que menos têm acesso à internet. A digitalização também é limitada em áreas de conflito armado e guerra, como Iêmen, Iraque e Afeganistão (PEIRÓ, 2017).

Segundo dados do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic), o Brasil possui 70% da população com acesso à internet, dos quais 51% conectam-se pelo telefone celular (*smartphone*); “para os mais ricos, que têm renda familiar acima de 10 salários mínimos, o uso exclusivo de celular é feito por 17% dos usuários, enquanto 80% usam ambos celular e computador para se conectar” (LAVADO, 2019, s/p).

No ano de 2020, o Instituto de Referência em Internet e Sociedade (Iris) (SOUZA, 2006) publicou um importante relatório sobre a situação da inclusão digital no Brasil e América Latina:

As informações sobre políticas em vigor no Brasil estão dispersas e de difícil acesso. O acompanhamento dos projetos de lei no Brasil também é dificultado pelos motores de busca do próprio governo, que dispõem de filtros pouco eficientes. Os relatórios de avaliação das políticas públicas brasileiras apontam para problemas de execução e falta de sincronia entre os planos, o que gera sobreposição de trabalhos. Muitas das políticas públicas são interrompidas ou não alcançam os resultados pretendidos. (SOUZA, 2006, s/p).

Para Mori (2011), a inclusão digital tem três vertentes: 1) inclusão digital como acesso; 2) inclusão digital como alfabetização digital e 3) inclusão digital como apropriação de tecnologias. A seguir, o pensamento de Mori detalhado:

A primeira das vertentes tem como foco a garantia do acesso à infraestrutura de TICs. Uma característica desta abordagem é utilizar como indicador principal de “inclusão digital” a disseminação de bens e serviços relacionados à informática e às telecomunicações. A infraestrutura inclui dispositivos como computadores, telefones e outros aparatos técnicos que permitem interface humana, e as redes técnicas de transmissão de dados [...] Uma segunda vertente considera relevante o acesso aos meios físicos, porém destaca a importância da “alfabetização digital” como elemento crucial para que exista

“inclusão digital”. A característica principal desta segunda abordagem compreende a infraestrutura tecnológica como algo similar ao lápis e ao papel para quem não é alfabetizado. Sendo assim, as habilidades de uso das TICs são tão ou mais importantes do que os indicadores de acesso [...] A terceira vertente considera como efetivo objetivo da “inclusão digital” a apropriação das TICs, e não apenas a capacidade de uso básico que a “alfabetização digital” proporciona. Defende que exista não apenas acesso à infraestrutura e “alfabetização digital”, mas processos mediante os quais as pessoas sejam capazes de compreender o significado dos meios técnicos e digitais, reinventar seus usos e não se constituir como meros consumidores. A vertente pode ser assim resumida: “inclusão digital” = apropriação das TICs. (MORI, 2011, p. 40-41, grifos do autor).

Nesse contexto, é fundamental a atenção do Estado na formulação de políticas públicas que promovam o acesso às TICs, pois, conforme exposto, trata-se de um direito humano a ser alcançado por todos. Apesar da Declaração Universal dos Direitos Humanos ter sido criada em 1948, é importante lembrar que direitos humanos são algo que se constrói e se reconstrói.

1.1 O acesso à educação e internet

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) tem realizado pesquisas globais para saber detalhes da exclusão digital e seus impactos no bem-estar de meninos e meninas, buscando contribuir para o fornecimento de dados para que os países se mobilizem na busca de soluções para a exclusão digital; prova disso é o relatório publicado em 2017 sobre a situação das crianças na era digital, que traz algumas conclusões importantes:

- Os jovens (15-24) são a faixa etária mais conectada. Em todo o mundo, 71% estão *online*, em comparação com 48% da população total.
- Os jovens africanos são os menos conectados, com cerca de 3 em cada 5 jovens *offline*, em comparação com apenas 3 em cada 75 na Europa.
- Aproximadamente 56% de todos os *sites* têm conteúdo exclusivamente em inglês e muitas crianças não conseguem encontrar conteúdo que entendam ou que lhes seja culturalmente relevante.

- Mais de 9 em cada 10 URLs relativos a abuso sexual infantil identificados globalmente estão hospedados em cinco países – Canadá, França, Holanda, Federação Russa e Estados Unidos. (UNICEF, 2017, s/p, grifos do autor).

Em 2020, o Unicef publicou outro relatório intitulado: “Quantas Crianças e Jovens Têm Acesso à Internet em Casa?”. Foi uma parceria com a União Internacional de Telecomunicações (UIT), que demonstrou que 2,2 bilhões (dois terços das crianças e jovens com 25 anos ou menos) não têm acesso à internet no planeta. E mais, “a situação afeta 1,3 bilhão de crianças entre 3 e 17 anos. Em todo o mundo, 759 milhões de pessoas entre 15 e 24 anos não acessam a internet de seus lares” (ONU, 2020, s/p).

O mesmo documento defende, ainda, que os governos e o setor privado não acompanharam o ritmo acelerado das mudanças tecnológicas, expondo as crianças a novos riscos, prejudicando e deixando para trás milhões de crianças em situação de exclusão: “Cerca de um terço dos jovens no mundo – 346 milhões – não estão *online*, agravando as desigualdades e reduzindo a capacidade de participação das crianças” (ONU, 2020, s/p, grifo do autor).

No Brasil, uma em cada quatro pessoas não tem acesso à internet; em números totais, isso representa cerca de 46 milhões de brasileiros que não acessam a rede:

Os dados, que se referem aos três últimos meses de 2018, mostram ainda que o percentual de brasileiros com acesso à internet aumentou no país de 2017 para 2018, passando de 69,8% para 74,7%, mas que 25,3% ainda estão sem acesso. Em áreas rurais, o índice de pessoas sem acesso é ainda maior que nas cidades, chega a 53,5%. Em áreas urbanas é 20,6%. Quase a metade das pessoas que não têm acesso à rede (41,6%) diz que o motivo para não acessar é não saber usar. Uma a cada três (34,6%) diz não ter interesse. Para 11,8% delas, o serviço de acesso à internet é caro e para 5,7%, o equipamento necessário para acessar a internet, como celular, laptop e tablet, é caro. (TOKARNIA, 2020, s/p).

Esse processo que restringe o acesso à informação no país está relacionado aq múltiplos fatores: “É inegável que a exclusão digital tem uma imensa correlação com outras formas de desigualdade social e, de forma geral, as maiores taxas de exclusão se encontram nos setores de mais baixa renda” (SILVA, 2011, s/p).

No Brasil, o problema da desigualdade financeira é um dos fatores que influenciam na perpetuação dos abismos sociais, pois pessoas com alto poder aquisitivo têm acesso a escolas particulares e à informação, que acabam impulsionando a educação. Já pessoas com poucos recursos financeiros estudam em escolas públicas, muitas vezes sem acesso algum a meios tecnológicos.

O acesso à internet tem uma relação diretamente proporcional aos níveis de educação e renda. As menores porcentagens de presença na rede são encontradas entre as pessoas que estão fora da escola e do mercado de trabalho. Na mesma direção é possível constatar que os Estados e Regiões Geográficas com os maiores índices de Desenvolvimento Humano (IDH) são também os de maiores níveis de acesso à internet. (SILVA, 2011, p. 532).

Para Akkari (2001), a educação pública e a particular no Brasil apresentam grandes diferenças: as escolas particulares têm estruturas bem aparelhadas e profissionais motivados para desenvolverem a prática educacional, enquanto que as públicas são geralmente pouco estruturadas e sem recursos básicos para o processo de aprendizagem, e seus profissionais não recebem incentivos necessários para desenvolver um trabalho adequado para os educandos, reduzindo, assim, a qualidade da educação, o que acarreta um baixo índice de aprendizagem e alta evasão escolar.

A discussão ensino público/particular é um grande conflito na análise do sistema educativo contemporâneo no Brasil. A rede pública acolhe a maioria dos alunos do país, ao passo que a rede particular se revela elitista porque é frequentada, em grande parte, pelas classes privilegiadas economicamente (AKKARI, 2001).

Para o renomado economista e autor Paul Singer (1995, p. 5), “o universo dos educadores, educandos, administradores de aparelhos educacionais, políticos e gestores públicos está dividido e polarizado em duas visões opostas dos fins da educação e de como atingi-los”: a civil democrática e a produtivista. Uma clama pela escola pública em nome do direito universal; a outra está focada no indivíduo para o mercado de trabalho:

Vamos chamar a primeira posição de civil democrática, porque ela encara a educação em geral e a escolar em particular como processo de formação cidadã, tendo em vista o exercício de direitos e obrigações típicos da democracia. Essa visão da educação centra-se no educando e em particular no educando

das classes desprivilegiadas ou não-proprietárias. O grande propósito da educação seria proporcionar ao filho das classes trabalhadoras a consciência, portanto a motivação (além de instrumentos intelectuais), que lhe permita o engajamento em movimentos coletivos visando tornar a sociedade mais livre e igualitária. É óbvio que a educação escolar também deveria cumprir muitos outros propósitos, que poderiam ser resumidos na habilitação do indivíduo a se inserir de forma adequada na vida adulta: profissional, familiar, esportiva, artística etc. [...] a que denominarei produtivista. Esta concebe a educação sobretudo escolar como preparação dos indivíduos para o ingresso, da melhor forma possível, na divisão social do trabalho. Não custa repetir que também a visão produtivista não despreza outros propósitos do processo educacional, mas enfatiza o que é chamado pelos economistas de acumulação de capital humano. Cada indivíduo é encarado como tendo capacidade produtiva potencial, cujo desenvolvimento exige esforço tanto do próprio indivíduo como de seus instrutores e familiares. Esse esforço se traduz num custo, que pode ser formulado em termos pecuniários e representa o valor do capital humano de que dispõe cada indivíduo. Esse capital humano provém não apenas da educação escolar, mas também de cuidados com a saúde e outros que contribuem para desenvolver a capacidade produtiva do indivíduo. (SINGER, 1995, p. 5-6).

A promoção de uma educação inclusiva com acesso à informação para todos depende do comprometimento entre governos, setor privado, sociedade civil organizada, instituições de ensino (escolas, universidades etc.) e geração de processos participativos. O relatório do Unicef (2020) traz indicativos de que é possível igualar as condições de acesso ao mundo digital e tornar a internet mais acessível, mas depende de um esforço conjunto da sociedade.

2. Macapá: projeto para acesso às tecnologias da informação e comunicação

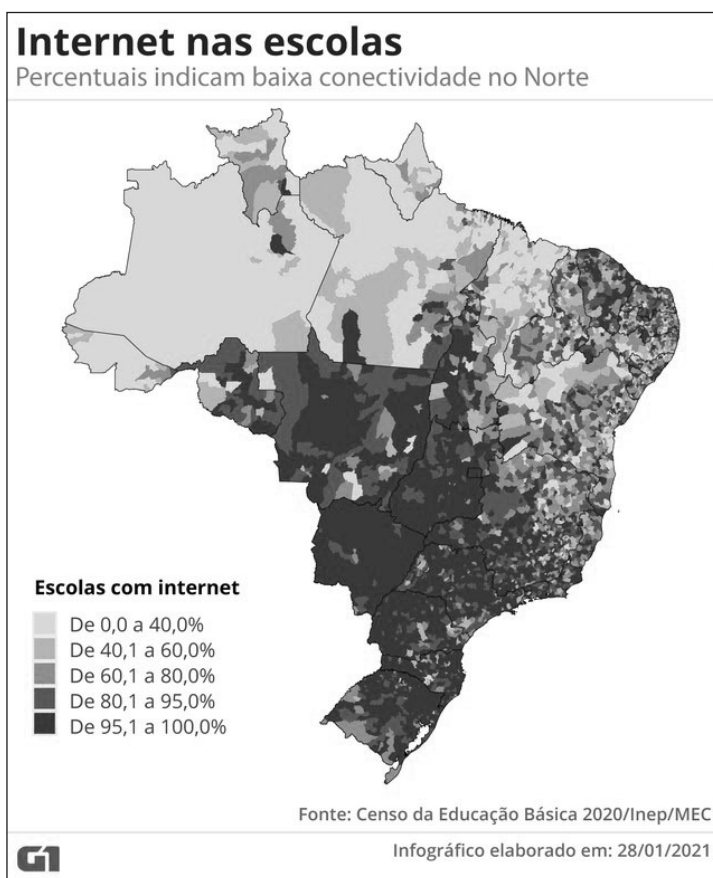
O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) é um dos maiores responsáveis pelo fornecimento de dados precisos para as pesquisas no Brasil, porém a pandemia da Covid-19 tem dificultado a atualização de informações. Suas pesquisas apontaram, em 2017,⁵ que 19% das resi-

⁵ Os dados foram coletados em 2017 e divulgados em 2019.

dências no Amapá não tinham acesso à internet naquele ano, e que um a cada quatro domicílios não teria tido nenhum acesso até os três meses anteriores à pesquisa (G1, 2019).

Recentemente, no ano de 2021, foram divulgados nos meios de comunicação dados censitários sobre a educação básica no estado do Amapá, que diziam que “apenas 5 dos 16 municípios têm condições razoáveis e recursos para conexão com a internet [...] os municípios que têm acima de 40% de internet são: Macapá, Porto Grande, Pracuúba, Ferreira Gomes e Serra do Navio” (G1, 2021, s/p).

Figura 1 – Internet nas escolas



Fonte: Censo da Educação Básica 2020/Inep/MEC, infográfico elaborado pelo portal de notícias G1 AP, 2021

Os dados representam não apenas as escolas públicas, mas também escolas privadas, do ensino infantil ao ensino médio e educação de jovens e adultos. Ainda somando todas as escolas, apenas a capital Macapá tinha acima de 60% das escolas com recursos de acesso à internet, quatro municípios do estado entre 40% e 60% e outros 11 municípios menos de 40% das escolas com algum recurso de conectividade, com alto déficit na oferta de conectividade, conforme a Figura 1. Os indicadores deixam o Amapá entre os estados do país com menor oferta de recursos de internet, atrás do Acre, Amazonas, Maranhão, Roraima e Pará, todos na Amazônia (G1, 2021).

Dessa forma, levando em consideração a atual importância do acesso à internet como um dos componentes básicos para troca informações, entre outras possibilidades, são necessárias estratégias de superação da falta de acesso à conexão em grande parte no estado do Amapá, bem como na maioria das comunidades periféricas da capital Macapá. Há a necessidade da criação de estratégias que permitam o acesso gratuito e universal à internet.

As tecnologias da informação e comunicação (TICs) são ferramentas de grande importância para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, na compreensão dos saberes e para despertar o interesse dos alunos à busca de novos conhecimentos, além de ajudar os professores a desenvolverem suas atividades sem obstáculos materiais (SANTOS; RAMOS, 2020).

Neste ponto, os professores também passam a mediar o conhecimento por meio das tecnologias, sendo necessário compreender o uso dos recursos possíveis de serem utilizados no processo de ensino-aprendizagem e otimizar a utilização das TICs pelos estudantes. Esse processo deve ser pensado de forma dialógica, observando a realidade sócio cultural em que os estudantes estão inseridos. As tecnologias da informação, junto com a habilidade para usá-las e adaptá-las, são o fator crítico para gerar e possibilitar acesso à riqueza, poder e conhecimento no nosso tempo. (CASTELLS, 1999 apud SANTOS; RAMOS, 2020, s/p).

3. Programas de referência no Brasil

No intuito de desenvolver ações que possibilitem a inclusão digital no Brasil, o governo federal, por meio do Ministério das Comunicações, conta com uma Secretaria de Inclusão Digital (SID) que, por meio da Política Nacional de Inclusão Digital (Pnid), visa promover a infraestrutura

necessária para acesso à internet, com implantação de banda larga para todos, amparando com inclusão digital e social populações em situação de vulnerabilidade social ou à margem do direito à comunicação, como comunidades periféricas de metrópoles ou comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, povos das florestas e das águas, além de executar e apoiar diversos programas e órgãos, dentre os quais podem ser destacados: ProInfo, Telecentros.BR, Casa Brasil, Inclusão Digital, Computador para todos, Estação Digital, Observatório Nacional de Inclusão Digital, Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) e Programa Nacional de Banda Larga (PNBL).

Um dos programas contemplados com o apoio da Política Nacional de Inclusão Digital é o Telecentros.BR, programa do governo federal que propõe a distribuição de uma rede de telecentros pelo país, com parceria entre 58 instituições. A proposta é a implantação de mais de dez mil unidades por todo o país, com internet, computadores, mobiliários e cursos para educadores e formação de monitores (COSTA, 2009; PROGRAMANDO O FUTURO, 2021).

O Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) teve início no ano de 1997, com o intuito de possibilitar o uso da tecnologia como instrumento de enriquecimento pedagógico em escolas públicas de ensino fundamental e médio. A partir do Decreto n.º 6.300, de 12 de dezembro de 2007, foram reestruturados e passou-se a levar às escolas, recursos digitais, computadores e conteúdos educacionais, sendo os estados os principais responsáveis pela criação de laboratórios e capacitação de educadores para uso das tecnologias (BRASIL, 2007).

No ano de 2003 foi iniciado o Projeto Casa Brasil, que visava entregar a todas as capitais brasileiras e às cidades do interior um espaço comunitário que comportasse: um telecentro, uma sala de leitura, um auditório, um estúdio multimídia e laboratórios de informática e ciências. No ano de 2004 foi inaugurada sua primeira unidade, em Valente, na Bahia, e, ao longo do ano, numa parceria entre Ministério da Educação (MEC), Ministério da Ciência e Tecnologia e Petrobras, foram implementadas mais 50 unidades por todo o Brasil. E em 2005, o CNPq desenvolveu sua própria versão do projeto, com mais de 90 unidades, e até o ano de 2009 foram construídas mais 80 unidades Casa Brasil.

Em Macapá, no ano de 2005, a Polícia Militar do Amapá (PMAP), por meio de sua Diretoria de Ação Social e Cidadania (Dasc), implantou o

Programa Social Telecentro de Inclusão Social, no Bairro Perpétuo Socorro, com o intuito de educar digitalmente estudantes de comunidades socialmente vulneráveis. Desde a sua criação já atendeu mais de 700 pessoas em modalidade presencial e 50 remotamente, além de mais de 1.870 indiretamente, por pesquisa escolar, criação de documentos e outros serviços (AMAPÁ, 2020).

4. Proposta para inclusão digital em Macapá

Com o objetivo de atender à necessidade de acesso aos meios tecnológicos – assim como sanar dificuldades de manipular esses instrumentos – por alunos em comunidades de baixa renda que estudam em escolas públicas, o projeto visa dar assistência e se integrar à escola da comunidade, buscando sanar necessidades, como inscrições em processos seletivos, concursos e cursos livres, tentando dar orientação e oportunidades de acesso para entrar em universidades, obter empregos e participar de cursos.

Esse trabalho sugere que seja disponibilizado um espaço adequado e equipado com terminais de computadores e técnicos da área de TICs para auxiliar e apoiar a comunidade de baixa renda no acesso aos meios digitais, em especial, alunos egressos do ensino fundamental e do ensino médio que desejam se inscrever em processos seletivos (como concursos seletivos para ingresso no ensino técnico profissionalizante e nas universidades públicas). Esse espaço pode ser organizado dentro de uma escola pública, ou o mais próximo possível de uma (como na sede de associação de moradores dos bairros da cidade), tendo em vista que o público-alvo são pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Como sugestão para a implantação dessa proposta, recomenda-se um projeto-piloto na Escola Estadual Professora Maria Jacinta Rodrigues de Carvalho. O espaço contará com terminais de computadores, com acesso livre a uma rede wi-fi de forma gratuita, com equipamentos de apoio, como impressora e scanners, para auxiliar nas realizações de inscrições, caso seja preciso digitalizar documentos ou imprimir comprovantes. Deve, também, contar com equipe técnica preparada para gerenciar o espaço corretamente, ficando, esses profissionais, responsáveis pelo auxílio nas inscrições, além de acompanharem, supervisionarem e darem assistência no que for necessário para a realização dessas atividades.

Esse projeto é direcionado ao primeiro setor do estado e os recursos para a obtenção de equipamentos poderão ser obtidos por meio de emenda parlamentar, visto que todos os anos são disponibilizados recursos no Congresso Nacional para elaboração do orçamento anual.

Para o funcionamento do projeto é necessária a obtenção de 20 computadores, sendo cinco deles para atendimento das pessoas que não possuem conhecimento e treinamento necessários para realizar suas inscrições on-line, e 15 deles para acesso livre, com supervisão da equipe que gerenciará o espaço.

O atendimento para realização das inscrições deverá funcionar de segunda a sábado, das 8h às 12h e das 16h às 20h. Esse esquema de horários dará possibilidade, para um grande número de pessoas, inclusive aquelas que trabalham o dia todo, de ajudarem na renda familiar.

O atendimento será prioritariamente para os alunos da escola que estão na fase de conclusão do ensino médio, tendo em vista a inscrição no processo de seleção do Enem, já que este passou a ser adotado como principal forma de ingressar nas universidades por meio dos programas do Fies, ProUni e Sisu. Mas ele não servirá apenas para se realizar a inscrição. Também auxiliará os estudantes a sanarem suas dúvidas e os orientará em tudo que for relacionado ao processo das inscrições, pois, muitas vezes, os alunos não sabem as diferenças entre os programas, desconhecem como funcionam as chamadas públicas e muitos não conseguem acompanhar a sua inscrição e resultado.

Além de atender os alunos da escola, o espaço deverá ser aberto para atendimento à comunidade, visando àqueles que estão em situação de vulnerabilidade econômica e não possuem os meios para realizarem suas inscrições. Com o avanço da tecnologia, as inscrições dos processos seletivos são majoritariamente por meio eletrônico e on-line, e muitos ainda não possuem os equipamentos necessários. Então, o projeto visa dar atendimento também a essas pessoas, para que elas não sejam excluídas dos processos seletivos.

A proposta é garantir uma educação inclusiva e que a aprendizagem não seja interrompida por falta de estrutura, permitindo a permanência das pessoas no processo estudantil, não havendo barreiras para a realização dos processos seletivos e aumentando as chances de acesso à educação de qualidade.

A inclusão das pessoas pode ajudar na redução das desigualdades sociais e garantir a equidade; e, o mais importante, garantir que qualquer pessoa tenha acesso ao ensino e à tecnologia de forma igualitária. Pela ascensão acadêmica e profissional é possível melhorar a qualidade de vida das pessoas e da comunidade, gerando melhorias sociais, econômicas, culturais e educacionais para o indivíduo e para a comunidade em opor meio do ODS 4 e sua Meta 4.a: “Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos” (PLATAFORMA AGENDA 2030, ano, s/p).

5. Considerações finais

A Declaração Universal dos Direitos Humanos defende a necessidade de educação para todos:

Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito. (UNICEF, 2021, s/p).

A educação é a principal forma de ascensão acadêmica e profissional. Permite oportunidades de desenvolvimento do espírito crítico, uma vida intelectualmente rica e materialmente confortável. Além disso, contribui para a promoção da equidade e resgata pessoas em situações de vulnerabilidade, promovendo processos de inclusão social.

Esse projeto procura solucionar um grande problema da sociedade atual no Brasil: o acesso ao mundo da informação por intermédio das TICs. Ele leva em consideração as pessoas que não possuem estrutura e orientação para realizar inscrições nos processos seletivos, exigências de muitos cursos públicos no país para o ingresso nas instituições de ensino superior.

Dessa forma, é possível reparar um problema que muitos estudantes encontram ao tentarem realizar a inscrição, como falta de acesso à internet, falta de estrutura necessária (computador e/ou celular), e não possuírem orientação e acompanhamento necessários na hora de realizar as inscrições. O projeto contribuirá para a redução das desigualdades na educação e promoverá melhores oportunidades, podendo, o indivíduo, exercitar na prática os direitos humanos e desfrutar efetivamente da sua condição de cidadão.

A educação é fundamental na vida do ser humano e um direito amparado na Constituição de 1988, título VIII, capítulo III, em que a Seção I foi destinada exclusivamente à educação: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, Art. 205, s/p).

Para reduzir as desigualdades existentes é preciso que os governos cumpram, em todas as suas esferas, a Constituição da República Federativa do Brasil, em nível nacional e dentro de uma dinâmica internacional, e sigam a Agenda 2030 estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Referências

AMAPÁ. PM oferta mais de 1 mil vagas para projetos sociais no Amapá. **Portal do Governo do estado do Amapá**. Macapá, 07 fev. 2020. Disponível em: <https://portal.ap.gov.br/noticia/0602/pm-oferta-mais-de-1-mil-vagas-para-projetos-sociais-no-amapa>. Acesso em: 13 fev. 2021.

AKKARI, A. J. Desigualdades educativas estruturais no Brasil: entre estado, privatização e descentralização. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 74, p. 163-189, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302001000100010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 fev. 2021.

BUCCI, Maria Paula. Políticas públicas e Direito Administrativo. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, a. 34, n. 133, p. 89-98, 1997. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/198/r133-10.PDF?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 11 de nov. 2020.

BRASIL. [(Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação (ed.). **Programa Nacional de Tecnologia Educacional**. (ProInfo). 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/proinfo>. Acesso em: 4 fev. 2021.

COSTA, Mário Vinícius. Inclusão digital: banda larga em todo o país, embora o governo ainda trabalhe no plano, há várias variações em curso. **Ipea - Desafios de desenvolvimento**, Brasília, 10 dez. 2009. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1265:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 10 fev. 2021.

PLATAFORMA AGENDA 2030. 2016. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/ods/4/>. Acesso em: 13 fev. 2021.

G1. Quase 19% dos domicílios do AP não tinham acesso à internet em 2017, aponta IBGE. Macapá, 03 fev. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2019/02/03/quase-19-dos-domicilios-do-ap-nao-tinham-acesso-a-internet-em-2017-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 10 fev. 2021.

G1. Censo escolar: 11 dos 16 municípios do Amapá têm 60% ou mais das escolas sem internet, aponta Censo da Educação Básica. Macapá, 29 jan. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/01/29/censo-escolar-11-dos-16-municipios-do-amapa-tem-mais-de-60percent-das-escolas-sem-internet.ghtml>. Acesso em: 10 fev. 2021

GOMES, Ana Bárbara; DUARTE, Felipe; ROCILLO, Paloma. **Inclusão digital como política pública:** Brasil e América do Sul em perspectiva. Belo Horizonte: Instituto de Referência em Internet e Sociedade, 2020. Disponível em: <https://irisbh.com.br/publicacoes/inclusao-digital-como-politica-publica-brasil-e-america-do-sul-em-perspectiva/>. Acesso em: 13 fev. 2021.

LAVADO, Thiago. Uso da internet no Brasil cresce e 70% da população está conectada. **G1 Economia**, 28 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/08/28/uso-da-internet-no-brasil-cresce-e-70percent-da-populacao-esta-conectada.ghtml>. Acesso em: 13 fev. 2021.

MORI, Cristina. Políticas públicas para inclusão digital no Brasil. **SER Social**, v. 13, n. 29, p. 238-240, 7 mar. 2012. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10560/1/2011_CristinaKiomimori. Acesso em: 13 fev. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). Ministério das Comunicações (Brasil). Secretaria de Inclusão Digital. Política Nacional de Inclusão Digital. **Diálogo público:** os desafios para inclusão digital. Brasil: Tribunal de Contas da União, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.sophia.com.br/3621/index.html>. Acesso em: 13 fev. 2021.

BRASIL. Ministério das Comunicações. **Programando o futuro**. Telecentros Br (ed.), 2013. Disponível em: <https://www.programandoofuturo.org.br/telecentro/>. Acesso em: 04 fev. 2021.

BRASIL. Ministério das Comunicações. Secretaria de Educação Superior (ed.). **Projeto Casa Brasil**. Brasília, DF, Secretaria de Educação Superior, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/180-estudantes-108009469/pos-graduacao-500454045/2532-sp-31910131>. Acesso em: 4 fev. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Novo relatório do UNICEF revela que disparidade afeta a próxima geração; UIT vê “lacuna particularmente grande” de acesso à banda larga móvel e uso da rede mundial. **UN-News**, dez. 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/12/1734672#:~:text=Um%20estudo%20de%20ag%C3%AAncias%20das,entre%203%20e%2017%20anos>. Acesso em: 10 fev. 2021.

PEIRÓ, Patrícia. Acesso à tecnologia: o novo indicador de desigualdade. **El País**, São Paulo, 11 dez. 2017. Educação Infantil. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/05/tecnologia/1512475978_439857.html#:~:text=Na%20%C3%81frica%2C%2060%25%20das%20pessoas,-como%20I%C3%Amen%2C%20Iraque%20e%20Afeganist%C3%A3o. Acesso em: 10 fev. 2021.

SANTOS, Victor Hugo; RAMOS, Phagner. **Entre o digital e o virtual**: os usos da tecnologia na educação brasileira atual. Maceió, 2020. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA19_ID1561_01102020213243.pdf. Acesso em: 10 fev. 2021.

SANTOS, Ingrid. **Manuel Castells**: um país educado com internet progride: um país sem educação usa a internet para fazer “estupidez”. 07 fev. 2017. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/entrevistas/manuel-castells-um-pais-educado-com-internet-progride>. Acesso em: 13 fev. 2021.

SINGER, Paul. Poder, política e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Caxambu, p. 5-15, out. 1995.

SILVA, Ângela. Educação e tecnologia: entre o discurso e a prática. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 72, 2011.

Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362011000400005. Acesso em: 10 fev. 2021.

SOUZA, Gelson. Exclusão digital é o maior obstáculo. **Observatório da Imprensa**, 10 out. 2006. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/e-noticias/exclusao-digital-e-o-maior-obstaculo/>. Acesso em: 13 fev. 2021.

PROGRAMANDO O FUTURO. TELECENTRO.BR. 2021. Disponível em: <https://www.programandoofuturo.org.br/telecentro/>. Acesso em: 21 abr. 2021.

TOKARNIA, Mariana. Um em cada 4 brasileiros não tem acesso à internet, mostra pesquisa: número representa 46 milhões que não acessam a rede. **Agência Brasil**, 24 abril 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/um-em-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-acesso-internet>. Acesso em: 10 fev. 2021.

UNITED NATIONS CHILDREN'S EMERGENCY FUND (UNICEF). **A situação mundial da infância 2017: as crianças na era digital**. Lisboa, 2017. Disponível em: <https://www.unicef.pt/actualidade/publicacoes/110-the-state-of-the-world-s-children-2017-children-in-a-digital-world/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

UNITED NATIONS CHILDREN'S EMERGENCY FUND (UNICEF). **Declaração Universal dos direitos humanos**: adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 10 fev. 2021.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Resumo do Relatório de Monitoramento Global da Educação 2020**: inclusão para todos. Paris, 2020. Disponível em: <https://lepedi-ufrrj.com.br/wp-content/uploads/2020/09/Inclus%C3%A3o-em-educa%C3%A7%C3%A3o-relat%C3%B3rio-global-2020.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2021.

VEJA. 5,1 bilhões de pessoas têm celular no planeta, sendo 204 milhões no Brasil. São Paulo, 8 set. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/51-bilhao-de-pessoas-tem-celular-no-planeta-sendo-204-milhoes-no-brasil/>. Acesso em: 13 fev. 2019.

NÓS SOMOS O AMANHÃ: ESCOLINHA DE FUTEBOL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Silvana Cristina de Sena do Nascimento

Resumo

Cidades são espaços de diversidade, uma verdadeira arena de negociações. Combater as desigualdades e a pobreza é um grande desafio para os governos locais. Este artigo tem como objetivo sugerir a implantação de uma escolinha de futebol no espaço da Segunda Arena, localizada no bairro do Zerão. O referido projeto é voltado para o atendimento de crianças e jovens na faixa etária de 09 a 14 anos, devidamente matriculados em uma instituição de ensino e que possam estar em situação de vulnerabilidade social. Esse projeto visa a contribuir com as metas do Desenvolvimento Sustentável para 2030, ODS 3 – Saúde e Bem-Estar e ODS 10 – Redução das Desigualdades Sociais, por meio da valorização das atividades esportivas como alternativa para a melhoria da qualidade de vida, saúde e bem-estar, bem como a integração social, adoção de valores éticos e igualdade de direitos e de oportunidades.

1. Esporte e políticas públicas

A necessidade de criação de políticas públicas voltadas para a incorporação de práticas de inclusão social em nossas cidades traz a exigência urgente de incorporação de ideias que possam ser ações diretas no território para combater a segregação social, especialmente a falta de serviços públicos nos bairros de classe populares, onde as carências de infraestrutura são mais evidentes, pois a forte desigualdade e exclusão social exigem maior participação do Estado. Para Ziccardi (2008), isso aponta para o amplo campo de ação das políticas sociais urbanas, que devem reduzir alguns dos efeitos mais desfavoráveis da pobreza e da exclusão social (ZICCARDI, 2008).

Segundo Carvalho (2020, p. 43), Ziccardi (2008) afirma que

[...] a política pública é uma forma de intervenção de uma autoridade com poder público e governamental para dar soluções específicas e atender diferentes assuntos públicos, o

que exige a existência de um sistema político em que o Estado tem o poder de desregular, intervir, fazer ou ajustar os efeitos indesejáveis da lógica de mercado ou de suas próprias ações.

São as políticas públicas que buscam criar condições de equilíbrio para promover e garantir os direitos do cidadão (ZICCARDI, 2008 *apud* CARVALHO, 2020, p. 43). Lisa Peattie (1998) acredita que o planejamento urbano necessita de estratégias para o desenvolvimento de “comunidades” para se alcançar a tão almejada cidadania. É necessário ter o que ela denominou de *conviviality*, que em português seria algo traduzido como *convivência*. Segundo a autora, é necessário criar relações autônomas e criativas entre as pessoas, e entre elas e seu meio ambiente.

[...] convívio, neste sentido amplo, é representado não apenas por atividades alegres como cantar ou dançar em uma festa do quarteirão no bairro, mas, também, pelos rituais de pequenos grupos e laços sociais em ações coletivas sérias, desde limpeza de bairros até a desobediência civil e, bloquear uma rua [...]. (PEATTIE, 1998, p. 247).

É nesse sentido que podemos pensar na prática esportiva do futebol como prática de inclusão social e exercício da cidadania. A própria Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 217, assegura que é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um:

I – a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto à sua organização e funcionamento;

II – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III – o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional;

IV – a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional. (BRASIL, 1988, s/p).

A Política Nacional de Esporte do Brasil determina, em seu texto oito, diretrizes de ações que visam à democratização do acesso ao esporte e lazer:

1) Universalização do acesso e promoção da inclusão social;

- 2) Desenvolvimento humano;
- 3) Ciência e tecnologia do esporte;
- 4) Promoção da saúde;
- 5) Paz e desenvolvimento da nação;
- 6) Desenvolvimento econômico;
- 7) Gestão democrática: participação e controle social
- 8) Descentralização da política esportiva e de lazer. (BRASIL, 2005, p. 37-39).

Além disso, a prática esportiva contribui para a ocupação do espaço público em horários distintos do dia e, conforme Jane Jacobs (1961),⁶ é condição para a geração de diversidade urbana, pois seria um instrumento capaz de gerar presença de pessoas: o que garante ter movimentos no bairro em horários diferentes e indivíduos circulando em lugares por motivos distintos e que sejam capazes de utilizar boa parte da infraestrutura (JACOBS, 2003).

2. Futebol e movimento

No Brasil, o futebol é um fenômeno social e cultural construído, que tem relação com a brincadeira, o jogo, o esporte e, principalmente, a prática de experiência coletiva. Existem características nessa atividade esportiva que a tornam muito atrativa: agregar pessoas, promoção da coletividade, vivenciar uma experiência “fazendo parte de algo”, cooperação e integração (FRORLICH, 2006, p. 69e 158).

O professor de educação física Leandro Poersh (2021) afirma que o esporte, durante a infância, colabora para o desenvolvimento motor adequado, pois nessa fase de crescimento da criança são desenvolvidas as habilidades motoras básicas que servirão para a progressão de habilidades específicas futuras (POERSH, 2021).

A psicóloga Juliana Spinelli Ferrari (2019, s/p) afirma que

⁶ O livro *Morte e vida de grandes cidades* foi escrito em 1961 e tornou-se referência para os estudiosos de planejamento urbano em todo o planeta. Ainda na atualidade, as ideias da autora Jane Jacobs são referência nos estudos urbanos.

[...] o esporte, enquanto atividade física organizada, é importante não apenas para o desenvolvimento físico e motor, mas também para o desenvolvimento social das crianças. A partir de suas regras e condições, as crianças conseguem compreender formas de relacionarem-se com os outros, trocando experiências, competindo e ajudando uns aos outros.

A prática da atividade do futebol ajuda a desenvolver diversas habilidades, permitindo aproveitá-las em muitos outros esportes. Ademais, permite que se possa trabalhar a convivência em grupo, uma vez que dentro do jogo cada um tem uma função que leva a um resultado positivo ou não para todos. Também ajuda na assimilação de regras sociais e morais.

Ainda sob a ótica estrutural-funcionalista, a afirmação de que o esporte educa e se fundamenta em ensinar a criança, no que diz respeito a conviver com a vitória e a derrota, a respeitar as regras do jogo, ensinar a vencer (no jogo e na vida), por meio de seu esforço pessoal, através da competição, (já que a sociedade é extremamente competitiva e isto a prepara para vida), mesmo que em alguns momentos se aliando com o outro ou outros (cooperação ou companheirismo), desenvolve o respeito pela autoridade, sendo este o árbitro ou o professor, atribuindo valor à disciplina. (WILPERT, 2005, p. 34).

Para Silva (2001), o futebol é uma forma particular de cultura que norteia a vida de muitos brasileiros, pois diversos vínculos são criados tendo esse esporte como pano de fundo, seja assistindo aos jogos, debatendo-os ou, até mesmo, praticando-os.

É de conhecimento internacional que o brasileiro tem o futebol como parte de sua cultura, é algo que as pessoas vivenciam de forma coletiva e natural. O esporte foi trazido da Inglaterra em 1894, tornando-se um elo em comum para as massas. Ajudou a quebrar barreiras sociais e raciais, nas arquibancadas e nos campos: “o futebol tem sido sistematicamente tema de debates em todos os veículos de comunicação. E nessas discussões, é claro, não faltam as opiniões e as análises de cunho político, social e ideológico [...]” (CALDAS, 1986, s/p).

É um esporte que faz parte da vida do brasileiro, estando presente em diversos aspectos do cotidiano, seja nas ruas, com o uso de uma bandeira ou camisa de um time, ou em casa, pelo rádio, televisão e objetos decorativos. Tem o poder de unir pessoas de todos os sexos, religiões e classes sociais na torcida por um clube; nos jogos olímpicos ou na copa

mundial consegue unir nacionalidades, assim como criar o revanchismo entre nações diferentes, despertando o sentimento de patriotismo e identidade nacional.

3. Bairro do zerão e melhores oportunidades para crianças e adolescentes

Dados específicos sobre a população jovem da cidade de Macapá são escassos até nos sites oficiais da Prefeitura e governo do Estado. Em seu último levantamento, a Fundação Abrinq divulgou que, no ano de 2017, o Amapá tinha cerca de 33.108 crianças e adolescentes com idade entre 0 a 14 anos vivendo em situação de extrema pobreza, o que representava 14,6% da população nessa faixa etária. O levantamento foi realizado com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PACHECO, 2017).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) contabilizou no estado do Amapá, no censo de 2010, uma população de aproximadamente 669.526 habitantes. No ano de 2020, a população estimada era de 861.773 habitantes, o que representa um crescimento significativo em relação a 2010, sendo que 40% dessa população, aproximadamente 456.171 pessoas, residiam na capital, Macapá (IBGE, 2020). Em relação à população infantil, o IBGE revela que ainda existem grandes desafios, pois a taxa de mortalidade é elevada:

A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 20.6 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0.2 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 6 de 16 e 9 de 16, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 1055 de 5570 e 4284 de 5570, respectivamente (IBGE, 2021, s/p).

O Bairro do Zerão está localizado na zona sul da capital do estado do Amapá e poderia abrigar um projeto-piloto para a implantação de uma escolinha de futebol, pois tem uma posição estratégica⁷ no tecido urbano da cidade e já conta com duas arenas de esportes. Sua acessibilidade é facilitada pelas ruas e avenidas e abriga instituições de grande importância para a cidade, como a Universidade Federal do Amapá, o Hospital Sarah Kubits-

⁷ De acordo com o IBGE, sua população no ano de 2010 era de 12.500 habitantes, sendo 6.089 homens e 6.411 mulheres. Havia 3.008 domicílios particulares permanentes, que estavam distribuídos em uma área total de 2,6 km².

chek, o Monumento do Marco Zero do Equador e o Sambódromo. Também conta com Unidade Básica de Saúde, panificadoras, supermercados, postos de gasolina e escolas públicas e privadas de ensino. Porém, ainda existem graves problemas de exclusão social e falta de infraestrutura no bairro.

Ao analisarmos a cidade de Macapá percebemos que a maioria das praças existentes sofre com a falta de manutenção e equipamentos de lazer infantil. As áreas centrais da cidade são as que mais têm se beneficiado de reformas, como é o caso da Praça do Araxá, Parque do Forte e Praça Floriano Peixoto. Como consequência dessa distribuição desequilibrada de atividades de lazer infantil na cidade, ocorre uma enorme segregação social, uma vez que muitos moradores da periferia não possuem acesso a esses meios devido às grandes distâncias e dificuldades econômicas para pagar transporte público.

O Bairro do Zerão tem duas praças, conhecidas como Primeira e Segunda Arenas do Zerão, mas com seu uso voltado para a prática de futebol pelo público adulto, com uma estrutura física que beneficia esse uso, sem oferecer oportunidades para as crianças e adolescentes.

Com a falta de espaços adequados às crianças dentro do bairro e adjacências, brincadeiras e práticas esportivas são realizadas nas ruas da cidade de Macapá e campinhos informais de futebol disputam espaço com veículos e pedestres, expondo essas pessoas a diversos perigos. Segundo dados do site ONG Criança Segura, acidentes no trânsito são uma das principais causas de morte de crianças e adolescentes na faixa etária de 01 a 14 anos no Brasil todos os anos. Cerca de 3,8 mil meninos e meninas dessa faixa etária morrem, enquanto 117 mil são internados em estado grave devido a acidentes; desses, 30% são causados por acidentes de trânsito na condição de pedestres (BRASIL, 2018).

4. A proposta para um bairro mais inclusivo

Diante da carência de atividades para crianças e adolescentes e dos baixos recursos com que os governos locais operam no Brasil, é recomendável buscar alternativas simples que visem amenizar essa problemática e aproveitar a infraestrutura já existente na cidade.

A incorporação de professores de educação física nas arenas do Bairro do Zerão para treinar crianças e adolescentes em horários variados todos os dias da semana poderia ajudar a proporcionar a esse público a oportunidade

de interagir socialmente, ocupar o tempo ocioso e adquirir disciplina, além de afastá-lo dos riscos das ruas.

A falta de ações preventivas mediante práticas esportivas nos bairros de periferia da cidade de Macapá culmina com o crescente número de crianças e jovens expostos a situações de perigo e exclusão social, uma vez que essas crianças e adolescentes estão segregados dos espaços públicos e privados de gozar de seus direitos como está explícito na Convenção sobre os Direitos da Criança:

A Convenção sobre os Direitos da Criança foi adotada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989. Entrou em vigor em 2 de setembro de 1990. É o instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal. Foi ratificado por 196 países. Somente os Estados Unidos não ratificaram a Convenção. O Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança em 24 de setembro de 1990. (UNICEF, 2020, s/p).

Segundo o artigo 3º da Convenção dos Direitos da Criança:

Os Estados Partes devem garantir que as instituições, as instalações e os serviços destinados aos cuidados ou à proteção da criança estejam em conformidade com os padrões estabelecidos pelas autoridades competentes, especialmente no que diz respeito à segurança e à saúde da criança, ao número e à adequação das equipes e à existência de supervisão adequada. (UNICEF, 2020, s/p).

Diante desses fatos, é de grande importância criar políticas sociais que visem atender a essas crianças e jovens ameaçados pela ausência de condições e meios que garantam seu crescimento pleno e exercício da cidadania. É necessário garantir oportunidades de igualdade e inclusão e a prática esportiva apresenta-se como a melhor alternativa para fornecer esse suporte.

O esporte desempenha uma função muito importante na sociedade contemporânea. Ele trabalha a valorização do indivíduo por meio da autossuperação, desenvolve habilidades físicas e sociais, valores, conhecimentos, atitudes e normas. O desenvolvimento das atividades de esporte e lazer é um instrumento efetivo para a melhoria da qualidade de vida, do bem-estar e integração social, uma vez que aproxima as pessoas, trabalha a saúde física e mental e explora suas potencialidades (BASSANI et al., 2003).

5. Considerações finais

A cidade de Macapá enfrenta diversos problemas sociais e os bairros de periferias são os que mais sofrem com a falta de ações do poder público e as consequentes mazelas oriundas dessa desigualdade social. Desenvolver políticas públicas voltadas para crianças e jovens moradores desses bairros é importante para lhes garantir o exercício de sua cidadania e tentar amenizar essas desigualdades.

Logo, o projeto Nós Somos o Amanhã: Escolinha de Futebol para Crianças e Adolescentes nasceu da ideia de oferecer a essas crianças e jovens elementos que contribuam para a sua formação, integração e construção da cidadania por meio da prática esportiva, trabalhando a valorização da coletividade e a integração com o espaço público.

A simples tarefa de incluir educadores físicos nas arenas no Bairro do Zerão poderá ser um experimento bastante positivo para a vida dinâmica da cidade de Macapá, pois o esporte ensinado de maneira correta faz com que as crianças assimilem as novas habilidades motoras, podendo utilizar o conhecimento adquirido em outras práticas esportivas e em atividades do seu dia a dia.

Considerando o fato de que o projeto é voltado para famílias carentes do bairro e que muitos moradores não possuem condições de arcar com custos de consultas médicas e psicológicas, é importante que o poder público disponibilize profissionais de seu quadro efetivo, para que façam o acompanhamento dessas crianças e jovens pelo menos uma vez por mês no espaço da própria praça.

Sabemos que uma das metas definidas pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para 2030 é “Saúde e Bem-Estar”, com o propósito de assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. Sendo assim, jogar futebol regularmente, bem como outras atividades esportivas, pode ajudar no alcance desse objetivo, garantindo aos seus praticantes a melhoria da saúde física e psicológica.

Conforme dados do site saudebrasil.saude.gov.br, a prática regular de atividades físicas “ajuda na prevenção de doenças cardiovasculares, pois reduz a tensão arterial e o colesterol, aumenta a energia e melhora qualidade do sono, além de ajudar a manter o peso saudável e controlar o estresse” (CRIANÇA SEGURA BRASIL, 2018, s/p). Por consequência, reduz o risco de várias doenças, como diabetes e pressão alta, e proporciona a sensação

de bem-estar, trazendo melhorias na qualidade de vida dos moradores das comunidades carentes. As crianças de hoje serão os adultos de amanhã e se elas tiverem a oportunidade de cuidar hoje de sua saúde poderão, no futuro, evitar doenças causadas pela falta de atividade física e alcançar uma vida com mais qualidade e oportunidades.

A participação ativa da população em atividades esportivas programadas e assistidas pode combater o ressentimento social e promover a inclusão capaz de unir pessoas de diferentes níveis sociais e localidades, apresentando-se, assim, como um forte elemento para a construção da sensação de pertencimento social e igualdade, em que as regras ensinadas são as mesmas em qualquer lugar do país e do mundo, contribuindo com o ODS 10 – Redução das Desigualdades, ao oportunizar a essas crianças e jovens o direito ao esporte e lazer, garantindo-lhes o acesso à prática esportiva gratuita e com atendimento de profissionais qualificados.

Pensando em todo o contexto aqui exposto, o projeto seria composto por aulas teóricas, com a explanação dos fundamentos de futebol, e aulas práticas, com a adoção de exercícios de alongamento e aquecimento, posicionamento em campo e regras, bem como jogos coletivos que contariam com a participação da comunidade do bairro.

As aulas poderiam ser dadas por educadores físicos em parceria com as universidades públicas e/ou privadas, que poderiam ceder alunos do curso de educação física para contar como estágio supervisionado, ou por meio de voluntários da própria comunidade, levando em conta a importância do correto ensinamento teórico e aplicação prática dos exercícios de alongamento e aquecimento, prevenindo possíveis lesões.

Vale salientar que o objetivo do projeto é incentivar a prática esportiva como alternativa na busca da qualidade de vida e saúde para as crianças e adolescentes atendidos, estimulando a inclusão, a integração social, a adoção de valores éticos e a igualdade de direitos, trazendo essas crianças e adolescentes para ocupar os espaços públicos da cidade; e, também, contribuir para que, cada vez mais, possam surgir projetos voltados para a população carente, para que possamos entender que todo problema social tem um início e, se cada um fizer sua parte, com certeza viveremos em um mundo com menos desigualdades sociais.

Referências

BASSANI, Jailson; TORRI, Danielle; VAZ, Alexandre. Sobre a presença do esporte na escola: paradoxos e ambiguidades. **Movimento**: Revista de Educação Física da UFRGS, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 89-112, 2003. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/2811/1426>. Acesso em: 25 jan. 2021.

CRIANÇA SEGURA BRASIL. **Aprenda a prevenir**. 2018. Disponível em: <https://criancasegura.org.br/aprenda-a-prevenir/como-prevenir-acidentes-de-transito/>. Acesso em: 25 jan. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil/03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 25 jan. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Atividade física é benéfica também para pessoas com doenças cardiovasculares**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://saudebrasil.saude.gov.br/eu-quer-me-exercitar-mais/atividade-fisica-e-benefica-tambem-para-pessoas-com-doencas-cardiovasculares>. Acesso em: 25 jan. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Política Nacional do Esporte**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://arquivo.esporte.gov.br/arquivos/politicaNacional/politicaNacionalCompleto.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2021.

CALDAS, Waldemir. O futebol no país do futebol. **Lua Nova**: Revista e Cultura, São Paulo, v. 3, n. 2, 1986. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451986000300005. Acesso em: 25 jan. 2021.

CARVALHO, Bianca Moro. **Habitação popular na Amazônia**: o caso das ressacas na cidade de Macapá. Curitiba: Appris, 2020.

FERRARI, Juliana. **Saiba como o esporte pode ensinar sobre competitividade para os filhos**. 2019. Disponível em: <https://blog.academia.com.br/esporte-para-criancas/>. Acesso em 25 jan. 2021.

FROHLICH, Gabriela. **Esporte e cidadania**: Bairro Restinga, em Porto Alegre. 2006. 180 f. Tese (Mestrado em Ciências Sociais) – PUCR - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades, estimativa 2021**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 27 de jul. 2021.

PACHECO, John. Amapá tem 33 mil crianças em situação de extrema pobreza, aponta estudo. **G1**, Macapá, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/amapa-te-33-mil-criancas-em-situacao-de-extrema-pobreza-aponta-estudo.ghtml>. Acesso em: 25 jan. 2021.

PEATTIE, Lisa. Convivial cities. *In*: DOUGLASS, Mike; FRIDMANN, Jonh. **Cities for citizens**. Londres: Academy Press, 1998.

POERSH, Leandro. **A importância do esporte no desenvolvimento da criança**. 2021. Disponível em: https://www.nota10.com.br/Artigos-detahes-Nota10_publicacoes/11227/aimportanciadoesportenodesenvolvimentodacrianca. Acesso em: 25 jan. 2021.

UNITED NATIONS CHILDREN'S EMERGENCY FUND (UNICEF). **Convenção sobre os Direitos da Criança. Instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal**. Foi ratificado por 196 países. 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 25 jan. 2021.

WILPERT, Raul Antônio. **O futebol como agente de inclusão e interação social: um estudo de caso sobre as escolinhas de futebol de Florianópolis - SC**. 2021. 131 f. Tese (Mestrado em Engenharia da Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30382407.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2021.

ZICCARDI, Alicia. Ciudades latinoamericanas: procesos de marginalidad y exclusión social. *In*: CORDERA, Rolando; RAMIREZ, Patricia; ZICCARDI, Allicia (coord.). **Pobreza, desigualdad y exclusion social en la ciudad del siglo XXI**. México: Unam, 2008.

DO LIXO AO ADUBO ORGÂNICO: PROJETO DE COMPOSTEIRAS PÚBLICAS EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE MACAPÁ

Amanda Patricio dos Santos

Edmundo Lima Barreto

João Vitor Vieira Pereira

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um projeto que aborde o problema do tratamento dos resíduos sólidos na cidade de Macapá-AP, bem como a inclusão da educação ambiental dentro das escolas de ensino fundamental. Para isso, a proposta visa à inserção de composteiras nas escolas municipais da cidade com a finalidade de oferecer um descarte adequado para os resíduos orgânicos e ensinar aos estudantes sobre a separação e manejo seguro e correto do lixo, contribuindo para a consciência ambiental da comunidade como um todo, de acordo com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Com o projeto em funcionamento, será possível diminuir a quantidade de resíduos destinados ao aterro local, além de formar uma comunidade mais consciente em relação às questões ambientais.

1. Introdução

Considerando que a geração de resíduos em Macapá, bem como em várias cidades brasileiras, é um grave problema, esse projeto visa ao manejo dos resíduos orgânicos para utilizá-los em composteiras nas escolas municipais da cidade, visto que eles vêm crescendo de forma desordenada e, na maioria das vezes, sem coleta seletiva, misturando todos os tipos de resíduos e impossibilitando a reciclagem.

Em agosto de 2010 entrou em vigor a Lei Federal n.º 12.305, instituindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos, abordando temas como desenvolvimento sustentável e reciclagem, e tratando esse resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico. No entanto, essa lei não

refletiu em mudanças reais a respeito dos resíduos na cidade de Macapá. A separação do lixo não é realizada e, mesmo que fosse, a coleta (nos poucos lugares onde é realizada) também não é seletiva; assim, partes desse lixo com grande potencial de reciclagem, como os orgânicos, são perdidas.

Apesar desse quadro geral, no dia 27 de outubro de 2020, o então prefeito de Macapá, Clécio Luís, junto ao Tribunal de Justiça do Amapá, entregou o Ecoponto do Projeto ReciclaJud (AMAPÁ, 2020), localizado na área externa do Fórum da capital. O ponto é um posto de coleta de resíduos sólidos, com o objetivo inicial de recolher papel/papelão, eletroeletrônicos, metal e plástico.

O Projeto Do Lixo ao Adubo Orgânico: Projeto de Composteiras Públicas em Escolas Municipais em Macapá, em contrapartida, iria recolher outra parcela do lixo produzido: o orgânico (restos de comida, cascas de alimentos etc.). Esse lixo, com o devido tratamento nas composteiras, não iria gerar odor algum, mas um adubo natural, ao passo que o chorume diluído serviria como pesticida também natural.

A proposta visa realizar a compostagem pública nas escolas municipais da cidade de Macapá, de forma que a quantidade de resíduos orgânicos destinada ao aterro sanitário seja reduzida consideravelmente e seja possível o ensino aos estudantes sobre separação e manejo correto do lixo, contribuindo para consciência ambiental.

De acordo com Leal e Sattler (2012, p. 3), “comportamento e hábitos adquiridos na escola são refletidos em casa e influenciam o comportamento e hábitos das pessoas que moram com o estudante”.

Dessa forma, o projeto reduziria a quantidade de lixo descartado no meio ambiente por meio da separação do lixo orgânico produzido na própria escola e também das famílias dos alunos e profissionais envolvidos no projeto, contribuindo, ainda, com a redução dos impactos ambientais e gastos públicos, com a prevenção dos danos ecológicos causados pelo manuseio inadequado dos resíduos sólidos orgânicos nos aterros, com a produção de adubo e pesticida orgânicos para a população, além de favorecer a utilização de nutrientes importantes que, atualmente, ficam concentrados em lixões e aterros sanitários.

2. Metodologia

A elaboração deste estudo teve início em dezembro de 2020, como requisito avaliativo da disciplina de Gestão e Políticas Públicas de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá (Unifap), com a finalidade de publicar a coletânea Objetivos de desenvolvimento sustentável: desejamos um mundo melhor para 2030, em conjunto com a turma de estudantes. Assim, os estudantes deveriam apresentar propostas de projetos a serem implantados em Macapá, relacionadas aos 17 ODS, de forma a suprir alguma necessidade local.

A partir disso, o grupo discutiu, realizou pesquisas bibliográficas por meio virtual e participou de orientações com a finalidade de estabelecer o Projeto Do Lixo ao Adubo Orgânico: Projeto de Composteiras Públicas em Escolas Municipais de Macapá.

As referências bibliográficas dizem respeito a: compostagem, educação ambiental, implantação de composteiras públicas no Brasil, Política Nacional de Resíduos Sólidos e viabilidade de implantar as composteiras em escolas municipais da cidade.

Dos 17 ODS, o presente estudo está relacionado com os objetivos 2, 11, 12.

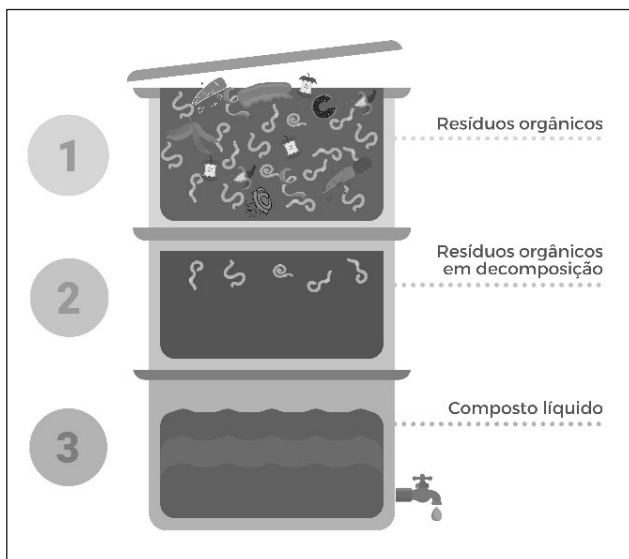
Como referencial projetual foi utilizado um trabalho desenvolvido em Alagoa Grande (PB), Recife (com três exemplos presentes) e outros municípios de Pernambuco, que estudam composteiras desenvolvidas em escolas da região. Assim, foi possível estabelecer uma proposta de projeto modelo para as composteiras públicas em escolas municipais de Macapá.

3. Compostagem e educação ambiental

A compostagem é um processo biológico que atua na valorização da matéria orgânica e trata-se de um processo natural em que os micro-organismos, como fungos e bactérias, são responsáveis pela degradação da matéria orgânica (Figura 1).

Esses materiais passam por uma fermentação aeróbica realizada por micro-organismos presentes nos próprios resíduos, fazendo com que esse composto possa ser utilizado como adubo (ECYCLE, 2014). Uma ótima solução para realizar a segregação dos resíduos e como prática de educação ambiental e, segundo o Ministério do Meio Ambiente, os resíduos orgânicos representam metade dos resíduos sólidos do Brasil (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2017).

Figura 1 – Esquema de composteira



Fonte: os autores

Segundo Carvalho (2006), a educação ambiental é considerada, inicialmente, uma preocupação dos movimentos ecológicos com a prática de conscientização, que seja capaz de chamar a atenção para a má distribuição do acesso aos recursos naturais, assim como ao seu esgotamento, e envolver os cidadãos em ações sociais ambientalmente apropriadas.

A Educação Ambiental tem assumido nos últimos anos o grande desafio de garantir a construção de uma sociedade sustentável, em que se promovam, na relação com o planeta e seus recursos, valores éticos como cooperação, solidariedade, generosidade, tolerância, dignidade e respeito à diversidade. (CARVALHO, 2006, p. 22).

Na visão de alguns autores, a educação ambiental na escola não deve ser conservacionista, ou seja, ela deve conduzir “ao uso racional dos recursos naturais e à manutenção de um nível ótimo de produtividade dos ecossistemas naturais ou gerenciados pelos seres humanos” (BRÜGGER, 2004 *apud* LEITE; RODRIGUES, 2011, s/p), é necessário que a “educação voltada para o meio ambiente que implica uma profunda mudança de valores, em uma nova visão de mundo, o que ultrapassa bastante o estado conservacionista” (SILVA; ANDRADE, 2020, p. 6).

4. Implantação de composteiras públicas em escolas municipais em Macapá

A cidade de Macapá é a única dentre os 16 municípios do Amapá que possui um aterro sanitário, e ele ainda precisa de algumas exigências para se adequar às regras da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Uma das ações de adequação às regras é a implantação de compostagem na cidade (RADIOAGÊNCIA NACIONAL, 2018).

A técnica pode ser realizada em pequena, média e grande escala a depender da necessidade, de modo que a sua produção pode ocorrer em diversos espaços. E uma das suas maiores vantagens é a prevenção dos danos oriundos do mau manuseio dos resíduos sólidos orgânicos nos aterros, além de contribuir para a saúde pública, gerar renda, reduzir gastos públicos e aumentar a responsabilidade socioambiental da população (GOVE, 2020).

A proposta é que as composteiras sejam implantadas nas escolas de ensino fundamental da primeira etapa, que na cidade é atendida pela Prefeitura Municipal. Esse serviço em escolas irá promover o desenvolvimento sustentável na medida em que, além de promover a reciclagem, também vai ensinar as crianças sobre sua importância e seus benefícios.

4.1 Referencial teórico e projetual

A proposta tem como referência os 17 ODS e o projeto está relacionado aos objetivos 2, 11 e 12, sendo o 2 intitulado “Fome Zero e Agricultura Sustentável” (ODS BRASIL, 2021).

Para atingir esse objetivo, o projeto de composteiras públicas incentivará a prática agrícola resiliente por intermédio da implantação nas escolas, além de fornecer adubo e o pesticida feito do chorume – produtos da composteira – para a população, incentivando a produção de alimentos orgânicos por meio da criação de hortas domésticas ou públicas na cidade. Para isso, a meta 2.4 do objetivo 2 indica que:

2.4 – Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres,

e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo. (ODS BRASIL, 2021, s/p).

O objetivo 11, intitulado “Cidades e Comunidades Sustentáveis”, tem como uma de suas metas o “11.6 – Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros” (ODS BRASIL, 2021, s/p).

Nesse contexto, uma vez que as composteiras serão alimentadas com lixo orgânico, o projeto fornecerá um destino ecologicamente correto aos resíduos orgânicos, reduzindo a quantidade destinada aos lixões e aterro sanitário da cidade de Macapá.

Quanto ao objetivo 12, intitulado “Consumo e Produção Responsáveis” (ODS BRASIL, 2021, s/p), a proposta das composteiras públicas contribuirá para o manejo ambientalmente saudável e reúso dos resíduos orgânicos de Macapá, além de fornecer conhecimento a respeito da educação ambiental para os estudantes do ensino fundamental das escolas municipais, garantindo informação quanto ao desenvolvimento sustentável para a população desde a infância. Dessa forma, o projeto apresenta relação com as metas 12.4, 12.5 e 12.8:

- a) 12.4 – Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente;
- b) 12.5 – Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso;
- c) 12.8 – Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza. (ODS BRASIL, 2021, s/p).

Como referencial projetual destacam-se dois trabalhos promissores que foram desenvolvidos na região Nordeste: um projeto em Alagoa Grande, na Paraíba (LEAL; SATTTLER, 2012), e outro com três exemplos em Recife e pelos arredores, no estado de Pernambuco (GUENTHER *et al.*, 2020), que estudam composteiras desenvolvidas em escolas da região e apresentam resultados muito benéficos para a sociedade escolar e seu entorno.

Observa-se a promoção de diversas discussões importantíssimas que permeiam as composteiras, como a necessidade da alimentação saudável –

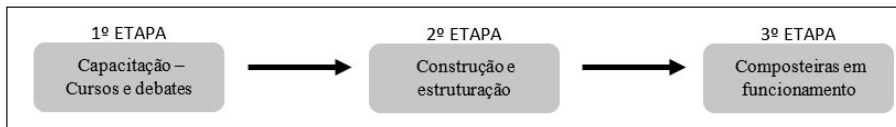
principalmente na infância –, as diferenças entre orgânicos e a produção com agrotóxicos, e a relação do desperdício com o lixo.

4.2 Projeto- modelo

O Projeto Do Lixo ao Adubo Orgânico: Projeto de Composteiras Públicas em Escolas Municipais de Macapá seria realizado em três etapas (Figura 2). A primeira etapa seria a promoção de cursos e debates dentro das escolas que abrigarão o projeto, para capacitar alunos, professores e demais funcionários.

Os envolvidos no projeto devem primeiramente entender qual tipo de lixo orgânico pode ir para as composteiras; após isso, devem aprender a montá-las, identificando os materiais utilizados (além dos restos de alimentos), e que tipo de manutenção é necessária para que a composteira funcione de maneira eficiente, isto é, produzindo o adubo e os pesticidas orgânicos sem gerar odor ou atrair animais.

Figura 2 – Etapas da execução do projeto



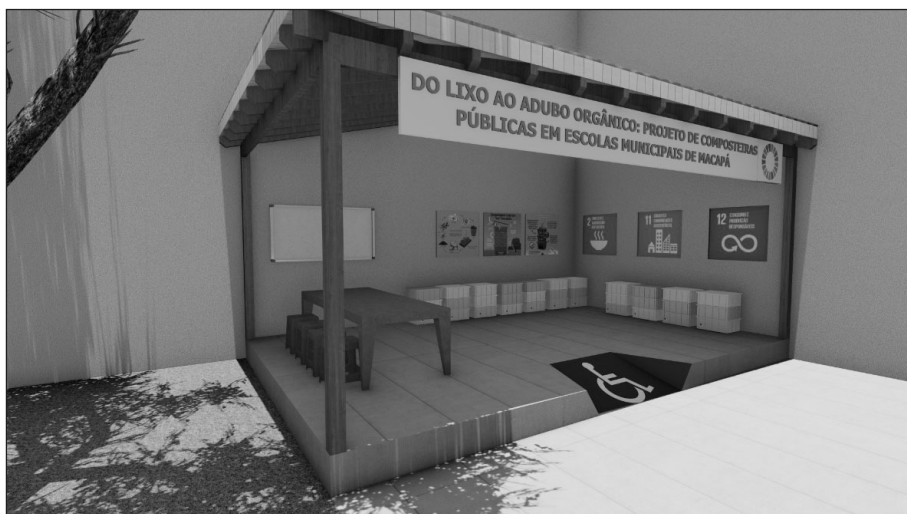
Fonte: os autores

Na segunda etapa, o projeto entraria em fase de execução, partindo para a construção das composteiras e estruturação do espaço que irá recebê-las. É de suma importância que as crianças participem de todo o processo, principalmente na fase de construção, como forma de criar um laço de pertencimento entre elas e o projeto.

Em relação ao espaço em que o projeto deve se inserir na escola, as composteiras devem ficar protegidas do sol; no entanto, é importante que estejam alocadas em espaços constantemente ventilados, seguros e acessíveis, visto que as crianças precisarão ter acesso a eles.

Para exemplificar um modelo de espaço adequado para a locação das composteiras foi desenvolvida uma volumetria ilustrativa (Figura 3), que pode ser alterada de acordo com as condições de cada escola.

Figura 3 – Volumetria ilustrativa



Fonte: os autores

A terceira e última etapa seria colocar as composteiras em funcionamento, partindo da meta inicial de reciclar todo o lixo orgânico produzido na escola; após isso, o projeto pode se expandir e passar a receber resíduo orgânico da comunidade, devolvendo, em contrapartida, o adubo e o pesticida natural.

Após a primeira implantação, a escola deve incluir o projeto em suas feiras e apresentações, a fim de compartilhar com a comunidade os benefícios da compostagem, incentivando, sobretudo, outras escolas a aderirem o projeto.

5. Conclusão

O projeto apresentado foi desenvolvido baseado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, pois a Agenda 2030 da ONU é o maior referencial para um futuro mais sustentável. Por isso, é imprescindível que projetos de gestão como esse passem por seus ideais de justiça social e sustentabilidade.

É importante pontuar as fragilidades relacionadas à falta de referencial projetual local. Isso porque, na cidade de Macapá, até então não existem projetos de composteiras públicas, impossibilitando esse projeto

de trazer exemplos mais regionais. Por outro lado, esse fator reforça a imensa necessidade de se desenvolver ações que tratem do lixo orgânico e sua reciclagem na cidade.

Portanto, em curto prazo o projeto ensinaria a comunidade e, principalmente, as crianças, a entender a importância e a forma correta de reciclagem do resíduo orgânico, além da prática da separação do lixo, que já ocasionaria uma redução na quantidade de resíduos destinados ao aterro.

Em longo prazo seria formada uma rede de conhecimento a respeito da educação ambiental e do tratamento do lixo, podendo gerar composteiras e hortas domésticas, redução drástica na produção do lixo e, acima de tudo, o surgimento de uma nova cultura de responsabilidade dentro de uma comunidade mais sustentável.

Referências

AMAPÁ. Prefeitura de Macapá. **Prefeitura de Macapá e Tribunal de Justiça do Amapá Entregaram Ecoponto de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos**. 2020. Disponível em: <https://macapa.ap.gov.br/prefeitura-de-macapa-e-tribunal-de-justica-do-amapa-entregam-ecoponto-de-coleta-seletiva-de-residuos-solidos/>. Acesso em: 6 jan. 2020.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ECYCLE. O que é compostagem e como fazer. Fazer compostagem doméstica reduz gases do efeito estufa, lixo orgânico e faz bem para saúde. **eCycle sua pegada mais leve**, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.ecycle.com.br/compostagem/>. Acesso em: 28 jul. 2021.

GOVE. **Compostagem: o que é e quais os benefícios que a prática pode trazer aos municípios brasileiros?** 2020. Disponível em: <https://www.gove.digital/outras-tematicas/compostagem-como-politica-publica/>. Acesso em: 28 jan. 2021.

GUENTHER, Mariana; SOUZA, Juliana de Melo; CARVALHO, Eduardo Enrique Barbosa; ARRUDA, Gabriel Amorim de Almeida; SOUZA, Artur Torquato Pereira de; PEREIRA, Rafaella Kelyne de Medeiros; ABREU, Thays Maria Queiroz; SILVA, Laís Araújo da. Implementação de composteiras e hortas orgânicas em escolas: sustentabilidade e alimentação saudável. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, [s. l.], v. 15, n. 7, p. 391-409, dez. 2020.

LEAL, Claudiana Maria.; SATTLER, Miguel A. Solid waste management for schools in the municipality of Alagoa Grande, Paraíba, Brazil. **Plea2012 - 28Th Conference, Opportunities, Limits & Needs Towards An Environmentally Responsible Architecture Lima**. Lima, p. 1-5. nov. 2012.

LEITE, Rosana; RODRIGUES, Maria. Educação ambiental: reflexões sobre a prática de um grupo de professores de química. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 17, n. 1, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132011000100010. Acesso em: 28 jan. 2021.

ODS BRASIL. **Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2021. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Gestão de resíduos sólidos**. 2017. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/gest%C3%A3o-de-res%C3%ADduos-org%C3%A2nicos.html>. Acesso em: 28 jan. 2021.

SILVA, Cleiton; ANDRADE, Yara. Meio ambiente e sustentabilidade: uma reflexão com alunos do ensino fundamental II. *In*: CONEDU VII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Alagoas, 2020. **Anais** [...]. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA14_ID6778_01102020233921.pdf. Acesso em: 28 jan. 2021.

RADIOGENCIANACIONAL. **Dos 16 municípios do Amapá, apenas um tem aterro sanitário**. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2018-08/dos-16-municipios-do-amapa-apenas-um-tem-aterro-sanitario#:~:text=Somente%20Macap%C3%A1%20tem%20um%20aterro,e%20coleta%20seletiva%20nos%20munic%C3%ADpios>. Acesso em: 28 jan. 2021.

IMPLANTAÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA NA CIDADE DE MACAPÁ

Ana Clara de Souza Monte de Almeida

Resumo

Os Pontos de Entrega Voluntária são instrumentos instalados em locais apropriados e cuidadosamente escolhidos para receber os resíduos. Nesses locais, os consumidores entregam voluntariamente materiais pós-consumo com o intuito de reciclá-los. O objetivo deste trabalho é explicar como esses pontos funcionam e explanar sobre a possibilidade da instalação deles na cidade de Macapá, e atingir o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e o ODS12 (Consumo e Produção Responsáveis).

1. Introdução

A geração de resíduos sólidos tem se tornado um problema global, em parte devido a alterações nos padrões de consumo, avanços tecnológicos e desenvolvimento das indústrias, e vem, nas últimas décadas, provocando um aumento desmedido da quantidade de resíduos descartados pela população, gerando, assim, uma necessidade maior de criação de políticas públicas voltadas para sua gestão.

A ausência ou insuficiência de destino correto para a disposição desses resíduos se tornam grandes problemas, não somente para a questão ambiental, mas também para a saúde e para a economia da cidade. Ao compreender os problemas que essa má destinação traz para a cidade e para o meio ambiental como um todo, fica clara a necessidade de focar em propostas que busquem melhores práticas na gestão adequada desses resíduos.

Com o gradual crescimento da geração de resíduos por parte da população brasileira nas últimas décadas houve o impulsionamento para a criação de leis que tivessem como objetivo esclarecer a função de cada esfera de poder e como esses instrumentos deveriam funcionar, além de propostas para sua implementação no país. A Lei n.º 12.305/2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), foi criada para dispor as

normas sobre a destinação final dos resíduos sólidos nas cidades brasileiras, além de instruir “entre vários instrumentos, a elaboração dos planos de resíduos sólidos e a implantação dos programas de coleta seletiva nos municípios” (ALMEIDA, 2020, p. 18).

Buscando uma solução melhor para essa problemática e uma compreensão melhor da sociedade sobre os resíduos produzidos, várias cidades do mundo vêm implantando Pontos de Entrega Voluntária ou Ecopontos, buscando, assim, reduzir o descarte desses materiais em áreas indevidas.

O descarte de resíduos reciclados, quando feito sem a devida consideração, pode criar diversos problemas para a cidade; porém, quando ocorre de maneira eficiente, pode resultar em benefícios para todos. As cidades que optaram por esse modelo de proposta para a gestão de resíduos, por um lado, diminuíram os custos com recolhimento de resíduos e, por outro, possibilitaram a criação de negócios sociais ou mesmo aqueles que afetam a construção de redes de empreendedores.

Para reduzir os custos com a gestão de resíduos na cidade de Macapá e minimizar os impactos que alguns resíduos podem gerar ao meio ambiente, além de inserir um processo de compreensão da separação do lixo, o que pode, ao longo do tempo, ser um precursor para a implantação da coleta seletiva, propõe-se a implantação de Ecopontos na cidade.

A proposta é implantar Pontos de Entrega Voluntária em diversos locais da cidade, que tenham como foco o recolhimento de quatro materiais específicos: papel (jornais, revistas, embalagens etc.), vidro (garrafas, potes etc.), plástico (embalagens de produtos de limpeza etc.) e metal (latas, enlatados etc.). O principal motivo para a escolha desses quatro tipos de materiais é o fato de serem os mais comumente reciclados e de mais fácil compreensão por parte da população, tornando mais simples o processo, podendo, futuramente, ocorrer um aumento na quantidade de itens recebidos.

Com a implantação de Ecopontos espera-se o descarte mais eficiente, buscando-se também criar parcerias com cooperativas locais que fazem a reciclagem desses materiais. Ao se buscar trabalhar com cooperativas de reciclagem, grupos de catadores ou entidades públicas, ocorre também uma interação maior entre a sociedade civil e grupos que não teriam grande convívio, além de fomentar as cooperativas que vivem de trabalhos de reciclagem. É importante buscar a cooperação entre os habitantes locais e as entidades responsáveis pela coleta desses resíduos.

A implantação desse modelo de coleta, além dos benefícios que são colhidos pela sociedade, como um melhor entendimento do ciclo de materiais, maior educação ambiental e melhora na qualidade urbana, leva, ainda, à formação de um entendimento da sociedade sobre a importância do descarte e do consumo consciente.

2. A Gestão de resíduos sólidos e os ODS

A gestão dos resíduos sólidos vem se tornando uma das grandes questões ambientais do momento, em função da carência na implementação das políticas públicas relevantes e da falta de ações voltadas para a educação ambiental (ALMEIDA, 2020). Em 2012, no Rio de Janeiro, durante a Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, nasceram os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), cujo foco foi a produção de um conjunto de objetivos que suprisse os desafios ambientais, políticos e econômicos mais urgentes que o mundo enfrenta.

Quando se trata da questão relativa às cidades e à gestão de resíduos sólidos, os pontos mais importantes a serem abordados são: o 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e o 12 (Consumo e Produção Responsáveis).

Com a criação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), na forma da Lei n.º 12.305/2010, o Brasil deu um passo à frente na questão. Nela foi recomendada a implantação de diversos Instrumentos Econômicos (IE) para que os governos melhorem a gestão dos resíduos sólidos, incluindo a criação de Pontos de Entrega Voluntária.

Tarifas para embalagens e materiais acordados na logística reversa: Os postos de coleta da logística reversa, como, por exemplo, os Locais de Entrega Voluntária (LEVs) e os Pontos de Entrega Voluntária (PEVs), podem ser criados priorizando a contratação de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, já que estas são as responsáveis por grande parte do volume de materiais reciclados no país. (BRASIL, 2012, s/p).

A criação de Pontos de Entrega Voluntária vem sendo implementada como uma medida para controlar melhor a logística dos resíduos nas cidades. Na grande maioria das cidades, esses pontos vêm sendo implementados com grande êxito e com crescente participação por parte da população.

No Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá de 2004, foi discutida a necessidade da criação de um Plano Municipal de

Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos, em que seriam analisadas medidas para o funcionamento da gestão de resíduos sólidos no município e em seus distritos. O Art. 156 do Plano Diretor traz alguns pontos importantes, tais como:

Art. 156. O Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos deverá conter a estratégia geral do Município para as operações relativas ao acondicionamento, coleta, transporte e destino final dos resíduos sólidos de modo a proteger a saúde humana e o meio ambiente.

§ 1º O Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos deverá ser compatível com o planejamento e gestão dos programas e projetos de desenvolvimento urbano e ambiental municipais, devendo ser periodicamente revisado e devidamente compatibilizado.

§ 2º O Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos deverá fixar os critérios básicos para o gerenciamento municipal dos resíduos sólidos, contendo, entre outros aspectos:

I - sistema municipal de gestão integrada dos resíduos sólidos;

[...]

IV - definição e descrição de medidas direcionadas à minimização da quantidade de resíduos e ao controle da poluição ambiental causada por resíduos, incluindo a coleta seletiva intra doméstica para reciclagem;

V - ações voltadas à educação ambiental que estimulem:

a) gerador a eliminar desperdícios e a realizar a triagem e a coleta seletiva de resíduos;

b) cidadão a adotar práticas ambientalmente saudáveis de consumo;

c) gerador e o consumidor a aproveitarem o resíduo gerado;

d) sociedade a se responsabilizar pelo consumo de produtos e a disposição adequada de resíduos.

VI - ações integradas envolvendo diferentes setores governamentais;

VII - ações a serem desenvolvidas em conjunto com os municípios vizinhos, especialmente o Município de Santana; [...]. (MACAPÁ, 2004, p. 59).

Com a sua implantação podemos afirmar que novas políticas públicas voltadas para a gestão de resíduos sólidos seriam implementadas na cidade. No Plano Diretor foi dado um prazo de um ano para a implantação do Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos e da lei que deveria efetivá-lo, porém esse prazo não foi cumprido (SOUZA, 2014).

Podemos citar como exemplo a cidade de Fortaleza, no Ceará, onde, até dezembro de 2020, 86 pontos haviam sido instalados em toda a cidade. Segundo a Prefeitura de Fortaleza, até dezembro de 2020, mais de 270 mil toneladas foram entregues nesses pontos, gerando um benefício total de mais de R\$ 5,6 milhões, distribuídos para mais de 30.000 usuários e 1.600 carroceiros cadastrados no sistema.

O modelo implantado na cidade de Fortaleza funciona da seguinte forma: o fortalezense procura um dos Ecopontos mais próximos para fazer o cadastro e, então, separar os resíduos recicláveis, entulhos e resíduos volumosos, e levá-los até o Ecoponto para pesagem. Nos Ecopontos, o cidadão confere a tabela de valores dos resíduos, pois o crédito será calculado de acordo com o peso e os tipos de materiais, levando em consideração o mercado.

O modelo proposto para a cidade de Macapá funcionaria de forma parecida com o da cidade de São Paulo, onde a Prefeitura disponibilizou locais para a destinação de resíduos sólidos sem a necessidade de pagamento. Lá podem ser depositados materiais como plástico, papel, vidro e metal.

Os PEVs são grandes caixas verdes em forma de contêineres fechados com capacidade para 2.500 litros cada e são instalados em locais com grande fluxo e de fácil acesso ao público, permitindo também manobras de caminhões que fazem seu manuseio. Todos eles são adesivados com informações do que pode e o que não pode ser depositado nestes equipamentos. É possível encontrar esses equipamentos em Ecopontos, parques, postos de gasolina e áreas públicas, sempre em locais que não atrapalhem o fluxo viário e de pedestres. Todo o material reciclável depositado nos PEVs é coletado pelas empresas que realizam a limpeza pública da cidade e são encaminhados para as cooperativas conveniadas e para as Centrais Mecanizadas de Triagem (CMTs), que separam o material coletado e o revendem, gerando assim renda aos cooperados. (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2012, s/p).

Os Pontos de Entrega Voluntária podem ser encontrados em diversos locais das cidades; além de possuírem formatos diferentes, na maior parte das vezes são feitos de contêineres ou lixeiras adaptadas. Na maior parte das cidades brasileiras sua construção é financiada pelas prefeituras locais em parceria com cooperativas, ONGs ou empresas privadas. Como proposta de estrutura física pode-se usar o modelo adotado pela Prefeitura de Agudos - SP, onde os PEVs são feitos de contêineres adaptados, com proteção e divisórias internas para que não haja a mistura dos resíduos, como mostra a Figura 1.

Figura 1 – Modelo de PEV



Fonte: Prefeitura de Agudos - SP

Esse modelo foi escolhido para a proposta pela sua fácil construção e também por possuir uma metragem razoável e, assim, não interferir de maneira bruta nos locais onde poderão ser alocados.

Com o intuito de atender a toda a cidade foram escolhidos, inicialmente, 25 pontos para a instalação dos PEVs, buscando maior adesão da população ao projeto. Inicialmente seriam atendidos os bairros Central, Perpétuo Socorro, Trem, Buritizal, Novo Buritizal, Alvorada, Santa Rita,

Marabaixo, Macapaba, Novo Horizonte, Jardim Felicidade, Cidade Nova, Santa Inês, Pedrinhas, Jardim Marco Zero, Fazendinha e Muruci.

Os locais dentro dos bairros escolhidos para a implantação dos Pontos de Entrega Voluntária foram praças, parques e arenas, por se tratarem de pontos de fácil acesso e que já são reconhecidos pela população. Assim, busca-se facilitar a introdução desse instrumento na cidade desta forma, garantindo maior adesão dos cidadãos.

Para que esse projeto seja implantado plenamente faz-se necessária a cooperação entre sociedade, cooperativas e setores públicos. Além de sua implantação, é de suma importância que ocorra a criação de campanhas que busquem instruir a população sobre o que são os PEVs e seu funcionamento, além de sua devida divulgação em todas as formas de mídias.

3. Considerações finais

Apesar da responsabilidade pela gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos ser de competência do município, a escassez de recursos financeiros, necessitando de apoio tanto do governo estadual como do federal em busca de uma gestão integrada e sustentável dos resíduos sólidos (GOÊS, 2011), aliada à fragilidade da comunidade na compreensão do papel de cada cidadão na gestão de seus resíduos, torna a tarefa de gerenciar recursos cada vez mais complexa.

Os modelos de consumos existentes na atualidade e a insuficiência de ações educativas comprometem uma gestão eficiente de resíduos que, na maioria das vezes, poderiam ser reciclados, minimizando o impacto no ambiente, seja por meio da diminuição de matéria-prima retirada da natureza, seja em decorrência de disposição inadequada, além de ampliar alternativas de renda para parte da população.

Com a implantação dos Pontos de Entrega Voluntária em diversas localidades da cidade tem-se uma tentativa de início do processo de educação da população sobre a questão dos resíduos gerados em nossas cidades, buscando-se que, no futuro, iniciativas como a coleta seletiva possam ser implementadas com a total adesão por parte da população.

A percepção é de que, ao ser incentivado na separação de resíduos, o usuário desse serviço iniciará aos poucos mudanças de comportamento em seu papel de contribuir com o destino de seus resíduos. A mudança de comportamento da sociedade brasileira com a gestão de seus resíduos ainda

tem um longo caminho a ser percorrido, mas com pequenas iniciativas, como a implantação dos Pontos de Entrega Voluntária, será possível começar a trilhar um caminho para a participação efetiva dos cidadãos na gestão de seus resíduos e de seus destinos.

Referências

ALMEIDA, Valéria Campos de. **Coleta seletiva de resíduos sólidos em Fortaleza-CE: uma avaliação do ecoponto do bairro de Fátima**. 2020. 147f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – UFC - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

BRASIL. **Lei n.º 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, altera a Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República Casa Civil, 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: https://sinir.gov.br/images/sinir/Arquivos_diversos_do_portal/PNRS_Revisao_Decreto_280812.pdf. Acesso em: 1 fev. 2021.

CEARÁ. Prefeitura de Fortaleza. Meio Ambiente. **Prefeitura de Fortaleza recebe mais de 270 mil toneladas de recicláveis nos ecopontos em cinco anos de atividades**. 2020. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-de-fortaleza-recebe-mais-de-270-mil-toneladas-de-reciclaveis-nos-ecopontos-em-cinco-anos-de-atividades>. Acesso em: 1 fev. 2021.

GÓES, Helvia Costa. Coleta seletiva, planejamento municipal e a gestão de resíduos sólidos urbanos em Macapá - AP. **Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, p. 45-60, 2011.

MACAPÁ. Prefeitura Municipal de Macapá. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá**. Macapá: Sempla; Ibam, 2004.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Objetivos de desenvolvimento sustentável**. 2016. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 28 dez. 2020.

SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo. Subprefeituras. **Pontos de Entrega Voluntária (PEVs)**. 2012. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/amlurb/coleta_seletiva/?p=43479. Acesso em: 1 fev. 2021.

SÃO PAULO. Prefeitura de Agudos. **Instalado segundo ecoponto no Jardim Márcia**. 2019. Disponível em: <https://www.agudos.sp.gov.br/noticia/1422/instalado-segundo-ecoponto-no-jardim-marcia/>. Acesso em: 1 fev. 2021.

SOUZA, Ana Claudia Machado de. **Análise do planejamento urbano de um espaço em transformação**: as cidades de Macapá e Santana na perspectiva do desenvolvimento local. 2014. 121 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Unifap - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2014.

CURSINHOS PREPARATÓRIOS PARA PRÉ-VESTIBULAR E ENEM: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE ODS 4

Caio Coutinho da Silva

Resumo

A educação é a maior ferramenta na busca pelo conhecimento e combate às desigualdades. Todavia, o ensino público no Brasil tem se mostrado muito desigual e, para uma grande parcela da população, ingressar em uma universidade é um sonho difícil de alcançar. São inúmeras as dificuldades, como a falta de escolas públicas que possam preparar os alunos para competir nos exames nacionais com os alunos de escolas privadas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e no vestibular. Este artigo aponta um caminho para o município de Santana cumprir o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4: Educação de Qualidade. Recomenda-se a criação de um cursinho preparatório de reforço para alunos de rede pública para melhorar seu desempenho nos concursos para ingressar em universidade e realizar o sonho de ter uma profissão.

1. Educação e desigualdades

A educação é uma ferramenta essencial para o crescimento pessoal, intelectual e social de um indivíduo. O ser humano é um ser social que precisa constantemente se aperfeiçoar. As instituições de ensino superior são uma grande oportunidade para o aprimoramento das pessoas. Porém, a porcentagem de alunos que ingressam nas universidades públicas brasileiras é, em sua maioria, proveniente da rede privada.

Pesquisas divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelaram que apenas 36% dos alunos que completaram o ensino médio na rede pública entraram em uma faculdade; esse percentual dobra e chega a 79,2% quando os estudantes vêm de escolas privadas (MARIA, 2019). A desigualdade transforma a entrada nas universidades brasileiras uma verdadeira crueldade:

[...] no ensino médio, que começa uma cruel seleção natural que desvia os alunos de uma formação mais consistente na universidade. O foco mais acadêmico do curso, que por ora tem currículo único, mas já começa a mudar por iniciativa de alguns estados, acabou tornando-se um obstáculo, inclusive, para que os estudantes tenham a opção de se profissionalizar e encarar o mercado de trabalho com melhor formação, avaliam especialistas. (PINHEIRO, 2018, s/p).

De acordo com dados da pesquisa Síntese de Indicadores Sociais (SIS) de 2019, divulgada no mesmo ano pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o acesso ao ensino superior por jovens entre 18 e 24 anos continua restrito e estático, com 32,7% dos jovens cursando o ensino superior. Há planos para que essa porcentagem aumente até 2024 para 33%, seguindo o que está nas metas do Plano Nacional de Educação.

A pesquisa também aponta dados sobre a população do ensino no Brasil, em que o foco maior está no ensino médio, com apenas 88,2% dos jovens entre 15 a 17 anos frequentando as salas de aula, o que, segundo a pesquisa, equivale a cerca de 1,2 milhão de jovens, algo que preocupa os pesquisadores devido ao grande número de adolescentes fora da escola (IBGE, 2019).

O Censo de Educação Superior de 2017, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), revela dados interessantes sobre a educação superior no Brasil. No que diz respeito ao ensino superior, a pesquisa aponta que 39% da população de jovens entre 18 e 24 anos, cerca de 8.909.261 jovens, concluíram o ensino médio, porém não frequentam o ensino superior (INEP MEC, 2018).

Ainda segundo a pesquisa, em 2017 foram ofertadas, no total geral, cerca de 10.779.086 vagas entre faculdades públicas e privadas, incluindo cursos presenciais e a distância, porém o número de vagas remanescentes ainda continua elevado, com cerca 2.869.597 vagas não preenchidas no ensino superior.

O número de vagas preenchidas entre instituições públicas e privadas também demonstra como está a qualidade de ensino médio no Brasil; em 2017, dos 100% matriculados no ensino superior, 24,7% foram matrículas realizadas na rede pública de ensino e 75,3% nas redes privadas. O que não chega a ser diferente no estado do Amapá que, de acordo com dados de 2018 do Censo do Ensino Superior, do Ministério da Educação (MEC), as universidades privadas possuem cerca de três vezes mais alunos do que

as universidades públicas. Isso ocorre porque algumas instituições privadas não necessitam de provas de admissão, como ocorre em instituições públicas, e muitas vezes leva o acadêmico de uma instituição privada, que não tem poder aquisitivo para sustentar seu curso, a trancar a matrícula ou até mesmo abandonar o curso. Por isso, o preparo para provas do Enem e vestibulares deve ser um fator a ser tratado com grande importância para garantir uma boa qualidade de ensino para todos os jovens.

2. A proposta de uma chance para exercer um direito

O direito à educação de qualidade é evidente, conforme o artigo 205 da Constituição Federal de 1998 que diz: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, s/p).

E segundo o parágrafo 1º, do artigo 208, “o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo” (BRASIL, 1988, s/p). Portanto, a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade é assegurada e garantida pelo Estado.

Entretanto, sabe-se que o ensino público enfrenta problemas que podem desestimular o aluno a completar o ensino básico, que vão desde a estrutura das escolas até problemas pessoais. E se tratando do ensino médio, em que os alunos têm que estar aptos a fazer uma prova que decidirá seu futuro nas universidades do Brasil (o Enem), a preparação deveria ser de boa qualidade para que haja maior ingresso de pessoas nas universidades brasileiras.

Há também a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que evidencia pontos importantes para a educação no Brasil:

A LDB é a mais importante lei brasileira que se refere à educação. Esta lei aprovada em dezembro de 1996 com o número 9394/96, foi criada para garantir o direito a toda população de ter acesso à educação gratuita e de qualidade, para valorizar os profissionais da educação, estabelecer o dever da União, do Estado e dos Municípios com a educação pública. (NUÑEZ NOVO, 2019, s/p).

3. Santana e uma nova realidade

No que diz respeito à cidade de Santana há uma grande quantidade de alunos do ensino médio que fazem o trajeto até a cidade de Macapá, em sua maioria em ônibus de transporte público coletivo, para frequentar os cursinhos pré-vestibular e Enem. Esses alunos enfrentam as viagens longas e cansativas diariamente, gastando, em média, cerca de três horas por dia com transporte em condições de má qualidade devido ao grande número de usuários do transporte público coletivo e devido à falta de manutenção.

Segundo Quintas (2018, p. 2), “sobre a Emenda Constitucional 90/15, cabe ao Estado oferecer qualidade com o atendimento eficaz que convide a população a trocar seus veículos individuais pelo transporte coletivo, contribuindo para o desenvolvimento urbano sustentável”. Porém, isso não ocorre no estado do Amapá, pois a quantidade de usuários supera a quantidade e a capacidade que é ofertada pelos ônibus que fazem o percurso, gerando, assim, uma viagem de desconforto e cansativa diariamente para os usuários do transporte público coletivo.

Dessa forma, fica evidente que a promoção de políticas públicas se torna fundamental para obter a inclusão social de todos, a necessidade de atenção e providências relacionadas às necessidades dos estudantes do ensino médio que habitam a cidade de Santana, para que eles possam obter grande êxito no Enem e provas de vestibulares. A necessidade de se ter um cursinho na cidade é imensa, devido à grande demanda que há por uma qualidade de ensino boa e mais direta, focada na aprovação em tais exames por uma quantidade grande de alunos.

3.1 O cursinho atualmente

A Prefeitura Municipal de Santana, desde o ano de 2017, oferece gratuitamente cursinho preparatório para os estudantes que residem na cidade. É realizado em uma sala bastante ampla na Biblioteca Pública Casa Brasil, onde ficam concentrados muitos alunos para assistirem às aulas com duração de cerca quatro horas diárias. Essa é uma tentativa de ajudar uma grande quantidade de alunos.

Porém, devido a uma enorme concentração de alunos em uma grande sala, o desconforto gera um ambiente inadequado para o aprendizado, o que contribui para conversas, barulhos e desinteresse que, somados a uma

acústica ruim, permitem que ocorra distração para aqueles que querem aprender e obter uma boa nota no Enem.

4. Uma proposta para melhor resultado

Em relação à proposta, podemos refletir sobre alguns pontos que podem ajudar alunos e cidadãos que moram na cidade de Santana:

- Com a exclusão das aulas no período noturno das escolas de ensino médio da cidade, poderia haver a parceria entre o município e o estado para que salas de aulas fossem cedidas ao município. Dessa forma, o aprendizado seria mais concentrado em uma sala de aula.
- A rede estadual poderia ceder professores com experiência e disponibilidade para ensinar os usuários do cursinho.
- Criar canais de ensino e conteúdo para disponibilizar aos alunos, para que o conteúdo não fique reduzido somente às horas em que o estudante estiver em aula.
- Promover a realização de simulados para desenvolver habilidades em relação à prova.
- Oferecer oficinas que tenham psicólogos para auxiliar os alunos, para combater o estresse e ansiedade antes e durante a prova.

O trabalho em conjunto com as escolas públicas de ensino médio da cidade representa uma grande oportunidade para promover a inclusão social por meio da educação. No ano de 2019, as escolas estaduais que se situam na cidade de Santana – Professora Elizabeth Picanço Esteves, Professor José Barroso Tostes e Augusto Antunes ocuparam, respectivamente, as posições 8^a, 9^a e 11^a no ranking de melhores notas no Enem entre as escolas da rede pública de ensino, representando um bom resultado em um universo gigantesco da rede estadual.

5. Conclusões

Compreende-se que o mercado de trabalho está cada vez mais competitivo e que, nos dias atuais, o Estado precisa promover uma educação inclusiva, igualitária e baseada nos princípios dos direitos humanos.

Dessa forma, a criação de políticas públicas se mostra essencial para ajudar a sociedade a diminuir as desigualdades na busca de um novo rumo para todos e conseguir atingir o ODS 4: Educação de Qualidade.

Portanto, com esse projeto os estudantes do município de Santana terão novas chances para estudar e ingressar no ensino superior, rompendo a dinâmica da desigualdade existente no Brasil, sem o inconveniente do deslocamento ao município vizinho de Macapá.

Referências

BRASIL. [(Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 fev. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP MEC). **Censo da Educação Superior 2017. Divulgação dos principais resultados**. 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo&Itemid=30192. Acesso em: 2 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). **Contínua 2018: educação avança no país, mas desigualdades raciais e por região persistem**. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24857-pnad-continua-2018-educacao-avanca-no-pais-mas-desigualdades-raciais-e-por-regiao-persistem>. Acesso em: 2 mar. 2021.

MARIA, Barbara. Apenas 36% dos alunos da rede pública ingressam na faculdade. **Agência Educa Mais Brasil**. 2019. Disponível em: <https://www.acidadeon.com/ribeiraopreto/cotidiano/cidades/NOT,0,0,1405779,apenas+36+dos+alunos+da+rede+publica+ingressam+na+faculdade.aspx#:~:text=A%20pesquisa%20divulgada%20pelo%20Instituto,estudantes%20v%C3%AAM%20de%20escolas%20privadas>. Acesso em: 26 jan. 2021.

NUÑES NOVO, Benigno. Leis de diretrizes e bases da educação: comentários. **Conteúdo Jurídico**, 30 jan. 2019. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/52617/leis-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-comentarios>. Acesso em: 11 fev. 2021.

PACHECO, John. Número de matrículas sobe 4% e AP tem quase 50 mil estudantes no ensino superior. **G1 AP**, Amapá, 24 de jun. de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2019/09/24/numero-de-matriculas-sobe-4percent-e-ap-tem-quase-50-mil-estudantes-no-ensino-superior.ghtml>. Acesso em: 22 jan. 2021.

PINHEIRO, Márcia. É possível avançar em educação no Brasil sem aumentar os gastos. Os exemplos do exterior mostram isso. **El País**, São Paulo, 05 mar. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/05/politica/1520284503_626647.html. Acesso em: 2 mar. 2021.

QUINTAS, Thayana Galeão. **Transporte público coletivo em Macapá de 2002 a 2016**: os ônibus como um direito social de transporte em Macapá - AP. Semana de Arquitetura e Urbanismo 2018, Macapá, 2018. Disponível em: https://www2.unifap.br/arquitetura/files/2018/10/Thayana_Quintas_VII_SAU.pdf. Acesso em: 28 jul. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Censo da educação superior de 2017**: divulgação dos principais resultados. Brasília, DF: MEC, 2018. 58p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo/file>. Acesso em: 22 jan. 2021.

NITAHARA, Akemi. Acesso ao nível superior no Brasil é abaixo dos padrões internacionais. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 06 nov. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/economia/noticia/2019-11/acesso-nivel-superior-no-brasil-e-muito-abaixo-dos-padroes-internacionais>. Acesso em: 22 jan. 2021.

LIDERA MULHER: DIREITOS HUMANOS NA CIDADE

Jean Francisco de Oliveira Carvalho Ribeiro

Rebeca Menezes Pimentel Perez

Resumo

Este artigo tem como objetivo sugerir a implantação de um projeto itinerante como estratégia para alcançar uma sociedade mais igualitária, por meio da criação de uma rede de acolhimento e informação à mulher, que irá percorrer todos os cantos da cidade de Macapá-AP. Tornar mulheres líderes é essencial para o combate à desigualdade de gênero e a chave para alcançar um país bem desenvolvido. O artigo toma por base uma discussão sobre a atual situação de desigualdade e violência enfrentada pelas mulheres no Brasil, além de tratar do empoderamento feminino, a partir de conceitos e exemplos de projetos bem sucedidos; e visa a contribuir com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para 2030 (ODS 5 – Igualdade de gênero – Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas).

1. Lidera mulher e sua relação com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e direitos humanos

A Agenda 2030 é um plano de ação global que propõe uma abordagem para alcançar um mundo mais sustentável e superar os problemas que mais ameaçam o planeta:

A Agenda 2030 consiste em uma Declaração, em um quadro de resultados – os 17 ODS e suas 169 metas – em uma seção sobre meios de implementação e de parcerias globais, bem como de um roteiro para acompanhamento e revisão. Os ODS são o núcleo da Agenda e deverão ser alcançados até o ano 2030. (AGENDA 2030, 2021).

Trata-se de um processo complexo e político de múltiplas dimensões. O Projeto Lidera Mulher é uma sugestão para alcançar o ODS 5, que está

na dimensão social e tem como foco um direito humano fundamental: a igualdade de gênero.

Dentro do ODS 5, existem metas, entre as quais se destacam as seguintes para este estudo:

[...] 5.1. Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte [...]

[...] 5.5. Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública [...]

[...] 5.b. Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias da informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres [...]. (AGENDA 2030, 2021, s/p).

A Organização das Nações Unidas (ONU) lançou, em 2018, um documento de grande importância para a equidade de gênero, denominado “Direitos Humanos das Mulheres”. Esse documento expressa a situação das mulheres no Brasil – é um diagnóstico abordando os importantes avanços da luta feminina, como os de âmbito legal, porém deixa claro que a equidade de gênero ainda não é uma realidade em nenhum país do mundo.

Por ocasião da revisão dos 20 anos da Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher (realizada em 1995, em Pequim), os Estados reunidos constataram que a plena igualdade de gênero não é realidade em nenhum país no mundo. No mesmo ano, a adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável refletiu estes achados e a necessidade de combater em todo o mundo desigualdades e discriminações contra mulheres e meninas, que resultam em violência e limitam seu acesso ao trabalho decente, à participação política, à educação e à saúde. (ONU, 2018, s/p).

Diante das desigualdades de gênero que se perpetuam no país, a ONU estabeleceu 7 recomendações para promover a igualdade de gênero: 1) Empoderamento econômico; 2) Empoderamento político e representatividade; 3) Educação inclusiva e equitativa; 4) Saúde integral e inclusiva; 5) Enfrentamento a todas as formas de violência; 6) Institucionalidade, orçamento e políticas públicas e 7) Interseccionalidade de gênero, raça e etnia (ONU, 2018).

São grandes os desafios que remetem ao compromisso de cumprir a Agenda 2030:

Para cumprir com o objetivo nº 5 dos ODS, “Alcançar a Igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” até 2030, faz-se necessário o monitoramento para assegurar que os direitos e serviços já existentes funcionem adequadamente e com equidade para todas as mulheres, mas também promover outros avanços necessários para combater as desigualdades de gênero no Brasil articuladas com estratégias de combate ao racismo e outras formas de discriminação. (ONU, 2018, s/p).

É importante destacar que o relatório em questão aborda em sua recomendação “Enfrentamento a todas as formas de violência” uma análise positiva da Lei Maria da Penha, mas é necessário avançar em políticas públicas em outros aspectos que apoiem mulheres em situação de violência:

A implementação integral da Lei Maria da Penha por meio de políticas públicas que garantam acesso das mulheres à segurança pública, justiça, saúde, assistência social é um compromisso que deve ser assumido por todos os entes federativos. A especialização requerida para o atendimento humanizado e que incorpore a perspectiva de gênero na atenção para as mulheres em situação de violência, deve também estar refletida na compreensão sobre as causas da violência como resultados da desigualdade das relações sociais com base no gênero. Nesse sentido, tanto a Lei Maria da Penha quanto a Lei do Feminicídio devem ser monitoradas em sua aplicação através de protocolos e documentos que normatizem o entendimento sobre a violência baseada no gênero e garanta maior celeridade aos procedimentos policiais e judiciais. Igualmente importante é que sejam revistas as formas de encaminhamento das mulheres nas redes de serviços especializados. Ressaltando-se a relevância e importância de iniciativas e programas como a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, por meio do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e o Programa “Mulher, Viver sem Violência”. (ONU, 2018, s/p).

O Projeto Lidera Mulher busca, em sua essência, efetivar na prática o exercício dos direitos humanos, de políticas públicas inclusivas para combater as desigualdades de gênero em âmbito local.

2. A situação da mulher no Brasil

A disponibilidade de dados sobre a violência contra a mulher tem aumentado de maneira significativa na atualidade; são cerca de 106 países que fornecem a base de dados da ONU em escala mundial: cerca de 35% das mulheres já experimentaram algum tipo de violência física ou sexual e apenas 40% das mulheres que sofrem violência buscam algum tipo de ajuda. Na América Latina, nove mulheres são assassinadas por dia, vítimas de violência de gênero (ONU, 2020).

No Brasil, três mulheres são assassinadas por dia, enquanto o índice da América Latina é de nove feminicídios diários, ou seja, metade desse cálculo, 2.559 assassinatos, ocorreram no país. Apesar de a legislação brasileira ser avançada, a estrutura judicial é insuficiente para atender a essa triste demanda (EL PAÍS, 2018).

No ano de 2017, em relação ao feminicídio, o Brasil estava em 14º lugar entre os 23 países da América Latina e do Caribe analisados pela ONU Mulheres: “1,1 a cada 100 mil mulheres foram assassinadas. A taxa brasileira é a mesma da Argentina e da Costa Rica” (EL PAÍS, 2018, s/p).

Dados do 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2020) mostram que ocorre uma denúncia de agressão física a cada dois minutos, em decorrência da violência doméstica no Brasil; em 89,9% dos casos o autor foi o companheiro ou ex-companheiro da vítima (BUENO; LIMA, 2020). O Projeto Lidera Mulher busca promover empoderamento feminino, levando a independência financeira para as mulheres da cidade de Macapá, buscando promover uma sociedade menos desigual por meio de rodas de conversa que discutam o assunto, fazendo com que as mulheres percebam as situações de abuso e/ou violência em que possam estar inseridas e, assim, busquem as autoridades para realizar a devida denúncia.

Outro fator ligado aos índices anteriormente citados é o desemprego feminino. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) estimou que, ao final de 2020, 44,1 milhões de pessoas estariam desempregadas, sendo o sexo feminino o mais atingido (CHAVES, 2020). Esse fator faz com que muitas mulheres se sintam presas a esses relacionamentos por não terem independência financeira, outro ponto que o projeto busca atingir, mediante incentivo ao empreendedorismo.

Atualmente, as mulheres brasileiras ocupam grande parte de seu tempo em atividades domésticas, como aponta o estudo realizado em 2018,

no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais, identificando serem as mulheres responsáveis por grande parte das atividades domésticas:

As mulheres respondem por 85% dos afazeres domésticos, com dedicação diária de até 6 horas, enquanto a participação dos homens chega a 60 minutos. Se fossem remuneradas pelo trabalho feito dentro da própria casa (equivalente ao rendimento médio de uma empregada doméstica com carteira assinada), as mulheres responderiam por quase 11% do PIB nacional. (SAYURI, 2018, s/p).

E, ainda, segundo dados do Sebrae, existem cerca de 24 milhões de mulheres empreendedoras no Brasil (isso inclui formais e informais), sendo que a cada 10 empreendedoras, 3,9 tornam-se “donas de seu próprio negócio” (SEBRAE, 2019, s/p). Ou seja, esse é um caminho já trilhado por muitas mulheres no país, porém deve ser mais incentivado no estado do Amapá.

Outro dado importante para a questão da mulher no Brasil é a taxa de gestação na adolescência, com 400 mil casos/ano. Quanto à faixa etária, em 2014 nasceram 28.244 filhos de meninas entre 10 e 14 anos (BRASIL, 2020). Assim, o projeto também busca promover palestras educativas sobre saúde da mulher, como uso adequado de métodos contraceptivos e educação sexual. Uma forma de complementar o serviço oferecido pelo Sistema Único de Saúde.

Segundo o IBGE (2018), apesar de as mulheres possuírem maior grau de formação, a diferença salarial é gritante, assim como a falta de representatividade nos cargos de gerência, com taxa de 37,8% em comparação a 62,2% dos homens, no ano de 2016. Em 2017, apenas 10,5% das cadeiras de deputados eram ocupadas por mulheres. Dessa forma, como teremos uma sociedade que se preocupa em resolver os problemas de todos se não há igualdade de poder? Assim, é preciso promover a igualdade de gênero, a representatividade e dar voz às mulheres, tornando-as líderes de sua vida e de sua comunidade.

3. O poder do empoderamento feminino

Para transformar mulheres em líderes de suas próprias vidas, de sua comunidade, e combater a realidade apresentada, é preciso entender sobre empoderamento feminino. A palavra empoderamento vem do inglês (empowerment) e originou-se nos Estados Unidos durante os movimentos de direitos civis dos anos de 1960.

Conforme afirma Magdalena León (1997), o empoderamento inclui a mudança individual e a ação coletiva para alterar os processos e estruturas que reproduzem a posição subordinada da mulher (DENMAN et al., 1999). Ou seja, mudar essa estrutura é a chave para alcançar igualdade de gênero. Para isso, segundo o autor Cornwall (2018,s/p), “é preciso se preocupar com o propósito de liberar potencial, e com transformação estrutural em vez de simplesmente incorporar mulheres em mercados de trabalho sustentados por normas e práticas injustas e discriminatórias”.

Em seu texto, Cornwall explana sobre o termo “empoderamento light” como uma forma de criticar o empoderamento apoiado pela grande indústria, no qual se busca que mulheres sejam incorporadas nos mercados de trabalho para promover a economia de seus países e não com o objetivo de acabar com a desigualdade de gênero, como se observa neste trecho: “Colocá-las para trabalhar pelo desenvolvimento, em vez de fazer com que o desenvolvimento funcione para elas” (CORNWALL, 2018, s/p).

Não é apenas a independência financeira que fará com que as normas sociais atuais sejam quebradas. Para combater a desigualdade estrutural de gênero é preciso ter acesso igualitário à informação e ao conhecimento, é preciso criar espaços coletivos onde as mulheres possam discutir seus anseios, o papel social que lhes é imposto, e articular suas próprias demandas.

Projetos com esse mesmo propósito estão em vigor no Brasil. Um exemplo deles é o Plan International Brasil, uma Organização não governamental, não religiosa e apartidária que defende os direitos das crianças, adolescentes e jovens, com foco na promoção da igualdade de gênero. Atua há mais de 20 anos desenvolvendo projetos em diversos estados do país. Um deles é o Projeto Escola de Liderança para Meninas”, com o objetivo de apoiar o empoderamento das meninas para a prevenção das violências baseadas em gênero, desenvolvendo suas habilidades para a vida, seus conhecimentos sobre seus direitos e incentivando sua participação cidadã (PLAN INTERNACIONAL, 2019, 2021, s/p).

Além desse, outro projeto extremamente inspirador é o Fundo de Investimento Social “Elas”, o único no Brasil voltado exclusivamente para a promoção do protagonismo das mulheres, investindo em seus projetos e iniciativas, entendendo que esse investimento é o caminho mais rápido para o desenvolvimento de um país.

Assim, o Projeto Lidera Mulher é a possibilidade de criar políticas públicas inclusivas voltadas para mulheres e meninas para combater a

desigualdade estrutural, com o intuito de ouvi-las e de levar informação e conhecimento para as mulheres da cidade de Macapá, principalmente as que se encontram em condição de vulnerabilidade.

4. O Projeto lidera mulher

A presente construção visa à implementação de um projeto itinerante, com abrangência no município de Macapá, que se constituirá em uma rede de apoio à mulher. O projeto terá a vigência anual para o maior alcance dos bairros e comunidades do município, instalado em um ônibus, que realizará paradas em escolas ou praças elencadas para a realização das atividades. As atividades propostas envolvem palestras, rodas de conversas e oficinas com o objetivo de formar uma massa crítica feminina, promovidas com temáticas de empoderamento feminino e econômico, Direito da Mulher, violência contra a mulher e a menina, e saúde feminina, a fim de garantir o acesso à informação de forma objetiva e clara, tendo como elemento principal a formação da cidadania e com plena participação do público-alvo. Oratória e empreendedorismo também serão temas trabalhados nas rodas de conversa, visando ao empoderamento econômico.

O projeto se volta ao acesso à informação e ao conhecimento da mulher e da menina, tomando como premissa o enunciado de Manuel Castells, expresso por Dimarch (2013), que aborda a informação como forma de poder: o poder reside nas mentes, uma vez que é nelas que as relações ocorrem por meio da aceitação, indignação e construção de valores (DIMARCH, 2013).

Em sua obra *O poder da comunicação*, Castells manifesta que o poder se baseia no controle da informação e da comunicação, podendo ser um poder macro (pelo Estado e pela mídia), ou micro (com os movimentos sociais), e que essas relações de poder podem ser alteradas pelos atores sociais com o objetivo de mudanças (SANTOS, 2017).

Aliado ao projeto proposto, isso vem transformar o pensamento feminino com a reflexão do seu papel na comunidade e dar voz a esses atores sociais, trabalhando as premissas expressas no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n.º 5.

O projeto propõe parcerias com a Prefeitura Municipal de Macapá, tais como entidades com enfoque em Assistência Social (Centro de Referência Especializado em Assistência Social [Creas], Centro de Assistência

Social [Cras] e Centro de Referência de Atendimento à Mulher [Cram]), que ofertam ações especializadas de orientação e proteção e/ou atendimento psicossocial e jurídico à população. Entretanto, o projeto pode ser aplicado em outras cidades do país.

O Projeto Lidera Mulher busca promover lideranças femininas, empoderamento feminino e independência financeira para as mulheres da cidade de Macapá, em busca de uma sociedade com mais igualdade de gênero.

5. Considerações finais

Conforme o exposto é possível expressar a importância da implantação de projetos voltados à mulher no país, tendo em vista o cenário apresentado sobre violência, principalmente a doméstica, taxa de desemprego, dentre outros fatores expressos como a desigualdade de gênero. Mesmo que se tenha um pequeno caminho trilhado pela luta feminina, ainda há grande necessidade da atenção de políticas públicas voltadas à mulher e à menina.

O empoderamento se mostra um grande salto para o reconhecimento feminino na sociedade, visto que vem se mostrando forte por meio dos movimentos sociais, como o de sua origem, nos anos 1960, nos Estados Unidos. É a partir dele que se pode trabalhar a desconstrução da desigualdade estrutural de gênero. Ouvi-las e informá-las é fundamental para a construção da cidadania, principalmente em grupos em condições de vulnerabilidade.

Configurando-se em uma rede de apoio, implantada de forma itinerante, o projeto busca maior abrangência no município de Macapá, onde essa iniciativa levará acesso à informação às mulheres de todas as localidades da cidade, buscando formar a massa crítica feminina por intermédio de atividades como palestras, rodas de conversa e oficinas, sempre buscando a sua participação e capacitando-as como protagonistas na sociedade.

Referências

AGENDA 2030. **Conheça a Agenda 2030:** conheça o plano de ação global para mudar o mundo até 2030. 2021. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/sobre/>. Acesso em: 11 fev. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **01 a 08/02 – Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência.** 31. jan. 2020. Disponível em: <http://bvsmms>.

saude.gov.br/ultimas-noticias/3123-01-a-08-02-semana-nacional-de-prevencao-da-gravidez-na-adolescencia. Acesso em: 4 jan. 2021.

BUENO, Samira; LIMA, Renato. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2021.

CHAVES, Gabriela. Mulheres são as mais afetadas na pandemia com desemprego e acúmulo de tarefas. **UOL Notícias**, São Paulo, 10 set. 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/colunas/gabriela-chaves/2020/09/10/como-o-coronavirus-atinge-as-mulheres-da-america-latina.htm>. Acesso em: 4 jan. 2021.

CORNWALL, Andrea. Além do “empoderamento light”: empoderamento feminino, desenvolvimento neoliberal e justiça global. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 52, e 185202, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000100202&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 2 fev. 2021.

DENMAN, Catalina; ARANDA, Patricia; CONEJO, Elsa. Poder y empoderamiento de las mujeres. In: LEÓN, Magdalena de (comp.). **Poder y empoderamiento de las mujeres. Santafé de Bogotá**: tercer mundo y UN Facultad de Ciencias Humanas. 1997. Disponível em: http://lanic.utexas.edu/project/etext/colson/18/18_8.pdf. Acesso em: 2 fev. 2021.

DIMARCH, Bruno Fischer. Manuel Castells: comunicação e poder. **Fronteiras do Pensamento**, São Paulo, 11 nov. 2013. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/resumos/comunicacao-e-poder-sp>. Acesso em: 7 fev. 2021.

EL PAÍS. **América Latina é a região mais letal para as mulheres**. São Paulo, 27 nov. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/24/actualidad/1543075049_751281.html. Acesso em: 10 fev. 2021.

ESTRATÉGIA ODS. **Conheça os ODS**. 2021. Disponível em: <https://estrategiaods.org.br/conheca-os-ods/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatística de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2018. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/9d6f4fae-da1f1fb7532be7a9240cc233.pdf. Acesso em: 26 jan. 2021.

ODS BRASIL. **Objetivo 5 – Igualdade de Gênero**. 2021. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=5>. Acesso em: 10 jan. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Direitos humanos das mulheres**. 2018. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Position-Paper-Direitos-Humanos-das-Mulheres.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

ONU MULHERES BRASIL. **ONU Brasil lança documento de posição sobre os direitos humanos das mulheres no país**. 2018. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-brasil-lanca-documento-de-posicao-sobre-os-direitos-humanos-das-mulheres-no-pais/>. Acesso em: 07 fev. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Hechos y cifras: poner fin a la violencia contra las mujeres**. 2020. Disponível em: <https://www.unwomen.org/es/what-we-do/ending-violence-against-women/facts-and-figures#notes>. Acesso em: 10 fev. 2021.

PLAN INTERNACIONAL. **Quem somos**. 2021. Disponível em: <https://plan.org.br/aviso-de-privacidade/aviso-de-privacidade/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

PLAN INTERNACIONAL. **Escola de liderança para meninas**. 2019. Disponível em: <https://plan.org.br/aviso-de-privacidade/aviso-de-privacidade/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

SANTOS, Raimundo Nonato Ribeiro dos. O poder da comunicação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, [s. l], v. 12, n. 1, p. 54-56, 16 abr. 2017. Portal de Periódicos UFPB. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22478/ufpb.1981-0695.2017v12n1.33459>. Acesso em: 7 fev. 2021.

SAYURI, Juliana. Quanto vale o serviço doméstico?: as mulheres respondem por 85% dos afazeres da casa. Se fossem pagas por esse trabalho, produziriam o equivalente a 11% do PIB, revela estudo da UFMG. **Trip**, São Paulo, 10 out. 2018. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/asmulheres-respondem-por-85-dos-afazeres-da-casa-e-nao-sao-nem-pagas-nem-reconhecidas-por-isso>. Acesso em: 4 jan. 2021.

SEBRAE. **Relatório especial: empreendedorismo feminino no Brasil**. 2019. Disponível em: http://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2019/03/Empreendedorismo-Feminino-no-Brasil-2019_v5.pdf. Acesso em: 4 jan. 2021.

HORTAS COMUNITÁRIAS NO CONJUNTO HABITACIONAL DO MACAPABA

Carolina Deniur Lameira Ramos

Jade Quintela, dos Santos

Natalia do Nascimento Fernandes

Resumo

As hortas comunitárias promovem a integração da comunidade, revitalizam espaços e oferecem acesso a alimentos saudáveis e frescos, além da possibilidade da consciência ambiental e melhora na alimentação. Este artigo tem como objetivo sugerir a implantação de uma horta comunitária no conjunto habitacional Macapaba localizado na Zona Norte do Município de Macapá. O projeto é voltado para todos os moradores do referido conjunto. Este projeto faz parte do plano de ação da Agenda 2030 e possui relação direta com o ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável; ODS 3: Saúde e Bem-Estar; e ODS 12: Produção e Consumo Sustentável. O objetivo é transmitir conhecimento nutricional aos moradores e contribuir para uma alimentação melhor da população como alternativa para a melhoria da qualidade de vida, saúde e bem-estar, além de estimular práticas coletivas entre a comunidade e incentivar a educação ambiental.

1. Doenças crônicas não transmissíveis (DCNTS) e perda da qualidade de vida

No passado, a maioria dos óbitos no Brasil eram resultados de doenças infecciosas. Porém, na atualidade, as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) são responsáveis por 72% das mortes no país. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS):

As doenças cardiovasculares, o câncer, o diabetes e as doenças respiratórias crônicas são as principais doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), responsáveis por cerca de 70% de todas as mortes no mundo. Essas doenças resultam em mortes prematuras, perda de qualidade de vida, além de

resultar em impactos econômicos negativos para as famílias, os indivíduos e a sociedade. O aumento da carga das DCNT reflete os efeitos negativos da urbanização rápida e da globalização, que induzem a maioria dos países a estilos de vida sedentários, alimentação com alto teor calórico e com alimentos ultraprocessados, além do uso do tabaco e do álcool. Em geral, as DCNT afetam com maior frequência populações de baixa renda, por estarem mais expostas aos fatores de risco e terem menor acesso aos serviços de saúde. (MALTA *et al.*, 2020, s/p).

As DNCTs são um sério problema de saúde pública no mundo e se dão em países ricos, de média e baixa renda:

Por serem de etiologia múltipla, torna-se difícil definir claramente as causas das DCNT. No entanto, é possível identificar diversos *fatores de risco* que podem ser classificados em *não modificáveis* (sexo, idade e herança genética) e *comportamentais* (tabagismo, alimentação, inatividade física, consumo de álcool e outras drogas). Os *fatores de risco comportamentais* são potencializados pelos fatores condicionantes socioeconômicos, culturais e ambientais [...] Entre os fatores de risco, os seguintes são mais frequentes nos homens: hábito de fumar atual (20,3%) e passado (26,3%), excesso de peso (47,3%), consumo de carne ou frango com gordura aparente (51,2%), sedentarismo (39,8%), consumo abusivo de bebida alcoólica (25,3%). Nas mulheres, estas frequências são: hábito de fumar atual (12,8%) e passado – ex-fumantes (18,6%), excesso de peso (38,8%), consumo de carne ou frango com gordura aparente (29,0%), sedentarismo (20,1%) e consumo abusivo de bebida alcoólica (8,1%). (BRASIL, 2008, p. 339-343, grifos do autor).

O Ministério da Saúde evidencia em suas pesquisas que muitas das patologias do tipo DCNT estão diretamente associadas a maus hábitos alimentares. O mesmo documento também relata que ocorreram mudanças comportamentais no brasileiro, o que é denominado de transição nutricional, como o aumento do consumo de alimentos processados e ultraprocessados, que são mais baratos e calóricos, em especial pelas pessoas de baixa renda, pois são produtos mais acessíveis devido ao preço (BRASIL, 2008). Essa mudança nos hábitos alimentares reflete-se no aumento do Índice de Massa Corporal (IMC), que está acima do valor considerado normal na população brasileira, conforme informado pelo jornal *GIAmapá*, em 25 de julho de 2019:

Mais da metade da população está acima do peso e a obesidade atinge um a cada cinco brasileiros, segundo dados da Pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel) de 2018, divulgada na manhã desta quarta-feira (25). De acordo com o levantamento, 55,7% dos entrevistados têm excesso de peso – aumento de 30,8% desde 2006, quando o Ministério da Saúde começou a realizar a pesquisa. Naquele ano, 42,6% dos brasileiros estavam acima do peso. Já em relação à obesidade, entre 2006 e 2018 a porcentagem de pessoas aumentou de 11,8% para 19,8%, maior índice registrado em todo o período. Apesar do recorde, o valor é considerado estável desde 2015, quando a porcentagem foi de 18,9%. (G1 AMAPÁ, 2019, s/p).

Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada em 2013, as doenças crônicas não transmissíveis resultam em 72% das causas de morte no Brasil. A pesquisa mostra ainda que mais de 45% da população adulta, o equivalente a cerca de 54 milhões de indivíduos, relatou ter pelo menos uma DCNT (MALTA *et al.*, 2019).

1.1 Alimentação e saúde

O Brasil é um dos países com menores investimentos em saúde pública no mundo, de acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2019:

O Brasil gastou com saúde no ano passado US\$ 1.282 (cerca de R\$ 5,2 mil) per capita, montante que reúne recursos públicos e privados. O valor em dólar é ajustado em função da paridade do poder de compra nos países. O valor coloca o Brasil em 37º lugar na lista da OCDE, que inclui 6 países além dos 38 membros da organização. Nos 38 países da OCDE, organização à qual o Brasil solicitou ingresso, a média de gastos com saúde por habitante foi de quase US\$ 4 mil em 2018, sendo que 76% desse valor são gastos públicos. A Índia é o país que gasta menos, com apenas US\$ 209 por habitante. Nos Estados Unidos, o total de gastos com saúde por habitante ultrapassou US\$ 10 mil no ano passado. É o maior montante entre os países analisados no “Panorama da Saúde” da OCDE e a maior parte desse valor se refere a despesas públicas. No Brasil, as despesas per capita com saúde representam cerca de 30% da média da OCDE. Do total de

US\$ 1.282 mil, menos da metade (US\$ 551 mil) são gastos do governo brasileiro. O restante se refere a despesas privadas como seguros de saúde ou pagamento direto de consultas e exames. (FERNANDES, 2019, s/p).

Segundo o especialista Carlos Augusto Monteiro, uma alimentação saudável pode trazer contribuições imensas para o país com a redução dos gastos públicos na área da saúde, e também criar uma cultura de valores em que ocorram menos agressões ao meio ambiente, além da promoção da igualdade social. Para ele, a alimentação saudável deve inserir-se em quatro dimensões: 1) alimentos que a natureza proporciona (alimentos *in natura*) e podemos modificar (é o caso do leite pasteurizado); 2) alimentos minimamente processados; 3) consumo de uma pequena proporção de alimentos de origem animal (a maior parte das calorias que consumimos deveria vir de plantas, de alimentos de origem vegetal); 4) A quarta dimensão, de uma alimentação saudável, tem a ver com a preparação desses alimentos (que é importante para o surgimento de culturas de culinárias) (OBSERVATÓRIO DO AMANHÃ, 2018).

Uma alimentação saudável exige atenção do Estado, que tem a responsabilidade de implementar políticas públicas adequadas desde o cultivo dos alimentos até informações sobre os produtos que os cidadãos escolhem comprar, e mais: esclarecer detalhes nutricionais e calóricos do que vão colocar no prato. A união entre políticas públicas e ações individuais pode melhorar a qualidade da dieta do brasileiro, que não chegou a um patamar tão preocupante quanto nos Estados Unidos ou China (OBSERVATÓRIO DO AMANHÃ, 2018).

A quantidade de pessoas com DCNT em decorrência da má alimentação é elevada no Brasil e suscita não apenas prejuízo em gastos públicos, mas contribui negativamente para a elevação de tratamentos hospitalares (em um país em que o Sistema Único de Saúde está sobrecarregado) e o pior: reduz a expectativa de vida do brasileiro em geral e sua qualidade de vida.

1.2 Agrotóxicos, obesidade e alimento no prato

A alimentação é fator muito importante na vida diária das pessoas. É um tema que vai além das discussões sobre as necessidades básicas de um indivíduo, tratando-se de um importante debate a respeito dos direitos humanos e, complementarmente, “de saúde pública, uma vez que o excesso ou falta de hábitos alimentares ou a ausência deles podem causar doenças

severas, podendo levar o indivíduo a óbito” (ABREU *et al.*, 2001 *apud* SANTOS *et al.*, 2019, s/p).

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), junto à Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o crescimento populacional mundial até 2050 exigirá um aumento de 50% na produção de alimentos. Porém, as técnicas de produção de alimentos atuais demonstram-se incompatíveis para a sustentabilidade do planeta. Nota-se que:

[...] os sistemas alimentares e as técnicas da produção agropecuária estão diante de desafios complexos, enunciados pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, quando a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) adverte que serão necessárias grandes transformações nos sistemas agrícolas, nas economias rurais e na forma como são administrados os recursos naturais [...]. (SANTOS *et al.*, 2019 s/p).

Isso significa mudanças em como os alimentos são produzidos em larga escala. A utilização de agrotóxico no Brasil, um tema polêmico, exige grande atenção, pois ao mesmo tempo em que os agrotóxicos ajudam a aumentar a produtividade, podem trazer terríveis consequências para o organismo humano, já que sua utilização pode gerar efeitos nocivos aos alimentos que chegam ao prato do consumidor, com grandes prejuízos à saúde. “Agrotóxicos são produtos químicos sintéticos usados para matar insetos, larvas, fungos, carrapatos sob a justificativa de controlar as doenças provocadas por esses vetores e de regular o crescimento da vegetação, tanto no ambiente rural quanto urbano” (SÍTIO PEMA, 2020, s/p).

No ano de 2015, o Instituto Nacional de Câncer (Inca) lançou um documento sobre a utilização de agrotóxicos no país, que classificou como prováveis agentes cancerígenos os herbicidas glifosato e os inseticidas Malation e Diazinon (categorizados no grupo 2A). A mesma pesquisa revelou a presença desses produtos químicos na alimentação diária da população:

Em 2015, além desses, a presença de resíduos de agrotóxicos não ocorre apenas em alimentos in natura, mas também em muitos produtos alimentícios processados, como biscoitos, salgadinhos, pães, cereais matinais, lasanhas, pizzas e outros que têm como ingredientes trigo, milho e soja, por exemplo. Ainda podem estar presentes nas carnes e leites de animais que se alimentam de ração com traços de agrotóxicos. (INCA, 2015, s/p).

Outro problema que compromete o acesso a uma alimentação saudável é o consumo de produtos industrializados, que tem contribuído para o crescimento de problemas da área da saúde relacionados à obesidade. O Brasil é um país que conseguiu, por meio da criação de políticas públicas e programas sociais, erradicar largamente a fome. Porém, na atualidade, precisa enfrentar novos desafios na área da nutrição, já que na última década a taxa de obesidade do país quase dobrou para 20%, e a parcela de pessoas com sobrepeso praticamente triplicou, indo para 58%. Hoje, a população de adultos obesos é maior do que adultos abaixo do peso em todo o mundo (JACOBS; RICHTEL, 2017).

Para o pesquisador Antony Wilson, da Universidade de Guelph, no Canadá, os alimentos consumidos estão provocando óbitos na população mundial porque são produtos ricos em açúcares, gordura e sal que chegam a preços baratos no mercado e são consumidos pela população, em especial por pessoas de baixa renda em países em desenvolvimento (JACOBS; RICHTEL, 2017).

O consumo de animais também tem sido questionado. É uma maneira de pensar sobre o planeta do ponto de vista do surgimento de uma irmandade mundial, rompendo com uma visão antropológica, estabelecendo “que os direitos humanos podem contribuir para a proteção dos animais não humanos na medida em que se reconhecem o dever de solidariedade” (RODRIGUES; COELHO, 2017, s/p). A própria ONU, por intermédio da Unesco,⁸ elaborou, em 1978, a Declaração dos Direitos dos Animais:

Considerando que todo o animal possui direitos;

Considerando que o desconhecimento e o desprezo desses direitos têm levado e continuam a levar o homem a cometer crimes contra os animais e contra a natureza;

Considerando que o reconhecimento pela espécie humana do direito à existência das outras espécies animais constitui o fundamento da coexistência das outras espécies no mundo;

Considerando que os genocídios são perpetrados pelo homem e há o perigo de continuar a perpetrar outros;

⁸ A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) é uma agência especializada das Nações Unidas (ONU).

Considerando que o respeito dos homens pelos animais está ligado ao respeito dos homens pelo seu semelhante;

Considerando que a educação deve ensinar desde a infância a observar, a compreender, a respeitar e a amar os animais,

Proclama-se o seguinte:

ARTIGO 1:

Todos os animais nascem iguais diante da vida, e têm o mesmo direito à existência [...]. (UNESCO, 1978, s/p).

Já existem importantes movimentos, como o Animals Rights (Direitos dos Animais), que objetivam proteger e conscientizar os humanos dos direitos fundamentais dos animais não humanos. Além disso, o consumo de animais tornou-se algo questionável, um verdadeiro ato político. É o caso dos veganos e vegetarianos.

Para o vegano, comer é muito mais do que pensar em uma dieta sem o consumo de animais. Trata-se de

[...] uma filosofia de vida relacionada à alimentação, ideologia, vestuário e restrição completa a produtos de origem animal. Já os vegetarianos são pessoas que optam por parar de comer qualquer tipo de carne, porém, sem deixar de lado proteínas de origem animal, como ovos e leite. (HORA SANTA CATARINA, 2020, s/p).

O veganismo ainda é muito estereotipado por muitas pessoas como “dieta elitista”, porque o consumo de frutas, verduras e hortaliças é muito mais caro que o acesso aos produtos industrializados. Porém, a base dessa alimentação é muito diversa e pode ser muito barata e completa, principalmente se cultivada em casa. Algumas culturas realizam um elevado consumo de carne animal e desconhecem as técnicas de preparação de deliciosas receitas em que os componentes principais são vegetais, leguminosas e sementes. É a falta de informação que cria o preconceito.

Em relação ao vegetarianismo, a Sociedade Vegetariana Brasileira informa que ser vegetariano é não se alimentar de qualquer tipo de carne (SLYWITC, 2021), seja ela in natura ou em produtos que a contenham, e o classificou em quatro categorias:⁹

⁹ A inclusão ou exclusão de produtos derivados de animais no cardápio diário é o que determina o tipo de vegetarianismo adotado (SLYWITC, 2021).

- 1) VEGETARIANO ESTRITO – não consome nenhum tipo de carne, ovos, mel, laticínios e produtos que incluam derivados animais entre os ingredientes, como gelatina, albumina, proteínas do leite, alguns corantes e espessantes.
- 2) LACTO-VEGETARIANO – não consome nenhum tipo de carne nem ovos, mas utiliza laticínios.
- 3) OVOVEGETARIANO – não consome nenhum tipo de carne nem laticínios, mas utiliza ovos.
- 4) OVOLACTOVEGETARIANO – não consome nenhum tipo de carne, mas utiliza ovos e laticínios. (SLYWITC, 2021, p. 3).

Uma das maneiras de contribuir para a difusão de práticas alimentares saudáveis e sustentáveis é a criação de hortas comunitárias em ambientes urbanos. É importante promover políticas públicas com foco na alimentação, promovendo informação, práticas de plantio sem o uso de agrotóxicos (respeitando o meio ambiente e a saúde dos moradores) e campanhas para redução de produtos ultraprocessados.

2. Hortas e educação ambiental

O desmatamento, a emissão de gases tóxicos na atmosfera, desperdícios exorbitantes de água e contaminação de solo e lençóis freáticos são apenas alguns dos impactos que a indústria do alimento tem trazido para o meio ambiente, especialmente a agropecuária. No Brasil, os latifundiários recebem grandes incentivos financeiros e fiscais para continuarem a utilização inconsequente da terra para plantio e criação de animais para abate.

A ecóloga Ima Vieira, ex-diretora do Museu de História Natural Emílio Goeldi, em Belém - PA, constatou em sua pesquisa que 80% das queimadas na Amazônia são ocasionadas pela atividade agropecuária. Essas queimadas são feitas para desmatar a área e criar uma área plana para pasto e/ou plantio em larga escala. Ima faz um alerta quanto ao uso da terra. Segundo ela, a cada 10 hectares da Amazônia, seis viram pasto, três são abandonados e um vira agricultura (BARBOSA, 2019).

Os gases emitidos pelas queimadas se somam aos emitidos pelo gado e formam 69% dos gases de efeito estufa emitidos pelo Brasil, sendo o estado do Pará o maior emissor de ambos, que também apresenta a maior taxa de atividade agropecuária e mineradora (MELLO, 2016).

A pesquisa divulgada pelo WWF, no dia 16 de outubro de 2018, concluiu que 91% das pessoas não reconhecem que a produção e o consumo de alimentos, incluindo o desperdício, é a maior ameaça ao estado

da vida no planeta. Porém, como afirma João Campari, líder global da prática de Alimentos do WWF:

A boa notícia é que podemos fazer esse sistema alimentar funcionar sem prejudicar as pessoas e a natureza. Se a comida for produzida de maneira mais sustentável, distribuída de forma justa e consumida de maneira mais responsável, podemos alimentar todos sem destruir mais florestas, rios e oceanos. Precisamos aumentar a conscientização das pessoas sobre de onde a comida vem e mudar nossos comportamentos para garantir o funcionamento adequado de todo o sistema. (WWF, 2018, s/p).

A conscientização e busca por meios de produção alimentar sustentáveis é essencial para a vida no planeta. Construir hortas urbanas é tarefa possível e prazerosa e, o mais importante, não exige custo elevado. É uma atividade em que o cultivo das plantas não limita a idade de seus participantes nas ações, promove a educação ambiental, gera relações coletivas e produz a sensação de realização por aqueles que dela participam.

Além da produção de alimentos, a prática de outras atividades está atrelada a esse processo, como a compostagem, que é um tipo de descarte sustentável do lixo orgânico. A matéria orgânica serve de adubo para as plantas e é de reciclagem fácil, pois pode ser feita em casa. Ela é encontrada em restos de alimentos (carne, vegetais, frutas, ossos etc.), papel usado (higiênico, absorvente etc.), sacos de café e chá, cascas de ovos e sementes, folhas, caule e madeira.

Materiais como garrafas pet, latas, carrinhos de mão velhos e outros podem ser reutilizados. São produtos que provavelmente iriam para o lixo, mas que podem adquirir uma nova função, como a de vasos e regadores. É importante lembrar que:

Este processo por si só não resolve os problemas relacionados aos resíduos, porém contribuirá significativamente para a preservação do meio ambiente, já que aproveita matéria-prima que de outra forma seria destinada ao aterro ou queimada, e, por outro lado, diminui a necessidade de nova exploração de recursos naturais que seriam necessários para a produção de bens e produtos. (UCEFF, 2021, p. 2).

A própria Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 225, estabelece que é dever do Estado assegurar um ambiente ecologicamente equilibrado para a vida da população: “Todos têm direito ao

meio ambiente ecologicamente equilibrado, um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988, s/p).

3. Horta comunitária como proposta

Atualmente, o Conjunto Habitacional Macapaba é o maior complexo residencial da cidade, com mais de 20 mil moradores, segundo o portal do governo do estado. Sua construção teve início no ano de 2012, com recursos do governo federal, por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida II (MCMV) e contrapartida do estado do Amapá. O projeto foi dividido em duas fases, sendo a primeira com 2.148 e a segunda com 2.218 unidades habitacionais. Suas habitações são de dois tipos: casas térreas e edifícios (SEINF, 2012).

Localizado na BR 210, Zona Norte de Macapá, está distante do centro da cidade, dificultando a mobilidade e o acesso de seus moradores a serviços básicos, como supermercado, trabalho, escola etc.

Grande parte de sua população vivia anteriormente em áreas favorecidas da cidade de Macapá denominadas de rещacas, que são lugares caracterizados pela presença de habitações do tipo palafita, onde a maioria dos moradores tem baixo poder aquisitivo. Nas rещacas, apesar dos problemas sociais existentes, é possível encontrar práticas de cultivo de hortas em grande parte das moradias, pois é um hábito regional a preparação de alimentos dentro de casa. O jirau (uma espécie de extensão da cozinha para lavar o peixe), é um exemplo dessa regionalidade, que demonstra a existência de uma cultura de culinária na vida dos amazônidas.

A mudança da população da rещaca para os conjuntos habitacionais é um choque, pois os espaços são restritos, falta liberdade para plantar e cultivar os produtos diários da alimentação dessas pessoas, como chicória, cheiro-verde, cebolinha etc.

Essa familiaridade indica que a utilização desse conjunto residencial para a implantação de um projeto-piloto de hortas comunitárias pode trazer resultados positivos e inspiradores para a cidade de Macapá. A proposta para a implantação de hortas comunitárias no conjunto residencial Macapaba divide-se em duas etapas: uma teórica e outra prática.

Em um primeiro momento, os moradores receberiam ensinamentos teóricos sobre sustentabilidade, hortas e alimentação saudável. Após essa

etapa viria a parte prática, com a plantação e o cultivo dos alimentos, ou seja, preparação dos canteiros, plantio e colheita para consumo. A escolha dos alimentos a serem plantados pela comunidade priorizará produtos regionais, o que facilitará o acesso às sementes e práticas ecologicamente sustentáveis.

A horta comunitária busca o exercício de práticas coletivas no conjunto habitacional Macapaba. Espera-se a obtenção de uma variedade de folhas, verduras, legumes e temperos que serão compartilhados, promovendo uma alimentação rica e saudável. E o melhor: a mudança de hábitos alimentares.

3.1 Atividades teóricas

Para que o manejo da horta e o consumo sejam feitos de forma eficiente é necessária a capacitação da comunidade por meio de workshops. Essas atividades devem ser divididas em módulos (devem ser coordenados por engenheiros agrícolas, engenheiros ambientais, endocrinologistas e nutricionistas): a) Módulo 1: Escolha do terreno, seleção de sementes e plantio; b) Módulo 2: Palestras sobre os impactos que a grande indústria alimentícia tem provocado no mundo, interferindo na saúde da população e no surgimento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs); c) Módulo 3: Sustentabilidade como estilo de vida (desenvolver uma nova visão de um mundo possível para as gerações futuras); d) Módulo 4: Nós somos o que comemos (a relação que uma pessoa desenvolve com o alimento e seu corpo).

3.2 Atividades práticas

A partir de todo o aprendizado adquirido nos workshops será possível para os moradores do conjunto Macapaba colocar em prática o projeto. A preparação dos canteiros consiste em elaborar estruturas de madeira e abrir caminhos, distribuindo espaços adequados para o plantio. A ideia é que a cada dois a três quarteirões do conjunto habitacional seja implantado um conjunto de canteiros e que cada grupo, composto pelas pessoas desses três quarteirões, tenha um líder para coordenar o manejo da horta.

O plantio será feito em dias específicos da semana por um mutirão de moradores. Eles devem organizar e selecionar cada tipo de semente e hortaliças. Na colheita devem levar em consideração o manuseio, a retirada correta do canteiro e o tempo de colheita de cada planta para, assim, unir todos os alimentos da produção de modo que sejam entregues ao

líder responsável, que fará uma divisão de forma justa e equilibrada para que os habitantes e colaboradores da horta comunitária possam usufruir dela igualmente.

3.3 doações

Para que não haja gastos desnecessários nem produção descontrolada de lixo, o projeto contará com mutirões de arrecadação dos materiais para construção das hortas, tais como madeiras, lonas, pregos, martelos, pernambucas, prateleiras etc., além da doação de sementes de hortaliças, que podem ser feitas pela Secretaria de Meio Ambiente (Sema), e materiais reutilizáveis para servir de vasos. Essas doações poderão ser tanto dos próprios moradores como também de empresas, ONGs, outras instituições e da população em geral, com apoio do governo e da imprensa para divulgação.

4. Conclusões finais

Com base no que foi apresentado, grande parte das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) está associada à má alimentação e ao fato de que as pessoas de baixa renda são as que mais sofrem, pois são os maiores consumidores de produtos industrializados, ricos em açúcares, sal e gordura, pois são uma solução barata e ao alcance de todos. Mas o fato é que seus efeitos são cruéis na saúde humana.

Portanto, as hortas comunitárias surgem como uma solução barata, acessível e sustentável para ajudar a introduzir hábitos alimentares saudáveis na população e alcançar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial o ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável, ODS 3: Saúde e Bem-Estar e ODS 12: Produção e Consumo Sustentável.

É grande o número de pessoas sem informação sobre os males de uma alimentação sem a presença de frutas, legumes e verduras. Maiores ainda são seus efeitos negativos na sociedade: casos elevados de diabetes, hipertensão e mortes prematuras. Além disso, o meio ambiente está sendo destruído pela agropecuária.

Dessa forma, o projeto-piloto no conjunto residencial Macapaba pode ser uma solução para melhorar a saúde das pessoas na cidade de Macapá e um estímulo às práticas de cidades com espírito coletivo, mais inclusivas e saudáveis.

Referências

ATAIDE JUNIOR, Vicente de Paula. **Princípios do direito animal brasileiro**. 2020. Disponível em: <http://www.direito.ufpr.br/portal/animaiscomdireitos/wp-content/uploads/2020/05/principios-do-direito-animal-vicente-de-paula-ataide-jr.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BARBOSA, Catarina. Pecuária é responsável por 80% do desmatamento na Amazônia, afirma pesquisadora. **Brasil de Fato**, Belém, 05 set. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/09/05/pecuaria-e-responsavel-por-80-do-desmatamento-na-amazonia-afirma-pesquisadora>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BIGARIN, Joseane T. *et al.* **Variedade na alimentação tem relação com renda**. 2012. Disponível em: <https://exame.com/casual/variedade-na-alimentacao-tem-relacao-com-renda/>. Acesso em: 7 fev. 2021.

BOCCOLINI, Cristiano Siqueira. **Morbimortalidade por doenças crônicas no Brasil**: situação atual e futura. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2016. Disponível em: https://saudeamanha.fiocruz.br/wp-content/uploads/2017/11/PJSSaudeAmanha_Texto0022_2016_v05.pdf. Acesso em: 2 fev. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil** - Art. 225 § 1º inciso VI. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_26.06.2019/art_225_.asp. Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes e Recomendações para o Cuidado Integral de Doenças Crônicas Não-Transmissíveis - Promoção da Saúde, Vigilância, Prevenção e Assistência**. 2008. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_recomendacoes_cuidado_doencas_cronicas.pdf. Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde Brasil 2008**: 20 anos de Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. 2009. Brasília. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_saude_3ed.pdf. Acesso em: 10 fev. 2021.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Ofertas e demandas de carne 2020**. 2021. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/analises-do-mercado-agropecuario-e-extrativista/analises-do-mercado/oferta-e-demanda-de-carnes>. Acesso em: 4 fev. 2020.

EARTHLINGS. Produção de Shaun Monson. Estados Unidos. NATIONEARTH, 2005. Documentário on-line (01:35:47 hora). Disponível em: https://youtu.be/_GGBFv0zw18. Acesso em: 29 jan. 2021

FERNANDES, Daniela. **Os dados da OCDE que põem o Brasil entre os últimos em ranking de gastos em saúde**. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50329522>. Acesso em: 10 fev. 2021.

FELIPE, Sônia. **Galactolatria: mau leite**. São José: Ecoanima, 2012.

FREY, Kurlan. **Horta com materiais reutilizados**. Disponível em: <https://www.uceff.edu.br/dados/file/campus/2/documentos/117/horta-com-materiais-reutilizados.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2021

G1 AMAPÁ. **Mais da metade da população brasileira está acima do peso, diz Ministério da Saúde**. 2019. Macapá. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/07/25/mais-da-metade-da-populacao-brasileira-esta-acima-do-peso-diz-ministerio-da-saude.ghtml>. Acesso em: 10 fev. 2021.

GOT the facts on milk? Produção de Shira Lane. Los Angeles. Unleashed Productions, 2008. Documentário on-line (01:24:38 horas). Disponível em: <https://youtu.be/rL3gYcfAtUc>. Acesso em: 26 jan. 2021

IARC MONOGRAPHS ON THE IDENTIFICATION OF CARCINOGENIC HAZARDS TO HUMANS: **Agents Classified by the IARC Monographs, Volumes 1-128**. Disponível em: <https://monographs.iarc.who.int/agents-classified-by-the-iarc/>. Acesso em: 8 jan. 2021

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA/Downloads/Números_indice/Numind_IPCA_E**. 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?t=downloads&utm_source=landing&utm_medium=explicit&utm_campaign=inflacao#plano-real-mes. Acesso em: 4 fev. 2021

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento**. Rio de Janeiro 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101704>. Acesso em: 31 jan. 2021

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa nacional de saúde, 2013**: percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0207&id=28247790. Acesso em: 3 fev. 2021

HORA SANTA CATARINA. **Vegetariano ou vegano?** Entenda a diferença entre os dois estilos de vida. Ainda há quem confunda vegetarianismo e veganismo, por isso, vamos explicar a diferença. Florianópolis, 05 set. 2020. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/diferenca-vegetariano-vegano>. Acesso em: 10 fev. 2021

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER (INCA). **Inca lança documento e promove debate sobre os malefícios dos agrotóxicos**. 2015. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/es/node/508>. Acesso em: 10 fev. 2021.

MALTA, Deborah; BERNAL, Silvânia; ANDRADE, Silvânia; OLIVEIRA, Thaís; MOURA, Leonildo; PRADO, Rogério; SOUZA, Maria. **Probabilidade de morte prematura por doenças crônicas não transmissíveis, Brasil e regiões, projeções para 2025**. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbepid/v22/1980-5497-rbepid-22-e190030.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

MALTA, Deborah; BERNAL, Regina; NETO, Eduardo; CURCI, Kátia; PASINATO, Maria; LISBÔA, Raquel; CACHAPUZ, Renata; COELHO, Carla; SANTOS, Fausto; FREITAS, Maria. Doenças crônicas não transmissíveis e fatores de risco e proteção em adultos com ou sem plano de saúde. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 25, n. 8, ago. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232020000802973&script=sci_arttext. Acesso em: 10 fev. 2021.

MELLO, Daniel. Os gases emitidos pelas queimadas se somam aos emitidos pelo gado e formam 69% dos gases de efeito estufa emitidos pelo Brasil, sendo o estado do Pará o maior emissor de ambos, que também apresenta a maior taxa de atividade agropecuária e mineradora. **Agência Brasil**, São Paulo, 26 out. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/pesquisa-e-inovacao/noticia/2016-10/setor-agropecuario-e-responsavel-por-69-das-emissoes-de-gases>. Acesso em: 10 fev. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Diretrizes e Recomendações para o Cuidado Integral de Doenças Crônicas Não-Transmissíveis: promoção da saúde, vigilância, prevenção e assistência à série B. **Textos Básicos de Saúde Série Pactos pela Saúde 2006**, Brasília - DF, v. 8, 2008. Disponível em: <https://bvsm.sau.gov.br>

br/bvs/publicacoes/diretrizes_recomendacoes_cuidado_doencas_cronicas.pdf. Acesso em: 2 fev. 2021

OBSERVATÓRIO DO AMANHÃ. Para Carlos Monteiro, a alimentação saudável não apenas agride menos o meio ambiente, mas também promove mais igualdade social. **Museu do Amanhã**, 2018. Disponível em: <https://museudoamanha.org.br/pt-br/entrevista-com-medico-carlos-monteiro-importancia-da-alimentacao-saudavel>. Acesso em: 10 fev. 2021.

OLIVEIRA, Ana Paula Alves de *et al.* **Os alimentos e os transtornos mentais. Psicologia**. 2019. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1361.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2021

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Preventing chronic diseases a vital investments**. Genebra, 2005. 182p. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/43314>. Acesso em: 3 fev. 2021

PORTAL DO GOVERNO DO AMAPÁ. **Moradores do Macapaba participam de pesquisa para planejamento escolar**. 2019. Disponível em: <https://portal.ap.gov.br/noticia/2410/moradores-do-macapaba-participam-de-pesquisa-para-planejamento-escolar>. Acesso em: 30 dez. 2020.

RODRIGUES, André; COÊLHO, Luanda. **Direitos humanos e direitos dos animais: o uso dos direitos humanos para proteção dos animais não humanos**. 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/ppds/article/view/16429>. Acesso em: 14 fev. 2021.

SANTOS, Paula; CHEUNG, Thelma; ESPEJO, Marcia Maria. Novos modelos alimentares das populações, em prol da segurança alimentar: um panorama da produção científica internacional. **Revista Ciência e Natura**, v. 41, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/cienciaenatura/article/view/35980/html>. Acesso em: 14 fev. 2021.

SECRETARIA DO ESTADO DE INFRAESTRUTURA (SEINF). **Conjunto habitacional Macapaba**. Macapá: Seinf, 2012.

SÍTIO PEMA. A saúde e o uso de agrotóxicos na agricultura. **Sítio Pema Agricultura Orgânica e Sustentável**, 30 set. 2020. Disponível em: <https://www.sitiopema.com.br/agrotoxicos-agricultura/>. Acesso em: 30 dez. 2020.

SLYWITC, Erick. **Tudo o que você precisa saber sobre alimentação vegetariana**. São Paulo: Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB), 2021. Disponível em: <https://www.svb.org.br/livros/alimentacao-vegetariana.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2021.

THE GAME CHANGERS. Produção de Jackie Chan. Estados Unidos. THE GAME CHANGERS, 2019. Documentário (01:52 hora). Disponível em: <https://game-changersmovie.com/>. Acesso em: 28 jan. 2021

JACOBS, Andrew; RICHTEL, Matt. Como a grande indústria viciou o Brasil em junk food. **The New York Times**, 16 set. 2017. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/09/16/health/brasil-junk-food.html>. Acesso em: 9 fev. 2021.

UNIDADE CENTRAL DE EDUCAÇÃO FAI FACULDADES (UCEFF). **Horta com materiais reutilizados**. 2017. Disponível em: <https://www.uceff.edu.br/dados/file/campus/2/documentos/117/horta-com-materiais-reutilizados.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2021.

UNITED NATIONS EDUCATION, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Declaração Universal dos Direitos dos Animais**. 1978. Disponível em: <http://www.urca.br/ceua/arquivos/Os%20direitos%20dos%20animais%20UNESCO.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2021.

WORLD WILDLIFE FUND (WWF). **91% não percebem que sistema alimentar ameaça a natureza**. São Paulo, 16 out. 2018 Disponível em: https://www.wwf.org.br/informacoes/noticias_meio_ambiente_e_natureza/?67922/Dia-da-Alimentacao-91-no-percebem-que-sistema-alimentar-ameaa-natureza-segundo-estudo-do-WWF. Acesso em: 25 jan. 2021

VULNERABILIDADE SOCIAL EM PERIFERIAS: A IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL PÓS-PANDEMIA

Erick Vinicius dos Santos de Souza

Fernanda de Melo Soares

Jackeline Nascimento dos Santos

Resumo

A pandemia de Covid-19 trouxe reflexões profundas sobre a humanidade. Uma delas é a importância da estabilidade emocional para o enfrentamento das adversidades da vida, promoção de mentes saudáveis e bem-estar para todos, em todas as idades alcançando o ODS-4. O presente artigo sugere que o Estado crie políticas públicas na cidade de Macapá com foco na saúde mental. Serão descritos dados sobre a Covid-19 e seus agravantes durante a pandemia. Aponta-se a necessidade de otimizar o suporte e atenção à saúde mental na rede básica de saúde, nas comunidades e escolas do município durante e após o período de isolamento social provocado pela Covid-19 no município de Macapá.

1. Introdução

Desde o final da década de 1980, a cidade de São Paulo iniciou um processo transformador nos estudos da saúde mental no país. Para alguns autores foi uma verdadeira reforma psiquiátrica, que teve contribuições imensas para todo Brasil. São esforços para promover um novo desenho da política de saúde e de saúde mental:

Alguns municípios assumiram a assistência em saúde mental, exigindo que os governos federal e estaduais não apenas cumprissem suas atribuições, como partícipes do processo, mas também construíssem instrumentos técnico-operacionais que lhes permitissem implantar e implementar seus serviços de saúde mental. (LUZIO; L'ABBATE, 2006, s/p).

Em 1987, em razão de casos de violências física e mental em pacientes de um hospital psiquiátrico localizado na cidade de São Paulo, iniciou-se um importante processo de intervenção social e de saúde no país (LUZIO; L'ABBATE, 2006). Segundo Silva (2012, p. 40), o fechamento do hospital Anchieta (Santos - SP), em 1989, foi um “marco da mobilização de técnicos, usuários e familiares no sentido da implementação dos sistemas locais de saúde que favorecem a implantação do modelo antimanicomial”, revelando novas formas de tratamento e cuidados com aqueles que enfrentam problemas de saúde mental.

Neste período, são de especial importância o surgimento do primeiro CAPS no Brasil, na cidade de São Paulo, em 1987, e o início de um processo de intervenção, em 1989, da Secretaria Municipal de Saúde de Santos (SP) em um hospital psiquiátrico, a Casa de Saúde Anchieta, local de maus-tratos e mortes de pacientes. É esta intervenção, com repercussão nacional, que demonstrou de forma inequívoca a possibilidade de construção de uma rede de cuidados efetivamente substitutiva ao hospital psiquiátrico. Neste período, são implantados no município de Santos Núcleos de Atenção Psicossocial (NAPS) que funcionam 24 horas, são criadas cooperativas, residências para os egressos do hospital e associações. A experiência do município de Santos passa a ser um marco no processo de Reforma Psiquiátrica brasileira. Trata-se da primeira demonstração, com grande repercussão, de que a Reforma Psiquiátrica, não sendo apenas uma retórica, era possível e exequível. (BRASIL, 2005, p. 7).

O primeiro Centro de Atenção Psicossocial (Caps)¹⁰ do Brasil levou o nome do Professor Luis Rocha Cerqueira (conhecido por Caps Itapeva). Depois de dois anos, em 1989, foi criado o Núcleo de Atenção Psicossocial (Naps), na cidade de Bauru - SP (PISTELLI, 2008).

Em 19 de fevereiro de 2002, por meio da Portaria n.º 336 do Ministério da Saúde, o Caps foi formalizado, sendo direcionado para áreas físicas específicas de maneira independente de qualquer estrutura hospitalar.

Considerando o disposto na Norma Operacional de Assistência à Saúde - NOAS – SUS 01/2001, aprovada pela Portaria GM/MS n.º 95, de 26 de janeiro de 2001; Considerando a

¹⁰ “Os serviços realizados nessa área compreendem a atenção a pessoas com depressão, ansiedade, esquizofrenia, transtorno afetivo bipolar, transtorno obsessivo-compulsivo, além de pessoas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas”. (BRASIL, 2020, s/p).

necessidade de atualização das normas constantes da Portaria MS/SAS nº 224, de 29 de janeiro de 1992, resolve:

Art. 1º Estabelecer que os Centros de Atenção Psicossocial poderão constituir-se nas seguintes modalidades de serviços: CAPS I, CAPS II e CAPS III, definidos por ordem crescente de porte/complexidade e abrangência populacional, conforme disposto nesta Portaria;

§ 1º As três modalidades de serviços cumprem a mesma função no atendimento público em saúde mental, distinguindo-se pelas características descritas no Artigo 3º desta Portaria, e deverão estar capacitadas para realizar prioritariamente o atendimento de pacientes com transtornos mentais severos e persistentes em sua área territorial, em regime de tratamento intensivo, semi-intensivo e não intensivo, conforme definido adiante.

§ 2º Os CAPS deverão constituir-se em serviço ambulatorial de atenção diária que funcione segundo a lógica do território. (BRASIL, 2002, s/p).

2. CAPS no Brasil e a pandemia

A pandemia da Covid-19 tornou a problemática dos assuntos referentes à saúde mais visível no Brasil, pois a busca pelos serviços de saúde pública tornou-se mais intensa à medida que aumentaram os casos de pessoas contaminadas.

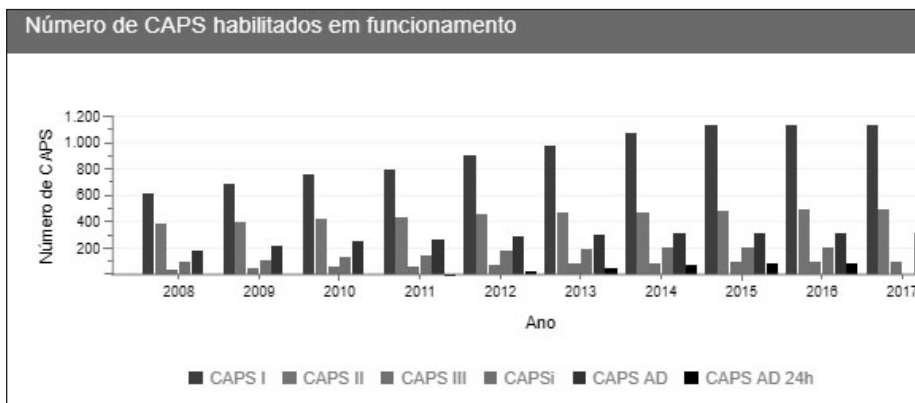
Em relação à saúde mental, uma das opções de relevância nacional são as unidades Caps (Centro de Atendimento Psicossocial), que são centros de acolhimento divididos em três categorias: 1) Caps Adulto); 2) Pacientes com dependência química (Caps Álcool e Drogas) e 3) Crianças e jovens (Caps Infante-juvenil). Não há necessidade de encaminhamento para ser atendido e suas categorias variam de acordo com o número de habitantes (Figura 1).

No estado do Amapá existem três Caps: um no município de Macapá¹¹ e um no município de Santana.¹²

¹¹ Sesap Centro de Atenção Psicossocial Espaço Acolher (Caps ad II) e Centro de Atenção Psicossocial para Infância (Caps I).

¹² PM STN Centro de Atenção Psicossocial de Santana (Caps ad).

Figura 1 – Número de Caps habilitados e em funcionamento no Brasil



Fonte: elaborada por Sage, 2017

Atualmente, o Caps é um serviço de saúde público e comunitário do SUS, local de referência e tratamento para pessoas que necessitam de cuidados e atenção por sofrerem de doenças ou transtornos mentais.

Os CAPS podem ser de tipo I, II, III, álcool e drogas (CAPS AD) e infantojuvenil (CAPS I). Para sua implantação deve-se primeiro observar o critério populacional, cujos parâmetros são definidos da seguinte forma (Ref.: Portaria GM nº. 336, de 19/02/02): Municípios até 20.000 habitantes – rede básica com ações de saúde mental; Municípios entre 20.000 e 70.000 habitantes – CAPS I e rede básica com ações de saúde mental; Municípios entre 70.000 e 200.000 habitantes – CAPS II, CAPS ad e rede básica com ações de saúde mental; Municípios com mais de 200.000 habitantes – CAPS II, CAPS III, CAPS AD, CAPS I e rede básica com ações de saúde mental e capacitação do SAMU. Deve-se ainda observar a realidade local para a escolha do tipo de CAPS mais adequada ao porte do município. (GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, 2021, s/p).

O serviço de atendimento nas unidades do Caps no país foi intensificado entre os anos de 2008 a 2011, ocorrendo um crescimento gradual e relevante do ano de 2012 até meados de 2017, com aproximadamente 800 novas unidades em todo o país, como demonstra a Figura 1.

Dados divulgados em 2020 (coletados em 2019) pelo Ministério da Saúde, revelaram que a assistência a pessoas com necessidade de tratamento e cuidados específicos em saúde mental tem sido prioridade na saúde pública

brasileira, pois “em 2019, R\$ 97 milhões foram investidos para fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial (Raps) do Sistema Único de Saúde (SUS). Um aumento de quase 200% em relação ao ano de 2018, que contou com R\$ 33 milhões” (BRASIL, 2020, s/p).

De acordo com o site da Sala de Apoio à Gestão Estratégica (Sage) do Ministério da Saúde, no ano de 2017, o Brasil possuía cerca de 2.341 Caps em funcionamento em todos os 26 estados mais o Distrito Federal. Em 2020, esse número aumentou para 2.661 em todo o país (BRASIL, 2020). É notável a importância que o tema tem adquirido, pois as doenças mentais têm grande impacto na vida das pessoas, afetando o desenvolvimento dos países, porque provocam a redução da produtividade e estão entre as maiores causas de incapacitação, conforme demonstram estudos mundiais da Organização das Nações Unidas apresentados por Schaefer no *Jornal El Pais* em 2015:

A depressão é o transtorno mental mais comum em todo o mundo. Na América Latina, 5% da população adulta sofre dela, mas, segundo a OMS, a maioria não busca nem recebe tratamento. Nos casos mais graves, a depressão pode levar ao suicídio; estima-se que cerca de 63.000 pessoas se suicidam a cada ano nas Américas. Quando o sofrimento é mais leve, também pode afetar o cotidiano, o trabalho e as relações pessoais. Para dar uma ideia da dimensão do problema, os transtornos mentais e neurológicos representam quase um quarto da carga das doenças na América Latina e no Caribe. (SCHAEFER, 2015, s/p).

O preconceito é um problema frequente quando o tema é abordado, por isso muitas pessoas sofrem em silêncio e não procuram ajuda médica, especialmente os mais pobres que, por enfrentarem grandes dificuldades materiais e sofrerem graves exclusões na sociedade, correm mais riscos de desenvolverem algum tipo de “transtorno mental como a depressão – pelo fato de enfrentarem mais dificuldades na vida –, como também têm menos acesso a um atendimento adequado” (SCHAEFER, 2015, s/p). A pobreza, ainda sim, “é o fator de risco mais consistente para transtornos mentais. E o Brasil tem 20 milhões de crianças, entre 0 e 14 anos, vivendo na pobreza”, revela o pesquisador Guilherme Polanczyk (ARANTES, 2020, s/p).

A perda de milhares de vidas pela contaminação da Covid-19 aumentou a procura por ajuda no sistema público de saúde por tratamento contra depressão e ansiedade, revelam dados obtidos via web entre 24 de abril e 24

de maio de 2020 e divulgados em outubro do mesmo ano, no evento promovido pelo Instituto do Legislativo Paulista (ILP)¹³ e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp): 40% dos brasileiros disseram ter sentido tristeza ou depressão e 52,6% disseram ter experimentado algum tipo de nervosismo ou ansiedade, sendo o maior impacto em adultos jovens, mulheres e pessoas com antecedentes de depressão (ARANTES, 2020).

Apesar de crianças e adolescentes não serem o foco de maiores cuidados nas circunstâncias dessa pandemia porque apresentam manifestações clínicas mais leves do que adultos e idosos, o impacto dela sobre a sua saúde mental será de grande magnitude, isto é, além dos custos sociais e econômicos, a humanidade enfrentará imensas perdas sobre a saúde mental da população, inclusive de crianças e adolescentes (POLANCZYK, 2020, s/p):

Mas por que devemos nos preocupar com a saúde mental de crianças e adolescentes hoje, em meio ao perigo real do vírus e a tantos prejuízos sobre a economia global ainda não definidos? Os transtornos que surgem na infância e adolescência são altamente relevantes para a sociedade porque afetam indivíduos normalmente saudáveis em plena fase produtiva e de desenvolvimento, com prejuízos cumulativos até a idade adulta. Levam muitas vezes à incapacidade e mesmo à morte, figurando dessa forma entre as principais causas de carga de doença na população. O surgimento de transtornos mentais, que ocorre mais frequentemente naquelas crianças mais vulneráveis, propaga e perpetua as desigualdades sociais já existentes. Ao antecipar as consequências da pandemia sobre a saúde mental de crianças, e entendendo como os transtornos mentais se instalam, podemos preveni-los.

Segundo o relatório do Sage (2017), os serviços de assistência psicossocial no Brasil estão em constante crescimento ao longo dos anos, junto ao número de Caps, e foram construídos e habilitados em diversos municípios do país. Porém, a quantidade de Caps distribuídos em cada estado demonstra-se, em alguns casos, insuficiente, ou com infraestrutura precária para atender a maioria da população que necessita desse tipo de atendimento. É o que ocorre no Amapá, com apenas três unidades em funcionamento para todo o estado, enquanto no estado da Bahia há 236 unidades (SAGE, 2017).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o Brasil é o segundo consumidor de medicamento antidepressivos nas Américas, com 5,8% da

¹³ Instituto do Legislativo Paulista da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

população, ficando atrás somente dos Estados Unidos, com 5,9% de indivíduos depressivos (HURSO, 2020a). No mundo todo, a doença afeta 4,4% da população. Soma-se a esse dado o fato de o Brasil também ser o país com maior prevalência de ansiedade no mundo: 9,3% (HURSO, 2020b).

São dados que revelam serem as doenças da mente um dos maiores desafios para a saúde pública do país, principalmente com os acontecimentos recentes referentes à pandemia da Covid-19.

3. Proposta para a implantação de CAPS em escolas

Os efeitos do isolamento social têm afetado a vida de muitas crianças e adolescentes e trazem a necessidade de os governos repensarem as políticas públicas e o papel que a escola pode exercer no apoio às famílias em questões referentes à saúde mental das futuras gerações. Nesse contexto, a escola torna-se mais que um lugar para a transmissão de conhecimento ou uma espécie de ensaio para vida adulta. Ela pode ser um lugar de apoio psicossocial, disponibilizando profissionais que orientem casos de crianças e adolescente que necessitem desses cuidados.

O afastamento social levou organismos internacionais a publicarem documentos para que as instituições de ensino possam lidar com o afastamento imposto pela doença. É o caso das 10 recomendações sobre ensino a distância indicadas pela Unesco (INSTITUTO UNIBANCO, 2020, s/p). A recomendação n.º 4 trata do atendimento psicossocial como prioridade conforme informa o documento da Unesco:

Priorizar soluções para enfrentar os desafios psicossociais antes de ensinar. Mobilizar as ferramentas disponíveis para conectar escolas, pais, professores e alunos entre si. Criar comunidades para garantir interações humanas regulares, possibilitar medidas de cuidado social e abordar possíveis desafios psicossociais que os alunos podem enfrentar quando estão isolados. (UNESCO, 2020, s/p, tradução nossa).

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) também publicou orientações para proteger a saúde mental de adolescentes em época de surto da Covid-19. São sete reflexões para “praticar o autocuidado e cuidar de sua saúde mental” (UNICEF, 2020, s/p), que envolvem reconhecer que é normal ter ansiedade, criar rotina ajuda a manter a vida diária saudável, criar distrações (como assistir filmes) e utilizar as redes sociais para estar próximo dos amigos (UNICEF, 2020).

A atenção especializada em saúde mental para crianças e adolescentes durante o isolamento e seus efeitos pós-pandemia exige a adequação de espaços e a mobilização de profissionais da área para oferecer apoio por meio das escolas. Deve-se ressaltar que, no caso do Macapá, existe somente um Caps infantil, localizado em área de difícil acesso para alguns moradores da cidade, especialmente aqueles que vivem na zona norte do município.

As escolas têm papel fundamental de apoio às famílias neste momento de incertezas e instabilidade emocional durante a pandemia da Covi-19. A priorização de investimentos para atendimento psicológico em escolas infantis e de adolescentes em Macapá possibilitará cuidados e atenção especializada em saúde mental para o segmento da população em questão.

Sugere-se a implantação de cuidados com a saúde psicológica da criança e do adolescente em todas as escolas públicas do município, garantido atenção especializada à criança e ao adolescente sempre que necessitarem de tais serviços. Pode-se disponibilizar o espaço dentro das escolas, com horários de segunda-feira a sexta-feira, em dois turnos (manhã – das 8h às 12h e tarde – das 14h às 18h).

4. Considerações finais

A proposta deste estudo é sugerir que a escola desempenhe um papel de apoio no tratamento psicológico de crianças e adolescentes, durante e pós-pandemia, contribuindo para um ambiente familiar e escolar mais saudável.

No decorrer da pandemia, milhares de pessoas foram afetadas emocionalmente, sobretudo, a população de baixa renda. Segundo a Prefeitura de Macapá, o número de casos de Covid-19 em 18 de fevereiro de 2021 já ultrapassava 32.000. A capital não oferece assistência social em lugares específicos para atendimento em cada bairro da cidade. A ideia de implantar esse tipo de serviço inspirado no Caps em escolas resolveria essa carência, visto que as escolas já possuem a estrutura no espaço nas edificações, sendo preciso a Prefeitura disponibilizar os profissionais da área.

Nas áreas periféricas da capital destacam-se os bairros com população de baixa renda, em especial áreas alagadas, em que a população vive sobre pontes em casas humildes de madeira. A implantação de um serviço similar ao Caps em diversas instituições de ensino e comunidades carentes

da cidade avançaria na promoção de políticas sociais inclusivas, por meio do acompanhamento psicológico especializado às pessoas afetadas pela pandemia e outros fatores dela decorrentes.

Referências

ARANTES, José Tadeu. **40% dos brasileiros sentiram tristeza ou depressão na pandemia, diz estudo**. 2020. Disponível em: [//www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/11/01/40-dos-brasileiros-sentiram-tristeza-ou-depressao-na-pandemia-diz-estudo.htm?cmpid=copiaecola](http://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/11/01/40-dos-brasileiros-sentiram-tristeza-ou-depressao-na-pandemia-diz-estudo.htm?cmpid=copiaecola). Acesso em: 18 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Investimento em Saúde Mental cresceu quase 200%**. 2020. Disponível em: [https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/01/investimento=-em-saude-mental-cresceu-quase200-#:~:text=Centros%20de%20Apoio%20Psicossocial%20\(Caps\)&text=O%20SUS%20conta%20com%202.661,Psicossocial%20em%20todo%20o%20pa%C3%ADs](https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/01/investimento=-em-saude-mental-cresceu-quase200-#:~:text=Centros%20de%20Apoio%20Psicossocial%20(Caps)&text=O%20SUS%20conta%20com%202.661,Psicossocial%20em%20todo%20o%20pa%C3%ADs). Acesso em: 18 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Reforma Psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. **Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15_anos_Caracas.pdf. Acesso em: 12 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 336, de 19 de fevereiro de 2002**. 2002. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saude-legis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html. Acesso em: 12 fev. 2021.

BORUCHOVITCH, Evely; CRUVINEL, Miriam. Depressão infantil: uma contribuição para a prática educacional. **Psicologia escolar e educacional**, Minas Gerais, v. 7, n. 1, p. 77-84, 2003.

PREFEITURA DE MACAPÁ. **Coronavírus**. Macapá, 24 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://macapa.ap.gov.br/coronavirus/>. Acesso em: 30 jan. 2021.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. Secretaria da Saúde do Estado de Goiás. **Superintendência de Políticas de Atenção Integral à Saúde/SPAIS**: gerência de ações integradas de saúde/gerais. 2021. Disponível em: http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/8/docs/orientacao_caps_-_secretaria_estadual_de_saude.pdf. Acesso em: 12 fev. 2021

LUZIO, Cristina; L'ABBATE, Solange. A reforma psiquiátrica brasileira: aspectos históricos e técnico-assistenciais das experiências de São Paulo, Santos e Campi-

nas. 2006. **Interface**, Botucatu, v. 10, n. 20, jul./dez. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832006000200002. Acesso em: 12 fev. 2021.

FERREIRA, Marlene de Cássia Trivellato; MARTURANO, Edna Maria. Ambiente familiar e os problemas do comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 5, n. 1, p. 35-44, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

HOSPITAL ESTADUAL DA REGIÃO SUDOESTE DR. ALBANIR FALEIROS MACHADO (HURSO). **OMS considera depressão uma epidemia global**. 2020a. Disponível em: <http://hursosantahelena.org.br/noticias/oms-considera-depressao-epidemia-global/>. Acesso em: 12 fev. 2021.

HOSPITAL ESTADUAL DA REGIÃO SUDOESTE DR. ALBANIR FALEIROS MACHADO (HURSO). **Brasil é o país com o maior número de pessoas ansiosas do mundo**. 2020b. Disponível em: <https://heja.org.br/noticias/brasil-e-o-pais-com-o-maior-numero-de-pessoas-ansiosas-do-mundo/>. Acesso em: 12 fev. 2021.

INSTITUTO UNIBANCO. **Como oferecer apoio socioemocional aos estudantes em meio à pandemia**. São Paulo, 15 abr. 2020. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/conteudo/como-oferecer-apoio-socioemocional-aos-estudantes-em-meio-a-pandemia/>. Acesso em: 18 fev. 2021.

MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria; OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista. Psicologia escolar: cenários atuais. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 643-663, 2009.

PISTELLI, Gabrielli. **A trajetória de um novo olhar**: a história, o CAPS, o usuário. 2008. 97f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Psicologia) – PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832006000200002. Acesso em: 12 fev. 2021.

POLANCZYK, Guilherme. **O custo da pandemia sobre a saúde mental de crianças e adolescentes**. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/o-custo-da-pandemia-sobre-a-saude-mental-de-criancas-e-adolescentes/>. Acesso em: 18 fev. 2020.

SALA DE APOIO À GESTÃO ESTRATÉGICA (SAGE). **CAPS por município**, Sala de Apoio a Gestão Estratégica – Ministério da Saúde. São Paulo, Secretaria

de Tecnologia da Informação. 2017. Disponível em: <https://sage.saude.gov.br/paineis/caps/corpaio.php?idPagina=27>. Acesso em: 2 fev. 2021.

SALA DE APOIO À GESTÃO ESTRATÉGICA (SAGE). **Centro de Atenção Psicossocial - CAPS**, Sala de Apoio a Gestão Estratégica – Ministério da Saúde. São Paulo, Secretaria de Tecnologia da Informação, 2017. Disponível em: <https://sage.saude.gov.br/graficos/caps/municipios.php?output=html>. Acesso em: 2 fev. 2021.

SCHAEFER, Isabelle. Má saúde mental é um obstáculo ao desenvolvimento da América Latina. **El País**, São Paulo, 12 jul. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/08/internacional/1436381915_244367.html. Acesso em: 18 fev. 2021.

SILVA, Priscila Silva. **A intervenção do assistente social na saúde mental: a experiência dos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS de Juiz de Fora - MG**. 2012. 135f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012. Disponível em: ufjf.br/ppgservicosocial/files/2012/05/priscila.pdf. Acesso em: 12 fev. 2021.

SINDJUSTIÇA (BRASIL). **Brasil tem maior taxa de transtorno de ansiedade do mundo, diz OMS**. Goiás, 21 jun. 2020. Disponível em: <https://sindjustica.com/2020/05/27/brasil-tem-maior-taxa-de-transtorno-de-ansiedade-do-mundo-diz-oms/>. Acesso em: 6 fev. 2021.

UNITED NATIONS CHILDREN'S EMERGENCY FUND (UNICEF). **Como adolescentes podem proteger sua saúde mental durante o surto de coronavírus (Covid-19)**. 2020. **Estratégias para adolescentes que enfrentam uma nova (temporária) realidade**. 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/historias/como-adolescentes-podem-protoger-sua-saude-mental-durante-o-surto-de-coronavirus>. Acesso em: 6 fev. 2021.

UNITED NATIONS EDUCATION, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Covid-19: 10 Recommendations to plan distance learning solutions**. 2020. Disponível em: <https://en.unesco.org/news/covid-19-10-recommendations-plan-distance-learning-solutions>. Acesso em: 18 fev. 2021.

WASHINGTON, D. C. Organização Pan-Americana da Saúde. **OPAS lança nova publicação sobre desinstitucionalização da atenção psiquiátrica na América Latina e no Caribe**. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/20-11-2020-opas-lanca-nova-publicacao-sobre-desinstitucionalizacao-da-atencao-psiquiatrica>. Acesso em: 3 fev. 2021.

DIREITO AO ADEUS: IMPLEMENTAÇÃO DE UMA CAPELA NO BAIRRO NOVA ESPERANÇA DA CIDADE DE MACAPÁ

Patrick Luiz Galvão do Carmo

Resumo

O acesso aos serviços públicos básicos melhora a qualidade de vida da população e materializa o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. A garantia dos serviços funerários viabiliza o direito das pessoas de se despedirem dos seus familiares falecidos e de sepultá-los de acordo com suas crenças, costumes e religião. No entanto, as famílias residentes em domicílios localizados na área de ressaca do bairro Nova Esperança têm encontrado dificuldades para velar seus entes queridos, em decorrência da exclusão socioeconômica que afeta essas pessoas. O presente artigo busca apresentar um projeto piloto de implementação de uma capela mortuária comunitária no bairro Nova Esperança da cidade de Macapá, como forma de resolver essa problemática e, ao mesmo tempo, contribuir para a efetivação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, com enfoque especial para as metas da “Erradicação da pobreza” (ODS-1) e da “Redução das Desigualdades” (ODS-10).

1. A exclusão social no bairro Nova Esperança

A ideia do Projeto Direito ao Adeus: Implementação de uma Capela no Bairro Nova Esperança da Cidade de Macapá surgiu a partir do contato com os relatos sobre a experiência de atuação das agentes da Pastoral da Saúde¹⁴ junto às famílias de baixa renda da comunidade do Bairro Nova Esperança, na cidade de Macapá, capital do estado do Amapá.

A Pastoral da Saúde é uma entidade de caráter religioso e assistencial vinculada às pastorais sociais da Igreja Católica e possui representação no

¹⁴ Neste texto, os dados referentes à Pastoral da Saúde foram retirados do Facebook, no perfil público da Pastoral da Saúde da Igreja S.S. Trindade (disponível em: <https://www.facebook.com/Pastoral-Da-Sa%C3%BAde-SS-Trindade-573546162809399>. Acesso em: 2 fev. 2021)..

Bairro Nova Esperança, no prédio da Igreja Santíssima Trindade. Além da assistência religiosa, a referida entidade também realiza doações de cestas básicas, distribuição de produtos hortifrutigranjeiros, medicamentos e empréstimos rotativos de cadeiras de rodas a pessoas doentes ou deficientes, entre outras atividades.

O trabalho junto às famílias do bairro é realizado em sua maioria por mulheres residentes na própria comunidade, que desenvolvem as atividades de forma voluntária. Toda a fonte de recursos provém de doações recolhidas no bairro ou junto a benfeitores, além de parcerias firmadas com entidades privadas e órgãos públicos de Assistência Social. Eventualmente, recebe o auxílio de profissionais da saúde, como médicos e enfermeiros.

Durante as visitas de acompanhamento espiritual nas ocasiões em que falece alguma pessoa da comunidade, as agentes de pastoral observaram que as famílias assistidas frequentemente reclamavam da dificuldade de velar seus entes queridos por causa da ausência de espaços apropriados para a realização de velórios no bairro, bem como da impossibilidade de pagar os serviços de empresas funerárias.

Esse problema afeta, principalmente, as famílias que residem na “área de ressaca”¹⁵ do Bairro Nova Esperança, que se caracteriza pela presença de residências do tipo palafita, de acesso precário e que, geralmente, abrigam muitas pessoas num espaço reduzido de poucos cômodos ou de cômodo único.

De acordo com a Pastoral da Saúde, não existe um local apropriado no bairro para velar os corpos, nem mesmo empresas funerárias privadas. Assim, cada vez que morre alguém tem início o drama para conseguir um local para o velório, que acaba sendo realizado em residências cedidas por amigos ou vizinhos, ou em espaços improvisados, como salões de igrejas e espaços de órgãos públicos, como escolas. Porém, nem sempre o acesso a esses locais é gratuito.

Realidades específicas como essa, quase sempre ignoradas pelas autoridades públicas, não deixam de ser mais uma forma de violência que, somada a tantas outras, configura a situação de exclusão social que afeta essas pessoas. Apesar do abandono estatal, muitas entidades e organizações, como a Pastoral da Saúde, tentam fazer frente a esse cenário, auxiliando e buscando encontrar soluções para os problemas identificados.

¹⁵ O termo “ressaca” é uma terminologia utilizada regionalmente para se referir às áreas úmidas da cidade de Macapá, capital do estado do Amapá, onde predominam habitações do tipo palafita (TOSTES; DIAS, 2018).

Nesse sentido, o presente estudo busca dar voz a essa iniciativa com a apresentação de um projeto para a construção de uma capela mortuária no Bairro Nova Esperança, que possa resolver esse problema, tendo como norte os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são metas estabelecidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas a serem alcançadas até o ano de 2030, que preveem ações para a redução da desigualdade social e da pobreza no mundo, assim como a promoção de cidades inclusivas, justas e ambientalmente sustentáveis.

A proposta do projeto contempla de maneira mais específica o ODS 1 (Erradicação da pobreza) e o ODS 10 (Redução das desigualdades) porque se entende que direitos iguais de acesso aos serviços básicos representam a inclusão social de todos, independentemente da condição econômica, e que o acesso integral aos serviços funerários, incluindo o velório em espaços apropriados, é um direito básico fundamental de todo ser humano e inerente à dignidade da pessoa humana.

2. Do direito ao luto à dignidade da pessoa humana

A tragédia da pandemia que assolou o país a partir do ano de 2020 trouxe consigo a perda de milhares de vidas para o vírus da Covid-19. O contexto epidêmico acarretou um sofrimento duplamente maior para as famílias. De um lado, a angústia de perder repentinamente um parente próximo por complicações decorrentes de um agente patológico novo e sem tratamento médico conhecido. De outro, a impossibilidade de se despedir do ente querido devido às exigências sanitárias impostas pelos órgãos de saúde.

Apesar do desenvolvimento de vacinas para tentar conter a disseminação da doença e minorar seus impactos, as consequências traumáticas da morte e a ausência dos rituais de despedida podem ter repercussões negativas na vida das pessoas.

A vivência do luto de alguém que amamos é um dos momentos mais difíceis e delicados da existência humana. Por isso, estar próximo a amigos e familiares ajuda no processo de aceitação da morte de um ente querido.

Segundo Bolaséll *et al.* (2020, p. 5), “o luto possui como objetivo nos ajudar a elaborar as perdas que tivemos e darmos seguimento às nossas vidas”, enquanto os rituais de despedida oferecem a oportunidade de “dividir uma vivência com pessoas próximas e, ainda, ter um espaço para expressar nossos sentimentos em relação ao que está acontecendo” (BOLASÉLL, 2020, p. 19).

Para Corsini (2020), a despedida de um corpo por meio de um velório é considerada essencial para muitas culturas: “O velório é um ritual muito importante, que ajuda a trazer um ambiente de segurança no meio de uma crise – que é a perda de uma pessoa significativa. O momento é o espaço de despedidas, de ver o corpo pela última vez e de ter pessoas queridas por perto” (KOVÁCS, 2020 *apud* CORSINI, 2020, s/p).

No mesmo sentido, Cabral *et al.* (2020, p. 284, grifos nosso) observam que:

Os rituais fúnebres são imprescindíveis para a elaboração do luto, isso porque auxiliam as famílias a concretizar a morte de seu ente, ao mesmo tempo em que prestigiam a dignidade no momento da morte. A referida autora enfatiza que o “adeus negado” em face da ausência do velório, poderá acarretar graves consequências àqueles que não puderam vivenciar o luto.

Como visto, a pandemia trouxe vivências até então inéditas para milhões de brasileiros. A proibição da realização de velórios e de cerimônias fúnebres foi uma das consequências mais dolorosas, atingindo a todos, independentemente da classe social.

Contudo, as despedidas apressadas e a negação do direito ao luto já eram de certa forma vivenciadas por parcela significativa das famílias afetadas pelo flagelo da pobreza e da exclusão social. Com efeito, as barreiras impostas pela hipossuficiência econômica muitas vezes impedem que os familiares possam se despedir do ente querido falecido em um ambiente minimamente digno para esse propósito.

De fato, não poder se despedir por não ter onde velar o parente morto é uma triste realidade relacionada à exclusão social vigente no Brasil, estando também relacionada à omissão do Estado brasileiro em garantir acesso igualitário aos serviços públicos essenciais para a promoção da qualidade de vida da população. Daí a relevância da garantia do acesso aos serviços funerários para toda a população.

Pode-se dizer que o acesso aos serviços funerários é um direito fundamental, intrínseco à condição de ser humano, estando relacionado ao princípio da dignidade da pessoa humana, que orienta – ou pelo menos deveria orientar – a atuação dos poderes públicos no sentido de garantir os direitos básicos às pessoas, especialmente as mais vulnerabilizadas.

Nesse sentido, Sarlet (2010, p. 68) assinala que a dignidade da pessoa humana¹⁶ encontra-se ligada à condição humana de cada indivíduo:

O que se percebe, em última análise, é que onde não houver respeito pela vida e pela integridade física e moral do ser humano, onde as condições mínimas para uma existência digna não forem asseguradas, onde não houver limitação do poder, enfim, onde a liberdade e a autonomia, a igualdade (em direitos e dignidade) e os direitos fundamentais não forem reconhecidos e minimamente assegurados, não haverá espaço para a dignidade da pessoa humana e esta (a pessoa), por sua vez, poderá não passar de mero objeto de arbítrio e injustiças.

De acordo com Barcellos (2017), os serviços funerários são públicos e, por se tratar de uma questão de interesse local, a competência tanto administrativa como legislativa para regular esse campo é dos municípios.

Segundo o referido autor, cabe à municipalidade regular as questões relativas aos serviços funerários, como a atividade das empresas funerárias e a administração dos cemitérios, devendo, em todo caso, observar os princípios constitucionais que regem a atuação da administração pública, bem como os princípios específicos do direito funerário, como o princípio do respeito ao corpo, o princípio da liberdade religiosa e o princípio do direito à sepultura digna.

Portanto, o município é responsável por garantir o direito do sepultamento digno e gratuito às pessoas que precisem desse serviço. Quando o serviço funerário não é garantido de forma gratuita pelo poder público e a família não dispõe de meios para garantir o sepultamento, cabe à Assistência Social a oferta do benefício eventual¹⁷ por situação de morte, também conhecido como “auxílio-funeral”.

As Orientações Técnicas sobre Benefícios Eventuais no Sistema Único de Assistência Social (BRASIL, 2018) entendem os benefícios eventuais

¹⁶ A dignidade da pessoa humana pode ser definida como “a qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, nesse sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos, mediante o devido respeito aos demais seres que integram a rede da vida”. (SALERT, 2010, p. 70).

¹⁷ Segundo o Art. 22 da Lei Orgânica da Assistência Social, os benefícios eventuais são “as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública” (BRASIL, 2013, p. 24).

como direito socioassistencial que reestabelecem de forma imediata as seguranças sociais garantidas às cidadãs e cidadãos que vivenciam situação temporária de vulnerabilidade.

No que diz respeito à atenção pública nas situações de morte, é reconhecido o direito de sepultar e de ser sepultado, o qual se desdobra no dever de tratar dignamente as famílias e seus mortos. No âmbito da assistência social, o sepultamento e o funeral são definidos da seguinte forma:

Entende-se que o sepultamento se refere ao ato de enterrar os mortos, enquanto o funeral constitui o conjunto de atos e procedimentos que envolvem o sepultamento e, em geral, também compreendem a oferta de urna funerária, o velório, a remoção do corpo, o enterro da pessoa falecida, entre outras ações. (BRASIL, 2018, p. 28).

No município de Macapá, o benefício eventual “auxílio-funeral” é regulamentado pela Resolução n.º 7, de 31 de março de 2020, do Conselho Municipal de Assistência Social. Nos termos do referido documento, o auxílio-funeral:

a) Constitui-se numa prestação temporária, não contributiva da política de Assistência Social, a ser ofertada através dos serviços, destinados a reduzir vulnerabilidade provocada por morte de um ou mais membros da família.

b) As despesas relativas ao custeio do benefício de auxílio funeral deverão compreender os seguintes serviços: urna simples, urna gorda, velório, sepultamento, remoção e outros serviços que garantam a dignidade e o respeito a família beneficiária, devendo ser observadas as legislações pertinentes. (MACAPÁ, 2020, s/p).

A despeito do reconhecimento do direito ao sepultamento e ao velório às pessoas em situação de vulnerabilidade social, a prática nem sempre corresponde aos ideais inscritos na letra da lei. No caso específico das famílias residentes em domicílios localizados na área de ressaca do Bairro Nova Esperança, na cidade de Macapá, a angústia relacionada à perda de um ente querido é agravada pelo fato de essas pessoas não possuírem recursos para lidar com a morte.

Diante da inexistência de capelas funerárias no bairro, essas pessoas não têm nem a oportunidade de escolher onde realizar o velório, seja porque as condições precárias dos domicílios inviabilizam cerimônias fúnebres nas

casas, seja porque essas pessoas não dispõem de condições financeiras para contratar uma empresa funerária privada, cujos valores cobrados por esse serviço giram em torno de R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00.

Da mesma forma, é difícil para essas famílias velar um parente em um local distante da comunidade, longe de amigos e parentes que poderiam dar apoio e amparo no momento do último adeus.

Embora o serviço funerário seja um dos benefícios eventuais ofertados pelos órgãos de Assistência Social às famílias de baixa renda (consideradas aquelas com renda familiar mensal de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo), na prática, a “cobertura” do auxílio funerário não abrange o local para a realização do velório, que fica sob a responsabilidade do solicitante.

Como bem constatou a Pastoral da Saúde em seu trabalho junto à comunidade do Bairro Nova Esperança, o auxílio-funeral disponibilizado pelo poder público, além de não atender às necessidades das famílias enlutadas, gera mais sofrimento ao suprimir o direito ao adeus. A superação dessa realidade exige a inclusão desses brasileiros e brasileiras “deixados para trás” com a garantia do acesso pleno aos serviços básicos, inclusive os serviços funerários.

Nessa mesma linha e visando à inclusão social dos mais vulneráveis, a Organização das Nações Unidas (ONU) propõe para os países um conjunto de metas reunidas em dezessete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), a serem alcançadas até o ano de 2030, os quais representam um estímulo para o desenvolvimento para os próximos anos nos campos social, econômico e ambiental.

De interesse a esta discussão, os ODS da Erradicação da Pobreza (ODS 1) e da Redução das Desigualdades (ODS 10) colocam como prioridade a erradicação da pobreza em todas as suas dimensões. Para isso, os mais pobres e vulneráveis devem ser colocados no centro das prioridades de atuação estatal, tendo direitos iguais aos recursos econômicos e aos serviços básicos.

Dessa forma, os desafios colocados por esses ODS nos ajudam a compreender que, se quisermos alcançar um modelo de desenvolvimento que conduza à emancipação das pessoas em benefício de todos, não podemos mais permitir a perpetuação de qualquer forma de discriminação social que diminua a qualidade de vida das pessoas, como é o caso, por exemplo, do acesso insuficiente aos serviços funerários por parte das famílias carentes do Bairro Nova Esperança.

Diante do exposto, propõe-se o projeto de implementação de uma capela mortuária comunitária no Bairro Nova Esperança, na cidade de Macapá - AP, como alternativa para resolver a carência de espaços para a realização de velórios na comunidade.

3. Caracterização do projeto

O projeto visa à construção de uma capela mortuária comunitária no Bairro Nova Esperança, na cidade de Macapá - AP, destinado a atender as famílias de baixa renda da comunidade que não possuem condições de velar seus entes queridos, garantindo, assim, o acesso pleno da comunidade ao serviço funerário, entendido aqui como direito fundamental intrínseco à condição humana.

O Bairro Nova Esperança está localizado no município de Macapá - AP, possuindo uma área aproximada de 46 hectares. Segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010), o bairro possui 1.014 domicílios, dos quais chama atenção o fato de que 62,53% têm rendimento domiciliar per capita mensal de até dois salários mínimos, conforme se observa na Tabela 1.

Tabela 1 – Rendimento nominal mensal domiciliar per capita do Bairro Nova Esperança

Total	Até ¼ de salário mínimo	Mais de ¼ a ½ salário mínimo	Mais de ½ a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salá- rios mínimos	Mais de 2 a 3 salá- rios mínimos	Mais de 3 a 5 salá- rios mínimos	Mais de 5 salá- rios mínimos	Sem rendimento
100%	9,96%	23,87%	28,70%	20,41%	6,11%	5,92%	3,16%	1,87%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)(BRASIL, 2010, s/p)

Parte considerável dos domicílios do bairro situa-se na ressaca do Nova Esperança, constituindo-se numa área alagada onde as moradias são construídas de maneira irregular sobre a água. Seus moradores estão sujeitos às mais diversas adversidades decorrentes da ausência de infraestrutura e de saneamento básico, sem acesso a serviços públicos. Em outras palavras, os moradores dessas periferias “habitam na cidade sem direito à cidade, já que, vivendo em espaços não urbanizados, não têm acesso às condições urbanas pressupostas pelo direito à cidade” (SANTOS, 2020, p. 18).

As habitações construídas em ambientes impróprios são classificadas pelo IBGE (2010b) como aglomerados subnormais. De acordo com esse órgão, 83,9% dos aglomerados subnormais do sítio urbano da cidade de Macapá estão localizados sobre rios, córregos ou lagos, no formato de palafitas. Por sua vez, a ressaca do Nova Esperança abrigava uma população de 3.045 pessoas, pelo menos até o último censo demográfico realizado no ano de 2010.

O Bairro Nova Esperança possui equipamentos sociais como escolas, posto de saúde, praças e um centro comunitário chamado “Centro de Mobilização Social”, vinculado à Secretaria de Inclusão e Mobilização Social do Poder Executivo estadual.

Dentro dos limites do bairro também atuam algumas entidades que prestam serviços assistenciais e religiosos às famílias da comunidade, inclusive a Pastoral da Saúde. Essa entidade identificou o drama das famílias carentes domiciliadas na área de ressaca do bairro de não conseguirem realizar o velório dos seus entes queridos pela falta de espaços apropriados no bairro.

Vale ressaltar que apesar do serviço funerário ser de competência do município de Macapá, na modalidade de “auxílio-funerário”, esse benefício assistencial abrange apenas o fornecimento da urna, o traslado do corpo e, no máximo, os paramentos para o velório (cruzes de metal, apoio para as urnas etc.). Ou seja, o local do velório é de responsabilidade da família solicitante.

Tal realidade intensifica o sofrimento da família enlutada, pois os rituais de despedida próprios das cerimônias fúnebres são essenciais para “garantir uma despedida respeitosa e menos dolorosa do ente querido, bem como evitar grandes sofrimentos daqueles que permaneciam vivos” (BRASIL, 2018, p. 28).

Em resposta a essa realidade dramática, a Pastoral da Saúde do Bairro Nova Esperança tem provocado as autoridades locais para construírem no bairro uma capela mortuária, com toda estrutura necessária (salas para velório, banheiros, sala de repouso, cozinha etc.), para que a comunidade possa realizar seus velórios de forma digna.

Vale assinalar que o Bairro Nova Esperança possui espaços que poderiam abrigar a estrutura de uma capela mortuária, como é o caso da área do Centro de Mobilização Social do bairro Nova Esperança, apelidado pelos moradores de “centrinho”, que também abriga órgãos de assistência social e projetos sociais para jovens e idosos.

A construção de capelas mortuárias comunitárias não é uma ideia nova. Diversos municípios brasileiros têm implantado esses espaços como forma de garantir o acesso da população aos serviços funerários nem sempre acessíveis a toda população.

4. Considerações finais

A efetivação das leis que dizem respeito aos direitos das pessoas foi e continua sendo uma batalha constante. Depois de muitas guerras e de lutas em favor dos direitos civis e sociais, a humanidade conseguiu sistematizar um conjunto de leis e princípios que buscam superar um passado caracterizado pela opressão e desrespeito aos direitos humanos.

Por isso, a garantia do acesso a direitos básicos a toda e qualquer pessoa é um imperativo e não uma escolha. Mas, por diversos motivos, milhões de seres humanos continuam vivendo em condições degradantes, sem acesso à saúde, à educação, a uma moradia digna, ao bem-estar, enfim, a todos os direitos que oferecem condições existenciais mínimas para uma vida saudável.

No Brasil, a tragédia da pandemia agravou a situação das pessoas em vulnerabilidade social. A atual emergência sanitária impôs restrições de quarentena àqueles que já viviam em situação de emergência social. Segundo Boaventura de Sousa Santos (2020), qualquer quarentena é sempre discriminatória, mas para alguns grupos ela é particularmente difícil porque padecem de uma especial vulnerabilidade que precede a quarentena.

Infelizmente, a tragédia humana resultante da impossibilidade de se despedir de um ente querido já era uma realidade vivenciada nas periferias das cidades. A negação do direito ao luto, a supressão do último adeus,

acompanham as famílias que não dispõem de condições financeiras para pagar serviços funerários ou não têm acesso a espaços apropriados para velar seus parentes falecidos.

Por esse motivo, a efetivação do princípio da dignidade da pessoa humana contribui para a diminuição das desigualdades sociais na medida em que impõe ao poder público e à coletividade o dever de garantir o acesso aos bens e serviços essenciais a uma vida plena. E, nesse aspecto, os serviços funerários são essenciais para a qualidade de vida do indivíduo.

Diante do exposto, o projeto “Direito ao Adeus: implementação de uma capela mortuária comunitária no bairro Nova Esperança da cidade de Macapá” representa a efetivação do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, bem como aproxima a cidade de Macapá dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pelas Nações Unidas que, dentre outros objetivos, visa acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade.

Dentre os objetivos contemplados por esse projeto podemos citar a “Erradicação da Pobreza” (ODS 1) e a “Redução das Desigualdades” (ODS 10), uma vez que, ao buscar garantir o acesso pleno da população mais vulnerável do Bairro Nova Esperança aos serviços funerários, entendidos aqui como serviço básico relacionado à dignidade da pessoa humana, irá assegurar também que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e mais vulneráveis, tenham direitos iguais ao acesso a serviços básicos. O projeto representa também a consecução de políticas públicas de proteção social que busquem alcançar progressivamente maior igualdade.

O projeto tem como foco adicional o fortalecimento das relações comunitárias, na medida em que possibilita a despedida de pessoas falecidas perto dos familiares, amigos e vizinhos, no lugar onde a pessoa viveu e desenvolveu sua história.

Referências

BARCELLOS, Carlos Alberto Kastein. Direito funerário: conceito, competência e breves considerações sobre seus princípios informadores. *Acta Científica*, v. 26, p. 21-39, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.unasp.edu.br/acch/article/view/965>. Acesso em: 2 fev. 2021.

BOLASÉLL, L. T.; NUNES, F. R. C.; VALANDRO, G. S.; RITTMANN, I.; MARKUS, J.; WEIDE, J. N.; SEIBT, L. T.; VERDE, L. V.; RODRIGUES, C. S. M. **O processo de luto a partir das diferentes perdas em tempos de pandemia**. 2020. Porto Alegre: PUCRS. Disponível em: <https://www.pucrs.br/coronavirus/pucrs-mobilizada/>. Acesso em: 2 fev. 2021.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). **Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, e legislação correlata. Brasília: Câmara dos Deputados; Edições Câmara, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm. Acesso em: 2 fev. 2021.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 2 fev. 2021.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome. **Orientações técnicas sobre Benefícios eventuais no SUAS**. Brasília, 2018. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacaoassistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 2 fev. 2021.

CABRAL, H. L. T. B.; ROBLES-LESSA, M. M.; CRUZ, R. S.; MONTEIRO, J. R.; GUIMARÃES, D. N. Consequências do adeus negado às vítimas da Covid-19. **Revista Transformar**, v. 14, edição especial “Covid-19: pesquisa, diálogos transdisciplinares e perspectivas”, mai./ago. 2020. Disponível em: <http://www.fsj.edu.br/transformar/index.php/transformar/issue/archive>. Acesso em: 2 fev. 2021.

CORSINI, Camila. Luto na pandemia: ausência do ritual de despedida gera traumas e até patologias. **IP Comunica**, São Paulo, 22 set. 2020. Disponível em: <https://sites.usp.br/psicosp/luto-na-pandemia-ausencia-do-ritual-de-despedida-gera-traumas-e-ate-patologias/>. Acesso em: 2 fev. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico**. 2010a. Disponível em: <https://www.ibge.org.br>. Acesso em: 2 fev. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Aglomerados subnormais. Primeiros Resultados**. 2010b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd_2010_aglomerados_subnormais.pdf. Acesso em: 2 fev. 2021.

MACAPÁ. **Lei n.º 2.343, de 24 de junho de 2019.** Dispõe sobre a organização da política e do sistema único de Assistência Social no Município de Macapá e dá outras providências. Macapá. Disponível em: https://macapa.ap.gov.br/images/avisos/DIARIO_OF_3589_2019.pdf. Acesso em: 2 fev. 2021.

MACAPÁ. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). **Resolução nº 007, de 31 de março de 2020.** Dispõe sobre critérios e orientações para concessão de Benefícios Eventuais no âmbito da política de Assistência Social no município de Macapá. Macapá. Disponível em: <https://macapa.ap.gov.br/images/avisos/2020/Di%C3%A1rio%20Oficial%203786%20-%2013.04.2020.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2021.

RIBEIRO, M. R.; ALMEIDA, M. G.; SANTOS FILHO, H. Mapeamento e classificação das áreas de ressaca na região metropolitana de Macapá-AP utilizando imagens de satélite CBERS-2B. *In: XVI SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO (SBSR). Anais [...]* Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 13 a 18 de abril de 2013, Inpe. Disponível em: <http://marte2.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/marte2/2013/05.28.22.33.43/doc/p0108.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2021.

SANTOS, B. de S. **A cruel pedagogia do vírus.** Coimbra, Portugal: Almedina, 2020. Disponível em: <https://www.cidadessaudaveis.org.br/cepedoc/2020/04/19/cruel-pedagogia-do-virus-livro-em-pdf/>. Acesso em: 2 fev. 2021.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988.** 8. ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

TOSTES, José Alberto; DIAS, Simone. Os desafios de inclusão social entre cidade e o edifício na Cidade de Macapá. *In: TOSTES, José Alberto (org.). Planejamento urbano e regional no estado Amapá.* Macapá: Editora Universidade Federal do Amapá, 2018. Disponível em: <https://www2.unifap.br/editora/files/2018/12/Planejamento-Urbano-Regional-no-Estado-do-Amapa3.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2021.

PROJETO VER PARA LER

*Carolina Rola Mira
Juliana Amaral Quadros
Silvia Araújo da Silva*

Resumo

Este projeto tem o intuito de despertar o interesse pela leitura na terceira infância (6 a 12 anos), utilizando o teatro como aliado e instrumento para despertar entusiasmo, e amor pela literatura no público infantil. A proposta busca contribuir para a Agenda 2030 das Nações Unidas (ONU) e relaciona-se com o ODS 4, descrita como: “Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. Esta proposta, além de ser uma alternativa econômica, busca formar uma parceria entre a prefeitura de Macapá, as escolas municipais e o curso de licenciatura de Teatro da Universidade Federal do Amapá, utilizando a estrutura já existente nas escolas e contando com a assistência de alunos e professores do curso de teatro da Unifap.

1. A leitura como forma de contato com o mundo

A Agenda 2030 e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um grande convite para a humanidade unir-se globalmente em busca de soluções e alternativas para um mundo melhor até 2030.

A proposta deste estudo relaciona-se diretamente com o ODS número 4 e seu o tópico 4.7, que busca garantir, até 2030,

[...] que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável (AGENDA 2030, 2016, s/p).

A leitura, segundo o Instituto Pró-Livro (2020a, p. 4), “é a principal ferramenta para uma aprendizagem e para uma educação de qualidade, que é condição essencial para o desenvolvimento social de uma nação”. É uma oportunidade para crescimento intelectual e permite um contato com o espaço da imaginação, único e singular, que cada um carrega dentro de si.

O hábito da leitura, quando adquirido na infância, pode contribuir para a formação de adultos críticos, criativos e seguros. A escritora Conceição Evaristo (2020) considera ser um instrumento que prepara o indivíduo para o mundo: *“A leitura, ela me prepara para o mundo. Como me prepara ainda, acho que, até hoje. Ela prepara, ela insere. O fato também da ficção, a ficção às vezes, apresenta saída que a realidade não permite”* (AS PESSOAS QUE LEEM SABEM ESTAR SOZINHAS, 2020).

O livro é capaz de estimular a criatividade e a imaginação e auxilia na concentração. Os benefícios da leitura também se estendem em longo prazo, visto que auxiliam na proteção da mente contra doenças neurodegenerativas, como as demências, como o Alzheimer. Inúmeras pesquisas comprovam que há um aumento das conexões neurais durante o ato da leitura (PUCRS, 2020).

Por meio de um livro o leitor experimenta situações sem se deslocar, aprende com as vivências dos personagens, adquire conhecimentos sobre os locais em que se passam as histórias, sobre outras culturas e outros períodos históricos.

Além dos benefícios já citados, há outras vantagens. A professora Aline Fay, coordenadora do curso de Licenciatura em Letras da PUCRS, revela que já existem pesquisas sobre o assunto:

Uma pesquisa realizada pela Universidade de Sussex mostrou que ler ajuda a reduzir em até 68% os níveis de estresse. Durante o estudo, os sujeitos analisados diminuíram a frequência cardíaca e aliviaram a tensão dos músculos [...] Um destes estudos, realizado pela Universidade Emory, descobriu que ler afeta nosso cérebro da mesma forma como se realmente tivéssemos vivenciado os eventos sobre os quais estamos lendo. Diante disso, a professora ainda aponta que, ao ler, podemos aumentar nossa empatia, ou seja, a capacidade de compreender e se solidarizar emocionalmente com o outro. (PUCRS, 2020, s/p).

A partir disso fica entendida a importância de projetos de incentivo à leitura que proporcionem não somente o acesso aos livros, mas que procurem despertar o interesse por esse contato com as histórias que, aliadas

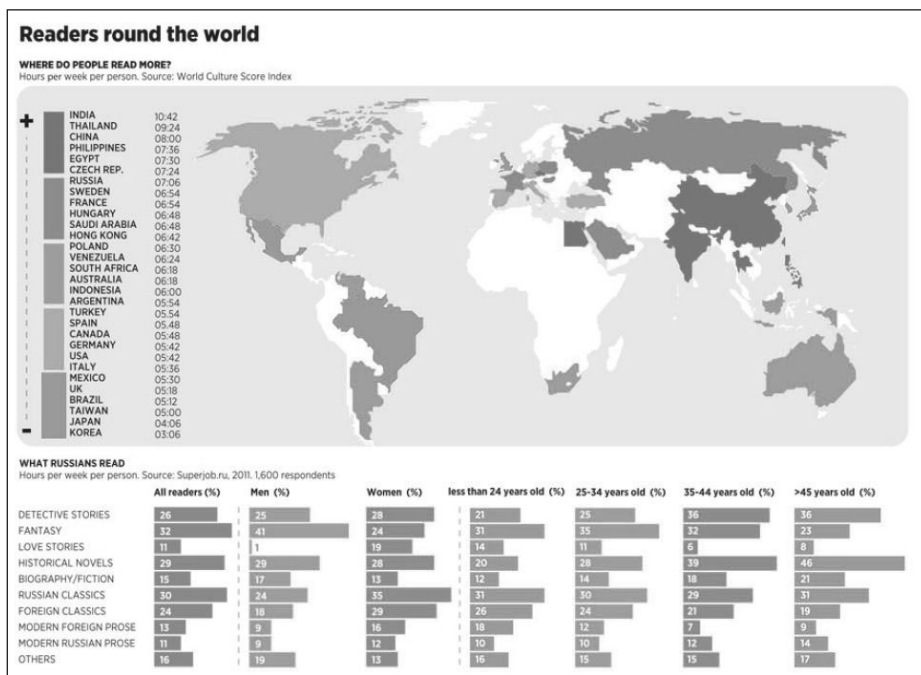
ao teatro, podem proporcionar uma experiência coletiva que consiga atrair a atenção e o desejo para ela.

As escolas públicas de ensino fundamental podem ser o espaço ideal para essas atividades, pois seu público de crianças e adolescentes podem ter seus conhecimentos enriquecidos e amplificados, aliando a leitura de obras literárias às técnicas teatrais de interpretação.

1.1 A leitura e a realidade brasileira

A Índia é classificada como o país que tem a população que mais lê, segundo a NOP World (2005 *apud* Biblioteca Parque Villa-Lobos, 2016), na pesquisa “World Culture Score Index”. Os indianos dedicam, em média, 10 horas e 42 minutos semanais para a leitura. Na América Latina, os venezuelanos ocupam uma posição de destaque, dedicando-se seis horas e 24 minutos semanais. Já os brasileiros leem cerca de cinco horas e doze minutos por semana. A Figura 1 mostra um retrato mais amplo desses índices:

Figura 1 – Leitores ao redor do mundo



Fonte: Biblioteca Villa-Lobos, 2016

Segundo a pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil” (2020), realizada entre outubro de 2019 e janeiro de 2020, o brasileiro leu uma média de 4,95 livros nos últimos três meses anteriores à data da entrevista, sendo a média de livros lidos inteiros de 2,55. A região Sul leu uma média de 5,9 livros em parte ou inteiros e o Norte ocupa a segunda posição (empatado com o Centro-Oeste), tendo lido 5,3 livros (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2020a).

João Pessoa foi a capital com o maior percentual de leitores, representando 64% da população. Macapá, capital do Amapá, ocupa o 4º lugar no ranking de leitores da região Norte (CAPUANO, 2020), onde 51% da população havia lido pelo menos 3,13 livros (inteiros ou em partes) nos últimos três meses, segundo a pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil – Macapá - AP”. Os dados revelam também que a média de livros lidos inteiros em um período de 12 meses pelos macapaenses foi de 2,27 (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2020b).

Na pesquisa “Retratos da Leitura em Bibliotecas”, promovida pelo Instituto Pró-Livro, vemos que 61% das escolas públicas não possuíam biblioteca ou salas de leitura e 70% dessas escolas se localizavam nas regiões Norte e Nordeste do Brasil (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2020c). E quanto aos dados nacionais, quando se perguntou o motivo de não terem lido mais, as principais respostas foram: por falta de tempo; porque preferiam outras atividades e porque não tinham paciência para ler. No entanto, ao analisarmos os dados das atividades realizadas no tempo livre, percebe-se a presença marcante dos aparelhos eletrônicos e uso da internet. São elas: assistir televisão, usar a internet, escutar música ou rádio, usar o aplicativo de mensagens WhatsApp e assistir vídeos ou filmes em casa (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2020a).

Percebe-se que a realidade atual cada vez mais distancia, principalmente as crianças, do hábito da leitura. Tecnologias como computadores, videogames e TV, junto à falta de incentivo no núcleo familiar, resultam em desinteresse pela leitura. Por consequência, alunos com dificuldade no desenvolvimento escolar: vocabulário repleto de informalidade, dificuldade de interpretação de textos, erros ortográficos e desprezo pela leitura como lazer. Ler é uma virtude que se desenvolve dentro casa, são os pais os maiores exemplos de estímulo ao hábito da leitura:

Ler e escrever é uma necessidade, visto que a leitura nos acompanha desde o berço, já a família é uma das maiores incentivadoras na busca pelo gosto do ato de ler, visto que

quando a criança vive num meio, onde os pais são leitores há uma grande chance de ela também aprender a gostar. Mas esta não é a realidade da família atual, que muitas vezes não tem sequer tempo para dar atenção aos filhos, que dirá ensinar a terem o hábito de ler. (NODARI, 2013, p. 6).

Mas a falta de horas dedicada à atividade de leitura pela população brasileira, especialmente crianças e jovens, não é algo novo. No ano de 2012, o medidor de estatísticas Ibope Nielsen Online, realizou pesquisa no Brasil que identificou serem os internautas com idade entre 2 e 11 anos os que mais passam tempo on-line (em média, 17 horas conectados às telas) – trata-se de um número bastante significativo em relação a outros países:

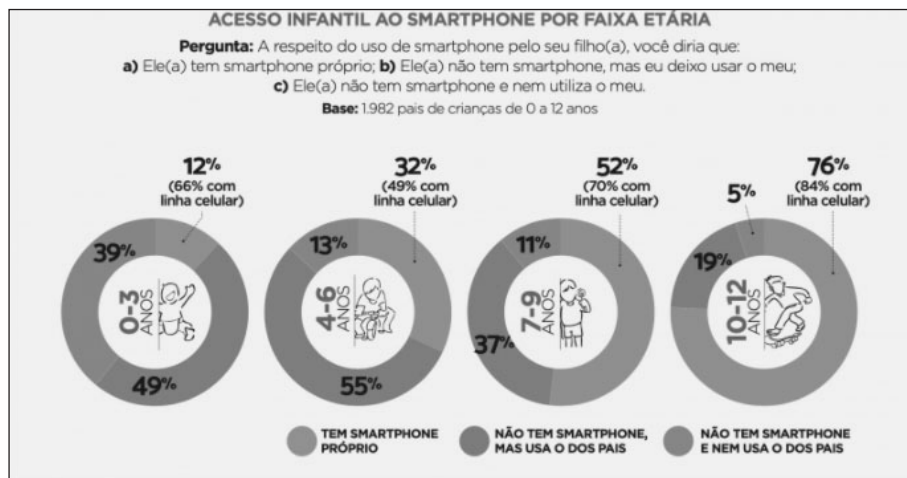
O valor mostra que as crianças brasileiras estão bem posicionadas no uso da web, destacando-as em relação ao observado em vários países. Na França, a média de tempo gasto pelos pequenos com a internet é de 10 horas e 37 minutos. Em terras francesas, as crianças representam 7,8% dos usuários domiciliares ativos da rede. Já no Brasil, esse percentual sobe para 14,1%. (IBOPE, 2012, s/p).

O Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa)¹⁸ verificou que adolescentes brasileiros na faixa etária dos 15 anos passam mais de três horas diárias, durante a semana, navegando na internet, e grande parte desse tempo é dedicado aos jogos on-line “47,% afirmaram usar a internet para jogar on-line todo dia ou quase todo dia” (FERREIRA, 2017, s/p).

Em outra pesquisa realizada recentemente pela plataforma Panorama Mobile Time/Opinion Box (2019), em um ano, na faixa etária entre 4 e 6 anos de idade, aumentou de 23% para 30% a proporção de crianças com *smartphone* próprio, e no total, 83% das crianças brasileiras de 0 a 12 anos acessavam um *smartphone*, próprio ou emprestado dos responsáveis, como mostra a Figura 2:

¹⁸ Pisa: sigla de em inglês, de Programme for International Student Assessment.

Figura 2 – Acesso infantil ao *smartphone* por faixa etária



Fonte: Pesquisa Panorama Mobile Time/Opinion Box, 2019

Dessa forma, é necessário que as famílias ajudem as escolas a resgatarem o valor da leitura como ato de prazer e promoção da cidadania, além de gerar estímulos necessários e essenciais para a mente humana. O indivíduo que tem a leitura como hábito na vida compreende o mundo à sua volta e tem a capacidade de argumentar e de tomar decisões. Afinal, a leitura tem o poder de enriquecer a vida das pessoas, influenciar em escolhas sábias e revolucionar a forma de expressão de um povo.

2. Teatro e literatura resultam em cultura

Atualmente, a função da escola não é somente ensinar o conteúdo disciplinar. Enquanto instituição formadora, ela deve oferecer meios de acesso ao lazer, à cultura, às práticas esportivas, diálogos e debates que possam permitir a integração mais concreta dos alunos na sociedade (MIRANDA et al., 2009).

A fim de despertar o interesse pela leitura e pela história que está sendo lida, o teatro surge como uma importante ferramenta de apoio. Ele permite que a capacidade cognitiva da criança seja valorizada por meio de experiências visuais, além de proporcionar discussões em grupo sobre a leitura, em que cada criança pode expressar sua interpretação sobre o que foi lido, aprender a relacionar-se socialmente e enxergar o mundo em sua volta com tolerância e sem preconceito.

Nesse sentido, o teatro tem um papel importante na vida dos estudantes, uma vez que, sendo devidamente utilizado, auxilia no desenvolvimento da criança e do adolescente como um todo, despertando o gosto pela leitura, promovendo a socialização, e, principalmente, melhorando a aprendizagem dos conteúdos propostos pela escola. Além disso, sob a perspectiva de obra de arte, o teatro também incomoda, no sentido filosófico, porque faz repensar e querer modificar a realidade instaurada. Ademais, possui caráter lúdico e constituiu-se como forma de lazer. (MIRANDA *et al.*, 2009, p. 176).

Nessa perspectiva, o teatro e a leitura têm um papel singular na vida dos estudantes, uma vez que, sendo devidamente utilizados, auxiliam no desenvolvimento da personalidade da criança e do adolescente, despertando a autoconfiança, educando o gosto, o olhar mais humano, o prazer pela vida e o respeito ao próximo.

2.1 Encenação como forma de educar

A arte é o que faz o homem excepcional e está presente no cotidiano, incluindo visitas a museus, escutar concertos musicais e as atividades artísticas como dança, teatro e pintura. Tudo isso forma o que podemos chamar de experiências artísticas.

O teatro, no processo de formação da criança, cumpre não só a função integradora, mas dá oportunidade para que ela se aproprie crítica e construtivamente dos conteúdos sociais e culturais de sua comunidade mediante trocas com os seus grupos. No dinamismo da experimentação, da fluência criativa propiciada pela liberdade e segurança, a criança pode transitar livremente por todas as emergências internas integrando imaginação, percepção, emoção, intuição, memória e raciocínio. (DAMASIO, 2021, s/p).

Como bem colocado, o teatro tem a função de integrar, socializar ideias e, sobretudo, desenvolver a aprendizagem de maneira lúdica, conduzindo o aluno a um processo de autoconhecimento através da expressão de suas emoções; também liberta o aluno do desinteresse e da ignorância e busca estimulá-lo a um objetivo novo diante de uma série de possibilidades que se abrem em sua mente e em sua visão sobre o mundo.

Mas é preciso que as técnicas sejam transmitidas por profissionais da área da dramaturgia que, com suas técnicas e experiências práticas, podem

orientar os alunos como mergulhar no processo da interpretação. O teatro é arte que precisa ser estudada não apenas em níveis pedagógicos, mas também como atividade artística que tem as suas características peculiares e sensíveis à alma humana (ARCOVERDE, 2008).

Por isso, é de fundamental importância criar instrumentos pelos quais as crianças aprendam com prazer e alegria, pois quanto mais livre e espontâneo for o processo criativo nas aulas de teatro, combinado com a leitura, melhores serão os resultados.

2.2 Benefícios do teatro junto à leitura

“Ver para ler” é um projeto que usa o método da leitura viva¹⁹ como forma de aprendizagem inovadora e eficaz e que tem como objetivo principal despertar o interesse das crianças pelo contato com as histórias que os livros contam, fazendo com que o hábito da leitura seja uma constante no cotidiano dos jovens tanto quanto o uso das tecnologias a que já estão acostumados.

“Pelo fato de o teatro ser uma atividade que estimula a espontaneidade e a criatividade, espera-se que atributos como engenhosidade e inventividade possam ser alcançados pelo desenvolvimento das atividades” (MARTINS; BARREIROS, s/d, p. 3). O público infanto-juvenil devem se sentir a vontade para experimentar a proposta da brincadeira teatral, motivado, principalmente, pelo contato direto com esse mesmo ambiente livre de preconceito e repressão, sendo levado a uma interação de nível intelectual, físico e intuitivo.

O teatro junto à literatura é um recurso de formação de leitores que pode motivar e contagiar o aluno para o hábito de ler, porque “o teatro auxilia o estudante no aprendizado de um determinado conteúdo ao mesmo tempo em que oferece possibilidades de diverti-lo” (REVERBEL 1978 *apud* MARTINS; BARREIROS, s. d., p. 1).

Existe uma série de vantagens e oportunidades de caráter pedagógico proporcionadas tanto pela leitura quanto pelo teatro. São elas: estímulo ao desenvolvimento da imaginação e da criatividade; desenvolvimento da oralidade e da escrita da criança; formação de leitores com capacidade argumentativa; promoção do estímulo à socialização entre indivíduos; contribuição na formação do caráter; estímulo da memória, atenção e concentração; melhora da autoestima do jovem, proporcionando relacionamento e trabalho em grupo; motivação do exercício do pensamento, entre outras.

¹⁹ Reprodução das histórias contadas nos livros por meio do teatro.

Por fim, é possível concluir que o teatro combinado à leitura dentro da escola traz vários benefícios principalmente quando utilizado para alfabetizar.

O uso do teatro em sala de aula facilita a compreensão das atividades, tornando-as mais memoráveis e de fácil compreensão, pois “o aluno, ao construir seu saber, de forma coletiva, aprende a ser crítico, a memorizar os passos das atividades, a observar a sequência e o resultado, a coordenar as atividades propostas” (DAMASIO, 2021, s/p).

3. Projetos bem-sucedidos no Brasil

Para melhor entendimento da proposta buscou-se a análise de algumas ações bem-sucedidas já existentes no Brasil e no estado do Amapá. São elas:

3.1 Calangos leitores – Brasília - DF

O Projeto Calangos Leitores, considerando o objetivo de formação de leitores, adota dois eixos de atuação:

- Clubes de leitura.
- Biblioteca itinerante.

Figura 3 – Projeto Calangos Leitores



Fonte: www.calangosleitores.com.br/fotos. Acesso em: 5 fev. 2021

O projeto foi iniciado em 2016 em uma escola pública do Distrito Federal como um Clubinho de Leitura e, em 2018, foi ampliado para abranger 4 escolas públicas em diferentes áreas administrativas do Distrito Federal: Lago Norte, Paranoá, Cruzeiro e Gama, contemplando aproximadamente 120 jovens leitores. (CALANGOS LEITORES, s/d, s/p).

Os encontros acontecem mensalmente, com duração de aproximadamente 1,5 e duas horas, e os leitores recebem um exemplar da obra escolhida. O limite de participantes é de 27 e a participação é voluntária, mas a leitura do livro é obrigatória, com a finalidade de todos colaborarem com a discussão nos encontros que, além de compartilhar as experiências de leitura, discutem aspectos como enredo, personagens e temas suscitados (CALANGOS LEITORES, s/d).

A discussão é organizada em formato de roda para que todos possam se olhar; no final há um momento para convívio e distribuição de lanches. É necessária a participação de um profissional indicado pela escola para coordenar o projeto. A escolha do livro a ser lido é feita em conjunto, mas de acordo com “algumas premissas como a inclusão de obras da literatura clássica mundial e da literatura brasileira, como também a possibilidade de acesso às obras escritas pelos autores do Distrito Federal” (CALANGOS LEITORES, s/d, s/p).

A Biblioteca Itinerante é formada por livros novos e seminovos, e conta com doações.

3.2 Carrinho de leitura – E. E. Santa Maria, Macapá - AP

Desde meados de 2017, a aluna Tassyla Lais, sob orientação das professoras Odinéia Barbosa e Valda Barros, desenvolve o projeto “Carrinho de leitura”, na Escola Estadual Santa Maria, localizada no bairro Marabaixo II, na cidade de Macapá - AP. “O trabalho visa despertar o interesse em contar histórias, incentivar o hábito de ler e a apreciação da leitura deleite na comunidade escolar e em outros lugares” (SEED, 2019, s/p).

Figura 3 – Projeto Carrinho de Leitura



Fonte: www.seed.portal.ap.gov.br/. Acesso em: 5 fev. 2021

O projeto se desenvolve de duas maneiras:

A primeira é na própria Escola Santa Maria, onde as crianças acessam os livros e revistas do carrinho, pegam as obras que as interessam e levam em sacolas retornáveis para casa, com a missão de fazer uma reescrita da leitura, enfatizando o protagonismo infantil de cada criança; a segunda é nas ações externas com a leitura deleite, realizada em abrigos, escolas, entre outros espaços. (SEED, 2019, s/p).

De forma econômica e simples, o “Carrinho de Leitura” proporciona um contato entre as crianças e a literatura que pode trazer grandes resultados.

4. Proposta do projeto “ver para ler”

De que forma poderíamos incentivar crianças que passam a maior parte do seu dia entretida em telas ao hábito da leitura? Foi, então, que surgiu a ideia do projeto “Ver para Ler”. O projeto sugere uma parceria das escolas municipais de Macapá com o curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Amapá (Unifap).

A iniciativa consiste em reproduzir histórias de livros por meio de peças teatrais dentro das escolas. Dessa maneira, após ter o contato visual, a compreensão e o interesse pelo livro seriam muito maiores.

4.1 Seleção das escolas e alunos

O projeto-piloto se daria da seguinte forma: uma escola seria escolhida para a implementação do Ver para Ler. A prioridade seria de uma escola sem biblioteca ou sala destinada à leitura e que se localize em um bairro de vulnerabilidade social. O curso de Licenciatura em Teatro da Unifap seria responsável pela seleção.

A seleção poderia ser inicialmente voluntária, deixando por conta dos alunos a vontade e o interesse em participar. No entanto, se houvesse baixa adesão, os discentes e docentes do curso de Teatro da Unifap, em conjunto com algum responsável da escola, poderiam selecionar alunos de diversas turmas do ensino fundamental para ingressarem nas atividades.

4.2 Escolha das obras

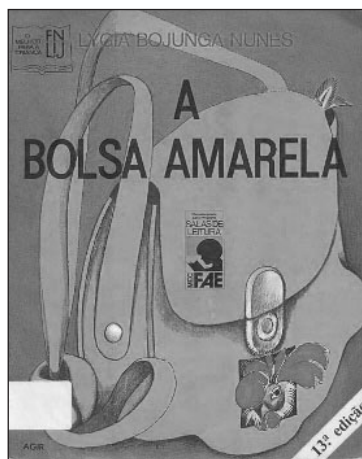
As obras a serem lidas seriam decididas de forma participativa, dentro de um catálogo pré-selecionado, com livros que abranjam as seguintes premissas: ser infantil ou infanto-juvenil, ser brasileira e, de preferência, regional, com discussões sobre diversidade em todos os âmbitos (cultura, raça, gênero, sexualidade, transtornos mentais e deficiências físicas). Deverão ser escolhidas três obras por vez a fim de arrecadar os livros em tempo hábil.

A literatura infantil brasileira é repleta de bons ensinamentos, além de estimular a imaginação e o desenvolvimento cognitivo. Histórias de autores como Monteiro Lobato, Ziraldo, Ruth Rocha ou Lygia Bojunga Nunes fazem parte da memória afetiva de muitos brasileiros.

Nesse projeto seriam utilizados desde clássicos dos anos 60 até literaturas mais contemporâneas. O importante é trazer discussões relevantes para dentro da sala de aula.

Como exemplo temos o livro *A bolsa amarela* (Figura 4), da autora Lygia Bojunga, publicado em 1976, que conta a história da menina Raquel, que ganha uma bolsa amarela de sua tia e coloca dentro dela três de seus principais desejos: crescer, ter nascido menino e se tornar escritora.

Figura 4 – Livro *A bolsa amarela*



Fonte: Editora Casa Lygia Bojunga

Outro exemplo é o livro *A boca da noite* (Figura 5), de Cristino Wapichana, escrito em 2016, é uma obra bastante atual, pois tem uma preocupação na valorização dos povos indígenas, sua cultura e seus costumes. Trata-se de uma leitura que leva o leitor para os sonhos de um curumim inventivo e curioso.

Figura 5 – Livro *A boca da noite*



Fonte: Grupo Editorial Zit

Assim, estimulando a leitura de forma leve e divertida, as crianças podem assimilar com prazer importantes lições de vida e os conteúdos da ensinados na escola, estimulando-as ao desejo de aprender e entregando a elas um horizonte de múltiplas oportunidades.

4.3 Campanha para arrecadação de livros

Após a escolha das três obras seriam feitas campanhas de doações de livros com o intuito de conseguir apoio de livrarias locais, editoras e a comunidade em geral. Essas campanhas se dariam por meio das mídias sociais e com o estabelecimento de parcerias para doações fixas e constantes.

4.4 discussões

As discussões se utilizariam da própria estrutura da escola, podendo ser a quadra de esportes, a sala multimídia²⁰ ou algum pátio amplo.

Já com o livro em mãos, as crianças dariam início à leitura da obra até o prazo estabelecido para a data da discussão. Essa leitura teria duração de um mês, findando nas reuniões, e o mês seguinte seria destinado para a produção teatral.

A discussão consistiria em compartilhar os sentimentos gerados a partir da leitura e comentários sobre os personagens e acontecimentos do livro.

4.5 Apresentações

Ao final, seria organizada uma peça teatral com participação das próprias crianças. Essa peça pode conter toda a história ou somente uma cena da obra.

A apresentação teria o período de um mês para poder ser produzida: escolha do elenco, produção de cenários e figurinos, preparação do roteiro e ensaios.

Ao final de cada semestre, os participantes escolheriam uma das peças para apresentar a um público maior. Essa apresentação poderia ocorrer em praças públicas.

²⁰ A sala multimídia é um espaço destinado a eventos que requerem a utilização de material audiovisual.

Ao final do ano seriam selecionadas as melhores produções a fim de serem exibidas no Teatro das Bacabeiras ou no Anfiteatro da Unifap, a depender dos recursos recebidos para a execução do projeto.

4.6 Cronograma para implementação do projeto piloto

O projeto-piloto é uma fase de teste, que visa estabelecer os primeiros contatos com os interessados em fazer parte do projeto e observar os sucessos e falhas a fim de melhor adequar o planejamento. Para organizar melhor as atividades, o cronograma a seguir (Quadro 1) auxilia na visualização das etapas de implementação e desenvolvimento das atividades.

Quadro 1 – Cronograma do Projeto Ver para Ler

Atividade	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10
Seleção dos coordenadores	x									
Escolha da escola		x								
Seleção dos alunos		x								
Seleção dos livros			x						x	
Campanha de arrecadação			x						x	
Leitura do livro e discussão				x		x		x		
Preparação da produção teatral e apresentação					x		x		x	
Apresentação nas praças									x	
Apresentação no teatro/anfiteatro										x

Fonte: as autoras

5. Considerações finais

Estudos mostram que a leitura ainda não é um hábito consolidado em nosso país. A pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil” (2020) concluiu que 48% da população brasileira não lê e 31% nunca comprou um livro. A média de livros lidos pelos brasileiros é de 4,95 livros por ano.

Outro tema relevante é a capacidade que um indivíduo tem em entender o que está escrito. O analfabetismo funcional é um grave problema no país e que necessita ser priorizado nas políticas públicas.

Os hábitos praticados em casa são as maiores referências na vida de uma criança. Segundo o Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), as mães são apontadas como uma das pessoas que mais influenciam no gosto pela leitura por 41% dos entrevistados. Enquanto isso, os professores são lembrados por 36% e os pais são citados por 24% dos entrevistados (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2021).

A infância é um período propício para a criação de hábitos e, por isso, para que possamos ver uma geração de adultos leitores, é necessário que esse hábito seja incentivado desde a mais tenra idade, como forma também de tornar-se uma atividade prazerosa. Esse incentivo deve partir dos adultos mais próximos da criança, principalmente seus pais, que são a grande referência das crianças.

Dito isso, ainda por meios de pesquisas percebemos o quanto a falta de leitura corrobora para futuros adultos “analfabetos funcionais”. Pessoas que, mesmo sabendo ler e escrever, não possuem competência para interpretar textos, identificar ironia e fazer operações simples de matemática na vida cotidiana. Hoje, elas representam praticamente 30% da população entre 15 e 64 anos (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2021).

Por meio da educação podemos construir uma sociedade melhor. A literatura e o teatro juntos podem transformar as crianças de hoje em futuros cidadãos participativos, solidários, amorosos e empáticos. Portanto, o hábito da leitura deve começar desde cedo e, por ser um processo constante, deve ser estimulado em casa, na escola e por toda a vida.

Referências

AGENDA 2030. **Conheça a Agenda 2030**: conheça o plano de ação global para mudar o mundo até 2030. 2016. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/sobre/>. Acesso em: 11 fev. 2021

ARCOVERDE, Silmara Lídia Moraes. A importância do teatro na formação da criança. *In*: VIII EDUCERE - III CIAVE, 2008. **Anais** [...]. Curitiba: PUCPR, 2008. p. 600-609. Disponível em: www.educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/629_639.pdf. Acesso em: 8 fev. 2021.

AS PESSOAS QUE LEEM SABEM ESTAR SOZINHAS. Produção do site TAG Experiências literárias - Clube do Livro. São Paulo, 2020. Vídeo on-line (1:40 min.). Disponível em: www.clube.taglivros.com/conexao-tag/. Acesso em: 4 fev. 2021.

BIBLIOTECA PAQUE VILLA-LOBOS (BVL). **Quais são os países mais leitores do mundo?** São Paulo, 03 de jun. 2016. Disponível em: www.bvl.org.br/quais-sao-os-paises-mais-leitores-do-mundo/#prettyPhoto. Acesso em: 4 fev. 2021.

CALANGOS LEITORES. **O projeto**. 2021. Disponível em: <https://calangosleitores.com.br/projeto/>. Acesso em: 5 fev. 2021.

CALANGOS LEITORES. **Clube de leitura**. [s. d.]. Disponível em: <https://calangosleitores.com.br/clubes-de-leitura>. Acesso em: 5 fev. 2021.

CAVASSIN, Juliana. Perspectivas para o teatro na educação como conhecimento e prática pedagógica. **Revista Científica FAP**, Curitiba, v. 3, p. 39-52, jan./dez. 2008.

CAPUANO, Amanda. Nordeste é a região brasileira que mais lê, diz pesquisa. Liderada por João Pessoa, região tem cinco entre as dez capitais brasileiras com maior percentual de leitores. **Veja**, 13 nov. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/cultura/nordeste-e-a-regiao-brasileira-que-mais-le-diz-pesquisa/>. Acesso em: 5 fev. 2021

DAMASIO, Claudia. A criança e o teatro na escola. **Brasil Escola**. 2021. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/artes/a-crianca-teatro-na-escola.htm>. Acesso em: 5 fev. 2021.

FERREIRA, Paula. Brasil é o segundo país onde alunos passam mais tempo na internet nas horas vagas. Pisa mostra que estudantes brasileiros gastam mais de três horas por dia na rede. **O Globo**, 19 mai. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/brasil-o-segundo-pais-onde-alunos-passam-mais-tempo-na-internet-nas-horas-vagas-21227360>. Acesso em: 2 maio 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Brasil no Pisa 2018** [recurso eletrônico]. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. 185 p. Disponível em: www.download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/relatorio_brasil_no_pisa_2018.pdf. Acesso em: 8 fev. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA (IBOPE). Crianças brasileiras são as que ficam mais tempo conectadas à internet. **Biblioteca, Criança e Consumo**, 06 set. 2012. Disponível em: <https://criancaconsumo.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Crianças-brasileiras-são-as-que-ficam-mais-tempo-conectadas-a-internet.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2021.

IBOPE NIELSEN ONLINE. **Brasileiros com internet no smartphone**. Disponível em: <https://valoragregado.com/tag/nielsen-ibope/>. Acesso em: 8 jan. 2021.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **O indicador de analfabetismo funcional**. 2021. Disponível em: <http://www.ipm.org/inaf>. Acesso em: 8 fev. 2021.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura em bibliotecas escolares**. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2020a. Disponível em: <http://prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/07/apresentac%CC%A7a%CC%83oparapublicar2019.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2021.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil – Macapá - AP**. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2020b. Disponível em: <https://www.prolivro.org.br/edicao5-macapa-ap>. Acesso em: 7 jan. 2021.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil**. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2020c. Disponível em: <http://prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/07/apresentac%CC%A7a%CC%83oparapublicar2019.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2021.

MARTINS, Maria Flores.; BARREIROS, Ruth. **O teatro como estímulo na formação de leitores**. [s. d.]. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_maria_flores_siviero_martins.pdf. Acesso em: 6 fev. 2021.

MIRANDA, Juliana; ELIAS, Robson; FARIA, Rômulo; SILVA, Valquíria; FELICIO, Wanely. **Teatro e escola: funções, importâncias e práticas**, Revista Centro de Ensino Superior de Catalão (CEPPG), Santa Cruz, n. 20, p. 172-178, 2009. Disponível em: http://www.portalcatalao.com/painel_clientes/cesuc/painel/arquivos/upload/temp/a1129237b55edac1c4426c248a834be2.pdf. Acesso em: 7 jan. 2021.

NODARI, Regiane. A leitura no mundo atual: qual é o papel da escola? 2013. *In*: Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. **Cadernos PDE**, Curitiba, v. 1, 2013. Disponível em: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_utfpr_port_artigo_regiane_nodari.pdf. Acesso em: 8 fev. 2021

PANORAMA MOBILE TIME/OPINION BOX. **Crianças e smartphones no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://criancaeconsumo.org.br/wp-content/uploads/2019/10/panorama-criancas-celulares-out19.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2021.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUCRS). Hábito de leitura estimula o cérebro e promove benefícios para a saúde mental. **PUCRS – Cotidiano**, maio 2020. Disponível em: <https://www.pucrs.br/blog/habito-de-leitura-estimula-o-cerebro-e-promove-beneficios-para-a-saude-mental/>. Acesso em: 8 fev. 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEED). **Projeto de incentivo à leitura de escola do Amapá concorre na Milset Brasil**. 2019. Disponível em: <https://seed.portal.ap.gov.br/noticia/0507/projeto-de-incentivo-a-leitura-de-escola-do-amapa-concorre-na-milset-brasil>. Acesso em: 8 fev. 2021.

PRAÇA PET – PROJETO DE APOIO A CÃES EM SITUAÇÃO DE RUA

Elder Cesar Barbosa Costa

Letícia de Jesus Silva Dias

Marcus Vinícius Silva Valente.

Resumo

O presente trabalho tem como finalidade principal a fundamentação e elaboração de um projeto social voltado para cães abandonados na cidade de Macapá, Amapá. Considerando que a cidade não possui nenhuma estrutura que ofereça ou gere a proteção e bem-estar adequado a esses animais, torna-se necessário propor um espaço adequado que possa acolher, assistir e posteriormente promover a adoção. A partir de pesquisas em fontes científicas, foram coletadas informações necessárias para realizar este trabalho, dividido em quatro seções e a conclusão. Com esta proposta, espera-se promover suporte para os cães abandonados, além de criar meios de conscientização da população sobre o respeito à vida animal, buscando amenizar os problemas gerados pela superpopulação de animais em situação de rua. Entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável destaca-se neste artigo o ODS número 3, na qual explana a necessidade de atenção no âmbito da Saúde e Bem-estar da população e indica em um dos seus pontos o cuidado com as doenças transmissíveis ao homem, e o intuito deste artigo é dar atenção às zoonoses transmitidas pelos cães em situação de rua e a falta de políticas que incluem os direitos que esses animais devem possuir.

1. Relação homem e cão

Humanos e animais domésticos estabeleceram fortes vínculos nos primórdios, tendo início na pré-história, marco inicial em que ocorreu o estabelecimento de vínculos afetivos que afetou duas espécies diferentes no processo de evolução, fato que refletiu significativamente no processo de domesticação dos cães.

Segundo Harari (2017), o cão foi o primeiro animal a ser domesticado pelo homem; isso ocorreu antes da chamada Revolução Agrícola, há cerca de 10.000 anos. Os cães eram então usados para a caça e luta, sendo também utilizados como um sistema de alarme contra outros animais e humanos invasores.

A humanidade seguiu evoluindo e mantendo viva essa relação com os animais, especificamente, com o estreitamento dos vínculos entre o ser humano e os animais domésticos. Ao longo da história, as pessoas passaram a adotar esses animais para seu convívio familiar, com diversos motivos para essa prática.

Fuchs (1988) afirma que as razões pelas quais as pessoas adotam animais de estimação são diversas, destacando-se como as principais: a companhia, a distração, a proteção, a necessidade de ter elementos vivos dentro das residências, a necessidade de carinho e de proporcionar relações afetivas entre crianças e animais (FUCHS, 1988 *apud* VIEIRA, 2017). Logo, observa-se que o ser humano buscou criar fortes relações de fidelidade, amizade e companheirismo com os animais domésticos.

Com a domesticação, os cães passam a ter uma relação mais próxima com os seres humanos, sendo considerados, inclusive, como membros da família. Dessa forma, a referida mudança de comportamento implica maior responsabilidade do ser humano com relação aos animais, que passam cada vez mais a depender dos humanos para cuidados fisiológicos e afetivos.

No que diz respeito aos benefícios à saúde dos seres humanos proporcionados pelo convívio com um animal doméstico, destaca-se que os bichos diminuem o estresse, a frequência cardíaca e o colesterol, além de combater a depressão e o isolamento, auxiliando nas relações sociais humanas. Segundo a Agência de Notícias de Direitos Animais (Anda) (2019), as crianças que têm animais de estimação desenvolvem mais empatia por outras pessoas e compreendem melhor os sentimentos. A própria ciência possui estudos que comprovam vários aspectos positivos na convivência entre as pessoas e animais domésticos:

Pesquisadores relatam a melhora psicológica e emocional do convívio entre homem e animal de estimação, destacando que a maioria dos proprietários de cães e gatos afirmou que a qualidade de vida melhorou após a introdução desses animais no ambiente familiar, sendo observada também, uma diminuição de tensões entre os membros da família,

umentando a compaixão, inclusive no convívio social.
(BARKER, 1998 *apud* ALMEIDA *et al.*, 2010, p. 4).

2. Direito dos animais

O direito dos animais ou movimento em defesa desses direitos ganha cada vez mais espaço na atual sociedade em que vivemos, tendo em vista a proteção desses seres vivos como forma de proteger não apenas o meio ambiente, o ecossistema e evitar a extinção de seres de diversas espécies, mas também seus direitos fundamentais, como a vida, liberdade e respeito, reprimindo atos de violência, crueldade e maus-tratos.

No contexto brasileiro, de acordo com números levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2013 e atualizados pela Inteligência Comercial do Instituto Pet Brasil (2019), os números apontam que, em 2018, foram contabilizados no país um total de 54,2 milhões de cães.

No Brasil, o abandono de animais é considerado uma das principais formas de agressão, sendo classificado como um crime de maus-tratos, que tem como pena até 12 meses de prisão, podendo ser aumentada em caso de morte do animal, como previsto na Lei Federal n.º 9.605/98, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais) e no Decreto n.º 6.514, de 22 de julho de 2008, que trata das Infrações Administrativas Ambientais e traz, em seu art. 29, uma sanção administrativa com pagamento de multas que variam de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais) em casos de prática de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos (BRASIL, 2008).

Mais recentemente, tivemos o projeto de Lei n.º 1.095/19, criado pelo deputado federal Fred Costa e sancionado pelo então presidente Jair Messias Bolsonaro, no dia 29 de setembro de 2020, em que a pena para os crimes de maus-tratos a cães e gatos foi aumentada e também modificada para reclusão de dois a cinco anos, multa e proibição de o agressor ser tutor de animais. Anteriormente, a pena era de detenção de três meses a um ano de reclusão mais multa (SOARES, 2020).

Em síntese, percebe-se o avanço de políticas públicas de amparo à vida animal com o passar do tempo, mas que, para serem efetivas, precisam ser colocadas em prática por meio de fiscalizações e cumprimento da lei. Atualmente, quem cumpre um importante papel no que diz respeito ao amparo e proteção de animais em situação de maus-tratos e abandono são

as Organizações Não Governamentais (ONGs), que funcionam mediante trabalho voluntário e doações de pessoas e empresas que acreditam na causa. Em Macapá, podemos citar como exemplo as ONGs Anjos Protetores, SalvAção, e AMAR, que sobrevivem com trabalho voluntário e doações.

3. Zoonoses em cães transmissíveis ao homem

Com a necessidade do contato entre as populações humanas com os seus animais domésticos, tendo em vista os inúmeros benefícios que essa interação traz, foi introduzido um risco a mais para a saúde pública da sociedade, em que a falta de higiene facilita a disseminação de zoonoses.

Etimologicamente, a palavra zoonose poder ser traduzida como “doença animal”, sendo a definição estabelecida pelo comitê da Organização Mundial de Saúde muito mais abrangente: “Doenças ou infecções naturalmente transmissíveis entre animais vertebrados e seres humanos” (VAS-CONCELLOS, 2013, p.1). As zoonoses de relevância para a saúde pública são aquelas de risco iminente de transmissão para a população humana, que apresenta impacto na saúde coletiva, considerando a população exposta, a espécie animal envolvida e a área afetada (SILVA *et al.*, 2017).

Diversos tipos de zoonoses podem ser transmitidos para seres humanos, mas agentes infecciosos como bactérias, fungos, vírus e parasitas também são muito perigosos para a saúde das pessoas, e em países como o Brasil não é dada a devida importância em controlar essas enfermidades pelo poder público (GRANT; OLSEN, 1999 *apud* NUNES, 2011).

O contato entre os animais e seus tutores se caracteriza de forma que eles não são mais vistos como algo material, mas como um membro da família que merece atenção e carinho, diminuindo ainda mais a distância entre tutor e animal, o que acarreta maior necessidade de alertar a população sobre a questão dessas doenças para que não se tornem um problema de saúde pública, já que os espaços públicos são os lugares mais visados para se levar os cachorros para passear (BECKER, 2015).

Geralmente, a população desconhece ou conhece parcialmente os riscos que esses animais podem oferecer como potenciais transmissores de zoonoses. Dentre as mais frequentemente transmitidas por cães podemos destacar a raiva, a leishmaniose, a toxoplasmose e as verminoses, que podem ser transmitidas tanto pelo contato direto com esses animais como pelo contato com secreções ou excreções que contaminam o ambiente, o solo

e a água utilizada para consumo humano (OLIVEIRA-NETO *et al.*, 2018). Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), existem mais de 200 doenças transmissíveis que podem enquadrar-se na definição de zoonoses (VASCONCELLOS, 2013, p.4).

3.1 Prevenção e controle de zoonoses

A questão da prevenção se caracteriza principalmente por três elementos que podem ser introduzidos de forma temporária ou permanente por meio de ações, atividades e estratégias de educação em saúde e bem-estar e vacinação ambiental, evidenciados no manual de vigilância e prevenção de zoonoses do Ministério da Saúde (2016).

Na esfera do controle há, primeiramente, a necessidade de constatar a situação real do risco de transmissão de zoonose ou a introdução de zoonose(s) de relevância para a saúde pública na região, e iniciar o plano de controle “por meio de medidas cabíveis e viáveis a serem aplicadas direta e indiretamente sobre a população animal alvo, a fim de interromper os ciclos de transmissão” das doenças (BRASIL, 2016, p. 10).

No âmbito da educação em saúde destaca-se o desenvolvimento de atividades de educação em saúde na comunidade como um todo, visando à prevenção de zoonoses, priorizando as localidades mais vulneráveis e atuando em escolas e outros locais em que se possa atingir o público-alvo (BRASIL, 2016).

Sobre a vacinação animal, o manual de vigilância recomenda a realização da vacinação antirrábica de cães, de acordo com a recomendação de cada região, “conforme o contexto epidemiológico da raiva na área local e com o preconizado no Programa Nacional de Vigilância e Controle da Raiva do Ministério da Saúde” (BRASIL, 2016, p. 10).

Constatou-se que a cidade de Macapá não possui um centro de zoonoses e, apesar de existir um canil municipal, está desativado, afetando diretamente a falta de informações, como um levantamento de animais que se encontram nessas circunstâncias, assim como nenhum local que possa acolher e dar assistência aos animais atropelados, doentes, agressivos ou suspeitos de violência doméstica, que podem ser facilmente encontrados pela cidade.

Buscando suavizar essa situação, a Prefeitura em contrapartida com uma emenda parlamentar, adquiriu duas unidades de “castramóvel”.

Segundo a Prefeitura Municipal de Macapá (2020), os veículos foram equipados e contam com profissionais que realizam a castração de cães e gatos de forma itinerante nos bairros.

4. O projeto

A proposta apresentada sugere a implantação de projeto-piloto na praça do Bairro Alvorada, que busque o acolhimento e a interação saudável das pessoas com os animais abandonados que vivem no bairro, por meio de campanhas de vacinação e de doação, tendo como consequência uma proteção maior ao bem-estar psicológico da população residente no local, amparo a animais que vivem em situação de rua, diminuição dos índices de zoonoses na cidade e aproveitamento de espaços seguros, confortáveis e lúdicos.

O propósito é a criação de espaços de convívio estruturados com mobiliários projetados na escala dos cães a partir de materiais sustentáveis, como pallets reutilizados de supermercados, madeira reutilizada para a montagem das estruturas, utilização de canos servindo como comedouros (Figura 1), uso de pneus e outros, ou seja, pretende-se ter como principal diretriz o reaproveitamento de materiais de fácil acesso para a implementação do projeto.

Figura 1 – Cão comendo em comedouro de cano reutilizado



Fonte: Fabiana Figueiredo/G1 (2017)

Pretende-se, também, criar espaços separados para a implementação dos cronogramas de eventos baseados na prevenção das zoonoses, como os de vacinação, e de eventos focados no convívio e socialização dos cães com a população, como as feiras de adoção e palestras de conscientização para que não ocorra a possibilidade de contaminação e transmissão de doenças para os animais já saudáveis.

4.1 Proposta de mobiliário para pet

Para uma praça destinada ao lazer canino propõem-se mobiliários destinados a promover a interação entre pessoas e cães; exemplos: túneis, passarelas, obstáculos com estacas e pneus, rampas, varas para saltos e gangorras, possibilitando aos cães encontrar diversão e relaxamento por meio dessas atividades.

Figura 2 – Mobiliários destinados a cães



Fonte: Catraca Livre (2015)

4.2 Proposta para feira de adoção, conscientização contra maus-tratos aos animais e eventos beneficentes

Cria-se a possibilidade da realização de feiras de adoção, palestras de conscientização e eventos beneficentes com o intuito de ajudar os cães abandonados e enfermos. Esses eventos funcionariam com apoio da Prefeitura Local e de população voluntária, podendo receber patrocínio de lojas como pet shops, por exemplo.

Na questão dos voluntários, seriam pessoas de confiança e já tenham alguma experiência com animais ou eventos semelhantes, pois, dessa forma, já saberiam como cuidar dos pets ou ajudar a orientar os visitantes. No âmbito dos recursos básicos para a realização dos eventos, é necessário providenciar caixas e cercados, mantendo os animais seguros e evitando fugas; água e ração calculados para o período do evento; limpeza do local e dos animais que serão apresentados; disponibilidade de pelo menos um veterinário para auxiliar na procura de cães; além de mesas e cadeiras suficientes para o descanso dos visitantes e dos voluntários.

As providências básicas incluiriam:

1. Local: espaço livre adequado, como estacionamento, escolas com área aberta, praças públicas, de preferência com local coberto e sombreado; caso contrário, seria necessário providenciar tendas ou lonas.
2. Documentação: verificar a necessidade de alvarás ou documentos necessários para o evento.
3. Mesas e cadeiras: mobiliário para que voluntários e visitantes possam descansar.
4. Som e microfone: para chamar a atenção do público e direcionar o evento.
5. Água e ração: para manter os animais hidratados e alimentados.
6. Termo de adoção: opções de documentos podem ser encontradas na internet ou fornecidas por ONGs que já possuem modelo, para que possa ser validada a responsabilidade de quem escolher adotar.

7. Saquinhos de recolher dejetos: importante para manter o local limpo.
8. Voluntários e ONGs interessadas: selecionar pessoas/instituições que sejam de confiança e já tenham alguma experiência com animais ou eventos semelhantes para participarem da organização e andamento do projeto. Dessa forma, eles já saberiam como cuidar dos pets ou ajudar a orientar os visitantes.
9. Dados dos animais: idade, características, procedência, se está vermifugado ou não, para serem informados aos interessados na adoção.

5. conclusão

Por meio de pesquisas e estudos realizados no presente estudo constatamos a necessidade e a importância de espaços de acolhimento para animais, onde possam ser tratados com o devido carinho e respeito. Atualmente, os abrigos voltados para cães abandonados e vítimas de maus-tratos ainda são poucos e não possuem estrutura para abrigar muitos animais.

As pessoas ainda não dedicam a atenção que os animais necessitam e muitos, eventualmente, acabam fugindo ou são abandonados e passam a viver nas ruas; conseqüentemente, estão propícios a correrem riscos de morte, tornarem-se vetores de proliferação de doenças, natalidade descontrolada, entre outros fatores que afetam diretamente o bem-estar desses animais e da população.

O Projeto Praça Pet – Projeto de Apoio a Cães em Situação de Rua pretende propor um espaço voltado para acolher, assistir e encaminhar os animais a lares adequados; instruir os novos tutores sobre a posse responsável e providenciar mobiliários que promovam a interação público x animal.

Além de amenizar a situação desses cães em situação de abandono, a criação desse espaço é uma necessidade local, com o qual se estimularia moradores, órgãos públicos e privados sobre a importância e a conscientização da causa animal.

Referências

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE DIREITOS ANIMAIS (ANDA). Brasil tem 30 milhões de animais abandonados. Disponível em: <https://anda.jusbrasil.com.br/noticias/100681698/brasil-tem-30-milhoes-de-animais-abandonados>. Acesso em: 18 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses:** normas técnicas e operacionais. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_vigilancia_prevencao_controle_zoonoses.pdf. Acesso em: 3 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto n.º 6.514, de 22 de julho de 2008.** Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6514.htm. Acesso em: 3 abr. 2020.

BECKER, Giuvana. **Zoonoses transmitidas ao homem por animais de companhia – cães e gatos – e seus impactos na saúde pública.** 2015. 67 f. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental em Municípios) – UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2015. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/6273/1/MD_GAMUNI_VI_2014_39.pdf. Acesso em: 3 abr. 2020.

CAFÉ COM NOTÍCIA. **Prefeitura de Macapá entrega duas unidades do castramóvel; os equipamentos vão ajudar no trabalho das ONGs de proteção animal do estado.** 2020. Disponível em: <https://cafecomnoticia.com.br/prefeitura-de-macapa-entrega-duas-unidades-do-castramovel-os-equipamentos-vao-ajudar-no-trabalho-das-ongs-de-protecao-animal-do-estado/>. Acesso em: 3 abr. 2020.

CATRACA LIVRE (ed.). **Conheça o Espaço 4 Patas, um parque exclusivo para cachorros.** 2015. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/conheca-o-espaco-4-patas-um-parque-exclusivo-para-cachorros/>. Acesso em: 20 dez. 2020.

FIGUEIREDO, Fabiana. **Comedouros públicos para animais de rua são instalados em Macapá.** 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2017/03/comedouros-publicos-para-animais-de-rua-sao-instalados-em-macap.html>. Acesso em: 23 dez. 2020.

HARARI, Yuval. **Sapiens** – Uma breve história da humanidade. Porto Alegre: L&PM Editores S.A., 2017.

INSTITUTO PET BRASIL. **Censo Pet**: 139,3 milhões de animais de estimação no Brasil. Sudeste concentra 50%. 2019. Disponível em: <http://institutopetbrasil.com/imprensa/censo-pet-1393-milhoes-de-animais-de-estimacao-no-brasil/#:~:text=De%20acordo%20com%20n%C3%BAmeros%20levantados,de%20r%C3%A9p- teis%20e%20pequenos%20mam%C3%ADferos>. Acesso em: 23 dez. 2020.

NUNES, Juliana. **Contribuição para o estudo da diminuição de populações de cães e gatos do município de Jaboticabal, São Paulo**. 2011. 105 f. Tese (Mestrado em Medicina Veterinária Preventiva) – Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Unesp - Universidade Estadual Paulista, Jaboticabal, 2011. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/94649/nunes_jor_me_jabo.pdf?sequence=1. Acesso em: 28 de fev. 2021.

GEFFRAY, Loik. Infections transmises par les animaux de compagnie. **Rev. Méd. Interne.**, v. 20, p. 888-901, 1999.

GEFFRAY, Loik; PARIS, C. Risques infectieux des animaux de compagnie. **Méd. Mal. Infect.**, v. 31, suplemento 2, p. 126-142, 2001, suppl.

LANGONI, Helio; TRONCARELI, Marcela Zompoli; RODRIGUES, Eliana Curvelo; NUNES, Hélio Rubens Carvalho; LUCHEIS, Simone Baldini; VICTORIA, Cassiano; BARROS, Caio Nunes de.; SUMAN, Glaucia. Inquérito sobre o conhecimento de zoonoses relacionadas a cães e gatos em Botucatu - SP. **Veterinária e Zootecnia**, v.1, p. 297-305, 2014.

LANGONI, Hélio. Zoonoses and human beings. **J. Venom. Anim. Toxins Incl. Trop. Dis.**, v. 10, n. 2, p. 111, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/jvatitd/v10n2/v10n2a01.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2021.

OLIVEIRA-NETO, Ricardo; SOUZA, Vanessa; CARVALHO, Paula; FRIAS, Danila. **Nível de conhecimento de tutores de cães e gatos sobre zoonoses**. São Paulo: Scielo Saúde Pública, 2018. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/rsap/2018.v20n2/198-203/>. Acesso em: 28 fev. 2021.

SILVA, Amanda.; BRANDESPIM, Daniel; JÚNIOR, José Wilton. **Manual de controle das zoonoses e agravos para agentes comunitários de saúde e agentes de controle de endemias**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco; Departamento de Medicina Voluntária. 2017. Disponível em: https://crmvpb.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Manual_zoonoses_web.pdf. Acesso em: 3 fev. 2021.

SOARES, Ingrid. Em solenidade, Bolsonaro sanciona Lei Sansão que aumenta pena para maus tratos a cães e gatos. Com a nova lei, quando se tratar de cão ou gato, a pena será de dois a cinco anos de prisão, multa e proibição da guarda. **Correio Brasiliense**, 29 set. 2020. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/politica/2020/09/4878740-em-solenidade-bolsonaro-sanciona-lei-que-aumenta-pena-para-maus-tratos-a-caes-e-gatos.html>. Acesso em: 03 fev. 2021.

VASCONCELLOS, Silvio. A. **Zoonoses: conceito**. São Paulo, 2013. Disponível em: http://www.praia grande.sp.gov.br/arquivos/cursos_sesap2/zoonoses%20conceito.pdf. Acesso em: 1 fev. 2021.

VELHO, Sirley. V. **Quem tem medo de zoonose?** Primeira Parte. 2010. Disponível em: <http://skonbull.blogspot.com.br/2010/10/as-zoonose-primeira-parte.html>. Acesso em: 1 fev. 2021.

VIEIRA, Olga. **Anteprojeto de abrigo para animais domésticos abandonados**. 2017. 91 f. Trabalho final de curso (Curso de Arquitetura e Urbanismo) – UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/5008/1/AbrigoAnimais_Vieira_2017.pdf. Acesso em: 1 fev. 2021.

GERGER, Alida. A. C. **Cães e pacientes imunocomprometidos** – Anuários cães. 2010. Disponível em: <http://caocidadao.com.br/midia/caes-e-pacientes-imunocomprometidos/>. Acesso em: 1 fev. 2021.

PROJETO CAUPE: FURGÃO SOCIAL COM CURSOS PROFISSIONALIZANTES PARA SALÃO DE BELEZA

Adriana Souza da Costa
Laura Pollyanna Rodrigues Inajosa
Matheus Cleber Melo Garcia

Resumo

Tendo o nome “Caupe” inspirado na deusa da beleza na mitologia tupi-guarani, a iniciativa traz a ideia de busca da beleza, tanto exterior quanto interior, por meio da oferta de oportunidades às mulheres que necessitam e se encontram em vulnerabilidade social. Nesse sentido, o que está sendo proposto é um projeto que se realizará por meio de uma unidade móvel, com o objetivo de transportar independência pessoal e financeira a partir da estética, de acordo com o Objetivo 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, ofertando cursos profissionalizantes na área do mercado da beleza e serviços estéticos para mulheres de baixa renda em diversas áreas periféricas da cidade de Macapá-AP.

1. Relações de poder e gênero

As relações de poder ocorrem por meio de paradoxos estruturais nas esferas socioeconômica, política e cultural entre os sexos. Nesse contexto, as diferenças biológicas entre homens e mulheres são colocadas como agente motor de dessemelhança social e marginalização, em que a figura feminina sofre com as sequelas da heteronomia.

A partir disso é importante reconhecer a vastidão sobre as questões de gênero, entender onde existem, como se manifestam e por que acontecem. As políticas públicas precisam se voltar para compreender o que é ser mulher na sociedade, considerar todo o processo histórico que ocasionou e ainda ocasiona a desigualdade de gênero e como isso continua influenciando os estereótipos de como deve ser o papel feminino na coletividade e, por meio dessas políticas, mudar e fortalecer o papel social da mulher.

Com o patriarcado fortalecendo uma ideia antiquada desse papel é preciso desenvolver, por meio desses entendimentos, ações que visam alcançar a autonomia e a emancipação das mulheres, em especial as que se encontram em situações sociais de risco.

A construção da igualdade de gênero e a perspectiva inclusiva de gênero pressupõe a existência de estatísticas que sejam capazes de mensurar a situação das mulheres e homens na sociedade brasileira. Os desafios são enormes, dado que a produção de estatísticas de gênero ainda se concentra predominantemente nas áreas tradicionais como trabalho, saúde e educação e a maioria dos países produz regularmente informações por sexo. Entretanto, são poucos aqueles países que produzem estatísticas sobre temas emergentes como violência contra as mulheres. (SABÓIA, *s/d apud* TORARSKI, 2017, p. 15).

Portanto, as políticas públicas para mulheres precisam apresentar e reforçar a sua conscientização como indivíduos que merecem respeito nos lugares que ocupam e almejam ocupar dentro da sociedade, como também reivindicar seus direitos civis e sociais. Essa autoconscientização é de suma importância para estimular a atuação dos movimentos feministas, a fim de propor resoluções críticas de enfrentamento da opressão e desvalorização da mulher perante o mundo.

É necessário debater o assunto da feminilização da pobreza para propor práticas de combate ao desemprego, à fome e às desigualdades sociais causadas por essas hierarquias de poder que dificultam ainda mais o processo das mulheres em alcançar bens sociais e qualidade de vida.

O sexo feminino vivenciou e ainda lida com as consequências de um percurso histórico-sociocultural de desabono no desenvolvimento da educação, em que lhe foi negado o acesso ao entendimento do mundo e das questões que o cercam, visto que a educação é vista como poder e esse poder não poderia lhe ser dado.

2. Inserção da mulher no mercado de trabalho

Tem-se como notoriedade da integração da mulher no mercado de trabalho o período da Revolução Industrial no século XVIII, no qual as indústrias se consolidaram gradativamente. Posto isso, a figura feminina foi induzida a arrostar o trabalho industrial, dado que o salário dos homens

(vistos como chefes de família e provedores) foi reduzido e não asseguraria o sustento de suas famílias. Conseqüentemente, iniciou-se o trabalho feminino nas fábricas; no entanto, as condições de trabalho eram ainda mais desumanas e exaustivas visto que não atendiam aos direitos básicos de trabalho para o sexo feminino (BOTTINI; BATISTA, 2013).

As políticas públicas de inserção da mulher no mercado de trabalho precisam garantir direitos trabalhistas que atendam às necessidades do gênero feminino, além de defender uma remuneração salarial igualitária entre homens e mulheres.

Ainda que a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro esteja aumentando, também está marcada pelas menores taxas de inserção do sexo feminino, pela marginalização ocupacional e grande diferença salarial em relação aos homens. Segundo o (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em setembro de 2020, a taxa de desemprego feminino chegou a 16,9%, enquanto a taxa entre homens foi de 11,8%, o que indica uma aceleração na desocupação entre mulheres quando comparada ao mês anterior, em que a taxa feminina era de 16,2% e a masculina era de 11,7% (IBGE, 2020).

No estado do Amapá a situação é ainda mais alarmante, dado que a taxa de desemprego era a segunda maior do país no 1º trimestre de 2020; outrossim, os dados evidenciam que o número de mulheres desempregadas era maior que de homens (G1, 2020).

Como mostram pesquisas recentes, as desigualdades de gênero se manifestam evidentemente nos índices do mercado de trabalho. Em 2019, no 1º trimestre, dados mostram que as mulheres eram maioria na população em idade de trabalhar no Brasil (52,4%). Todavia, os homens predominavam entre as pessoas ocupadas no país (56,3%) e em todas as regiões, principalmente na região Norte (60,6%). No 1º trimestre, a taxa de desocupação no Brasil foi de 12,7%, com diferenças significativas entre mulheres (14,9%) e homens (10,9%). Tal desempenho foi analisado nas cinco regiões. Ademais, as mulheres também permaneceram como a maior parte da população afastada da força de trabalho, tanto no país (64,6%) quanto em todas as regiões (PNAD, 2019).

De acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) 2019, os homens representam 56% dos vínculos empregatícios, enquanto as mulheres representam 44%. Assim como, do ponto de vista de gênero, a retração do rendimento médio afetou, principalmente, a remuneração

neração dos homens (-1,65%, -R\$ 56,30). Contudo, cumpre ressaltar que a remuneração das mulheres (-0,71%, -R\$ 20,88) era 13,58% menor, sendo, portanto, inferior à dos homens, com uma diferença de R\$ 456,42 (RAIS, 2019). A remuneração mediana em dezembro de 2019 foi de R\$ 1.762,01. Em relação ao sexo, ressalta-se que a remuneração mediana das mulheres foi 11,63% menor que a dos homens (R\$ 1.642,95, remuneração mediana das mulheres, e R\$ 1.859,18, a dos homens). Em números absolutos, essa diferença é de R\$ 216,23 (BRASIL, 2020).

Igualmente, até o momento, o índice de atuação das mulheres com menos escolaridade e mais pobres é bastante inferior ao índice das mulheres com maior escolaridade e condições financeiras. De acordo com uma pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2018, mulheres de baixa escolaridade estão no perfil de pessoas que mais desistem de procurar emprego. Isso, portanto, ressalta a dificuldade a mais que a condição social exerce sobre as mulheres pobres no mundo do trabalho (IPEA, 2018).

Em 2013, a diferença de empregos por setor no Amapá entre o sexo masculino e o sexo feminino era de mais de 12,8%, sendo 56,4% ocupada pelos homens e 43,6% pelas mulheres (RAIS, 2013). Já em 2019, a diferença entre o sexo masculino e o sexo feminino era de mais de 5,8%, sendo 52,9% de empregos por setor ocupados pelos homens e 47,1% pelas mulheres (BRASIL, 2019). Desse modo, pode-se observar que houve uma diminuição bastante significativa (7%) nas ocupações empregatícias de 2013 a 2019 entre os sexos e um crescimento da figura feminina de 3,5%.

Fica evidente, portanto, que há uma série de fatores obstaculizando a inserção do sexo feminino no mercado de trabalho e na obtenção de sua autonomia financeira. Resultado do patriarcado, que impõe à mulher o seu papel social e cria barreiras cada vez maiores para a tão aspirada equidade de gênero. Nesse sentido, a negligência, sobretudo em relação às mulheres pobres, é causada por meio da negação da autonomia social, cultural e econômica, uma vez que raramente se faz presente a oferta de oportunidades.

Assim, analisar sistematicamente os dados referentes ao gênero feminino na inserção no mercado de trabalho, bem como o perfil histórico e sociocultural, é de suma importância para a elaboração de políticas públicas, em particular, as de inserção social, políticas de emprego e diminuição da miséria, voltadas para a mudança dessa realidade.

2.1 A vulnerabilidade da mulher no sistema capitalista

O que o patriarcado vestiu como essência desde sua lógica de dominação – a conquista, a luta, a submissão pela força – hoje se modernizou em uma masculinidade neoliberal e globalizada que controla, vigia e sanciona, como sempre (PISANO, 2017). Diante disso, observa-se como a força de trabalho remunerado, a acumulação primitiva de capital e o ostracismo das mulheres foram substanciais para a efetivação da distribuição desigual de poder.

Mesmo no contexto atual, a mulher continua sofrendo com os macroprocessos da reprodução da população e das operações econômicas mundiais que ratificam as violências da pobreza em níveis globais a que são submetidas, na medida em que foram ensinadas por séculos a exercerem ofícios domésticos, tornando-as candidatas em desvantagem no mercado de trabalho.

Quando são consideradas as tarefas domésticas, “as mulheres de todo mundo acabam trabalhando o dobro de horas dos homens”. As mulheres trabalham mais, sejam elas orientais, sejam ocidentais; sejam elas donas-de-casa, tenham elas empregos remunerados. (WOLF, 1992, p. 29, grifo do autor).

Por mais que essa ideia de superioridade masculina não passe de um mito, a cultura misógina está agudamente vinculada no inconsciente coletivo que, conseqüentemente, consegue se repositonar independentemente do tempo em que se encontra, criando, ao seu modo, novas formas de poder e de aperfeiçoar suas estruturas de opressão. Em vista disso, perceber que a vulnerabilidade social da mulher no sistema capitalista consolida ideias de como a dinâmica de domínio, na qual têm sido sujeitadas desde os primórdios sociais, é necessária para abranger a mulher como sujeito de luta, resistência e, sobretudo, assimilar que ser mulher é um ato político e ocupar espaços sociais que lhes são negados historicamente é uma alternativa de confrontar esse sistema.

2.2 A imagem pessoal como influência da autoestima e da autovalorização

Um dos principais destaques do projeto está na tentativa de resgatar a autoestima em relação à aparência de pessoas cujo acesso a serviços relacionados a estética é limitado ou até mesmo inexistente. O conceito de autoestima tem sido estudado em ligação direta com a saúde mental,

uma vez que interfere nas condições afetivas, sociais e psicológicas dos indivíduos. Quando equilibradas, essas condições podem fazer com que o indivíduo desenvolva metas e potencialidades. Coopersmith (1967, p. 4-5) define a autoestima como:

[...] a avaliação que o indivíduo faz, e que habitualmente mantém, em relação a si mesmo. Expressa uma atitude de aprovação ou desaprovação e indica o grau em que o indivíduo se considera capaz, importante e valioso. Em suma, a autoestima é um juízo de valor que se expressa mediante as atitudes que o indivíduo mantém em face de si mesmo. É uma experiência subjetiva que o indivíduo expõe aos outros por relatos verbais e expressões públicas de comportamentos.

Nesse contexto, portanto, pode-se inferir que a autoimagem está inserida dentro do conjunto de atitudes que cada pessoa tem sobre si, sendo ela, portanto, a perspectiva do indivíduo sobre ele mesmo, a forma de ele se enxergar e o conhecimento que tem sobre si (*self*) (ERTHAL, 1989); é, portanto, fundamental para a expressão do seu “eu” por meio de sua aparência.

Posto que toda mudança exterior provoca reações e mudanças internas (HALLAWELL, 2009), o cuidado com a estética é necessário na busca por saúde e, consequentemente, qualidade de vida. Ademais, quando visto pelo aspecto de gênero, a mulher sofre imensamente com a pressão estética imposta pela sociedade, uma vez que lhe são negados emprego e oportunidades se não estiver devidamente adequada aos padrões exigidos de beleza, sendo que a busca para atingir tais padrões pode desencadear inúmeros problemas de saúde, como depressão e transtornos alimentares.

É relevante salientar que se sentir bem em relação à aparência e à imagem corporal pode trazer significativos resultados na promoção da saúde, considerando o conceito da palavra de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), que a define como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas como a ausência de doença” (SAÚDE BRASIL, 2020, s/p), ou seja, o indivíduo ter uma boa autoimagem é determinante ao externalizar sua identidade por intermédio da sua imagem, visto que isso desencadeia um acréscimo no valor pessoal, na autoconfiança e na autoestima, provocando, dessa forma, várias ações positivas em diferentes perspectivas de sua vida, pois uma melhor aceitação da própria imagem permite que o ser humano tenha relações interpessoais de melhor qualidade (FLORIANI *et al.*, 2010, p. 3-4).

3. Proposta de oportunidades no mercado de trabalho para mulheres

Figura 1 – Furgão do Projeto Caupe



Fonte: os autores

O Projeto Caupe (lê-se Caupé – nome da deusa da beleza na mitologia tupi-guarani) sugere um conjunto de políticas públicas voltadas para o processo de inclusão social, independência financeira e valorização da autoestima da mulher. O projeto é uma iniciativa desenvolvida por estudantes da disciplina Gestão e Políticas Públicas do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá (Unifap) e consiste em uma unidade móvel que visa ofertar cursos profissionalizantes na área do mercado de beleza para mulheres de baixa renda em diversas regiões periféricas da cidade de Macapá - AP, bem como realizar ações sociais nessas comunidades, possibilitando que outras pessoas possam ter acesso a alguns serviços estéticos por um valor acessível ou até mesmo de forma gratuita. Alguns dos cursos e serviços realizados seriam corte de cabelo, penteados, coloração, manicure e pedicure, maquiagem e cuidados com todos os tipos de cabelo.

A intenção é oportunizar uma formação profissional, logo, maiores oportunidades no mercado de trabalho, independência financeira, melhoria

na qualidade de vida, valorização e autonomia dessas mulheres, sendo, então, relacionado com o objetivo 8 (Trabalho decente e crescimento econômico) dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente o ponto 8.3:

Promover políticas orientadas para o desenvolvimento, que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros. (AGENDA 2030, 2021, s/p).

A ideia do salão de beleza em uma unidade móvel partiu da necessidade de fazer com que mais mulheres tenham acesso ao projeto, o que é possibilitado pela mobilidade, diferentemente do que seria caso fosse fixado em apenas uma comunidade específica. O furgão em que o salão de beleza seria instalado locomover-se-ia por toda a região urbana de Macapá, seus interiores e outros municípios próximos dentro do estado, levando, inicialmente, profissionais da área de estética, que ministrariam os cursos, e, posteriormente, algumas das mulheres formadas pelo projeto para a realização das ações sociais. Todos os profissionais envolvidos, incluindo o motorista do furgão, seriam selecionados por meio de contrato administrativo.

Figura 2 – Projeto Caupe



Fonte: os autores

A agenda do furgão funcionaria da seguinte maneira: ficaria estacionado em uma comunidade, realizando os cursos durante um mês. Após isso, seguiria para outro local, onde também passaria um mês e, assim, sucessivamente. Durante as quatro semanas em que o furgão estaria em determinado lugar, os cursos seriam realizados de segunda a sexta, no período de quatro horas diárias. O restante do horário comercial seria reservado para as ações sociais do salão de beleza.

A matrícula das participantes seria realizada na semana anterior à ida do furgão à comunidade por secretárias também contratadas especificamente para essa função, além de garantir o espaço em que a unidade móvel ficaria, como escolas, praças ou centros comunitários. No período de um ano, o Projeto Caupe atenderia 12 comunidades macapaenses diferentes.

Para a realização do projeto seria preciso o apoio de autoridades do primeiro setor, que pudessem adquirir o furgão e garantir sua manutenção e combustível, além de contratar os profissionais que ministrariam os cursos e, posteriormente, algumas das mulheres formadas, adquirir os equipamentos que um salão de beleza necessita, como cadeira de cortar cabelo, cadeira de lavar cabelo, escovas, maquiagens etc.

O lucro dos serviços realizados seria destinado à compra de novos materiais básicos, como tinturas, esmaltes, entre outros. Por isso, seria essencial também o auxílio de patrocinadores, especialmente de empresas da área de estética, que pudessem fazer doações ou descontos especiais para a compra de materiais destinados ao salão de beleza móvel.

A proposta do Projeto Caupe: Furgão Social com Cursos Profissionalizantes para Salão de Beleza é ajudar a reescrever a história de inúmeras mulheres em situação de vulnerabilidade social, política e econômica, como também, por meio da educação e orientação, mostrar que é possível construir um mundo menos desigual e mais inclusivo.

4. Considerações finais

Até algumas décadas atrás a mulher era ensinada de que seu dever era servir integralmente à família, ao marido, ao lar, e o homem era visto como provedor, aquele que deveria estar no mundo externo, no ambiente de trabalho. Nessa perspectiva, os estudos sobre gênero mostram como o patriarcado se naturalizou nas relações sociais e por isso a importância de movimentos que venham contra essas estruturas que insistem em impedir

a autonomia e a libertação da mulher em um mundo em que os papéis de gênero limitam sua atuação como indivíduo.

Visando à mudança dessa realidade vivenciada pela mulher na busca por sua autonomia e protagonismo, bem como para agregar na autoestima e valor pessoal daqueles que participariam da iniciativa, o projeto é necessário para fornecer uma experiência nova para muitas cidadãs macapaenses que, devido à situação econômica desfavorável, não costumam frequentar um salão de beleza. Além disso, mostra-se como uma oportunidade de mudança para tantas mulheres, posto que, tendo acesso à capacitação e à profissionalização, teriam novas perspectivas profissionais e pessoais.

As desigualdades de gênero são pilares estruturais que compõem a base da desigualdade social no país, o que gera exclusão social e ciclos viciosos de pobreza. Isso posto, integrar essas análises de gênero no mercado do trabalho auxilia na compreensão das mazelas vivenciadas por mulheres, tal como entender adequadamente o funcionamento do mercado de trabalho como um todo e o processo de elaboração do fenômeno de desigualdades sociais no Brasil. Em vista disso, confrontar essas dissemelhanças significa tratar de uma propriedade estrutural da sociedade brasileira, tal qual da sociedade amapaense, cuja alteração é necessária para a implementação factual do Objetivo 8 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Referências

AGENDA 2030. **Conheça a Agenda 2030**: conheça o plano de ação global para mudar o mundo até 2030. 2021. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/sobre/>. Acesso em: 11 fev. 2021.

ALBUQUERQUE, Vivian M. dos Santos. Divisão sexual do trabalho: complementaridade ou conflito. **Revista Urutágua – Revista Eletrônica Interdisciplinar**, Maringá, n. 13, ago./set./out./nov. 2007. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br.013/13alburqueue>. Acesso em: 29 jan. 2021.

BERTIM, Fernanda; BRUM, Lucimar; MARAVIESKI, Silvinha. Influência do visagismo e da maquiagem na autoestima de adolescentes institucionalizadas. **Revista Interdisciplinar de Estudos em Saúde (Ries)**, Santa Catarina, v. 2, n. 2, p. 11-24, 2013.

BOTTINI, L. M.; BATISTA, R. L. **O trabalho da mulher durante a revolução industrial inglesa 1780 a 1850**. In: Os desafios da Escola Pública Paranaense na

perspectiva do professor PDE, Artigos. Paranavaí - PR, n. 1, 2013. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_fafipa_hist_artigo_lucia_mamus_bottini.pdf. Acesso em: 29 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. **Relação Anual de Informação Social (Rais)** – ano base 2019. Brasília, 2020. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2020/10/Sumario-Executivo_RAIS-2019.pdf. Acesso em: 29 jan. 2021.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Anuário Estatístico da RAIS – Empregos 31/12 por Setor e Gênero**. Disponível em: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_anuario_rais/caged_anuario_raistela12.php. Acesso em: 2 fev. 2021.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (Rais) - Ano-base de 2019 – sumário executivo**. Brasília, p. 16-17, out. 2020. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/rais>. Acesso em: 2 fev. 2021.

CARRANÇA, Thais. Taxa de desemprego chega a 17% entre mulheres e 16% entre negros: desocupação também tem forte desigualdade regional, indo a 16,9% no Nordeste, e por idade, chegando a 23,6% entre jovens de 14 a 29 anos. **Folha de São Paulo**, 23 out. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/taxa-de-desemprego-chega-a-17-entre-mulheres-e-16-entre-negros.shtml>. Acesso em: 9 jan. 2021.

CAVENAGHI, S.; ALVES, J. **Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios**. 32. ed. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Seguros, 2018.

COOPERSMITH S. **The antecedents of self-esteem**. 1st ed. San Francisco: W. H. Freeman, 1967.

DIETRICH, P. von; SEVERO, C. A emergência do capitalismo e as mulheres: uma crítica feminista marxista. **Temáticas**, Campinas, v. 26, n. 52, p. 315-326, 2018. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11713>. Acesso em: 6 fev. 2021.

DINIZ, Maiana. Trabalhador com menor escolaridade tem mais dificuldade para conseguir emprego. **Agência Brasil**, 13 jul. 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-07/trabalhador-com-menor-escolaridade-tem-mais-dificuldade-para-conseguir?amp>. Acesso em: 8 jan. 2021.

ERTHAL, T. C. S. **Terapia vivencial**: uma abordagem existencial em psicoterapia. Petrópolis: Vozes, 1989.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 47-71, jan.-abr. 2004.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FLORIANI, Flavia Monique; MARCANTE, Márgara; BRAGGIO, Laércio. **Autoestima e autoimagem**: a relação com a estética. 2010. Disponível em: <http://siai-bib01.univali.br/pdf/Flavia%20Monique%20Floriani,%20M%C3%A1rgara%20Dayana%20da%20Silva%20Marcante.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2021.

HALLAWELL, Philip. **Visagismo**: harmonia e estética. 6. ed. São Paulo: Senac, 2009.

ÍNDICE de desemprego no Amapá é 2º maior do país no 1º trimestre de 2020. **G1 AP**, 15 março 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/ap/amapa/noticia/2020/05/15/indice-de-desemprego-no-amapa-e-2a-maior-do-pais-no-1o-trimestre-de-2020.ghtml>. Acesso em: 8 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE**: taxa de desemprego de jovens atinge 27,1% no primeiro trimestre. 2020. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-05/ibge-taxa-de-desemprego-de-jovens-atinge-271-no-primeiro-trimestre>. Acesso em: 7 jan. 2021. Acesso em: 8 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE**: PNAD Contínua trimestral: desocupação cresce em 14 das 27 UFs no 1º trimestre de 2019. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24486-pnad-continua-trimestral-desocupacao-cresce-em-14-das-27-ufs-no-1-trimestre-de-2019>. Acesso em: 29 jan. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA (IPEA). **Mulheres jovens de baixa escolaridade são as que mais desistem de procurar emprego**. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34242. Acesso em: 8 jan. 2021.

LENCIONI, Caio. 28,9 milhões de famílias no Brasil são chefiadas por mulheres. **Observatório do 3º Setor**. 2018. Destaques. Disponível em: <https://observa->

torio3setor.org.br/carrossel/289-milhoes-de-familias-no-brasil-sao-chefiadas-por-mulheres/amp/. Acesso em: 8 jan. 2021.

MONSORES, JULIA. Dias dos povos indígenas: um olhar por dentro da mitologia brasileira. **Seleções**, 9 ago. 2019. Disponível em: <https://www.selecoes.com.br/especial/mitologia-brasileira-tupi-guarani/?pag=2>. Acesso em: 8 jan. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). (org.). **Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2015**. Disponível em: <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Resources/Static/Products/Progress2015/English2015.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2021.

PHELIPE, A.; BARBOSA, M. Quase metade dos lares brasileiros são sustentados por mulheres. **Estado de Minas**, 16 fev. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2020/02/16/internas_economia,1122167/amp.html. Acesso em: 8 jan. 2021.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO (PNAD). PNAD Contínua trimestral: desocupação cresce em 14 das 27 UFs no 1º trimestre de 2019. **Agência de notícia IBGE**, 16 mai. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24486-pnad-continua-trimestral-desocupacao-cresce-em-14-das-27-ufs-no-1-trimestre-de-2019>. Acesso em: 8 jan. 2021.

PISANO, MARGARITA. **El triunfo de la masculinidad**. Surada Ediciones, 2001.

SAÚDE BRASIL. **O que significa ter saúde?** Muito além da ausência de doenças, é preciso considerar o bem-estar físico, mental e social. 2020. Disponível em: <https://saudebrasil.saude.gov.br/eu-quero-me-exercitar-mais/o-que-significa-ter-saude>. Acesso em: 8 jan. 2021.

SILVEIRA, D.; CAVALLINI, M.; GAZZONI, M. Desemprego é maior entre jovens, mulheres e trabalhadores sem ensino superior. **G1**, 23 fev. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/economia/concursos-e-emprego/noticia/desemprego-e-maior-entre-jovens-mulheres-e-trabalhadores-sem-ensino-superior.ghtml>. Acesso em: 8 jan. 2021.

TOKARSKI, Carolina. **A perspectiva de gênero e as políticas públicas para as mulheres**. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública (Enap), 2017. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3100/4/A%20Perspeciva%20de%20G%C3%AAnero%20e%20as%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20para%20as%20Mulheres%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2021.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza:** como a imagem da beleza é usada contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

ZIMERMAN, David E. **Fundamentos psicanalíticos:** teoria, técnica e clínica – Uma abordagem didática. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MARIAS NAS OBRAS: MULHERES NO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Fernanda Dias

Resumo

A desigualdade de gênero no trabalho é um tema a ser superado no mundo, apesar das conquistas que as mulheres alcançaram, especialmente a partir do século XX. A participação de mulheres no ramo da construção civil tem crescido no Brasil neste mercado de trabalho que é dominado por homens. O pleno desenvolvimento social de um país exige a criação de políticas públicas que combatam a desigualdades de gênero e busquem parcerias público/privada. Este artigo irá sugerir a implementação de ações para capacitar profissionalmente o trabalho feminino na construção civil. Por meio destas propostas, pretende-se alcançar dois objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030: ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação).

1. A realidade brasileira e a mulher na construção civil

Por muito tempo o ramo da construção civil foi composto somente por homens, já que as mulheres sempre foram historicamente muito discriminadas e estereotipadas como sexo frágil e/ou consideradas incapazes de desempenhar certas atividades exigidas pelo setor. As obras e os canteiros são ambientes ligados culturalmente ao trabalho masculino e à utilização da força física.

A luta pela igualdade de gênero tem tornado o tema da inclusão das mulheres no mercado de trabalho um assunto de grande importância para o bom desenvolvimento e equilíbrio das sociedades atuais.

No mundo contemporâneo, tornou-se natural encontrar mulheres responsáveis pela maior parte da renda familiar, permitindo que suas famílias possam viver com dignidade e acessar os instrumentos básicos de subsistência. É o que revelam estudos recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e destacam-se por ser uma tendência em crescimento:

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que o número de mulheres que são responsáveis financeiramente pelos domicílios vem crescendo a cada ano e já chega a 34,4 milhões. Isso significa que quase a metade das casas brasileiras são chefiadas por mulheres; situação bem diferente da que era vista alguns anos atrás. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o percentual de domicílios brasileiros comandados por mulheres saltou de 25%, em 1995, para 45% em 2018, devido, principalmente, ao crescimento da participação feminina no mercado de trabalho. As mulheres ocupam um espaço cada vez maior do mercado de trabalho e vêm alcançando maiores remunerações, apesar de a desigualdade salarial entre gêneros ainda persistir. Por isso, contribuem cada vez mais com a renda das famílias; explica a pesquisadora do Ipea, Luana Simões. (PHELIPE; BARBOSA, 2020, s/p).

Segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais),²¹ entre os anos de 2002 e 2012, a participação das mulheres na construção civil cresceu cerca de 65% em todo o país (DUTRA, 2017), resultado das lutas feministas e da inserção da mulher em setores que antes eram ocupados quase que exclusivamente por homens. São situações que têm recebido apoio de diversas leis e programas estaduais e federais, como o projeto de lei que estabelece que haja nas obras do governo federal pelo menos 12% de mão de obra feminina, ou do Programa Mulheres na Construção Civil (Promulc), pertencente ao governo e desenvolvido em parceria com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que fornece cursos de capacitação para mulheres que tenham interesse em trabalhar no ramo da construção civil no estado do Amazonas.

Desde 1978 existem leis no Brasil que regulamentam a participação da mulher nas atividades da construção. É o caso da Norma Regulamentadora (NR) 17 que, entre outros assuntos, trata da ergonomia na construção civil e estabelece, no item 17.2.5, que as mulheres têm que carregar nas obras um peso máximo inferior àquele carregado por homens. São situações relacionadas à capacidade de desempenho físico (BRASIL, 1978).

A presença feminina no ramo em questão cresceu 120% “nos últimos 12 anos, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Há quase 110 mil trabalhadoras que foram registradas entre os anos de 2007 e 2018” (ALVES, 2020, s/p). A vontade de trabalhar e garantir

²¹ Pertence ao Ministério da Economia.

um futuro melhor para suas famílias tornam todos os serviços disponíveis excelente oportunidade para essas pessoas.

É importante lembrar que o ramo da construção civil é um dos maiores geradores de empregos no país, mesmo em período de pandemia,²² pois cresceu 1,6%, depois de anos de desaceleração; e apresentou melhoras no setor como indicativo de retomada do emprego no ano de 2020:

Maior gerador de empregos do país, a construção civil obteve melhor desempenho após cinco anos consecutivos de queda. O setor cresceu 1,6% em 2019, uma alta de 5,4 pontos percentuais em relação a 2018. Os avanços da última temporada se devem, em suma, ao forte desempenho da construção imobiliária [...]. (MENDES, 2020, s/p).

Apesar de existir uma demanda da participação de trabalhadoras nas obras, a construção civil tem os menores índices de participação feminina, junto ao setor extrativista mineral (FAUSTINO, 2018). Ser mulher no mercado de trabalho ainda é uma tarefa desafiadora, pois é necessário enfrentar a dupla jornada de trabalho, situações de assédio e salários inferiores aos dos homens:

É o caso da construção civil, em que apenas “9,9% do 1,9 milhão de trabalhadores ao final de 2016 eram do sexo feminino, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego obtidos com a Rais (Relação Anual de Informações Sociais). Um caso extremo, mas não tão distante da realidade geral, considerando que no mercado de trabalho como um todo a proporção é de 44% de mulheres e 56% de homens – ainda que as mulheres sejam maioria da população brasileira, representando 51,6% do total. (FAUSTINO, 2018, s/p).

As mulheres estão mais presentes nas atividades da administração pública, representando 59% do total de trabalhadores. O Distrito Federal, onde a maior parte desses empregos está disponibilizada, é um caso *sui generis*, porque é a

[...] única unidade federativa onde as mulheres ganham (R\$ 5.261,80), em média, um valor maior do que o dos homens (R\$ 5.196,10). Já Acre, Pará, Pernambuco, Alagoas e Paraíba são estados em que a balança, embora esteja equilibrada, ainda pende para os homens. (FAUSTINO, 2018, s/p).

²² Este texto foi produzindo em janeiro de 2021.

2. Funcionamento do projeto

O projeto social aqui sugerido busca criar situações de igualdade e inclusão no ramo da construção civil e atender os ODS 8 e ODS 17, promovendo trabalho e crescimento econômico e parcerias público/privadas.

Visto que o perfil das trabalhadoras nos canteiros de obra do Brasil destaca-se por ser composto por pessoas em situação de vulnerabilidade social, o Projeto Marias nas Obras buscaria capacitar, qualificar e inserir profissionalmente, no mercado de trabalho, mulheres que quisessem atuar nessa área.

Seriam ofertados, pelo governo local (Prefeitura Municipal), cursos livres, gratuitos e presenciais, com emissão de certificado, atividades práticas do ramo da construção como:

- Curso para pedreira.
- Curso para pintora de parede.
- Curso para gesseira.
- Curso para eletricista.
- Curso para encanadora.
- Curso para marceneira.

Os cursos seriam divididos em duas fases: teórica e prática. Nos primeiros meses, as alunas iriam dedicar-se às aulas teóricas; posteriormente, seriam ofertados os cursos práticos e, por fim, uma vivência em uma obra real; no fim dessas três etapas é adquirido o certificado de capacitação.

A oferta dos cursos dependeria da demanda de cada bairro, a ser apresentada pelas Associações de Moradores dos bairros da cidade de Macapá. Os cursos poderiam ser realizados nas escolas da rede municipal, em quadras esportivas ou em salas de aula, em horários em que esses espaços não fossem utilizados pelos estudantes da rede de ensino (é importante lembrar que algumas escolas não funcionam no turno da noite; isso traria uma grande disponibilidade de espaço).

2.1 Parcerias com o segundo setor

Para ocorrer atualização e continuidade no treinamento das mulheres participantes do projeto é necessário realizar parcerias com o setor privado, que é um dos objetivos do ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação): “17.17 Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas, privadas, e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias [...] (AGENDA 2030, 2021, s/p).

No caso da construção civil, as técnicas construtivas estão em constante aperfeiçoamento devido às tecnologias, que permitem o uso racional do tempo, dos materiais e, principalmente, da mão de obra. Por isso é importante que as empresas privadas, que vendem materiais de construção, estejam dispostas a criar parcerias com o município. Essas empresas forneceriam treinamento para os novos materiais que chegassem à loja, o que poderia contribuir na venda de produtos de qualidade no mercado. A informação é algo de extrema necessidade para quem quer ser um bom profissional.

O projeto visa criar uma rede de apoio social e de crescimento econômico local, porque apoia e incentiva a capacitação e qualificação de mulheres em situação de vulnerabilidade que necessitam trabalhar, aumentar a renda e serem independentes financeiramente. São possibilidades para vários setores: a cidade passaria a ter profissionais nos canteiros de obra; a construção civil ganharia mão de obra qualificada e as lojas de materiais poderiam inserir produtos de ótima qualidade no mercado; e as mulheres poderiam alcançar novas oportunidades de crescimento pessoal e financeiro.

3. Exemplo de projetos já implementados

Já existem projetos federais e privados semelhantes a esse, implantados em outras cidades brasileiras. Um bom exemplo no âmbito privado é o “Mão na Massa”, no Rio de Janeiro, criado pela engenheira civil Deise Gravina. O projeto dura em torno de seis meses, com aulas práticas e teóricas na área escolhida (pintora, eletricista, carpinteira de fôrma e pedreira), e após o período de conclusão do curso as alunas ganham diploma válido em todo o país e estão aptas a ingressarem no mercado de trabalho. Esse projeto é patrocinado pela Petrobras (PROJETO MÃO NA MASSA, 2018).

Outro exemplo é o Programa Mulheres construindo autonomia na Construção Civil, criado pelo governo federal em 2012, que teve como objetivo formar mulheres em estado de vulnerabilidade para se lançarem

no mercado de trabalho. O projeto começou com a inserção da mão de obra feminina no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e no Programa Minha Casa, Minha Vida (DUTRA, 2017).

4. Considerações finais

Para ser efetivada a boa gestão de nossas cidades e a consolidação de políticas públicas democráticas, justas e igualitárias, é preciso um trabalho coletivo de toda a sociedade. Para essa proposta foi escolhido um segmento da população que ainda sofre com a segregação, exclusão e imenso preconceito: as mulheres em situação de vulnerabilidade social que trabalham na construção civil.

O projeto “Marias nas obras: mulheres no ramo da construção” pretende qualificar e oferecer trabalho decente para as mulheres, além de gerar renda no comércio local da construção civil.

Ainda existe um longo caminho da luta pela igualdade e equidade de gênero no país, e criar soluções para se alcançar um mundo melhor, como apoiar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, é um grande passo.

O canteiro de obras pode ser um meio para alcançar esses objetivos, promovendo oportunidades iguais para todos por meio de mão de obra qualificada e condições dignas de trabalho. O projeto é um ponto de partida para buscar novas iniciativas que empoderem as mulheres e que sirvam de apoio e inspiração para outras iniciativas na cidade.

Referências

AGENDA 2030. **Os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável**. 2021. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/ods/17/>. Acesso em: 22 fev. 2021.

ALVES, Daniell. **Cada vez mais empoderadas, mulheres ocupam mercado da construção civil**. 2020. Disponível em: <http://www.ohoje.com/noticia/cidades/n/178934/t/cada-vez-mais-empoderadas-mulheres-ocupam-mercado-da-construcao-civil>. Acesso em: 22 fev. 2021.

ABRAMAT ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO. **Capacitação e certificação profissional na construção civil e mecanismos de mobilização da demanda**. 2007. Disponível em: <http://abramat.org.br/datafiles/publicacoes/poli-abramat.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2021.

BLOG CERBRAS. **Mulheres na construção civil** – Uma história de conquistas. Disponível em: <http://blog.cerbras.com.br/index.php/mulheres-na-construcao-civil/>. Acesso em: 1 fev. 2021.

BARRA, Guilherme. **Análise preditiva: o poder de ver o futuro**. 2018. Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/analise-preditiva/>. Acesso em: 3 abr. 2018.

BRASIL. **Portaria MTb n.º 3.214, de 08 de junho de 1978**. Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho. 1978. Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr17.htm>. Acesso em: 28 fev. 2021.

DUTRA, Helena. Mulheres na construção: sim, elas estão ocupando os canteiros de obra. **Plataforma Sienge**, 13 dez. 2017. Disponível em: <https://www.sienge.com.br/blog/mulheres-na-construcao/>. Acesso em: 2 fev. 2021.

FAUSTINO, Rafael. Mulheres são apenas 10% dos profissionais na construção civil; veja os números. **Going Green Brasil**, São Paulo, 08 mar. 2018. Disponível em: <https://goinggreen.com.br/2018/03/08/mulheres-sao-apenas-9-dos-profissionais-na-construcao-civil-veja-os-numeros/>. Acesso em: 22 fev. 2021.

MENDES, Felipe. Com juro menor, PIB da construção civil tem maior nível desde 2013. **Veja**, 04 mar. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/com-juro-menor-pib-da-construcao-maior-nivel-desde-2013/>. Acesso em: 22 fev. 2021.

PACHECO, Wilson. **Mulheres na construção civil: elas também fazem parte dessa história!**. 2020. Disponível em: <https://blog.obraprimaweb.com.br/mulheres-na-construcao-civil/>. Acesso em: 1 fev. 2021.

THOMÉ, Brenda Bressan. **A presença da mulher na construção civil**. 2017. Disponível em: <https://www.sienge.com.br/blog/a-presenca-da-mulher-na-construcao-civil/>. Acesso em: 1 fev. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA (IPEA). **Objetivos de desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods8.html>. Acesso em: 2 fev. 2021.

ESTRATÉGIA ODS. **O que são os ODS?** Disponível em: <https://www.estrategiaods.org.br/o-que-sao-os-ods/>. Acesso em: 1 fev. 2021.

PHELIPE, André; BARBOSA, Marina. Mulheres são responsáveis pela renda familiar em quase metade das casas. **Correio Brasiliense**, 16 fev. 2020. Disponível

em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/02/16/internas_economia,828387/mulheres-sao-responsaveis-pela-renda-familiar-em-quase-metade-das-casa.shtml. Acesso em: 22 fev. 2020.

PROJETO MÃO NA MASSA. **Projeto**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.projetomaonamassa.org.br/>. Acesso em: 4 fev. 2012.

OLIVEIRA, Talita Santos de. O programa mulheres construindo autonomia na construção civil no balanço entre a agenda de gênero e a agenda neoliberal. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10. **Anais Eletrônicos** [...]. Florianópolis, 2012.

TÁ NA MÃO: INTRODUÇÃO AO SMARTPHONE PARA A TERCEIRA IDADE

Danilo Augusto Oliveira Barros

Resumo

Este artigo tem como objetivo demonstrar a urgência de ações voltadas para a terceira idade por meio da inclusão digital. Esta proposta é uma sugestão para a cidade de Macapá conseguir alcançar, até 2030, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 10: Cidades e Comunidades Sustentáveis, cujo objetivo é *tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis*. As ferramentas e serviços digitais têm aumentado seu público rapidamente; porém, as pessoas idosas, que pouco tiveram contato com as tecnologias da internet, sofrem para ter acesso à informação sobre como utilizar serviços e ferramentas digitais e para realizar tarefas elementares como: acessar o título de eleitor, pagar uma conta de energia elétrica, consultar um extrato bancário.

1. Envelhecimento ativo, ferramentas digitais e exclusão

Com a Revolução da Longevidade, que trouxe o aumento no tempo de vida na sociedade contemporânea, e a 4ª Revolução Industrial, marcada pela hiperconectividade entre vários componentes tecnológicos, é mais rápida a expiração do conhecimento adquirido por alguém, de forma que a educação, ressaltada por instituições como Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e Organização das Nações Unidas (ONU), passa a ser necessária continuamente ao longo de toda a vida (KALACHE, 2019).

Nesse contexto, Kalache (2019) ressaltava a importância do conceito de Envelhecimento Ativo, definido como “o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas” (WORLD

HEALTH ORGANIZATION, 2005, p. 13). E, para esse conceito, as definições de resiliência²³ e independência²⁴ são fundamentais.

O conceito de Envelhecimento Ativo abrange aprendizagem contínua e para toda a vida, mas este estudo enfatiza a aprendizagem. Quando um idoso se propõe a utilizar algum serviço digital e não consegue cumprí-lo apropriadamente, é um indicativo da necessidade de educação. As políticas públicas precisam priorizar as necessidades dessa população, que necessita inserir-se no mundo da tecnologia, exigência primordial para comunicação e informação na sociedade atual. No entanto, se o idoso não tem acesso a essa informação, como poderia ele adaptar-se, suportar ou crescer no meio digital?

Além disso, em relação à digitalização da sociedade contemporânea, a seguinte realidade se apresenta: a economia dos apps, aplicativos de smartphone, segue em franca expansão, assim como o mundo digital. Segundo a App Annie, empresa especializada em consumo digital no cenário global, o valor gasto em apps foi de US\$ 120 bilhões em 2019, diante dos quase US\$ 60 bilhões de 2016 no mundo (APP ANNIE, 2020). Quanto aos indicadores de consumo, como horas de uso e quantidades de downloads, vários aumentaram entre 2016 e 2019 (APP ANNIE, 2020). No Brasil, seguindo a tendência mundial de digitalização, o governo planeja “digitalizar 100% dos 3,8 mil serviços públicos federais até 2022” (BRASIL, 2020, s/p).

Em 2019, o Brasil já contava com dois dispositivos digitais, como smartphones e notebooks, por habitante (ÉPOCA NEGÓCIOS, 2019). Em pesquisa da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV - Eaesp), em 2020, o Brasil tinha 424 milhões de dispositivos digitais em uso (FGV, 2020). No tocante aos smartphones, em 2019, a presença era tamanha que “a cada televisão vendida, são comercializados quatro celulares” (ESTADO DE MINAS, 2019), o que, por sua vez, já aproxima o mercado da saturação. Além disso, o smartphone é o principal meio de acesso à internet no país (IBGE, 2020a).

As ferramentas e serviços digitais têm aumentado seu público ultimamente (APP ANNIE, 2020), porém as pessoas idosas, que pouco tiveram contato com as tecnologias da internet, especialmente a geração dos babies

²³ Resiliência: “acesso às reservas necessárias para se adaptar, suportar ou crescer a partir dos desafios encontrados na vida” (ILC-BR, 2017, p. 1, tradução própria).

²⁴ Independência: é um conceito que é “em geral, entendida como a habilidade de executar funções relacionadas à vida diária – isto é, a capacidade de viver independentemente na comunidade com alguma ou nenhuma ajuda de outros” (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2005, p. 14).

boomers, pessoas nascidas entre 1945 a 1964 (LULIO, 2017), e comunidades em situação de vulnerabilidade econômica e social, sofrem para ter acesso à informação de como utilizar ferramentas e serviços digitais, além de não conseguirem realizar tarefas digitais elementares, como acessar o título de eleitor, pagar a conta de energia elétrica ou consultar um extrato bancário. O que antigamente era realizado com uma simples chamada telefônica ou presencialmente, tornou-se uma atividade a ser realizada, muitas vezes, obrigatoriamente, de forma digital.

Essa rapidez nas inovações tecnológicas e como as tecnologias se tornam obsoletas tornam ainda mais difícil a participação dos idosos no mundo da tecnologia digital. É comum ver alguns idosos pedindo ajuda aos mais novos para utilizar algum app ou serviço de internet. Infelizmente, isso causa um grande constrangimento, não só pelo choque de gerações, que gera impaciência, mas pelo perigo que isso representa para a segurança dos idosos, pois, em várias situações, eles são vítimas de crimes virtuais, como revelou uma entrevista com a assessora jurídica do Procon de Campos Novos (SC): “O público-alvo desses golpes são as pessoas idosas [...]” (O CELEIRO, 2020, s/p).

Segundo o relatório *Consumer Generations*, da Tetra Pak, o poder de compra do consumidor acima de 60 anos deveria superar 30 trilhões de reais em todo mundo em 2020 e, no Brasil, os idosos detêm 11% da renda do país nas últimas décadas, o que revela uma potencialidade econômica no mercado voltado para os idosos (TETRA PAK, 2018).

No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2018), em 2017 havia 30,2 milhões idosos, o que representava aproximadamente 14,6% da população. Além disso, ainda segundo o IBGE (2018), era possível notar uma ampliação da expectativa de vida do brasileiro, acompanhando a tendência mundial.

A expectativa de vida do brasileiro em 2019 era de 76,6, enquanto, em 1940, era, em média, de 45,5 anos (IBGE, 2020b). Isso significa um acréscimo de 31,1 anos de vida. Ou seja, o brasileiro está vivendo mais, o que implica maior atenção em relação à qualidade de vida dessa população. Com a fragilização do seu corpo e algumas limitações físicas, é importante voltar a atenção para as necessidades e realidades dos idosos brasileiros de modo que mantenham sua autonomia e independência, alinhando-se ao conceito de Envelhecimento Ativo.

O uso do smartphone entre as pessoas idosas também tem crescido. Em duas pesquisas publicadas, uma em 2019 e outra em 2020, mostrou-se um aumento de 58% para 65% de usuários com mais de 60 anos que acessam a internet somente pelo celular (CETIC.BR, 2019; CETIC.BR, 2020). No entanto, apesar do aumento, há dificuldade de uso por parte do idoso. Como já sublinhado, é comum ver idosos pedindo auxílio aos mais jovens, visto que a forma mais comum de se aprender a utilizar o smartphone é mexendo no aparelho por conta própria.

Segundo Bacha et al. (2013), em uma pesquisa sobre a dificuldade de uso do smartphone por parte dos idosos, dentre os 112 idosos pesquisados, as três atividades que geraram maior dificuldade foram utilizar aplicativos (54% afirmaram ter dificuldade), digitar mensagens (49%) e teclar número de telefone (46%). Para evitar fazer algo que cause um eventual problema no dispositivo, a pessoa idosa fica receosa e não mexe nele, dificultando sua utilização em vários outros momentos.

Assim, diante do aumento da necessidade do uso de smartphones na sociedade atual, do aumento da população idosa, da expectativa de vida e da imensa dificuldade que as gerações mais antigas enfrentam para utilizar as novas tecnologias de comunicação/informação, é importante que as políticas públicas utilizem o conceito de envelhecimento ativo para gerar autonomia e independência por aqueles que tanto contribuíram para o mundo em que hoje vivemos.

2. Proposta de inclusão digital para a pessoa idosa

Iniciativas de inclusão digital de idosos ocorrem por todo Brasil. Por exemplo, o recente Projeto Conecta60+, do Sesc, de Santa Catarina, iniciado durante a pandemia da Covid-19 como uma forma de manter as atividades do grupo (NSC TV, 2020); o também recente projeto de iniciativa do governo federal Programa Viver – Envelhecimento Ativo Saudável, na cidade de Taquara (RS), primeira cidade a receber iniciativa federal para inclusão digital de idosos (JORNAL NH, 2019), e o Projeto Arte com Tecnologia para a Terceira Idade, em Presidente Prudente (SP), cujo “resultado principal tem ocorrido nas relações familiares, com mais tempo para conversar com filhos e netos, especialmente os que moram em outras cidades [...]” (UNOESTE, 2019, s/p).

No entanto, apesar de várias iniciativas pelo Brasil, uma em particular se desenvolve há bastante tempo: o Projeto Integração. Trata-se de um programa com mais de 14 anos de atuação, do Junior Chamber International (JCI) Brasil-Japão, em parceria com o Instituto Paulo Kobayashi (IPK), que trabalha com duas modalidades de aula para a terceira idade: informática básica e introdução ao *smartphone* (JCI BRASIL-JAPÃO, 2021). Quanto à sua abrangência, “até o momento são mais de 30 salas de parceiros e associações espalhadas pelo estado de São Paulo e mais de 10 mil alunos atendidos [...]” (JCI BRASIL-JAPÃO, 2021, s/p).

Iniciado com aulas de computação e, mais tarde, ampliado para aulas sobre *smartphone* e *games*, o projeto busca a integração social dos alunos e a inclusão digital da pessoa idosa, ampliando, entre outras atividades digitais, o contato dos idosos com suas famílias por meio das redes sociais, e apresentando outros benefícios vindos de serviços como Uber e *internet banking* (JCI BRASIL-JAPÃO, 2021; JCI BRASIL-JAPÃO, 2018). Em relação à captação de alunos, a equipe técnica pega o contato pessoalmente ou por indicação (JCI BRASIL-JAPÃO, 2018).

Para quem tem interesse em abrir uma turma com uma demanda existente de alunos, a iniciativa consegue ajudar por meio de *workshop*, que pode ser realizado com instrutor e levado para onde for preciso, para a capacitação de professores e monitores e fornecimento do material dos cursos de *smartphone* e de informática básica, que está em constante atualização (JCI BRASIL-JAPÃO, 2018).

2.1 projeto unifap digital: iniciativa de inclusão digital em Macapá - AP

Assim como em outros locais do Brasil, Macapá tem uma iniciativa de inclusão digital, porém voltada para o público em geral: o Projeto Unifap Digital. É uma iniciativa da Universidade Federal do Amapá (Unifap) mantida pela Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias (Proeac). Conforme página na web do projeto, ele é coordenado por um professor da universidade e é composto por aulas de informática básica à tarde, das 14h30 às 17h30, e à noite, das 18h30 às 21h30, que ocorrem às segundas-feiras, quartas-feiras e sextas-feiras. Seu público-alvo é a comunidade acadêmica da universidade e sociedade externa a ela, ou seja, é aberto ao público em geral (UNIFAP DIGITAL, 2021). Na última edição 2019.2, foram ofertadas 100 vagas, sendo 50 para tarde e 50 para noite.

Quanto à infraestrutura utilizada, há um laboratório de informática equipado com 24 computadores com acesso à internet, projetor multimídia e quadro branco. O laboratório localiza-se na área 26, conforme o mapa do Campus Marco Zero da Unifap abaixo (UNIFAP DIGITAL, 2021). Quanto à equipe, o Projeto Unifap Digital é composto por um coordenador, um secretário e dois monitores (UNIFAP DIGITAL, 2021).

2.2 Projeto tá na mão: uma proposta para o bairro Congós

Esse é um projeto-piloto que busca a inclusão digital para os idosos socioeconomicamente vulneráveis por meio de informações relacionadas ao *smartphone* e serviços de internet, iniciando suas atividades no bairro Congós, no município de Macapá (AP), visando a sua expansão para os demais bairros da cidade. Esse bairro foi escolhido por já dispor de associação comunitária de bairro estruturada. Para tanto, propõe-se uma parceria com a liderança comunitária do Bairro Congós e a Prefeitura de Macapá. Além disso, busca ser econômico, visto que, segundo o Compara Brasil (2021), utilizando dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ranking dos 100 maiores municípios brasileiros em relação à receita total em 2017, Macapá ocupava uma das últimas posições.

Dessa forma, alinhando-se ao ODS 10: Redução das Desigualdades, mais especificamente ao item 10.2, cujo objetivo é “até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra [...]” (ONU, 2015, p. 24), da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), cumprindo o que determina o Estatuto do Idoso nos artigos 20 e 21 do capítulo V – Da Educação, Cultura, Esporte e Lazer (BRASIL, 2003), diante das dificuldades em suas vidas, buscando contribuir para a mudança da realidade e visando à devolução da autonomia e da independência do idoso no meio digital, propõe-se o Projeto Tá na Mão: Introdução ao *Smartphone* para a Terceira Idade. Em suma, pretende-se levar a educação sobre serviços de internet e *smartphone*, utilizados por todas as idades, para quem não recebe a devida apresentação de como usá-los, o que leva muitos idosos a ter dificuldade quanto ao uso dessa ferramenta.

O curso teria duração entre seis meses e um ano, podendo ser ampliado, com encontros de uma a três vezes na semana por turma, na sede do Conselho Comunitário de Segurança Pública do estado do Amapá, que é utili-

pessoa que se voluntariasse ou que fosse indicada pelo líder. O instrutor, em última instância, seria voluntário, mas a indicação seria a contratação para haver maior dedicação ao trabalho.

Em caso de disponibilização de instrutor remunerado pela Prefeitura de Macapá, as aulas ocorreriam duas vezes na semana para cada uma das duas turmas, podendo ser de manhã ou à tarde. E, em caso de instrutor voluntário, uma ou duas vezes na semana, à noite, para uma única turma. Os monitores seriam voluntários, como pessoas habituadas a utilizar o *smartphone* que quisessem contribuir para a inclusão digital dos idosos, ou os próprios idosos que se formassem pelo projeto.

No tocante às atribuições, o coordenador teria que reservar a sala para os horários estipulados, imprimir as apostilas de cada aluno(a), gerenciar as inscrições dos idosos no curso, providenciar as cadeiras e mesas para os alunos, providenciar e guardar o projetor, dialogar com o JCI Japão-Brasil, cuja função será explanada mais à frente, para obter os materiais do curso de *smartphone* e o workshop de capacitação, além de cuidar da divulgação do curso. A captação de alunos poderia ser pelas redes sociais ou os contactando pessoalmente, além de o líder comunitário poder chamar os idosos do Congós ou anunciar o projeto para famílias do bairro, que, por sua vez, proporião a participação para seus idosos.

Já o instrutor teria a função de ministrar as aulas e o monitor teria que o auxiliar a responder as dúvidas dos idosos, tanto em aula quanto on-line no período de monitoria. A primeira turma, a menos que houvesse voluntários para o cargo, não disporia de monitor(es), ficando, durante esse momento, a função de monitor para o instrutor. Em relação à monitoria on-line, poderia ser um período de uma a duas horas, em que os monitores ficariam disponíveis on-line, sendo esse período deliberado e definido em sala de aula.

No que se refere às entidades envolvidas, elencam-se:

- A Associação Comunitária do bairro Congós, que seria o beneficiário do projeto, auxiliando no alcance dos idosos do bairro e na sua execução.
- A Prefeitura de Macapá, que entraria com a contratação de um instrutor para as aulas. Além disso, seria responsável por fornecer cadeiras e mesas, projetor e quadro branco para as aulas, além de acesso à internet caso não haja no local.

- JCI Brasil-Japão e IPK, que entrariam com os materiais, como apostilas e workshop de capacitação de instrutor e de monitores do Projeto Integração, que é aberto a parcerias do gênero.

É válido ressaltar a economia do projeto, uma vez que o Projeto Tã na Mão utilizaria a sede do Conselho Comunitário de Segurança Pública do estado do Amapá, que receberia cadeiras, mesas, projetor e quadro branco comprados pela Prefeitura, com contratação de serviço de internet em caso de ausência. Quanto aos funcionários contratados, haveria apenas o instrutor e, em relação aos equipamentos necessários, visto que os tópicos tratam do uso do *smartphone*, cada idoso levaria o seu próprio aparelho, não havendo necessidade de comprar *smartphones* para eles.

No que se refere aos resultados esperados, seria introduzir os idosos ao *smartphone* ou aumentar sua agilidade no uso, com o auxílio de monitores que sanariam suas dúvidas, tanto ao vivo quanto por meio das próprias ferramentas digitais, permitindo, assim, que a pessoa idosa tenha autonomia e independência no meio digital, alinhando-se ao conceito de envelhecimento ativo e promovendo a inclusão social independentemente da idade.

3. Considerações finais

Seguindo o percurso natural da vida, todos chegam à terceira idade e, indubitavelmente, diminuir as dores e as dificuldades tornam-se vontades dessa etapa. Diante disso, o curso contribuiria para amenizar as dificuldades relacionadas ao mundo digital nas vidas dos atuais idosos. Muito além dos dados frios, analíticos e estritamente racionais aqui expostos, é imperativo atender a voz da empatia para com os idosos macapaenses socioeconomicamente vulneráveis, que vivem numa realidade marcada por vários “apertos” e dificuldades, e estudar tópicos sobre o *smartphone* os ajudaria em algumas das suas tarefas diárias.

Dessa forma, diante de tudo o que foi aqui expresso, é importante a implementação do Projeto Tã na Mão, pois ele contribuiria para a devolução da autonomia e independência dos idosos macapaenses no meio digital, diminuindo as desigualdades vindas pela idade, para que, assim, cumpra-se e garanta-se o que afirma o artigo terceiro do Estatuto do Idoso:

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania,

à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2003, s/p).

De sorte que se respeite o ciclo da vida, cantado por Adriana Calcanhotto na música “Velhos e Jovens”:

Antes de mim vieram os velhos
Os jovens vieram depois de mim
E estamos todos aqui
No meio do caminho dessa vida.

Referências

APP ANNIE. **State of Mobile** 2020. São Francisco, 2020. Disponível em: <https://www.appannie.com/en/go/state-of-mobile-2020/>. Acesso em: 28 fev. 2020.

BACHA, Maria de Lourdes; NETO FIGUEIREDO, Celso; SANTOS, Jorgina; ATINEÉ, Mayara; MAHMOUD, Rhaifa. Socorro, os ícones sumiram! Smartphone touchscreen e usuários adultos de idade avançada. *In: X SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA. Anais [...]*. Resende: Faculdades Dom Bosco, 2013. p. 1-10. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/48318554.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2020.

BRASIL. **Portal gov.br já tem mil serviços públicos digitalizados para acesso do cidadão**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2020/10/portal-gov-br-ja-tem-mil-servicos-publicos-digitalizados-para-acesso-do-cidadao>. Acesso em: 28 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm. Acesso em: 13 jan. 2021.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (CETIC.BR). Comitê Gestor da Internet do Brasil. **Principais resultados Tic domicílios 2018**. São Paulo: CETIC.BR, 2019. 15 p.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (CETIC.BR). Comitê Gestor da Internet do Brasil. **Principais resultados Tic domicílios 2019**. São Paulo: CETIC.BR, 2020. 31 p.

COMPARA BRASIL. Aequus Consultoria (comp.). Ranking Receita Total - 2017. Vitória, 2021. Disponível em: <http://comparabrasil.com/municipios/paginas/modulo3.aspx>. Acesso em: 3 fev. 2021.

ÉPOCA NEGÓCIOS. **Brasil tem 230 milhões de smartphones em uso.** 2019. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Tecnologia/noticia/2019/04/brasil-tem-230-milhoes-de-smartphones-em-uso.html>. Acesso em: 30 maio 2021.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **Brasil tem 424 milhões de dispositivos digitais em uso, revela a 31ª Pesquisa Anual do FGVcia.** São Paulo, 2020. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/brasil-tem-424-milhoes-dispositivos-digitais-uso-revela-31a-pesquisa-anual-fgvcia>. Acesso em: 3 fev. 2021.

GOOGLE MAPS (Brasil). **Sede do Conselho Comunitário de Segurança Pública do Estado do Amapá.** 2021. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Av.+Guajarina+Duarte+Mendes,+856+-+Cong%C3%B3s,+Macap%C3%A1+-+AP,+68904-340/@0.025936,-51.0618927,13.61z/data=!4m5!3m4!1s0x8d61e21d69f75dcf:0x32c9483f87454409!8m2!3d0.0081087!4d-51.0958888>. Acesso em: 4 fev. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2018.** Rio de Janeiro: Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2020a. 12 p. (ISBN 978-85-240-4527-1).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Em 2019, expectativa de vida era de 76,6 anos. **Agência de notícias IBGE**, Rio de Janeiro, 26 nov. 2020b. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29502-em-2019-expectativa-de-vida-era-de-76-6-anos#:~:text=Em%202019%2C%20expectativa%20de%20vida,anos%20%7C%20Agência%20de%20Not%C3%ADcias%20%7C%20IBGE>. Acesso em: 4 fev. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017.** Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>. Acesso em: 29 dez. 2020.

INTERNATIONAL LONGEVITY CENTRE BRAZIL (ILC-BR). **Building resilience throughout our increasingly longer lives.** ILC-BR Publications, 2017.

JORNAL NH. **Taquara é a primeira cidade do RS a receber iniciativa federal para inclusão digital de idosos.** Santa Catarina, 2021. Disponível em: <https://>

www.jornalnh.com.br/noticias/regiao/2019/11/28/taquara-e-a-primeira-cidade-no-rio-grande-do-sul-a-receber-iniciativa-federal.html. Acesso em: 8 jan. 2021.

JUNIOR CHAMBER INTERNATIONAL BRASIL-JAPÃO (JCI Brasil-Japão) (São Paulo). **Projeto Integração**. 2021. Disponível em: <https://jcibrasiljapao.org.br/projetos/projeto-integracao/>. Acesso em: 8 jan. 2021.

JUNIOR CHAMBER INTERNATIONAL BRASIL-JAPÃO (JCI Brasil-Japão). **PROJETO Integração Smartphone - Ricardo Kakeshita da JCI Brasil Japão. [s.l.]: JCI Brasil Japão**, 2018. (5 min.), son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qk0U9UEENzo&feature=emb_logo&ab_channel=JCI-BrasilJap%C3%A3o. Acesso em: 2 fev. 2021.

KALACHE, Alexandre. An education revolution in response to the longevity revolution. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, s. l., v. 22, n. 4, p. 7-12, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-22562019022.190213>. Acesso em: 2 fev. 2021.

LULIO, Melissa (São Paulo). Consumidor moderno. **Geração baby boomer, X, Y ou Z: entenda onde você se encaixa**. 2017. Disponível em: <https://www.consumidormoderno.com.br/2017/02/20/geracao-baby-boomer-x-y-z-entenda>. Acesso em: 25 jan. 2021.

NSC TV (Santa Catarina). **Projeto em SC oferece ações de inclusão digital para idosos**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/techsc/noticia/2020/06/28/projeto-em-sc-oferece-acoes-de-inclusao-digital-para-idosos.ghtml>. Acesso em: 8 jan. 2021.

O CELEIRO (Santa Catarina). **Idosos são as principais vítimas de golpes virtuais**. 2020. Disponível em: <http://jornalceleiro.com.br/2020/06/idosos-sao-as-principais-vitimas-de-golpes-virtuais/#>. Acesso em: 25 jan. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Agenda2030-completo-site.pdf. Acesso em: 13 jan. 2021.

TETRA PAK. **Pesquisa da Tetra Pak revela poder de consumo do público sênior**. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.tetrapak.com/pt-br/about-tetra-pak/news-and-events/newsarchive/pesquisa-da-tetra-pak-revela-poder-de-consumo-do-publico-senior>. Acesso em: 25 jan. 2021.

UNIFAP DIGITAL (Macapá). Universidade Federal do Amapá. **Sobre o projeto e equipe**. 2021. Disponível em: <https://www2.unifap.br/unifapdigital/equipe-do-projeto/>. Acesso em: 1 fev. 2021.

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA (UNOESTE). **Projeto ensina melhor idade a usar redes sociais no celular**. Presidente Prudente, 2019. Disponível em: <https://www.unoeste.br/noticias/2019/5/projeto-ensina-melhor-idade-a-usar-redes-sociais-no-celular> . Acesso em: 1 fev. 2021.

WORLD HEATH ORGANIZATION. **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde. Tradução de Suzana Gontijo. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), 2005. 60 p.

PROJETO BERIMBAU: ARTE, CULTURA E MOVIMENTO PELA CIDADE

Ana Patrícia Pereira de Souza

Gabriela Alves Cavalcante

Karina Barbosa Xavier

Resumo

A violência urbana no estado do Amapá, principalmente em bairros periféricos, é elevada e tem aumentado nos últimos anos como resultado da falta de políticas públicas e das desigualdades sociais. Este artigo sugere a criação de um programa para a promoção de uma cultura de paz e não violência e oportunidades de transformação na vida de crianças e jovens em situação de risco e vulnerabilidade da cidade de Macapá. O Projeto Berimbau: Arte, Cultura e Movimento pela Cidade é um projeto piloto para o bairro Cidade Nova que busca incentivar o ensino da capoeira e atingir o Objetivo 4 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

1. Problemas sociais de crianças e jovens do estado do Amapá

A vida de crianças e adolescentes no Brasil tem sido marcada por diversas violações. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), “no período de 1996 a 2017, 191 mil crianças e adolescentes de 10 a 19 anos foram vítimas de homicídio no Brasil” e “caso não haja mudanças significativas no país, 43 mil adolescentes de 12 a 18 anos serão mortos entre 2015 e 2021”, de acordo com o Índice de Homicídios na Adolescência (UNICEF, 2018, s/p).

Jovens e crianças em situação de vulnerabilidade são as maiores vítimas de violação dos direitos humanos. A população mais pobre, muitas vezes, é privada dos usos comuns do centro das cidades e as periferias carecem de espaços de lazer dentre outros direitos básicos de infraestrutura, que, conseqüentemente, geram o sentimento de exclusão e invisibilidade a essas pessoas. Almeida (2014, p. 4) destaca:

Os jovens, vítimas e também perpetradores da violência em uma sociedade desigual, estão envolvidos com homicídios, violência doméstica e sexual, furtos e roubos, dentre outros delitos, além da violência simbólica que atinge seus direitos fundamentais, como o direito à educação, cultura, saúde, lazer, formação profissional, saúde e afeto.

O estado do Amapá possui 33.108 crianças e adolescentes com idade entre 0 e 14 anos vivendo em situação de extrema pobreza, de acordo com os dados do Cenário da Infância da Fundação Abrinq (ABRINQ, 2017 *apud* PACHECO, 2017). E segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em 2018, o estado ficou em 3º lugar no ranking de mortes violentas entre jovens de 15 a 29 anos, no qual 67% dos homicídios registrados ocorreram nessa faixa etária, com um aumento de 15,5% em comparação ao ano de 2017 (PACHECO, 2020).

A partir dessa realidade, ao longo dos anos, a violência entre crianças e jovens foi pauta de diversas discussões que buscam achar soluções para diminuir esses índices e dar a esse público mais chances de uma vida digna e saudável como é seu direito. Uma das soluções que contribui na vida dessas crianças e jovens é a inserção de projetos comunitários que levam lazer e esportes, os quais visam à socialização e trazem uma perspectiva de vida melhor, inclusiva e saudável. Essa visão é defendida há muito tempo no país e que precisa ser colocada em prática, como demonstra o pensamento do esportista Torben Grael, em 2004, para o jornalista Carlos Dimenstein, do jornal *Folha de São Paulo*:

Torben Grael ressaltou que o Brasil ainda tem muito o que avançar para se tornar uma potência olímpica e, para isso, deve haver mudanças de base. [...] Temos que ter mudanças estruturais. O problema é a má distribuição de renda do país”. Para o iatista, a iniciativa de empresas privadas poderá aumentar o rendimento esportivo. (DIMENSTEIN, 2004, s/p).

2. Capoeira: cultura de paz e não violência

Capoeira é um dos maiores símbolos da identidade brasileira, estando presente em quase todas as cidades do país. Ela surgiu no século XVII, como forma de sociabilidade e solidariedade entre os africanos que aqui sofriam escravizados, assim como uma estratégia de superação do controle e violência do período da escravidão (IPHAN, 2014). “A Capoeira é uma

prática cultural afro-brasileira multifacetada e multidimensional. Ao mesmo tempo que é uma luta, também é dança, esporte e arte” (IPHAN, 2014, p. 2).

Em 2008, a capoeira foi tombada pelo Iphan e, em 2014, a Unesco declarou a Roda de Capoeira como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, garantindo maior incentivo à preservação dessa manifestação cultural como estabelece o Dossiê Roda de Capoeira do Iphan (2014):

Todos os integrantes da roda devem saber tocar os instrumentos (berimbau, pandeiro, agogô, caxixi, atabaque e reco-reco), cantar um repertório comum de cânticos, improvisar melodias e canções, conhecer e respeitar os ritos, cosmologias, hierarquias e códigos de ética e conduta, confeccionar o berimbau e outros instrumentos e, ainda, executar um imenso conjunto de movimentos, passos, golpes e contragolpes. (IPHAN, 2014, p. 6).

A capoeira é um esporte que representa a memória da cultura do continente africano no Brasil. Ela usa a dança e expressões corporais, simbolismo e música para contar histórias, lendas e falar sobre religião e identidade africana, que é a essência da cultura brasileira. Por esse motivo é importante difundir sua prática porque além de transmitir valores históricos, quando utilizada como esporte, por meio das crianças e jovens, pode contribuir no auxílio do desenvolvimento físico e mental, uma vez que exige agilidade, ritmo e equilíbrio.

Estudos apontam que a capoeira e sua aplicação na pedagogia têm importância no desenvolvimento físico, psicológico e social de crianças. Em 2006, foi publicado pelo Ministério da Educação (MES), o livro *Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais*, que abrange desde a educação infantil até licenciaturas, citando a Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que obriga o ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira nas escolas brasileiras, aprovada em 2004 (BRASIL, 2006). A proposta dessa iniciativa do governo foi incentivar os estudos e desenvolver a cultura afro-brasileira em um país de pluralismo cultural.

2.1 Iniciativa ginga nova: uma inspiração

O Ginga Nova é um trabalho de capoeira que tem como objetivo ensinar, educar e disciplinar crianças e jovens em áreas de risco social do Bairro Cidade Nova. O projeto é desenvolvido em um espaço cedido pela Igreja, que alcança mais de 40 crianças, e serviu de inspiração para a proposta do Projeto Berimbau.

De acordo com Alex Santos Souza²⁵ (2021), um dos líderes do projeto, o espaço é amplo, bem ventilado e os abriga da chuva, mas, para melhorar, é necessário contar com mais apoiadores, palestrantes e pessoas que queiram ajudar a dar visibilidade ao trabalho, tanto para alcançar mais alunos como também para incentivar mais crianças a fazer parte dele.

Para que as crianças e jovens sejam admitidos é necessário dedicar-se à escola, uma vez que a educação é fundamental e dá perspectiva para que esse público possa ter uma chance de ocupar espaços ativos na sociedade e exercer seu papel de cidadão.

3. O bairro cidade nova

O Bairro Cidade Nova compreende uma área de 0,9 km², na cidade de Macapá - AP, localizado na parte leste da capital, com uma população de 15.194 habitantes, com 3.211 domicílios particulares (IBGE, 2010). Mesmo com a sua localização privilegiada às margens do Rio Amazonas e a proximidade com o centro da cidade, o cenário que se encontra é completamente diferente e contrastante com a parte central, que está “devidamente loteada, urbanizada, e que concentra a oferta dos principais serviços coletivos urbanos em Macapá” (ALMEIDA *et al.*, 2018, p. 8).

Destaca-se um verdadeiro contraste entre a bela paisagem do Rio Amazonas e o abandono de seus espaços públicos, além de elevados índices de violência:

[...] esses espaços deteriorados apresentam estreita ligação com a violência no território do município, além de terem se configurado como espaços de grande vulnerabilidade socioeconômica, especialmente marcados por déficits de ordem educacional e familiar, pela cultura de banalização da violência, materializada pelas desavenças de cunho interpessoal, pela escassa presença de agentes policiais e pelos conflitos ligados ao uso abusivo de álcool e de drogas, num contexto generalizado de deficiência do aparelho estatal. (ALMEIDA *et al.*, 2018, p. 18).

O bairro foi escolhido para ser o ponto inicial dessa proposta de projeto-piloto, porque é uma das áreas de maior carência no tecido urbano da cidade de Macapá, como demonstra Almeida *et al.* (2018, p. 20):

²⁵ Entrevista concedida por Alex Santos Souza para as autoras deste capítulo, no ano de 2021.

[...] são encontradas inúmeras habitações irregulares em áreas alagadas, com situação irregular de ligações à rede elétrica, sem infraestrutura de água e esgoto, sem pavimentação das vias e sem coleta regular de lixo, cujas características coincidem com as de área de exclusão [...].

Embora seja um bairro de pequenas dimensões, apresenta alta densidade demográfica e grande fluxo de pessoas devido à sua importância comercial, pois faz parte da área portuária do Canal do Jandiá, que serve de escoamento para produtos agrícolas e madeireiros no município de Macapá e regiões ribeirinhas próximas (CARDOSO *et al.*, 2015 *apud* ALMEIDA *et al.*, 2018).

4. Projeto berimbau: a proposta

Com inspiração no Projeto Ginga Nova, o Projeto Berimbau: arte, cultura e movimento pela cidade é um projeto-piloto de integração que visa estruturar um espaço de aprendizagem para mudar a rotina e promover qualidade de vida por meio da capoeira. Busca-se incentivar a prática da dança e esporte, dar aulas dos instrumentos musicais da capoeira, valorizar e conhecer melhor a cultura brasileira e garantir momentos de lazer e sociabilidade às crianças e jovens em áreas de risco e vulnerabilidade social do bairro Cidade Nova e demais bairros da cidade de Macapá.

Para que o projeto seja desenvolvido, sugere-se a utilização do Complexo Turístico Parque do Jandiá,²⁶ entregue à comunidade do Cidade Nova no dia 31 de dezembro de 2020. O espaço conta com quadra de basquete, playground, pista de skate, rampa de acesso ao rio para o “futlana”, campos com grama sintética e para futebol society, parque infantil, academia ao ar livre e um mirante para contemplação do Rio Amazonas (MACAPÁ, 2020).

Todos esses equipamentos urbanos podem se somar ao Projeto Berimbau, pois a capoeira e sua multidimensionalidade criam “conteúdos lúdicos (como jogo e suas variações), religiosos (nos cantos durante a roda, por exemplo), dança (através da ginga e dos movimentos de floreio) e defesa pessoal (por meio dos movimentos de ataques e defesas presentes na Capoeira)” (ARAÚJO; FONSECA, 2010, p. 3).

Soma-se aos fatos anteriormente mencionados, que a utilização regular de espaços públicos pode contribuir diretamente para a diminuição da

²⁶ Disponível em: <https://macapa.ap.gov.br/lazer-e-turismo-prefeitura-de-macapa-entrega-complexo-esportivo-do-jandia/>. Acesso em: 1 fev. 2021.

violência e criminalidade do local, pois, segundo Jane Jacobs (2003), espaços ocupados por pessoas resultam em áreas vivas, dinâmicas que reduzem as chances de marginalidade, pois as pessoas são os olhos da cidade:

Sob a aparente desordem da cidade tradicional, existe, nos lugares em que ela funciona a contento, uma ordem surpreendente que garante a manutenção da segurança e a liberdade. [...] Sua essência é a complexidade do uso das calçadas, que traz consigo uma sucessão permanente de olhos. Essa ordem compõe-se de movimento e mudança, e, embora se trate de vida, não de arte, podemos chamá-la, na fantasia, de forma artística da cidade e compará-la à dança [...] em que cada indivíduo e os grupos têm todos papéis distintos, que por milagre se reforçam mutuamente e compõem um todo ordenado. (JACOBS, 2003, p. 52).

Outra maneira de levar o projeto de capoeira para mais crianças e jovens é com a sua inserção nas escolas. Bonfim (2010, s/p) afirma:

A prática da capoeira não se restringe a mais uma atividade física dentro da escola. Somos necessariamente levados a debater o seu teor político, socializador e promotor da igualdade racial, na medida em que promove a integração dos sujeitos numa perspectiva homogênea e harmoniosa consigo e com o próximo.

O Projeto Berimbau pretende colaborar com o plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, com foco no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 – Educação de Qualidade²⁷. O propósito é garantir educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

As metas do ODS 4 que são indispensáveis para o Projeto Berimbau são:

4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida

²⁷ Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/ods/4/>. Acesso em: Acesso em: 1 fev. 2021.

sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável. (AGENDA 2030, s/p).

5. Conclusão

O grande número de crianças e adolescentes vivendo em situação de vulnerabilidade social no município de Macapá acende um alerta para a falta de políticas públicas para o público dessa faixa etária. Como foi apresentado, sabe-se que a falta de espaços voltados para o esporte e lazer atrelada à pobreza e desigualdade social contribui para o aumento da violência urbana e mortes violentas da população jovem.

O estado do Amapá é o terceiro no ranking brasileiro de homicídios na faixa etária de 15 a 29 anos no país. Por esse motivo, é de suma importância que iniciativas como o Projeto Berimbau comecem a surgir e, acima de tudo, que tenham apoio para sua manutenção e expansão, pois além de ajudar cada vez mais crianças e jovens a não ficarem à margem da sociedade e terem melhor qualidade de vida, também pode movimentar e chamar a população para a utilização do espaço público e, assim, dar mais vida à cidade, uma vez que o esporte, o lazer e a socialização são capazes de promover o sentimento de participação social e a melhora na saúde física e mental.

Referências

AGENDA 2030. **Conheça a Agenda 2030**: conheça o plano de ação global para mudar o mundo até 2030. 2021. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/sobre/>. Acesso em: 11 fev. 2021.

ALMEIDA, Leidiene; CHAGAS, Clay; RAMOS, Edson. Agentes territoriais locais e crimes violentos letais em Macapá - Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 17, e17005, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/mercator/v17/1984-2201-mercator-17-e17005.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2021.

ALMEIDA, Thiago Nobrega. Juventude e violência: a premência de políticas públicas. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, v. 14, p. 103-130, set. 2014.

ARAÚJO, Hugo; CASTRO, Adriana. Capoeira e cidadania: seu poder e atuação como instrumento educacional em ambiente escolar. **Revista Eletrônica da**

Faculdade Metodista Granbery, Juiz de Fora, n. 9, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://re.granbery.edu.br/artigos/NDA1.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais**. Brasília, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf. Acesso em: 8 fev. 2021.

BREDA, Omri Ferradura. A capoeira como prática pedagógica na educação infantil. **Educação Pública**, 2015. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/15/12/a-capoeira-como-prtica-pedaggica-na-educao-infantil>. Acesso em: 1 fev. 2021.

BONFIM, Genilson César Soares. A prática da capoeira na educação física e sua contribuição para a aplicação da Lei 10.639 no ambiente escolar: a capoeira como meio de inclusão social e da cidadania. *In*: III CONGRESSO NORDESTE DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Anais [...]** 2010. Disponível em: <http://files.educando-com-ginga.webnode.com/200000048-b4657b55c0/capoeira%2010.639.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2021.

COLUMÁ, Jorge Felipe; CHAVES, Simone Freitas. O sagrado no jogo de capoeira. **Publicações UERJ**, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tecap/article/view/10180/7953>. Acesso em: 1 fev. 2021.

DIMENTEIN, Gilberto. Programas de apoio ao esporte reduzem criminalidade em 30%. **Folha Online**, São Paulo, 09 set. 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/noticias/gd090904e.htm>. Acesso em: 9 fev. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/tooltip/tooltip.htm?codigo=160030305000109>. Acesso em: 10 jan. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da Violência 2020**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/200826_ri_atlas_da_violencia.pdf. Acesso em: 8 fev. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Dossiê Roda de Capoeira**. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Roda%20de%20Capoeira%20-%20Patrim%20-%20C3%B4nio%20Mundial%20Imaterial%20-%20Brasil%202014.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2021.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MACAPÁ, Prefeitura de. **Lazer e turismo**: Prefeitura de Macapá entrega complexo esportivo do Jandiá. Macapá, 2020. Disponível em: <https://macapa.ap.gov.br/lazer-e-turismo-prefeitura-de-macapa-entrega-complexo-esportivo-do-jandia/>. Acesso em: 1 fev. 2021.

NASCIMENTO, Rodrigo Rodrigues; BONINI, Luci Mendes de Melo. A cultura como um instrumento de combate à violência urbana. **Âmbito Jurídico**, 2017. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/a-cultura-como-um-instrumento-de-combate-a-violencia-urbana/>. Acesso em: 1 fev. 2021.

PACHECO, John. Amapá tem 33 mil crianças em situação de extrema pobreza, aponta estudo. **Portal G1 Amapá**, 02 abr. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/amapa-tem-33-mil-criancas-em-situacao-de-extrema-pobreza-aponta-estudo.ghtml>. Acesso em: 1 jan. 2021.

PACHECO, John. Atlas da violência: 2 em cada 3 homicídios no Amapá foram cometidos contra jovens de 15 a 29 anos. **Portal G1 Amapá**, 28 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2020/08/28/atlas-da-violencia-2-em-cada-3-homicidios-no-ap-foi-cometido-contrajovens-de-15-a-29-anos.ghtml>. Acesso em: 28 fev. 2021.

SANTIAGO, Abinoan. Moradores do Cidade Nova, em Macapá, reclamam do abandono. **G1 Amapá**, 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2013/07/moradores-do-cidade-nova-em-macapa-reclamam-do-abandono.html>. Acesso em: 10 jan. 2021.

SOUZA, Alex Santos. **Alex Santos**: depoimento. [Entrevista cedida a] Ana Patricia, Gabriela Cavalcante e Karina Xavier. Trabalho de Gestão e Políticas Públicas. Macapá, jan. 2021.

UNITED NATIONS INTERNATIONAL FUNDS (UNICEF). **Homicídios de crianças e adolescentes**: No Brasil, todos os dias, 32 crianças e adolescentes morrem assassinados. Responder as formas extremas de violência e prevenir os homicídios de crianças e adolescentes são prioridades para o UNICEF. 2018. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/homicidios-de-criancas-e-adolescentes>. Acesso em: 9 fev. 2021.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Violência letal**: contra as crianças e adolescentes do Brasil. Brasília: Flacso, 2015.

CORPO E MOVIMENTO: INCENTIVO À ATIVIDADE FÍSICA PARA A TERCEIRA IDADE

*Fernanda Melo Azevedo
Ravena Rodrigues de Sousa*

Resumo

Vivemos atualmente a chamada revolução da longevidade, em que ocorre um crescente aumento no número de idosos no mundo que, por um lado, demonstra uma grande evolução no que diz respeito ao desenvolvimento e às conquistas tanto na área da saúde como no âmbito social da civilização, mas, por outro, torna visível o despreparo para cuidar dessa geração. Assim esse artigo tem como intuito apresentar uma proposta de incentivo às práticas de exercícios físicos para a terceira idade, a fim de promover melhor qualidade de vida, saúde e mobilidade para os idosos da cidade de Macapá, Amapá. A proposta procura contribuir com as metas de Desenvolvimento Sustentável para 2030, ODS 3 – Saúde e bem-estar, utilizando a meta 3.4 que procura reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis por meio de prevenção e tratamento, além de promover a saúde mental e o bem-estar.

1. Revolução da longevidade

Assuntos relacionados ao envelhecimento da população são de grande relevância, pois a expectativa de vida aumentou. Viver mais é um grande presente para humanidade, mas isso representa também maiores cuidados com a qualidade de vida e bem estar da população mundial.

O estudo Envelhecimento Ativo, da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005, p. 8), traz importantes informações sobre o aumento da população idosa: “Em todo o mundo, a proporção de pessoas com 60 anos ou mais está crescendo rapidamente em comparação com qualquer outra faixa etária”. Esse fator se deve, principalmente, a uma redução das taxas de fertilidade e aumento da expectativa de vida da população. “Entre 1970 e 2025, espera-se um crescimento de 223 %, ou em torno de

694 milhões, no número de pessoas mais velhas”. “Em 2025, existirá um total de aproximadamente 1,2 bilhão de pessoas com mais de 60 anos” (OMS, 2005, p. 8).

Até 2025, o Brasil será o sexto país do mundo em número de idosos. A agência de notícias do IBGE mostrou que entre 2012 e 2017, ocorreu um aumento na quantidade de idosos em todas as unidades da federação, sendo os estados com maior proporção de idosos o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, ambos com 18,6% de suas populações dentro do grupo de 60 anos ou mais (IBGE, 2018).

Porém, mesmo com todo esse crescimento, ainda existe uma enorme falta de informação a respeito da importância da criação de políticas públicas específicas para tratar da saúde do idoso e os desafios do envelhecimento em um contexto social. É necessário que as instituições governamentais insiram o idoso nas dimensões sociais, econômicas e políticas de suas agendas, pois envelhecer é o caminho natural de todas as pessoas.

Se, atualmente, o brasileiro está envelhecendo melhor do que há 40 anos, a expectativa de vida mais longa demonstra uma conquista da civilização, sendo um fato que a participação desses indivíduos na sociedade seja incorporada da melhor forma possível para evitar a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis, além de promover a saúde mental e o bem-estar.

Kalechi (2014) afirma que as implicações desse processo vão muito além de uma dimensão individual e atingem diversos aspectos coletivos, que envolvem preocupações com as leis, saúde, educação, cultura, trabalho, serviços assistenciais e seguridade social. A longevidade também tem efeito retroativo, pois a qualidade de vida futura depende de nossas ações no presente. Um bom envelhecimento depende não só de cuidados a partir de determinada idade, mas, também, de cuidados em todas as fases da vida (KALECHI, 2014).

A Revolução da Longevidade requer adotar uma perspectiva de curso de vida. O jovem de hoje será o idoso de amanhã. Para entendermos um idoso, olhemos para trás, para o modo como levou a vida e se tornou quem é hoje. Por isso, é indispensável considerar os determinantes do envelhecimento ativo [...]. (KALECHI, 2014, p. 1).

Assim, para facilitar e melhorar a inserção de pessoas idosas na sociedade, ocorreu, em 1998, a criação do Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741/2003), que “tem o objetivo de garantir os direitos à pessoa idosa, com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. A pessoa tem todos os direitos e a lei pro-

tege e facilita a prevenção de sua saúde física, mental, moral, espiritual e intelectual” (UNISAL, 2013, p. 4).

Percebe-se que, se agora lidamos com um grande aumento no percentual de pessoas idosas e com maior longevidade, torna-se de extrema importância uma nova estrutura social que inclua essas pessoas na sociedade e não as deixe desamparadas ou excluídas. À medida que a idade avança o ser humano torna-se mais sábio, suas experiências vividas são referências para as gerações mais jovens. Ainda segundo Kalechi (2014), é necessário criar a cultura do cuidado: “Há muito a ser feito: o copo está meio vazio. O Estatuto do Idoso, depois de 10 anos, continua com muitos dispositivos a serem implementados” (KALECHI, 2014, p. 1).

2. Saúde e bem-estar

O termo “envelhecimento ativo” não é novo. Ele foi adotado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no final dos anos 1990 e trata-se de um conceito que pode ser descrito como um processo de melhoramento de oportunidades para a saúde na terceira idade. Se quisermos ter um envelhecimento positivo e saudável devido ao aumento de longevidade, é importante ter planos e criar oportunidades de se viver uma vida que proporcione bem-estar, qualidade e saúde (OMS, 2005).

Está comprovado que uma vida ativa representa benefícios na saúde física e mental, e que quanto mais ativa é uma pessoa, menos limitações ela poderá ter.

Cinco fatores são recomendados para o idoso ter saúde: vida independente, casa, ocupação, afeição e comunicação. Se algum desses fatores estiver deficiente a qualidade de vida do idoso estará comprometida. Néri mostra que baixos níveis de saúde na velhice associam-se com altos níveis de depressão e angústia e com baixos níveis de satisfação de vida e bem estar. Também afirma que as dificuldades do idoso em realizar as atividades da vida diária, devido a problemas físicos, ocasionam dificuldades nas relações sociais e na manutenção da autonomia, trazendo prejuízos à sua saúde emocional. (FRACHI; JUNIOR MONTENEGRO, 2005, p. 153).

A atividade física também é um elemento de grande relevância para a manutenção da saúde física e mental do idoso:

Atualmente, está comprovado que quanto mais ativa é uma pessoa menos limitações físicas ela tem. Dentre os inúmeros benefícios que a prática de exercícios físicos promove, um dos principais é a proteção da capacidade funcional em todas as idades, principalmente nos idosos. Por capacidade funcional entende-se o desempenho para a realização das atividades do cotidiano ou atividades da vida diária. (FRACHI; JUNIOR MONTENEGRO, 2005, p. 153).

Salin *et al.* (2011) afirmam que a participação em atividades físicas regulares e moderadas pode retardar declínios funcionais, além de diminuir o aparecimento de doenças crônicas em idosos saudáveis ou doentes crônicos (SALIN *et al.*, 2011). Programas de envelhecimento da população são essenciais para a produção de cidades democráticas e inclusivas, sendo os seguintes benefícios para as políticas sociais de saúde destacados pelo OMS:

- menos mortes prematuras em estágios da vida altamente produtivos;
- menos deficiências associadas às doenças crônicas na Terceira Idade;
- mais pessoas com uma melhor qualidade de vida à medida que envelhecem;
- à medida que envelhecem, mais indivíduos participando ativamente nos aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos da sociedade, em atividades remuneradas ou não, e na vida doméstica, familiar e comunitária;
- menos gastos com tratamentos médicos e serviços de assistência médica. (OMS, 2005, p. 8).

No Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741/2003), tem destaque os artigos 20 e 21, que são grandes conquistas para o Brasil, pois garantem ao idoso o direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição física, e mostram que a criação de oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados, está nas mãos do poder público.

3. Proposta de incentivo de atividades físicas para a terceira idade

No Brasil, há várias iniciativas de projetos voltados para as necessidades da terceira idade. O precursor foi o Serviço Social do Comércio (Sesc), de São Paulo, no ano de 1977, com um programa que serviu de modelo para várias universidades e prefeituras municipais nos anos posteriores (BENEDETTI *et al.*, 2007).

A política de envelhecimento ativo, de acordo com a OMS (2005), prevê desafios e processos a serem enfrentados e priorizados pelos gestores, dentre os quais a necessidade de programas de práticas de exercícios nas cidades, porque eles “ajudam as pessoas idosas a manter sua mobilidade ou a recuperar a força nas pernas que precisam para se locomover” (OMS, 2005, p. 37). Sendo assim, a proposta é um plano de saúde e bem-estar pelo município que promova a mobilização da comunidade para a realização de atividades físicas e incentivo ao uso de espaços públicos pela cidade, visando atender as premissas destacadas pela OMS de envelhecimento ativo e saudável, bem como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

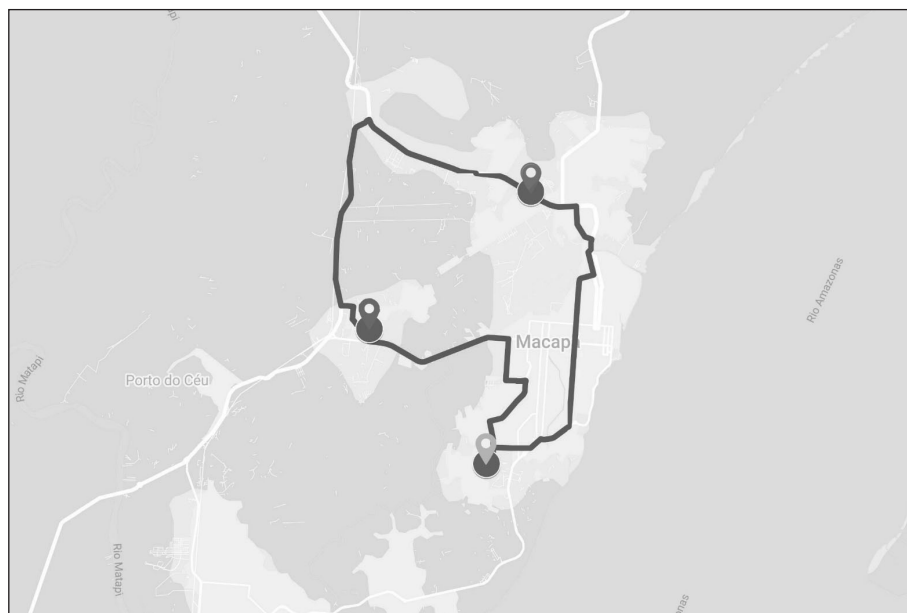
A atividade física também promove o lazer das pessoas, que, para um idoso, pode ser entendido como ações que promovem o divertimento, a distração e o relaxamento. Para isso, o ideal é priorizar a escolha de ambientes externos pela cidade. A apropriação dos idosos por praças pela cidade gera uma relação afetiva com ela e o espaço utilizado, preenchendo, assim, qualquer lacuna entre o indivíduo e a cidade. Segundo Pedroso *et al.* (2019), a parcela idosa da população tende a sofrer os impactos da ausência de contato com os espaços públicos de maneira mais acentuada do que outras gerações (PEDROSO *et al.*, 2019).

A partir disso, a proposta idealiza um automóvel itinerante equipado com os acessórios necessários para a prática de atividade física, supervisionada por um profissional da área de educação física, preparador físico especializado em atividades voltadas para a terceira idade, que iria, semanalmente, a praças e áreas públicas da cidade de Macapá (Figura 1) proporcionando atividade física, lazer e sociabilidade para os idosos da comunidade.

Os locais foram escolhidos visando promover o fácil acesso e democratização das atividades, além da valorização da infraestrutura pública já existente. O sistema itinerante iria, às segundas-feiras e quintas-feiras para a arena de futebol do Bairro Zerão, localizada na Av. Dom José Maritano, 188, Macapá - AP; às terças-feiras e sextas-feiras para a Arena do Marabaixo 1, localizada na Rua Sete - Conjunto Mucaja, 457 - Marabaixo, Macapá -

AP; e às quartas-feiras e aos sábados, à Arena Boné Azul, localizada na Rua Laranjal do Jarí, 81-135 - Boné Azul, Macapá - AP.

Figura 1 – Mapa das áreas selecionadas



Fonte: Google Maps, 2021. Editado pelas autoras

As modalidades seriam programadas por profissionais especializados na área de educação física, sendo atividades aeróbicas, de ioga e recreação, com uma frequência de duas vezes por semana em cada turma (Tabela 1). As turmas teriam 15 alunos, acompanhadas por dois profissionais especialistas e, para participar das atividades, basta ter no mínimo 60 anos, sendo indicada a realização de uma avaliação física do idoso por um profissional da saúde para auxiliar na elaboração dos exercícios e no acompanhamento do desempenho individual.

Tabela 1 – Programação das atividades físicas

	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
Local	Arena do Zerão	Arena do Zerão Marabaixo 1	Arena BonéAzul	Arena do Zerão	Arena do Marabaixo 1	Arena BonéAzul
Modalidade	Atividade aeróbica	Atividade aeróbica	Atividade aeróbica	Yoga ou recreação	Yoga ou recreação	Yoga ou recreação
Horário	Das 17h às 18h					
Taxa para participação	Não há taxa. O programa seria oferecido pela Prefeitura Municipal de Macapá - AP					
Quantidade de aluno por turma	15 alunos com idade mínima de 60 anos					
Profissionais envolvidos	Dois profissionais especializados para a demanda das aulas					

Fontes: as autoras

4. Conclusão

Segundo Kalechi *et al.* (1987, p. 209), “é também importante almejar uma melhoria da qualidade de vida daqueles que já envelheceram ou que estão no processo de envelhecer”. Proporcionar atividades físicas voltadas para a terceira idade, conscientizando e ensinando os cuidados para longevidade e qualidade de vida, é um dos objetivos da proposta.

A implantação do projeto visa contribuir para um bom envelhecimento, inserindo os idosos em atividades voltadas para a terceira idade, colaborando, assim, para maior sociabilidade e autonomia, destacando a importância de hábitos saudáveis por meio da prática regular de atividades físicas.

O uso das praças e locais públicos da cidade de Macapá para a realização das atividades é uma forma de promover a valorização do espaço público e garantir maior inclusão de usuários. O idoso que tem uma prática regular de exercícios físicos corre menos risco de desenvolver doenças crônicas, além dos benefícios psicológicos, podendo reduzir a ansiedade e depressão.

O envelhecimento é natural e deve ser encarado como um processo de enriquecimento, pois quanto mais uma pessoa envelhece, mais sábia ela se torna. As limitações físicas exigem uma nova mentalidade e relação com o espaço, tempo e corpo.

É preciso que seja incorporada na sociedade a cultura de cuidar do próximo, de enxergar que a vida tem muito a ensinar com o passar do tempo. Os jovens de hoje serão os idosos de amanhã.

Referências

ALÉM PARAÍBA. Gleydson Mendonça. Faculdade de Ciências da Saúde Archimedes Theodoro. **Atividade Física para Terceira Idade**. 2016. Disponível em: <https://feap.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/Projeto-de-Extens%C3%A3o-3-idade.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto do Idoso**. 2. ed. rev. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007. 70 p. (Série E. Legislação de Saúde).

CENTRO INTERNACIONAL DE LONGEVIDADE BRASIL (ICL). **Envelhecimento ativo: um marco político em resposta à revolução da longevidade**. 1. ed. Rio de Janeiro, Centro Internacional de Longevidade Brasil, 2015.

BENEDETTI, Tânia; GONÇALVES, Lúcia; MOTA, Jorge. **Uma proposta de política pública de atividade física para idosos**. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072007000300003&lng=pt&tlng=pt.

Acesso em: 27 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017**. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>. Acesso em: 28 fev. 2021.

KALACHE, Alexandre; VERAS, Renato; RAMOS, Luiz. **O envelhecimento da população mundial: um desafio novo**. Um desafio novo. 1987. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/rsp/1987.v21n3/200-210/>. Acesso em: 02 fev. 2021.

KALECHE, Alexandre. Respondendo à revolução da longevidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 8, ago. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000803306. Acesso em: 28 fev. 2021.

FRANCHI, Kristiane; JUNIOR MONTENEGRO, Renan. Atividade física: uma necessidade para boa saúde na terceira idade. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Universidade Federal de Fortaleza, v. 18, n. 3, p. 152-156, 2005.

MOYSÉS, Tatiana de Girolamo. **Envelhecimento ativo e saudável e os espaços públicos na cidade contemporânea**: os casos da Praça Victor Civita e do Parque Linear Cantinho do Céu, São Paulo - SP. 2017. 263f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf. Acesso em: 28 fev. 2021.

RODA VIVA. Alexandre Kalache. São Paulo: Roda Viva, 2019. (80 min.), color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qvHL1GBog1k>. Acesso em: 9 jan. 2021.

CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO (UNISAL). **Cartilha do Idoso**. 2013. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/marco/copy_of_CartilhaUNISAL.pdf. Acesso em: 9 jan. 2021.

VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE ENVELHECIMENTO HUMANO, 6., 2019, Campina Grande. **Envelhecimento humano no século XXI**: atuações efetivas na promoção da saúde e políticas sociais. Campina Grande: Realize, 2020. 1.139 p. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/ebooks/cieh/2019/E-BOOK-VI-CIEH.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2020.

SALIN, Mauren; MAZO, Giovana; CARDOSO, Adilson; GARCIA, Guilherme. Atividade física para idosos: diretrizes para implantação de programas e ações. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 197-208, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-98232011000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 4 abr. 2021.

CONSUMO CONSCIENTE: CURSO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, RECICLAGEM E REUTILIZAÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS PARA A COMUNIDADE DO BAIRRO REMÉDIOS EM SANTANA - AP

*Bruna Thayna Palheta Soares
Hanna Thamís Picanço Coutinho*

Resumo

Os aparelhos eletrodomésticos e eletrônicos estão presentes no cotidiano da população. Segundo o Sebrae, um empreendimento de Assistência e Manutenção de Eletrodomésticos exerce um serviço de conserto ou troca de peças dos objetos danificados, com o intuito de prolongar sua vida útil. Quando o reparo não soluciona o problema, a reutilização ou reciclagem não é praticada. A geração de resíduos desses equipamentos, devido ao seu grande volume, ocasiona um problema ambiental, pois são jogados em lixeiras viciadas, terrenos baldios e rios. O referido projeto é voltado para a implantação de um Curso de Assistência Técnica de Manutenção e Reciclagem de Eletrodomésticos, localizado no bairro dos Remédios I, em Santana-AP. O curso tem como público-alvo cidadãos, homens e mulheres, que mais carecem de amparo financeiro e que possam estar em situação de vulnerabilidade social. E por meio disso, o projeto visa a contribuir com as metas do Desenvolvimento Sustentável para 2030, ODS 04 (Educação de Qualidade), ODS 08 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e ODS 12 (Consumo Responsável).

1. Introdução

Para o ser humano moderno, os aparelhos eletrodomésticos são essenciais. Como toda máquina, é necessário cuidado e manutenção para terem boa vida útil. Porém, devido à frequência com que são utilizados ou devido ao mau uso, esses equipamentos costumam apresentar necessidade de

reparos. E é nesse momento que entra a importância dos serviços de assistência técnica.

“Nossa sociedade é uma sociedade de consumo”, afirma Bauman (1999, p. 88). No entanto, existem duas realidades que podem ser observadas na sociedade brasileira: cidadãos com alto poder aquisitivo obtêm os equipamentos mais modernos – devido à melhoria nos níveis de produção, lançamento de novos produtos e obsolescência precoce – e com isso a quantidade desses resíduos vem aumentando em virtude da redução do ciclo de vida dos produtos; para os cidadãos menos favorecidos, a obtenção de tais equipamentos exige grande esforço e demandam cuidados e serviços de manutenção para maior vida útil. “Também pode acontecer de você simplesmente querer atualizar seus eletrodomésticos. Geralmente, nesses casos, os produtos ainda funcionam perfeitamente e, jogá-los fora seria um completo desperdício” (CONSUL, 2021, s/p).

Segundo a cartilha publicada pelo Sebrae (2019) para montagem de um “Serviço de Manutenção de Eletrodomésticos”, tal empreendimento exige serviços de conserto ou troca de peças dos objetos danificados, com o intuito de prolongar sua vida útil. E mesmo que a troca desses produtos cresça a cada ano, moradores de áreas carentes não podem realizar essa substituição, na maioria dos casos por inviabilidade financeira. Portanto, a solução mais rápida, prática e financeiramente acessível é a manutenção dos seus bens para prolongar a vida útil dos aparelhos para além do prazo estabelecido pela fábrica, além de contribuir com o consumo consciente e diminuir a poluição do meio ambiente com o descarte irresponsável.

2. Resíduos eletrônicos

Santos e Souza (2010) afirmam que os resíduos eletrônicos, também chamados de lixo eletrônico, ou “e-lixo”, são todos os rejeitos oriundos do descarte de aparelhos eletrônicos, tais como eletrodomésticos, celulares, computadores, monitores, televisores, câmeras fotográficas, impressoras, fotocopiadoras, entre outros.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Eco tecnologia (Biet), os resíduos eletrônicos são as partes, peças, componentes ou resíduos da indústria mineral e de equipamentos de informática, incluindo as informações neles armazenadas, e os aparelhos eletrodomésticos e eletroeletrônicos (BIET, 2010 *apud* HENDGES, 2012).

França e Barros (2017) dizem que os avanços tecnológicos estão em ritmo crescente e novas tecnologias surgem ao mercado constantemente, atrelando esse fato ao consumismo descontrolado e ao aumento populacional, que acaba resultando em mais aparelhos consumidos, que originam mais aparelhos fora de uso por incontáveis motivos e, por consequência, indo parar em lixões ou até mesmo sendo descartados irregularmente.

O consumo de eletrônicos no Brasil é alto e, segundo a revista Exame (2016), o número de aparelhos eletrônicos, não só celulares, existente no país, já ultrapassou o número de habitantes. Segundo dados publicados pela ONU (2015), o Brasil gera, em média, 1,4 milhão de toneladas de lixo eletrônico por ano, liderando na América Latina no quesito produção de resíduos tecnológicos. Os resíduos eletrônicos são um dos materiais que o país mais descarta livremente na natureza (ONU, 2015).

Esses produtos são feitos de materiais que, quando descartados diretamente na natureza, prejudicam e causam impacto no meio ambiente, mas isso se dá, também, pelo fator do ponto de vista do consumismo e pela falta de educação acerca do descarte dos materiais. Esses resíduos, antes do descarte, podem passar por diversos procedimentos capazes de restabelecer sua utilidade original ou lhes dar outro proveito, até que estejam inutilizáveis e não possam ser recuperados, chegando, assim, a serem considerados rejeitos, que devem ter como destinação a disposição adequada no solo; os resíduos sólidos são reconhecidos como objetos reutilizáveis e recicláveis que devem ser tratados pelas tecnologias disponíveis (BRASIL, 2010).

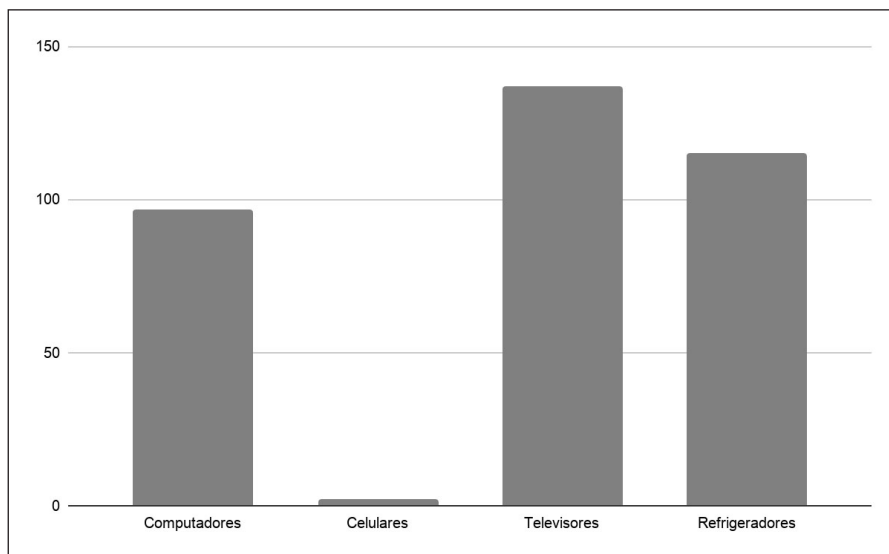
Tavares et al. (2014) ressaltam que a coleta do descarte de lixo é responsabilidade do município, e o descaso, a precariedade e a falta de fiscalização contribuem para a proliferação de depósitos pontuais de resíduos não biodegradáveis a céu aberto, mesmo diante da deficiência no gerenciamento dos resíduos eletrônicos, e a sociedade tem a sua responsabilidade quanto à disposição dos resíduos gerados por ela, tendo a obrigação de não criar lixeiras a céu aberto em áreas não destinadas ao descarte desse tipo de lixo ou qualquer outro.

A pesquisa Situação atual de resíduos sólidos no Brasil (2016) possui importantes dados sobre a produção de lixo eletrônico no país, como a existência de 500 milhões de equipamentos eletrônicos fora de uso, descartados pelos brasileiros sem nenhum tipo de tratamento (BOECHAT, 2015 *apud* FRANÇA; BARROS, 2016).

O Gráfico 1 demonstra como está distribuída essa imensa produção de lixo, que são bens de consumo presentes na maioria dos lares brasileiros.

De acordo com o gráfico 1, a população brasileira acumula cerca de 137 milhões de aparelhos de televisão fora de uso em suas casas. Logo em seguida, pode se ver que refrigeradores também apresentam um número considerável na pesquisa, com cerca de 115 milhões de equipamentos. Em seguida, temos computadores fora de uso, com cerca de 96,8 milhões de unidades e, por último, aparelhos celulares com 2,2 milhões. (BOECHAT, 2015 *apud* FRANÇA; BARROS, 2016, p. 99).

Gráfico 1 – Produção anual de lixo eletrônico no Brasil



Fonte: adaptado pelas autoras de França e Barros (2016, p. 98)

No ano de 2010 foi criada a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que regulamentou o tratamento adequado de lixo no Brasil. Infelizmente, muitos desconhecem essa lei, que é de grande importância para nossas cidades.

Em 2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, ou PNRS, foi publicada, regulamentando o tratamento adequado para o lixo em geral. Apesar de não especificar uma norma para o lixo eletrônico, esta pode ser aplicada em sua maioria,

para esse tipo de material. O Brasil é um dos poucos países da América Latina que possui regulamentações que, de alguma forma, são aplicadas ao tratamento de lixo eletrônico. (TECHINBRASIL, 2015, s/p).

Não é toda a população que tem conhecimento sobre o descarte correto dos eletrodomésticos e, segundo a Consul (2021), muitas ONGs aceitam doações de eletrônicos ainda em estado de uso e alguns aterros sanitários têm as condições necessárias para receber esse tipo de descarte.

Se os eletrodomésticos vão parar em aterros sanitários, a contaminação ambiental é menor, porém ainda causam problemas, ocupando muito espaço e configurando grande desperdício de materiais com potencial para reciclagem. Em alguns casos, até 95% dos materiais são recicláveis e apenas 5% deveriam, de fato, ir para o lixo. Aço, cobre, espumas e até ouro estão entre os recicláveis mais valiosos. E podem dar origem a novos produtos, dependendo da eficiência obtida na coleta (logística reversa) e na linha de desmontagem. (JOHN, 2016, s/p).

E para que esse problema de descarte desordenado de resíduo eletrônico não seja tão corriqueiro e cause tantos prejuízos ao meio ambiente, Tavares *et al.* (2014) afirmam que a separação dos resíduos para a reciclagem e reutilização torna-se uma alternativa, já que existe uma grande quantidade de resíduos que são não degradáveis. Mas para que essa reciclagem e reutilização sejam cotidianas, é necessário um trabalho de informação/educação da população, uma vez que não é uma prática corriqueira no Brasil. Sendo assim, essa prática deve ser de responsabilidade governamental, mas a população também deve colaborar para obter êxito e resultados na luta contra a poluição.

3. Assistência e manutenção de eletrodomésticos

“Uma pesquisa realizada pelo Inmetro constatou que o serviço de assistência técnica [...] para 58,06% dos entrevistados, esse serviço é o aspecto mais importante do pós-venda” (DIÁRIO DE UM CONSUMIDOR, 2014, s/p).

Os produtos da linha branca são os mais encontrados nas residências brasileiras por serem produtos vistos como essenciais, e demandam assistência técnica por estarem sempre em atividade. O consumo e o funcionamento

constante podem ser um empecilho para sua “saúde” funcional, portanto, precisam de assistência técnica e têm alta procura de serviço.

O mercado de conserto de eletrônicos tem demanda o ano inteiro. O mais comum que podemos observar pelas cidades são as assistências técnicas de manutenção de celulares. De acordo com Baccarini (2019), 24 milhões de unidades de *smartphones* são levadas ao conserto por mês.

Ferreira *et al.* (2016, p. 2) complementam ao dizer que “com o crescimento nos investimentos em tecnologia da informação, as empresas estão buscando terceirizar os serviços básicos de suporte e manutenção de seus equipamentos, a fim de cortar custos e obter mais flexibilidade dentro das organizações”.

A manutenção é de grande importância para que os bens de consumo, como os eletrodomésticos, tenham vida útil longa. Dentro dessa ação, podemos encontrar dois eixos, ou seja, a manutenção preventiva e a manutenção corretiva. “Manutenção corretiva [...] tipo de manutenção corretiva consiste na correção imediata de problemas que inviabilizam o bom funcionamento de máquinas e equipamentos” (SANTOS, 2018, p. 15).

Segundo Santos (2018), a manutenção preventiva é um conjunto de estratégias implantadas para impedir ou amenizar falhas futuras no desempenho da máquina, sendo uma manutenção planejada e periódica baseada no índice de funcionamento.

4. Proposta do curso de assistência técnica de manutenção de eletrodomésticos no Bairro Remédios I

Visando à melhora econômica e, conseqüentemente, da qualidade de vida dos moradores da área de ressaca do Bairro Remédios I, na cidade de Santana - AP, o projeto busca qualificar os cidadãos, homens e mulheres, que mais carecem de amparo nesse quesito, por meio da implantação de um curso técnico preparatório para a manutenção de eletrodomésticos, para que esses cidadãos adquiram o conhecimento necessário e sejam capazes de reparar seus próprios bens materiais.

Ainda, poderem desenvolver trabalhos autônomos de conserto/manutenção de eletrodomésticos ou com o propósito de se candidatar a vagas de emprego que exigem níveis de conhecimento, comprovados com certificado ou não, na área de assistência técnica para eletrodomésticos, como geladeiras, ventiladores, ferros de passar roupa, liquidificadores, fogões,

máquinas, tanques de lavar e aparelhos de ar-condicionado, que atualmente são um dos produtos com mais demanda de manutenção e podem ser uma demanda da própria comunidade para o serviço de manutenção, assim como para possíveis clientes externos à área.

O projeto seria implementado na área de ressaca do Bairro Remédios I, em Santana, sendo este o segundo município mais populoso do estado. Trata-se de uma área considerada de alta periculosidade, com elevados níveis de violência e de desemprego, desencadeados pela desigualdade social e a falta de educação.

Como determinadas vagas de emprego exigem conhecimento, necessita-se de cursos preparatórios/técnicos. Pelo preparo educacional técnico oferecido pelo projeto social em questão, a finalidade é conseguir fomentar a diminuição significativa dos números de desempregados da área e gerar movimentação econômica e educacional para a comunidade.

O serviço de assistência técnica e manutenção de eletrodomésticos tende a ter uma grande procura. Por ser uma opção economicamente mais viável para o consumidor, costuma ter altas demandas de consertos e manutenção para prolongar a longevidade do objeto.

Pelas metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1 (Erradicação da pobreza), 4 (Educação de qualidade), 8 (Trabalho decente e crescimento econômico), encontramos justificativas viáveis para a implementação do curso técnico de assistência e manutenção de eletrodomésticos na comunidade.

O Objetivo 1 dos ODS foi elencado por visar à aplicação de ações que erradiquem a pobreza, e o intuito principal do curso proposto é o participante adquirir conhecimento para começar seu próprio negócio como autônomo ou conseguir emprego por meio de comprovação de tal conhecimento obtido pelo curso técnico. Ou seja, seria dado, indiretamente, um caminho para o participante obter algum poder financeiro.

O Objetivo 4 foi definido devido ao curso ter como finalidade preparar e qualificar o indivíduo a empreender ou conseguir empregos regulares e legítimos, e o ODS 8 foi selecionado porque, com a qualificação dos participantes, o projeto pode ajudar a diminuir o número de jovens sem educação e emprego.

4.1 Objetivos do projeto

O objetivo geral do projeto é proporcionar a profissionalização e a conscientização dos moradores, homens e mulheres, a partir dos 16 anos de idade, do Bairro Remédios I, em Santana - AP, delimitando esse serviço à área da assistência técnica de eletrodomésticos, visando à manutenção, reciclagem e reutilização desses produtos, que são mais utilizados pelos moradores do bairro e de áreas vizinhas.

Os objetivos específicos, além da geração de emprego, renda e educação de qualidade, são a conscientização dos cidadãos sobre reciclagem e reutilização desses produtos, que não são biodegradáveis, para que deixem de ser descartados no meio ambiente de forma irresponsável, irregular e sem tratamento necessário.

Com o auxílio do governo municipal, o projeto pretende buscar um local adequado para a realização das aulas, que possa comportar, confortavelmente, turmas de 20 pessoas, divididas de acordo com turnos especificados no Quadro 1.

Quadro 1 – Horários das turmas do curso de Assistência e Manutenção de Eletrodomésticos

Horários	Terça	Quarta	Quinta
8h às 11h	Turma 1	Turma 1	Turma 1
13h às 16h	Turma 2	Turma 2	Turma 2
17h às 20h	Turma 3	Turma 3	Turma 3

Fonte: as autoras

Também com o auxílio do governo, se possível, contratar três instrutores (no mínimo dois, que dividiriam uma das três turmas), sendo um destinado a cada turno e turma, que sejam capacitados para o ensino das técnicas de assistência e manutenção dos eletrodomésticos.

Os aparelhos alvos do curso seriam os eletrodomésticos essenciais e os mais encontrados nas residências em geral: geladeiras, ventiladores, ferros de passar roupa, liquidificadores, fogões, micro-ondas, máquinas e tanques de lavar, aparelhos de ar-condicionado, balanças, forno, bebedouros, entre outros.

Para a obtenção de resultados satisfatórios do curso a ser desenvolvido, seria de fundamental importância a doação de vários equipamentos e móveis essenciais (Quadro 2), para a inicialização do negócio, utilizados pelos participantes com o auxílio dos professores.

Quadro 2 – Lista de equipamentos essenciais e móveis

Equipamentos	Jogo de chave de fenda; jogo de chave Philips; martelo; martelo de borracha; jogo de chave Allen; aparelho de solda PPU; ferro de solda fria; extensão monofásica; caixa de ferramentas; termômetro penta e a lazer; trena; chave de parafuso.
Móveis	Bancada, bancos, mesas e cadeiras.

Fonte: Trabuco, 2017

5. Conclusão

Com a análise de dados concluímos que muitas pessoas não têm conhecimento da existência de locais adequados para o descarte de eletrônicos, assim como não têm consciência sobre a transformação de utilidade desses objetos por meio da reciclagem e reutilização. Portanto, é correto afirmar que se justifica a implantação de cursos para desenvolver o conhecimento e as práticas que beneficiam o meio ambiente.

É de extrema importância que os moradores de áreas menos favorecidas sejam acompanhados e gerenciados de perto, para que possam ter mais chances de ter uma vida digna. Além disso, desenvolver políticas públicas que os incluam no mercado de trabalho, educando-os e conscientizando-os, é importante para garantir seu desenvolvimento e da área em que moram.

Pensando em todo o contexto que existe nessas áreas periféricas e nas zonas das cidades como um todo, o curso proposto é uma solução eficaz para os problemas encontrados em áreas pobres das cidades, como a taxa de desemprego, a baixa escolaridade e conhecimento técnico dos moradores, e a falta de educação acerca de conhecimentos sobre reciclagem e reutilização. O curso também ajudaria a gerenciar o problema do descarte desordenado e irregular de objetos com materiais que agredem o meio ambiente, como os resíduos eletrônicos.

Referências

BACCARINI, Marcelo. **Curso de assistência técnica de celulares ajuda pequenos empresários**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/pme/pequenas-empresas-grandes-negocios/noticia/2019/01/27/curso-de-assistencia-tecnica-de-celulares-ajuda-pequenos-empresarios.ghtml>. Acesso em: 5 fev. 2021.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. 146 p.

BRASIL. Lei n.º 12.305, de 02 de agosto de 2010. Dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, altera a Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 03 ago. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 4 fev. 2021.

CONSUL. **Como descartar eletrodomésticos corretamente**. 2021. Disponível em: <https://www.consul.com.br/facilita-consul/ihhh-agora/como-descartar-eletrodomesticos/>. Acesso em: 5 fev. 2021.

DIARIO DE UM CONSUMIDOR. **Tudo que você precisa saber sobre assistência técnica**. 2014. Disponível em: <https://diariodeumconsumidor.wordpress.com/2014/04/24/tudo-que-voce-precisa-saber-sobre-assistencia-tecnica/#comments>. Acesso em: 11 abr. 2021.

EXAME. **Estatística de uso de celular no Brasil**. 2016. Disponível em: <https://exame.com/brasil/brasil-gerou-15-milhao-de-toneladas-de-lixo-eletronico-em-2016/>. Acesso em: 5 fev. 2021.

FRANÇA, Luciano; BARROS, Gustavo. Situação atual de resíduos eletrônicos no Brasil. **Revista Interface Tecnológica**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 96-104, 2017. Disponível em: <https://revista.fatectq.edu.br/index.php/interfacetecnologica/article/view/133>. Acesso em: 5 fev. 2021.

FERREIRA, João; BARROSO, Ana Flávia; ROSA, Frederico. **Gestão da qualidade em uma empresa de assistência técnica de aparelhos eletrônicos**. 2016. Disponível em: <http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=1JUIZDEFORA2&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=3079&path%5B%5D=2179>. Acesso em: 5 fev. 2021.

HENDGES, Silvio. Resíduos tecnológicos. **Eco Debate**, 9 abr. 2021. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2012/12/06/residuos-tecnologicos-artigo-de-antonio-silvio-hendges/>. Acesso em: 9 abr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECOTECNOLOGIA (BIET). **Qual é o problema do lixo tecnológico eletrônico (“e-lixo)?** 2010. Disponível em: <http://www.biet.org.br/problema.html>. Acesso em: 4 fev. 2021.

JOHN, Liana. **Da geladeira reciclada sai uma nova lavadora.** 2016. Disponível em: <https://conexaoplaneta.com.br/blog/eletrodomesticos-recicladados/>. Acesso em: 5 fev. 2021.

NERY, Isabela; OLIVEIRA, Túlio; RODRIGUES, Gustavo; MONTEIRO, Alex. **Um panorama do estado do Amapá no que tange a disposição de resíduos sólidos.** São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.singep.org.br/5singep/resultado/675.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2021

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Agenda 2030:** os 17 ODS. 2015. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/>. Acesso em: 1 jan. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Brasil produziu 1,4 milhão de toneladas de resíduos eletrônicos em 2014, afirma novo relatório da ONU.** 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/brasil-produziu-14-milhao-de-toneladas-de-residuos-eletronicos-em-2014-afirma-novo-relatorio-da-onu>. Acesso em: 5 fev. 2021.

REIS, B. **Tudo o que você precisa saber sobre assistência técnica.** 2014. Disponível em: <https://portaldodoconsumidor.wordpress.com/>. Acesso em: 5 fev. 2021.

SANTOS, Fábio Henrique. **Resíduos de origem eletrônica.** Rio de Janeiro: Cetem/MCT, 2010. Disponível em: <http://mineralis.cetem.gov.br/bitstream/cetem/313/1/sta-57.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2021.

SANTOS, Vitória. **Projeto de assistência técnica nas escolas públicas da zona norte de Natal.** Natal: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, 2018. Disponível em: https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1635/ProjetoDeAssistencia_Santos_2018.pdf?sequence=5. Acesso em: 4 fev. 2021.

SEBRAE. **Como montar um serviço de manutenção de eletrodomésticos.** 2019. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ideias/>

como-montar-um-servico-de-manutencao-de-eletrrodomesticos,25f87a51b-9105410VgnVCM1000003b74010aRCRD. Acesso em: 1 jan. 2021.

TAVARES, Gláucia; TAVARES, Heloany. **Resíduos sólidos domiciliares e seus impactos socioambientais na área urbana de Macapá - AP**. 2014. 61f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Ambientais) – Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Unifap - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unifap.br:80/jspui/handle/123456789/480>. Acesso em: 4 fev. 2021.

TECHINBRASIL. Gerenciamento de lixo eletrônico no Brasil. **Tech in Brazil**. 2015. Disponível em: <https://techinbrazil.com.br/gerenciamento-de-lixo-eletronico-no-brasil>. Acesso em: 05 fev. 2020. Acesso em: 5 fev. 2021.

TRABUCO, Jéssica. **Como montar uma assistência técnica de Eletrodomésticos**. São Paulo, 19 jan. 2017. Disponível em: <https://www.montarumnegocio.com/como-montar-uma-assistencia-tecnica-de-eletrrodomesticos/>. Acesso em: 1 jan. 2021.

TONON, Márcia; BRINGHENTI, Jackeline; AGUIAR, Marluce; SILVA, Sarah. **Geração de resíduos e consumo: um olhar sobre eletrodomésticos linha branca**. Disponível em: <http://abes.locaweb.com.br/XP/XP-EasyArtigos/Site/Uploads/Evento29/TrabalhosCompletoPDF/III-299.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2021.

VILLELA, Cristiane. **Mapeamento de processos como ferramenta de reestruturação e aprendizado organizacional**. 2000. 182 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

SOBRE OS AUTORES

Os autores destes artigos são alunos do curso Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá, e que participaram da disciplina Gestão e Políticas Públicas no ano de 2021.

Adriana Souza da Costa

Ana Clara de Souza Monte de Almeida

Amanda Patricio dos Santos

Ana Patrícia Pereira de Souza

Bruna Thayna Palheta Soares

Caio Coutinho da Silva

Carla da Silva Moreira

Carolina Rola Mira

Caroline Deniur Lameira Ramos

Danilo Augusto Oliveira Barros

Edmundo Lima Barreto

Elder Cesar Barbosa Costa

Erick Vinicius dos Santos Souza

Fernanda de Melo Soares

Fernanda Dias Alcantara de Oliveira

Fernanda Melo de Azevedo

Gabriela Alves Cavalcante

Hanna Thamís Picanço Coutinho

Jackeline Nascimento dos Santos

Jade Quintela dos Santos

Jean Francisco de Oliveira Carvalho Ribeiro

João Vitor Vieira Pereira

Juliana Amaral Quadros

Karina Barbosa Xavier

Laura Pollyanna Rodrigues Inajosa

Letícia de Jesus Silva Dias

Matheus Cleber Melo Garcia

Marcus Vinícius Silva Valente.

Patrick Luiz Galvão do Carmo

Ravena Rodrigues de Sousa

Rebeca Menezes Pimentel Perez

Silvana Cristina de Sena do Nascimento

Silvia Araujo da Silva

Vinicius Costa Milhomem Santos

